



FIERGS
CIERGS
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

BALANÇO 2009 & PERSPECTIVAS 2010

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

DEZEMBRO / 2009

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA 2010	6
DADOS E PROJEÇÕES PARA 2010	7
<i>Internacional</i>	
<i>Brasil</i>	
<i>Rio Grande do Sul</i>	

PARTE I - ECONOMIA INTERNACIONAL

1. ECONOMIA INTERNACIONAL	11
<i>Uma nova configuração econômica</i>	

PARTE II - BRASIL

2. PIB.....	22
<i>Recuperação em formato de “V”?</i>	
3. POLÍTICA MONETÁRIA E PREÇOS.....	34
<i>Inflação controlada e juros em queda</i>	
4. INDÚSTRIA	42
<i>Recuperação não impede queda histórica</i>	
5. MERCADO DE TRABALHO	54
<i>Mercado de trabalho da indústria é o mais afetado pela crise</i>	
6. SETOR EXTERNO	64
<i>Ingresso de capitais mantém-se elevado apesar da crise, e pressionou a valorização da taxa de câmbio</i>	
7. SETOR PÚBLICO	72
<i>Arrecadação em queda, superávit primário também</i>	

PARTE III - RIO GRANDE DO SUL

8. PIB.....	81
<i>Recuperação em curso</i>	
9. INDÚSTRIA	96
<i>Choque maior que o esperado</i>	
10. MERCADO DE TRABALHO	108
<i>É possível que o mercado de trabalho de alguns setores não se recupere em 2009</i>	

11. SETOR EXTERNO	123
--------------------------------	------------

Exportadores foram os mais afetados pela crise

12. SETOR PÚBLICO	134
--------------------------------	------------

Bom desempenho do ICMS, mesmo em tempo de crise

PARTE IV - TÓPICO ESPECIAL

13. CUSTO UNITÁRIO DO TRABALHO.....	140
--	------------

É fácil perder competitividade

Após um ano desde a eclosão da crise internacional, o balanço econômico indica uma nítida diferenciação de desempenho entre países desenvolvidos e emergentes. Nesse ambiente, 2009 se encerra com a percepção de que o pior já passou, como mostram os indicadores de PIB do terceiro trimestre. Porém, também dá sinais de que os custos da crise ainda serão pagos nos próximos anos.

Com déficits orçamentários históricos e dívidas elevadas, o maior desafio para o governo das principais economias desenvolvidas será promover, no futuro, tanto a austeridade fiscal quanto o ajuste da política monetária, sem comprometer o crescimento econômico. No caso do mercado de trabalho dos EUA, Reino Unido, Japão e na Zona do Euro, ainda há uma dinâmica fraca e, a taxa de desemprego elevada limita a capacidade de recuperação da demanda. Além disso, o mercado de crédito não voltou aos patamares pré-crise.

Nesse sentido, a discussão sobre o momento certo de retirada dos incentivos fiscais e monetários tornou-se tão importante quanto a decisão de sua implementação. E essa será a principal herança para 2010. Uma economia internacional em recuperação, mas ainda combatida pela intensidade da crise. Destaca-se que o bom desempenho de alguns países emergentes ajuda a amenizar o quadro recessivo, mas não será suficiente para compensar a retração nas economias desenvolvidas.

O Brasil conseguiu superar com mais facilidade os efeitos adversos desse cenário. Não apenas em comparação com outros países, mas também quando se avalia a performance da economia brasileira no passado. O vetor mais importante desse desempenho foi o mercado interno. Com uma forte política de incentivo ao consumo, seja com redução de tributos ou então com aumento de gastos, o governo conseguiu anular parte dos impactos negativos do ambiente externo.

Porém, essa estratégia tem custos. Com gastos crescendo a taxas muito superiores à receita a herança para 2010 será um cenário com um superávit primário ainda baixo, o que pode limitar o raio de ação da política monetária.

Ao traçar três cenários para 2010, alguns pontos de diferenciação devem ser reforçados. **No cenário moderado**, com maior probabilidade de ocorrência, a aposta é que os países desenvolvidos continuam em seu processo de recuperação econômica lenta e gradual. Esse desempenho rivaliza com os bons números que devem ser apresentados por alguns países emergentes, em especial, China, Índia e Brasil. Nesse processo, a inflação permanece estável, o que irá ajudar na administração da política monetária e, à exceção de alguns aumentos localizados, no geral, a taxa de juros deve permanecer baixa (porém, em patamares mais elevados do que o verificado em 2009).

Os efeitos positivos desse cenário sobre a economia brasileira devem ocorrer sob a forma de uma demanda externa maior do que a verificada no ano de 2009. Além disso, a melhora da liquidez internacional e a menor aversão a risco podem resultar em somas elevadas de investimento estrangeiro direto, contribuindo para complementar a poupança interna.

Na esteira de um ano mais positivo para o Brasil, a economia gaúcha deve ter na indústria seu principal vetor de expansão no ano de 2010. Com maior nível de emprego, renda real em elevação e expansão dos gastos correntes, a demanda interna deve puxar as encomendas para o setor. Além disso, a retomada dos investimentos irá representar um impacto positivo para o segmento de bens de capital.

Diversos aspectos podem modificar o cenário internacional em direção à projeção do **cenário pessimista**. Nesse caso, destaque para uma nova rodada de deterioração no

sistema financeiro, em especial no mercado de crédito. Além disso, se a taxa de desemprego continuar a se expandir, a economia dos países desenvolvidos deve estagnar e impor uma dinâmica perversa para o PIB mundial.

Mesmo nesse caso, a economia brasileira deve sentir pouco o efeito negativo derivado da piora no ambiente internacional. Isso se dá, basicamente, devido a quatro motivos. O primeiro deriva do comportamento do mercado interno, que apresenta elementos que contribuem para a continuidade da expansão da economia. O segundo deriva do efeito carregamento do PIB de 2009 para 2010 que chega a 2,7%. O terceiro é que a economia brasileira ainda é muito fechada para o comércio mundial e para o sistema financeiro internacional. Por fim, o país se encontra com uma posição externa favorável, com elevado nível de reservas e pequena dívida externa. Assim sendo, uma nova rodada de deterioração do quadro deverá impactar na margem para o resultado do PIB. O mesmo pode-se dizer para o caso do Rio Grande do Sul.

No cenário otimista, aposta-se na perspectiva de retomada mais rápida das economias desenvolvidas. Com a recuperação do mercado de trabalho e a melhora na confiança dos consumidores, o PIB mundial pode se expandir mais. Porém, ainda aquém do valor presenciado no ciclo pré-crise. Nesse caso, também há pouco espaço para que o PIB do Brasil cresça muito acima do projetado no cenário moderado. A explicação para tal fato reside na importância do mercado interno para explicar a dinâmica da economia brasileira e o baixo nível de poupança. Para o Rio Grande do Sul, a melhora indicada no cenário otimista pode ser mais representativa que a média nacional, haja vista o maior grau de abertura da economia local.

Apesar das perspectivas positivas, no médio e longo prazo alguns desafios se colocam para a economia mundial. Nesse caso, destaque para a reforma do sistema financeiro, que ainda apresenta fragilidades; a adoção de práticas de governança no mercado de crédito, precificação de ativos e classificação de riscos por parte das agências de *rating*; e as reformas estruturais, em especial no sistema de saúde e na previdência.

CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA 2010

	Pessimista	Moderado	Otimista
Internacional			
PIB	Estagnação econômica nos desenvolvidos	Recuperação mais forte nos países emergentes	Recuperação em todos os países
Inflação	Deflação	Estabilidade	Pequenas pressões de preços em alguns países
Mercado de Crédito	Novas deteriorações em alguns países	Cresce mais nos emergentes que nos desenvolvidos	Recuperação em todos os países
Juros nominais	Manutenção dos atuais patamares	Pequenos aumentos localizados	Pequenos aumentos em todos os países
Nacional			
PIB	Crescimento mais brando	Volta ao patamar pré crise	Crescimento mais acentuado
Taxa de Câmbio Média	Pequena desvalorização	Estabilidade	Pequena valorização
Inflação	Dentro da banda	Dentro da banda	Dentro da banda
Mercado de Crédito	Desacelera	Aceleração	Forte aceleração
Mercado de Trabalho	Crescimento mais brando	Crescimento do patamar pré crise	Crescimento mais acentuado
Balanço de Pagamentos			
Transações Correntes	Déficit menor	Estável	Pequena Deterioração
Conta Capital	Financiável	Financiável	Financiável
Juros	Mantém*	Pequena elevação	Pequena elevação
Regional			
PIB	Acima da média histórica	Acima da média histórica	Acima da média histórica
Setor Externo	Queda do volume	Crescimento	Crescimento
Arrecadação	Estável	Leve aumento	Leve aumento

INTERNACIONAL

	2007	2008	2009*	2010*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)				
EUA	2,1	0,4	-2,7	1,5
Japão	2,3	-0,7	-5,4	1,7
Zona do Euro	2,7	0,7	-4,2	0,3
Europa Leste e Central	5,5	3,0	-5,0	1,8
Reino Unido	2,6	0,7	-4,4	0,9
Ásia emergente	10,6	7,6	6,2	7,3
Argentina	8,7	6,8	-6,5	-1,5
Brasil	5,7	5,1	0,8	6,1
Chile	4,7	3,2	-1,7	4,0
México	3,3	1,3	-7,3	3,3
Mundo	5,2	3,0	-1,1	3,1
Inflação (% a.a.)				
EUA	2,9	3,8	-0,4	1,7
Japão	0,0	1,4	-1,1	-0,8
Zona do Euro	2,1	3,3	0,3	0,8
Europa Leste e Central	6,0	8,1	4,8	4,2
Reino Unido	2,3	3,6	1,9	1,5
Ásia emergente	5,4	7,5	3,0	3,4
Argentina	8,8	8,6	5,6	5,0
Brasil	3,6	5,7	4,8	4,1
Chile	4,4	8,7	2,0	2,3
México	4,0	5,1	5,4	3,5

Fonte: FMI. *Projeções World Economic Outlook - FMI

BRASIL

	2008	2009*	2010*		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)					
Agropecuária	5,9	-1,7	2,5	3,9	5,0
Industrial	4,3	-4,2	6,2	7,7	8,2
Serviços	4,7	3,1	4,2	5,7	6,5
Total	5,1	0,8	4,6	6,1	6,9
Inflação (% a.a.)					
IGP-DI	9,1	-0,9	4,4	4,5	4,7
INPC	6,5	4,2	4,3	4,8	5,3
IPCA	5,9	4,2	4,2	4,5	4,9
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	3,8	-7,1	4,4	6,5	8,6
Transformação	3,1	-7,7	5,1	7,2	9,3
Indústria Total²	3,1	-7,5	4,8	6,9	9,0
Empregos Gerados – Mercado Formal (em Mil)					
Indústria extrativa	8,7	1,1	8,6	9,6	10,0
Indústria de transformação	178,7	5,1	202,2	449,6	514,7
SIUP	8,0	4,4	6,1	6,8	7,9
Construção civil	197,9	160,6	122,9	141,8	180,3
Comércio	382,2	246,9	333,7	397,1	413,2
Serviços	648,3	454,4	500,0	568,5	598,8
Administração pública	10,3	19,6	9,3	12,8	15,6
Agropecuária	18,2	-32,1	11,5	39,5	41,4
Total	1.452,2	860,0	1.194,2	1.625,6	1.781,8
Setor Externo (US\$ Bilhões)					
Exportações	197,9	154,0	160,4	174,6	185,0
Importações	173,1	128,7	145,0	160,0	170,0
Balança Comercial	24,8	25,3	15,4	14,6	15,0
Transações Correntes	-28,2	-17,5	-30,0	-36,0	-41,0
Investimento Estrangeiro Direto	45,1	25,0	30,0	35,0	40,0
Moeda e Juros (% a.a.)					
Juros Nominais – Selic - Média do ano	12,59	9,71	8,90	9,50	9,75
Juros Nominais – Selic - Final do ano	13,75	8,75	9,25	10,50	11,50
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ³	6,5	8,7	(4,5)	(13,0)	(17,0)
Taxa de Câmbio – Média do Ano	1,83	1,99	1,90	1,74	1,65
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	3,7	1,7	2,3	2,7	2,9
Resultado Nominal	(2,0)	(2,9)	(2,2)	(1,9)	(2,0)
Pagamento de Juros Nominais	(5,7)	(4,6)	(4,5)	(4,6)	(4,9)
Dívida Líq. do Setor Público – BR	38,8	44,6	44,0	42,2	42,4

¹ Preços Constantes; Usando deflator do PIB.

² Estimativa UEE/FIERGS. Previsão UEE/FIERGS. Não considera a Construção Civil e o SIUP

³ Variação em relação à média do período anterior. *Previsão Unidade de Estudos Econômicos - FIERGS

RIO GRANDE DO SUL

	2008	2009*	2010*		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Produto Interno Bruto Real (%) a.a.					
Agropecuária	-8,4	2,4	1,1	2,3	2,8
Industrial	6,7	-8,2	6,2	8,1	8,9
Serviços	4,6	1,6	2,8	3,9	4,6
Total	3,8	-1,0	3,6	4,9	5,6
Empregos Gerados – Mercado Formal					
Indústria extrativa	1.280	-614	454	534	669
Indústria de transformação	15.042	-7.089	27.067	38.205	54.319
SIUP	477	499	324	515	560
Construção civil	7.756	6.284	3.778	7.129	7.896
Comércio	29.137	20.482	23.604	29.405	29.702
Serviços	36.552	31.358	26.398	33.630	33.955
Administração pública	-82	-17	-539	-6	494
Agropecuária	392	-860	93	1.950	2.623
Total	90.554	50.045	81.179	111.364	130.218
Balança Comercial (US\$ Bilhões)					
Exportações	18,5	14,6	15,6	16,5	18,0
Importações	14,7	9,1	11,0	12,0	13,5
Saldo Comercial	3,7	5,5	4,6	4,5	4,5
Setor Público (R\$ Bilhões)					
ICMS	14,8	14,9	15,6	16,1	16,6
Índice de Desempenho Industrial (%) a.a.					
Faturamento real	2,6	-8,6	7,1	10,3	13,0
Compras	7,5	-23,3	8,8	13,5	17,3
Utilização da capacidade instalada	1,3	-7,8	3,6	5,6	7,1
Massa salarial	8,2	-7,6	4,3	6,3	8,1
Emprego	4,5	-7,0	2,2	3,4	4,3
Horas trabalhadas na produção	5,9	-12,6	3,5	5,6	7,2
Indústria Transformação - IDI/RS	5,3	-12,0	4,7	7,6	9,8
Produção Industrial (%) a.a.	2,4	-7,9	5,5	8,2	10,6

*Previsão Unidade de Estudos Econômicos - FIERGS



FIERGS
CIEGGS
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

PARTE I

ECONOMIA INTERNACIONAL

SESI

UMA NOVA CONFIGURAÇÃO ECONÔMICA

Muito mais do que interromper o mais longo e intenso ciclo de crescimento mundial, a crise de crédito deve resultar em uma nova arquitetura comercial, financeira e política nos próximos anos. As economias desenvolvidas ainda devem ressentir os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho e crédito e, os países emergentes passam a determinar a dinâmica do crescimento em 2010. Mesmo com a melhor no cenário, há vários desafios que devem ser enfrentados no ambiente internacional.

Durante o ciclo de prosperidade econômica internacional, verificado entre 2002 e 2007, as análises dos profissionais de mercado sobre o desempenho dos países e as perspectivas, em pouco divergiam. O aumento do produto era generalizado, preservadas algumas pequenas diferenças regionais e as perspectivas de continuidade desse cenário eram mais homogêneas. Afora problemas localizados, como os déficits gêmeos nos EUA, as dificuldades no mercado de trabalho na Europa e as especulações sobre a formação de uma possível bolha no mercado de crédito americano, tudo era positivo. Porém, a eclosão da crise em outubro do ano passado modificou essa percepção. Isso ocorreu devido a própria característica da crise, centrada no mercado financeiro, e que afetou, em especial, o mercado de crédito de países desenvolvidos.

Ao final de 2008, muitas incertezas ainda rondavam as previsões sobre a entrada ou não dos países emergentes no processo de desaceleração que se verificava nas economias desenvolvidas. Porém, rapidamente essa incerteza deu lugar à aceitação de uma crise coordenada, e que não pouparia região ou país. A partir desse ponto, as análises de mercado passaram a ter como foco a diferença de impacto da crise entre as economias. Tão logo essas diferenças se tornaram mais nítidas, essa percepção se consolidou. Sendo assim, uma análise do cenário pós-crise, seja para o ano de 2009 ou 2010 deve conter uma divisão entre países emergentes e desenvolvidos.

A economia em 2009

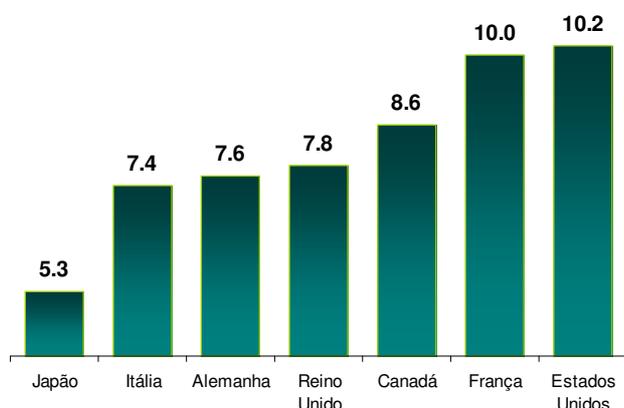
O impacto mais imediato da crise do *subprime*, pós-outubro de 2008, foi a restrição do crédito no mercado internacional. A desconfiança dos agentes financeiros interrompeu um dos mais importantes canais de impulso do consumo e investimento. Com isso, era inevitável a retração do produto e a conseqüente queda do nível de emprego em diversos países.

Desde o início da crise a taxa de desemprego entre os membros da OCDE aumentou em 2,5 pontos percentuais, passando de 6,1% para 8,6%. Essa expansão representa um adicional de cerca de 13 milhões de desempregados. Duas economias em destaque presenciaram uma evolução rápida e apresentam uma taxa de desemprego que atinge os dois dígitos: EUA e França. Além disso, a expectativa para o restante do ano de 2009 e boa parte de 2010 é que o desemprego continue em patamar elevado. Tal percepção se revela nos relatórios internacionais que apontam a fragilidade do mercado de trabalho como o ponto mais determinante da continuidade do cenário de crescimento baixo.

Taxa de desemprego

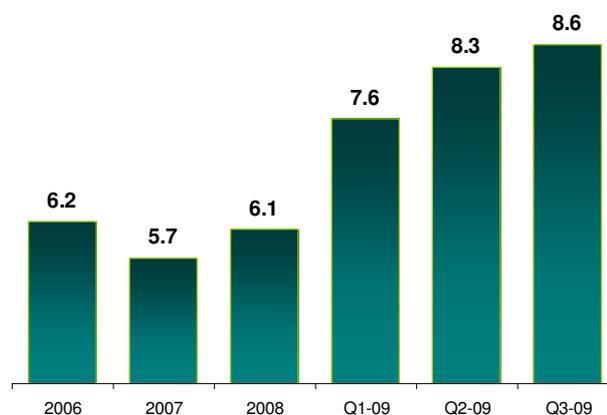
(em %)

Gráfico 1.1. Países da OCDE



Fonte: OCDE

Gráfico 1.2. Evolução na OCDE



Fonte: OCDE

Um dos pontos mais importantes desse processo foi a intervenção fiscal e monetária promovida pelos governos. Foram vários pacotes de incentivo financeiro para restabelecer a liquidez nos mercados e, ao mesmo tempo, a confiança dos agentes econômicos. Nesse caso, o volume de recursos direcionado a bancos, seja via empréstimo direto, compra de ações, garantia de depósitos ou aquisição, foram elevados. Somente nos EUA somou quase US\$ 9 trilhões, e atingiu, no Reino Unido, os 81% do PIB.

Ao mesmo tempo, diferentes medidas de redução de tributos foram implementadas para incentivar o consumo ou, de outro lado, evitar mais demissões. Destaque para os estímulos fiscais promovidos pelos EUA, que chegaram a 5,5% do PIB, e pelo Japão, com 4,7% do PIB.

Tabela 1.1. O combate à crise nos países

(em % do PIB)

	Estímulo fiscal	Suporte ao sistema financeiro
França	1.5%	19.1%
Alemanha	3.6%	22.2%
Itália	0.3%	3.3%
Portugal	0.8%	14.4%
Espanha	3.9%	22.9%
Reino Unido	1.9%	81.7%
Irlanda	-8.3%	266%
Islândia	-7.3%	263%
Japão	4.7%	22.3%
Estados Unidos	5.5%	81.1%
Canadá	4.1%	24.8%

Fonte: Nações Unidas

Não se discute a necessidade de se intervir na economia para evitar que a recessão se tornasse uma depressão e com custos maiores para a sociedade. Mas a questão principal é que “não há lanche de graça”. Naturalmente essas intervenções têm seu preço, e ele já se materializa na forma de dívida mais elevada. O enorme déficit

orçamentário nas economias desenvolvidas durante o ano de 2009 terá que ser revertido. Para se ter uma idéia do impacto da intervenção sobre as contas públicas, em 2007, o resultado primário do Governo Central nos EUA era da ordem de -2,8% do PIB. A projeção para 2009 é de um déficit da ordem de 12,4% do PIB. O mesmo cenário pode ser verificado no Japão, França e Reino Unido. E, mesmo em países onde esse custo foi mais baixo, como na Alemanha e no Canadá, os resultados são muito mais negativos que a média histórica.

Esse maior volume de gastos reverteu-se em uma elevação da dívida líquida. No caso dos EUA essa passou de 42% do PIB em 2007 para 58% em 2009. Um aumento de 16 pontos percentuais. Porém, a situação mais delicada ocorreu no Reino Unido, com a dívida interna quase que dobrando de tamanho.

Resultados para o Governo Central (em % do PIB)

Tabela 1.2. Resultado primário

	2007	2009
EUA	(2,84)	(12,46)
Japão	(2,52)	(10,46)
França	(2,73)	(7,03)
Reino Unido	(2,64)	(11,58)
Alemanha	(0,47)	(4,16)
Canadá	1,58	(4,94)

Fonte: FMI.

Tabela 1.3. Dívida líquida

	2007	2009
EUA	42.33	58.21
Japão	80.36	104.64
França	54.08	66.98
Reino Unido	38.32	62.11
Alemanha	56.91	70.31
Canadá	23.451	28.238

Fonte: FMI.

Uma dívida muito elevada não seria um empecilho para a economia diante de um cenário de expansão do produto, juros reais baixos, prazos longos, equilíbrio fiscal e uma razão de dependência da população que garanta crescimento sustentado. Porém, esse não é o caso de muitas economias desenvolvidas. Em todas, o que se verifica é a necessidade de forte ajuste fiscal no curto prazo, que deve se traduzir tanto no aumento de impostos quanto no controle de gastos. Ambos com o poder de reduzir a demanda agregada e, além disso, impactar as intenções de investimento. Nesse cenário, a projeção é de um potencial de crescimento limitado. Outro problema a ser enfrentado no médio e longo prazo pelos governos são os crescentes gastos com previdência e saúde. O rápido envelhecimento da população, a baixa taxa de natalidade e a demanda por planos de saúde públicos devem pressionar os orçamentos. Tanto na Europa quanto nos EUA e Japão essa já é uma realidade, e serão necessárias diversas reformas para evitar que tais desequilíbrios se transformem em nova dívida.

No campo financeiro, uma dívida maior resulta em competição mais acirrada do setor público por recursos no mercado, com impactos diretos sobre a oferta de crédito para as empresas. O resultado esperado é na forma de juros maiores, com conseqüente aumento do custo de capital e também redução dos investimentos.

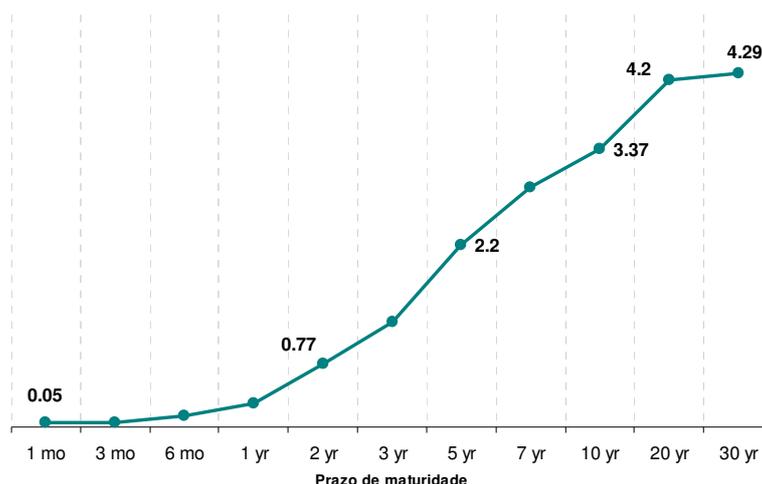
No passado, dívidas elevadas foram justificativas para mudanças na nota de classificação de risco. O Canadá, por exemplo, teve sua nota reduzida no início dos anos 1990 quando sua dívida chegou perto dos 100% do PIB. O mesmo aconteceu com o Japão em 1998, com dívida em 115% do PIB. Essa crise já fez pelo menos duas vítimas. A primeira foi a Irlanda, que perdeu sua classificação de dívida AAA. A outra foi o Reino Unido, que teve sua avaliação AAA colocada em perspectiva negativa.

Apesar dessas projeções não tão otimistas para o médio e longo prazo, os sinais emitidos pela economia dão mostras de que os países desenvolvidos iniciaram um processo de recuperação. A curva de juros, conhecida como *yield curve*, já está

positivamente inclinada, indicando taxas de juros maiores num futuro próximo. Um sinal claro de que há uma expectativa de recuperação da economia no curto prazo.

Outro indicador interessante é que, se os juros para títulos com maturidade de 10 anos estão mais do que 1,2 pontos percentuais acima daqueles de maturidade de curto prazo, fundamentalmente de 3 meses, então há menos de 5% de chances de se ter uma recessão. No dia 23 de novembro, data de coleta dessas informações, essa diferença estava em 3,32 pontos percentuais.

Gráfico 1.3. Curva de juros nos EUA
(em % ao ano)



Fonte: Treasury e <http://www.bloomberg.com/markets/rates/index.html>. Dados de 23/11/2009.

Não há dúvidas que os países desenvolvidos estão em processo de recuperação. Nesse momento, os maiores receios recaem sobre a magnitude dessa dinâmica. Com o aumento da taxa de desemprego, a confiança dos consumidores fica abalada, e isso se reflete nas intenções de consumo. Além disso, as famílias saem desse cenário com dívidas elevadas, o que impõe a necessidade de formação de poupança, principalmente pelo motivo precaucional¹.

E esse é um resultado desejado para a economia americana. Durante muitos anos o País conviveu com poupança interna baixa, financiando seu consumo com recursos externos. Boa parte desses recursos teve como fonte a investida dos bancos centrais no processo de acúmulo de reservas, principalmente no formato de títulos do tesouro. Mas, devido a necessidade de ajuste do valor do dólar como forma de equilibrar as transações correntes, esse processo pode cessar e, para manter o financiamento ao crescimento, o governo terá que usar poupança interna.

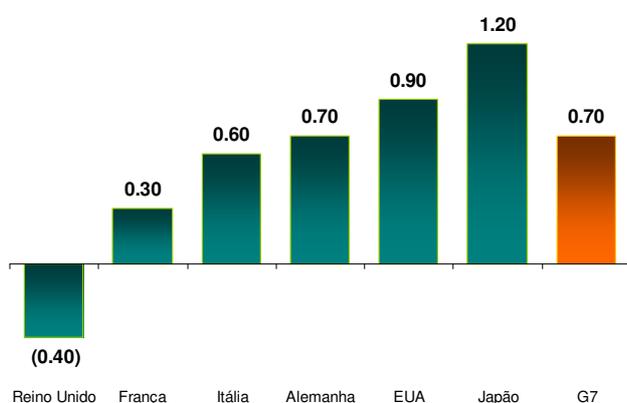
De qualquer forma, após trimestres seguidos de queda do produto, o 3º trimestre de 2009 já mostra uma variação positiva no PIB em vários países desenvolvidos. A principal exceção é o Reino Unido. Mesmo com os resultados do 3º trimestre e a perspectiva de manter essa evolução no último trimestre do ano, 2009 deve se encerrar com uma queda histórica no produto. Alemanha, Itália e Japão devem ter quedas acima de 5% e, EUA e França, próximo a 2,5%.

¹ Segundo estimativas de mercado, para cada 1 ponto percentual de aumento na poupança das famílias americanas, ocorre uma redução de US\$ 109 bilhões na demanda agregada, ver *The Economist* 03/10/2009.

Taxa de crescimento do PIB

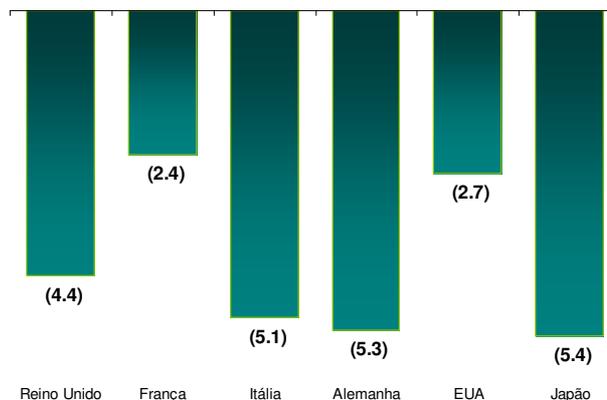
(var.%)

Gráfico 1.4. 3ºT09 sobre 2ºT09



Fonte: OCDE.

Gráfico 1.5. Perspectivas para 2009



Fonte: WEO/IMF.

Enquanto os países desenvolvidos se vêm às voltas com as dificuldades em resolver os problemas no sistema financeiro e as conseqüências sobre o mercado de crédito e de trabalho, os países emergentes apresentaram uma performance mais positiva. Não que os mesmos tenham deixado de sentir os efeitos da crise internacional, mas sim que sua recuperação se deu de maneira mais rápida. Porém, mesmo assim, o crescimento dos emergentes não deve compensar a perda de demanda gerada pela retração nos países desenvolvidos.

Destaca-se que o canal de transmissão dessa crise para os países emergentes se deu de diversas formas. Com o aumento da aversão a risco, e a fuga de capitais para títulos mais seguros, as economias que dependiam de financiamento externo para equilibrar a conta corrente, experimentaram maiores dificuldades em administrar os impactos da crise. Isso também pôde ser verificado nos países onde há uma forte ligação do setor financeiro local com o internacional. E, na medida em que essa restrição de liquidez se prolonga, mais esses efeitos se tornam danosos.

Após o *boom* de fluxo de capitais para países emergentes, quando em apenas doze meses representou quase três vezes a média histórica, o ano de 2008 teve dois momentos. O período antes de outubro e o último trimestre quando esse fluxo cessou e tomou a direção contrária. Assim, no ano de 2009, a perspectiva é que ocorra uma reversão nesse fluxo que pode chegar a US\$ 53 bilhões. Porém, vale destacar, os investimentos diretos continuam a fluir para os emergentes sem se distanciar da média dos últimos anos. A diferença reside no fluxo de capitais na rubrica “portfolio”, ou seja, principalmente no mercado acionário.

Nos países do Leste Europeu, por exemplo, a situação é mais delicada, em especial devido a sua forte ligação com o sistema financeiro europeu. De 2003 a 2008, os bancos estrangeiros aumentaram em seis vezes o volume de recursos direcionados para esses mercados. Com o agravamento da crise em setembro do ano passado, essa fonte de recursos praticamente secou, e impactou diretamente na capacidade dos bancos locais de refinanciar dívidas ou de promover liquidez para o sistema financeiro.

A perspectiva de crescimento do produto no ano de 2009 espelha essa diferente realidade. No grupo dos CIS – *Commonwealth of Independent States*², que engloba

² Pela classificação do FMI, o CIS é composto pelos países: Azerbaijão, Cazaquistão, Rússia, Turcomenistão, Mongólia e Uzbequistão.

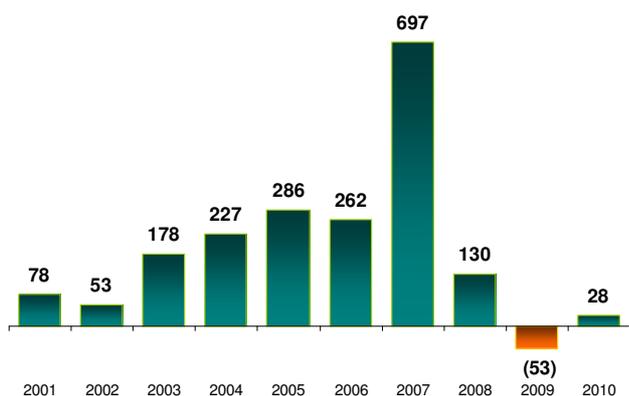
países mais dependentes do movimento do preço do petróleo, a retração pode chegar a 6,7%. Queda significativa também é esperada para os países do Leste Europeu, em especial devido às dificuldades encontradas em seu sistema financeiro e também com as exportações para a Europa. Por fim, na Ásia emergente o destaque é o comportamento da China e da Índia, que devem contribuir para manter a expansão do produto na região.

A China foi a primeira, dentre as grandes economias, a sair da crise. No acumulado dos nove primeiros meses de 2009 a economia chinesa cresceu a uma taxa real de 7,7%. Destaca-se que o crescimento nominal foi de 4,7%, de modo que a deflação teve papel fundamental para esse resultado. Assim como no Brasil, o governo chinês agiu de forma enérgica para estimular a demanda agregada e não deixar o nível de atividade permanecer em nível baixo por muito tempo, a fim de evitar uma espiral recessiva. A diferença entre os dois países foi que na China optou-se pelo estímulo aos investimentos em infra-estrutura e construção civil, enquanto no Brasil optou-se por estimular o consumo de bens duráveis. Estima-se que o estímulo fiscal na China chegou, entre expansão dos gastos públicos e de crédito, a 15% do PIB neste ano. E, caso esses estímulos não tivessem sido adotados, o crescimento do PIB nesse ano poderia ter ficado em apenas 5%, em termos reais.

Numa trajetória melhor que a dos países desenvolvidos, mas não tão boa quanto a China, os países da América Latina e Caribe têm mostrado sinais de estabilização e recuperação. Os canais pelo qual a deterioração da atividade econômica em 2009 ocorreu diferem entre os países da região. Há exemplos daqueles que sofreram com a retração no turismo, como foi o caso da América Central e Caribe; em outros a retração nas exportações foi o principal canal de contágio, com destaque para México, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela. Na maioria dessas economias a intensidade dos choques foi mitigada pelas políticas monetária e fiscal anti-cíclicas implementadas pelos governos, ou por certo grau de flexibilidade do setor financeiro, devido ao baixo nível de crédito na economia e a utilização da taxa de câmbio como forma de absorver os choques externos.

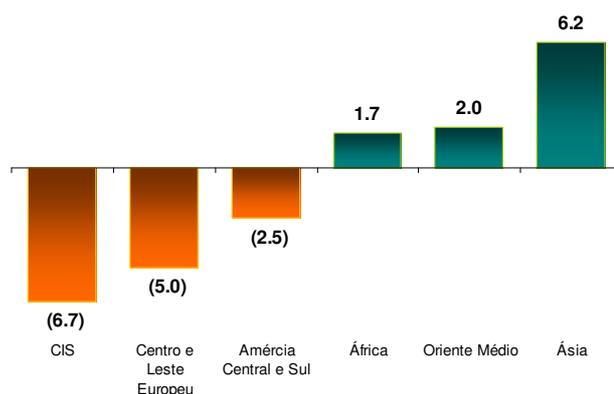
Países emergentes

Gráfico 1.6. Fluxo de capitais privados
(em US\$ bilhões)



Fonte: WEO/IMF.

Gráfico 1.7. PIB - perspectivas para 2009
(var.%)



Fonte: WEO/IMF.

A partir da metade de 2009, as economias da região, principalmente América do Sul, foram muito beneficiadas pela melhora no mercado financeiro mundial que permitiu um crescimento do fluxo de capitais e, principalmente, pela recuperação do preço das *commodities*, dada a predominância de países exportadores na região. Mesmo com esse horizonte positivo, o resultado do primeiro semestre mostrou que a atividade produtiva foi

amplamente afetada pela crise de modo que, mesmo com um resultado mais positivo no segundo semestre, a estimativa para 2009 é de retração de 2,5% no PIB da região.

Desafios para o mundo pós-crise

Muito se argumenta sobre as relações econômicas e financeiras em um mundo pós-crise, e qual deve ser o papel das instituições públicas e privadas nesse processo. A despeito das propostas que surgem, há consenso sobre alguns pontos importantes que devem entrar na pauta de discussões em várias instâncias de governos. São itens que, muitas vezes, transcendem a esfera nacional e encontram um fórum mais amplo de discussão³. De maneira rápida, procura-se aqui falar de alguns desses desafios, no quais o Brasil não deve ser apenas mero coadjuvante.

1. Reforma do sistema financeiro

A crise expôs diversas fragilidades na forma de regulação e supervisão das relações no sistema financeiro dentro das fronteiras nacionais. Porém, o mais agravante, e que potencializou os efeitos negativos dessa crise, são as relações no ambiente internacional. Essas são de mais difícil controle e regramento e, envolve a ação conjunta de governos e Bancos Centrais.

Porém, algumas ações no âmbito nacional podem ajudar a reduzir os riscos sistêmicos no futuro. Dentre essas, destacam-se: (i) uma maior transparência nas relações entre todos os participantes desse mercado, sejam eles fundos de investimento, seguradoras, fundos de pensão, bancos comerciais e as agências de classificação de risco; (ii) revisão na regra dos usos das classificações de risco (*credit rating*) nas avaliações de ativos; (iii) aumento dos requerimentos de capital para determinadas operações de crédito, em especial as mais complexas, e que envolvem derivativos; (iv) melhorar a supervisão e as operações de liquidez por parte dos Bancos Centrais.

2. Governança

As relações entre o sistema financeiro e as políticas macroeconômicas devem ser mais transparentes e deve envolver agentes além fronteiras. Se um país tem visões de curto prazo, suas ações no campo da economia podem gerar distorções em outros lugares, prejudicando a estabilidade do sistema financeiro mundial.

3. Reformas estruturais

A despeito da recorrente necessidade de se implementar modificações pontuais e de adaptar os países emergentes ao funcionamento de mercados em um mundo mais globalizado, seja do ponto de vista comercial ou financeiro, também são apontadas muitas reformas estruturais nos países desenvolvidos.

Essas vão desde uma modificação no mercado de trabalho, de forma a torná-lo mais flexível, seja com o emprego ou com o salário, até a reestruturação do sistema tributário. Outras importantes reformas devem ocorrer no sistema de saúde e previdenciário, sem as quais, as conseqüências sobre a taxa de juros e a capacidade de crescimento das economias serão danosas.

³ Essa seção foi baseada em: Trichet, J-C; Key Lessons from crisis, Speech at annual conference 2009, Spain, november 2009 e Caruana, J. Lessons of the Financial Crisis for Future Regulation of Financial Institutions and Markets and for Liquidity Management, Monetary and Capital Markets Department, IMF, 2009.

Perspectivas para 2010

O cenário projetado para 2010 é de crescimento mais expressivo nas economias emergentes do que nas desenvolvidas. Os sinais de recuperação nessas ainda são muito tímidos. A despeito de alguns países já terem retomado o processo de aperto monetário e os resultados do PIB do terceiro trimestre positivos, a confiança do consumidor, as vendas no comércio e o emprego ainda mostram-se pouco resilientes. Destaca-se que a retomada da economia após a maior crise desde a Grande Depressão será lenta. Mesmo que o nível de atividade comece a dar sinais de retomada, o mercado financeiro ainda está com a luz amarela acesa. Além disso, o mundo pós-crise deixou como herança severos desequilíbrios, internos e externos, em especial nos orçamentos públicos, que precisam ser superados.

No caso da economia dos EUA, que responde por 24% do PIB mundial, as expectativas são de uma expansão próxima a 1,5% em 2010. É provável que o crescimento não seja observado em todos os trimestres do ano, ou seja, a taxa de crescimento pode apresentar certa volatilidade durante 2010. Um dos principais desafios para o país será reativar a economia sem dispor de um grande alcance do aparato fiscal, uma vez que a relação dívida/PIB está em nível demasiado alto. O comprometimento do governo com a manutenção da liquidez do sistema financeiro e o alto grau de endividamento das famílias torna mais difícil de reativar a economia pela via do consumo.

Nessa mesma linha, a economia da União Européia deverá apresentar taxas de crescimento tímidas. Em 2010, a expansão do PIB da região deve ficar em torno de 0,5%. No segundo trimestre de 2009 os dados do PIB da região mostraram sinais de que o ritmo de queda diminuiu. Sendo que na França e Alemanha as taxas de crescimento foram positivas e no Reino Unido foi registrado um declínio moderado. Contudo, muitas economias da Europa emergente continuam apresentando taxas negativas. De uma maneira geral, a expectativa é de que a taxa de desemprego na região continue alta e, devido a elevada ociosidade, os investimentos devem ser baixos. Os desafios da região para atingir um crescimento mais robusto passam pela reorganização do sistema financeiro e por conseguir manter e melhorar a coordenação das políticas entre os países. Assim como nos EUA, o lado da oferta da economia, dentre os países da Europa, mostra-se com uma dinâmica insuficiente para proporcionar crescimento mais robusto. Pelo lado da demanda, há pouco espaço para incentivos dos governos devido à elevada relação dívida/PIB atingida com as ações passadas.

A despeito desse cenário não tão promissor para a Europa e os EUA, a China e a Índia devem continuar a apresentar resultados mais satisfatórios do ponto de vista de produto. Além disso, os desafios para a economia chinesa são muito diferentes daquelas constatadas para a maioria dos países no período pós-crise. Por hora, a forte expansão do crédito tem ajudado na recuperação do mercado interno, mas esse excesso de crédito pode se tornar um problema para o país.

Um dos riscos associados a uma expansão desenfreada do crédito é criar uma inflação no preço dos ativos e influenciar negativamente a alocação dos recursos da economia. Esse pode se manifestar na forma de uma piora na qualidade de concessão dos créditos dos bancos. As autoridades chinesas já anunciaram que estão atentas para as possíveis bolhas nos mercados de ativos e que estão prontas para implementar medidas para limitar o crescimento do crédito.

Com relação à América Latina há sinais claros de recuperação, ainda que em intensidade diferente entre os países. Destaca-se que a política fiscal em muitos dos países, pela primeira vez em décadas, foi contra-cíclica. Esse movimento é reflexo de um

progresso na estrutura macroeconômica dos países e também da dinâmica econômica mundial pré- crise que favoreceu os exportadores de *commodities*, como o México, o Chile e o Brasil. Contudo, a região se defrontará com importantes desafios no médio-prazo. A continuidade do processo de recuperação, no que tange à conjuntura interna dos países, dependerá da administração das políticas fiscal e monetária, bem como a adoção de uma política fiscal de longo prazo, a exemplo da realizada pelo Chile.

O México foi um dos mais atingidos pela retração no consumo das famílias norte-americanas, com uma queda do PIB prevista para 2009 de 7,3%. Esse resultado só não foi pior devido ajuda que a economia local teve com o pacote de estímulo ao consumo de automóveis criado pelo governo norte americano. Após quatro trimestres de taxas de crescimento negativas, o resultado do terceiro trimestre de 2009 foi de crescimento de 2,9% no México. As perspectivas para 2010 dependem do ritmo da recuperação da economia norte americana. De qualquer forma, a expectativa é de expansão da ordem de 3,3%.

Tabela 1.4. Perspectivas para 2010
(var. % do PIB)

	2009	2010
Economias Avançadas	-3,4	1,3
EUA	-2,7	1,5
Região do Euro	-4,2	0,3
Alemanha	-5,3	0,3
França	-2,4	0,9
Itália	-5,1	0,2
Espanha	-5,4	-0,7
Japão	-5,4	1,7
Reino Unido	-4,4	0,9
Canadá	-2,5	2,1
Emergentes e em Desenv.	1,7	5,1
África	1,7	4,0
Europa Central e Oriental	-5,0	1,8
Rússia	-7,5	1,5
China	8,5	9,0
Índia	5,4	6,4
Oriente Médio	2,0	4,2
Brasil*	-0,1	3,5
México	-7,3	3,3
Mundo	-1,1	3,1

Fonte: WEO/IMF.

Na América do Sul, há boas perspectivas para a Argentina. A safra de grãos, que pode atingir 79 milhões de toneladas, deve superar o recorde de 2007, que foi de 72 milhões de toneladas. Só a soja deve ter uma produção de 53 milhões de toneladas. Outro ponto importante se refere à retomada das negociações com o FMI. O País autorizará uma auditoria de suas contas públicas e pretende contar com o auxílio da instituição para readquirir credibilidade ante os investidores internacionais. É importante salientar que a Argentina, após a moratória em 2001 perdeu um momento histórico de grande fluxo de investimentos para os países emergentes. Nessa conjuntura, o Brasil perdeu junto visto que, com um vizinho mais pobre e fora do mercado internacional, fez com que o crescimento no comércio entre os dois países não aproveitasse todo o seu potencial e muitos investimentos que poderiam se beneficiar da escala dos dois mercados podem não ter acontecido na mesma dimensão.

Por fim, as perspectivas para 2010 são mais animadoras do que as que se tinha para 2009 na mesma época do ano passado. A economia mundial começa a dar sinais de expansão, impulsionada pelo crescimento países em desenvolvimento, principalmente os emergentes da Ásia. Contudo, os desafios impostos pela crise ainda não foram totalmente

superados, de modo que, o ritmo de expansão é lento, distante das taxas observadas no mundo pré-crise. O crescimento esperado para a economia mundial no período 2010-2014 é de 4% ao ano, ligeiramente inferior aos 5% observados nos cinco anos anteriores à crise.

FIERGS
CERSI
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

PARTE II
BRASIL

SESI

RECUPERAÇÃO EM FORMATO DE “V”?

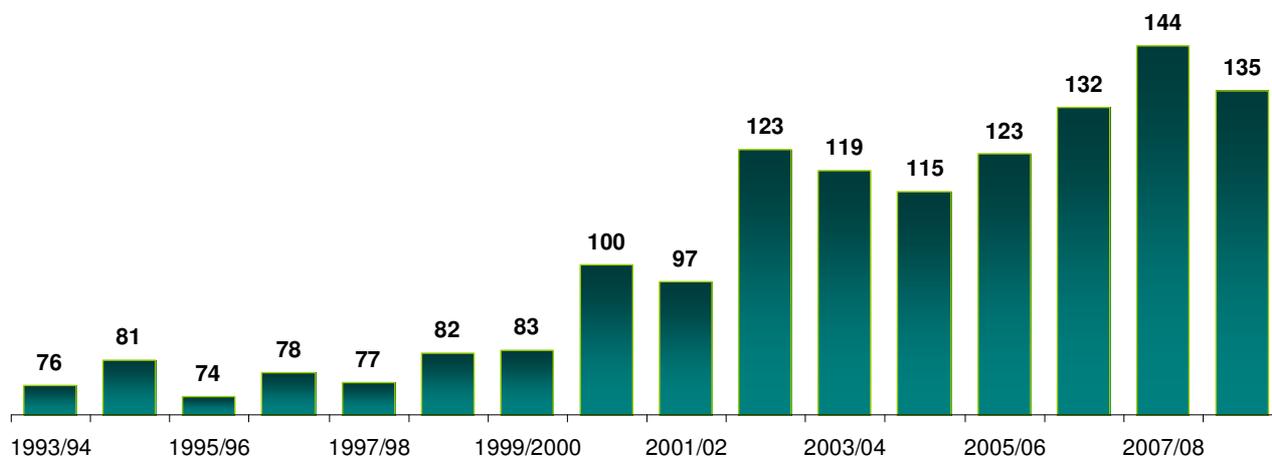
Após um ano desde a eclosão da crise internacional, o balanço econômico indica que o Brasil conseguiu superar com mais facilidade os efeitos adversos desse cenário, tanto em comparação com outros países, como, também, quando se avalia a performance da economia brasileira no passado. A rápida recuperação teve o formato de “V” e deixa antever um bom cenário para 2010. Porém, o próximo ano é cercado de desafios macroeconômicos, como o equilíbrio das contas públicas, o financiamento ao investimento, as pressões inflacionárias e a dívida pública.

Agropecuária

Pode-se dizer que o ano de 2009 foi relativamente bom para a agropecuária brasileira. No que diz respeito à agricultura, a despeito dos diversos problemas enfrentados em regiões específicas que atingiram algumas culturas, e da crise internacional que reduziu a demanda externa, a perspectiva de uma safra de grãos da ordem de 135 milhões de toneladas não é das piores.

Além disso, o preço de diversas commodities se manteve em patamar favorável para o exportador que, juntamente com um câmbio médio (no primeiro semestre de 2009) mais desvalorizado do que o verificado no mesmo período de 2008, deve garantir bom rendimento para os produtores. Destaca-se que esses benefícios devem se estender para toda a cadeia produtiva, que envolve desde a compra de insumos até o gasto futuro com investimento em maquinário e no plantio da nova safra. Em uma análise histórica, os resultados dos últimos anos indicam a consolidação de um novo patamar de produção de grãos no Brasil.

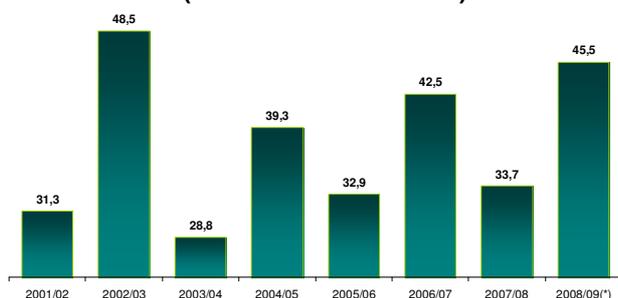
Gráfico 2.1. Safra de grãos
(em milhões de toneladas)



Fonte: Conab.

Várias culturas agrícolas tiveram bons resultados. A produção de café, com aproximadamente 45 milhões de sacas, deve ter um aumento estimado da ordem de 35% sobre a safra de 2008, se aproximando do recorde histórico. Da mesma forma, a produção de cana-de-açúcar foi favorável, com uma estimativa de aumento de 10% sobre o ano passado. Nesse caso, destaque para o avanço da produção na região Centro-Oeste, que se consolida como a segunda maior região produtiva do gênero no Brasil. Na região Sudeste, a projeção é de um aumento da ordem de 28 milhões de toneladas. Do total produzido no Brasil, cerca de 55% deve ser destinado para a produção de álcool, o equivalente a 348 milhões de toneladas (um aumento de 6,9% sobre o resultado de 2008). Nesse caso, as estimativas da Conab são de que a produção de álcool deve atingir os 27,8 bilhões de litros, uma expansão de 4,2% sobre 2008.

Gráfico 2.2. Produção de café
(em milhões de sacas)



Fonte: Conab

Tabela 2.1. Produção de cana-de-açúcar
(em milhões de toneladas)

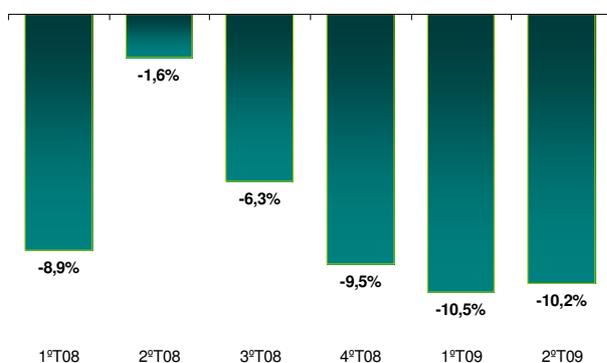
	2008	2009	Var. %
Norte	1,47	1,56	5,9%
Nordeste	64,42	61,90	-3,9%
Centro-Oeste	66,51	88,44	33,0%
Sudeste	395,09	423,35	7,2%
Sul	44,32	53,77	21,3%
Brasil	571,81	629,02	10,0%

Fonte: IBGE

Por outro lado, os resultados para a pecuária não foram tão positivos quanto os verificados na agricultura. O abate de carnes é um dos itens mais importantes do setor. No caso dos bovinos, no mês de junho de 2009 completou-se oito trimestres consecutivos de queda nos abates nessa base de comparação, sendo mais intenso nos dois últimos. Destaca-se que o menor número de abates está se refletindo também na produção de carnes. As últimas estimativas da Conab dão conta de que o ano de 2009 deve se encerrar com uma queda de 11% na produção de carnes bovinas. Além disso, a retração da demanda internacional e as barreiras impostas por alguns países são motivos apontados para a queda de cerca de 228 mil toneladas nas exportações do produto.

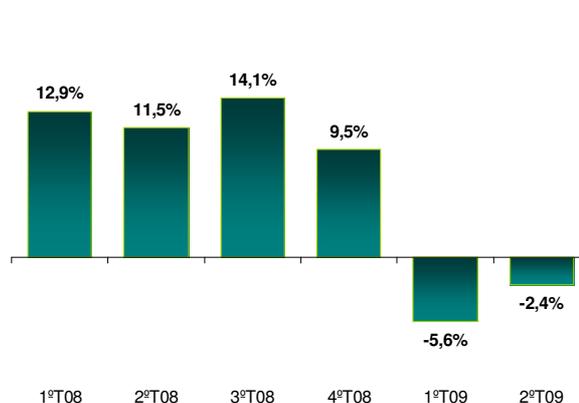
Taxa de crescimento de animais abatidos
(var. % sobre o mesmo trimestre do ano anterior)

Gráfico 2.3. Bovinos



Fonte: IBGE

Gráfico 2.4. Aves



Fonte: IBGE

Por outro lado, os abates de aves tiveram dois trimestres seguidos de retração mas, em menor magnitude do que a verificada no segmento de bovinos. O processo de desaceleração dessa atividade iniciou-se em dezembro de 2008, quando os abates cresciam 12% no acumulado em doze meses. Desde então, as dificuldades encontradas, principalmente com as exportações, contribuíram para limitar a atividade no segmento e, nos 12 meses terminados em junho de 2009, o volume de abates está com 3,6% de expansão.

Tabela 2.2. Suprimento de bovinos
(em mil toneladas)

	2008	2009	Var.%	Var. absoluta
Produção de carne	8.834	7.827	-11,4%	(1.007)
Importação	30	36	20,0%	6
Exportação	1.919	1.691	-11,9%	(228)
Disponibilidade interna	6.944	6.171	-11,1%	(773)

Fonte: Conab.

Indústria

Esse setor foi o que mais sentiu os efeitos da crise internacional, seja no Brasil ou em outros países, e atingiu, especialmente, a indústria de transformação. No caso brasileiro, os vetores de impacto estiveram relacionados, em um primeiro momento, com a restrição de crédito externo, com impactos imediatos sobre a atividade exportadora. Segmentos como o complexo metal-mecânico, exportações de alimentos e de bens de consumo duráveis, como automóveis e móveis, foram os mais atingidos.

A seguir, com a menor liquidez de capitais e o aumento da aversão ao risco, os efeitos negativos da crise rapidamente contaminaram os demais segmentos da economia interna. A redução do número de pedidos para as indústrias, contribuiu, em um curto espaço de tempo, para a formação de elevados estoques. Como forma de equilibrar o mercado, a resposta imediata foi o corte de produção. Além disso, em um cenário de incerteza, verificou-se forte redução das intenções de investimento, afetando de imediato a indústria de bens de capital.

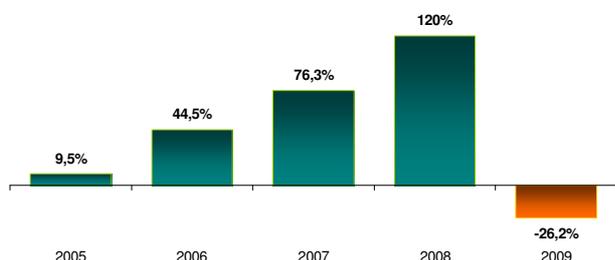
Os resultados para a indústria da construção civil não foram diferentes. Após um longo ciclo de crescimento nos financiamentos, seja para a construção ou aquisição de imóveis, o ano de 2009, pelo menos durante o primeiro semestre, criou um cenário heterogêneo. A despeito de uma taxa de juros menores, o número de unidades para construção que foram financiadas caíram cerca de 26%, ou seja, um total de 20 mil unidades a menos. Por outro lado, o mercado continuou aquecido no que diz respeito a aquisições. Nos seis primeiros meses de 2009, sobre o mesmo período de 2008, foram 14 mil unidades a mais financiadas, o que representa um avanço de 25%.

Também é possível notar uma heterogeneidade entre os Estados. Enquanto que, no Sul, todos os estados tiveram crescimento no número de unidades financiadas, seja para construção ou aquisição, no Sudeste verificou-se queda. Nas outras regiões, os resultados são um pouco heterogêneos mas, chama a atenção o aumento verificado em Rondônia, Piauí, Acre e Alagoas. Porém, dado o pequeno peso que esses estados possuem sobre o total, esse resultado não foi suficiente para compensar a queda de 17% verificada nos estados da região Sudeste.

Atividades do SBPE – unidades financiadas

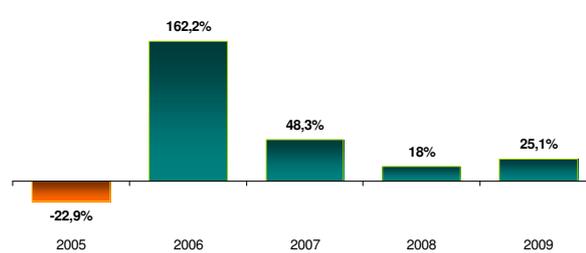
(var. % jan-jun)

Gráfico 2.5. Para construção



Fonte: CBIC.

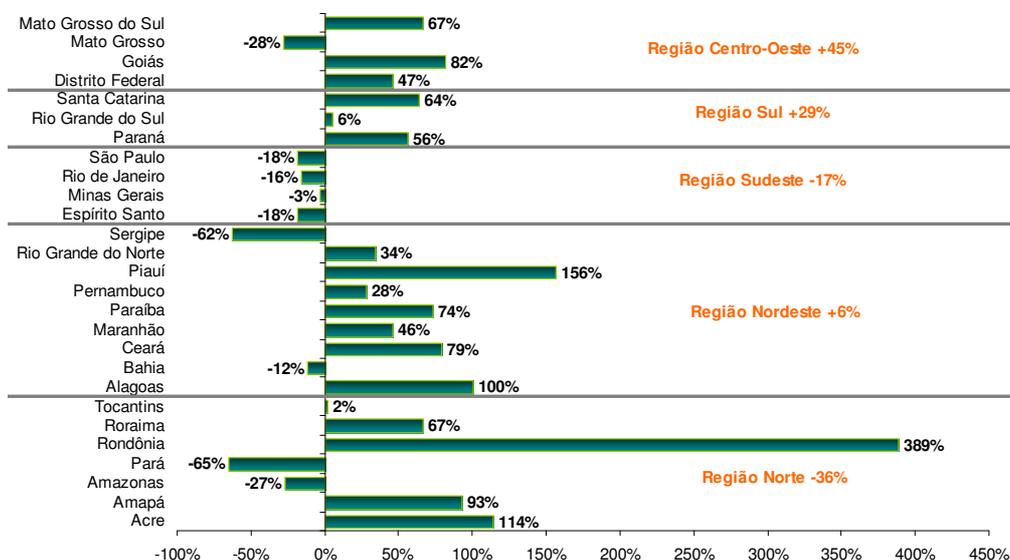
Gráfico 2.6. Para aquisição



Fonte: CBIC.

Em que pese o cenário não tão negativo para a construção civil, o comportamento do PIB do setor reflete o fraco desempenho da indústria de transformação. Pode-se dizer que o epicentro da crise foi o último trimestre de 2008. A queda histórica de 8% interrompeu um ciclo de expansão de nove trimestres, e que se consolidava como um dos maiores no setor no Brasil. Porém, o acúmulo de estoques foi tão elevado que essa retração ainda teve força para perdurar no 1º trimestre de 2009, quando, então, o ciclo de ajuste de estoques se encerrou e a indústria voltou a produzir.

Gráfico 2.7. Atividades do SBPE – unidades financiadas por UF
(var. % jan-jun 2009/08)



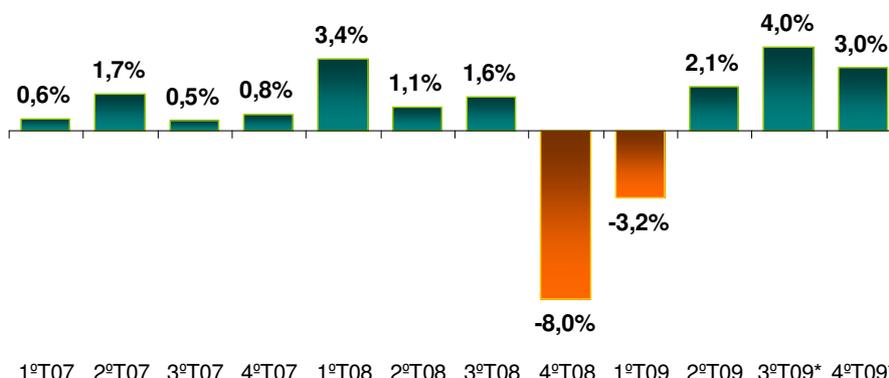
Fonte: CBIC.

Em que pese o cenário não tão negativo para a construção civil, o comportamento do PIB do setor reflete o fraco desempenho da indústria de transformação. Pode-se dizer que o epicentro da crise foi o último trimestre de 2008. A queda histórica de 8% interrompeu um ciclo de expansão de nove trimestres, e que se consolidava como um dos maiores no setor no Brasil. Porém, o acúmulo de estoques foi tão elevado que essa retração ainda teve força para perdurar no 1º trimestre de 2009, quando, então, o ciclo de ajuste de estoques se encerrou e a indústria voltou a produzir.

O crescimento de 2,1% do 2º trimestre não representa apenas a interrupção dos movimentos de queda como também se mostra consistente com os fundamentos da economia e de uma perspectiva positiva para os meses seguintes. Até o momento da elaboração desse texto, os dados de PIB do terceiro trimestre não haviam sido divulgados. Mas, indicadores antecedentes e os números da produção física mensal, deixam claro o processo de recuperação no setor.

Entre julho e setembro de 2009, a indústria de transformação expandiu-se 3,7% sobre o trimestre imediatamente anterior, enquanto que a extrativa 4%. Com isso, a indústria total deve crescer a um ritmo entre esses dois números. É um valor expressivo, que representa uma taxa anualizada de 17%. Cabe ainda ressaltar que, devido a baixa base de comparação, que foi o último trimestre de 2008, esse desempenho estatístico também deve se refletir durante o quarto trimestre de 2009.

Gráfico 2.8. Evolução do PIB da indústria
(var.% sobre o trimestre imediatamente anterior)



Fonte: IBGE. * Estimativa UEE/FIERGS.

Não há dúvidas de que estamos realmente diante de um cenário de recuperação do setor industrial. Porém, a questão que se coloca nesse momento é saber se essa será suficiente para superar a queda observada no primeiro trimestre – desconsiderando a retração de 2008 para o cálculo do PIB do setor no ano de 2009. A se concretizar a expansão de 4% no 3º trimestre, seria necessário um crescimento de 20% no quarto trimestre para que, no ano de 2009, se verificasse um resultado nulo. Uma performance difícil de se concretizar. Sendo assim, o mais natural é esperar que o quarto trimestre tenha uma expansão próxima ao terceiro, em torno de 3%, contribuindo para que o PIB da indústria em 2009 se encerre em -4,2%.

Serviços

A despeito da desaceleração mundial e da queda da atividade na indústria, o setor de serviços seguiu no ano de 2009 apresentando resultados satisfatórios. Nesse caso, destaque para o comportamento das vendas do comércio. Alguns fatores ajudam a entender essa dinâmica: (i) um mercado de trabalho ainda aquecido – no ano de 2009 devem ser criados pouco menos de um milhão de empregos formais; (ii) uma inflação baixa, que ajuda a manter o poder de compra do trabalhador; (iii) juros reais em patamares baixos, facilitando a demanda por bens de consumo duráveis, como os da linha branca e marrom; (iv) incentivos tributários, que beneficiaram em especial as vendas de veículos; (v) oferta de crédito, principalmente por parte dos bancos públicos; (vi)

aumento dos gastos públicos, principalmente com pagamento de salários, benefícios previdenciários e assistenciais.

Mesmo assim, o comércio sentiu os efeitos da crise, tanto é que, após estar crescendo cerca de 10% no acumulado em doze meses terminados em setembro de 2008, tem-se uma forte desaceleração que derrubou essa taxa para 5% em setembro último. Analisando as atividades, é possível identificar o principal vetor dessa queda, exatamente as vendas de materiais de construção. Da mesma forma que para o resultado do comércio varejista, as vendas desse produto cresciam 10% em setembro do ano passado. Porém, como mostrado na seção anterior, que tratou do resultado industrial, ocorreu uma forte queda no volume de unidades financiadas dentro do SBPE, na modalidade de construção. Ou seja, foi a atividade de construção civil que mais sentiu a retração da demanda nesse período. O reflexo sobre a venda de materiais foi imediato, e essa atividade passou de um crescimento para uma queda de 7,6% em doze meses terminados em setembro. Somente no ano de 2009 essa retração é da ordem de 9,5%, e rivaliza com as vendas de veículos, motos, partes e peças.

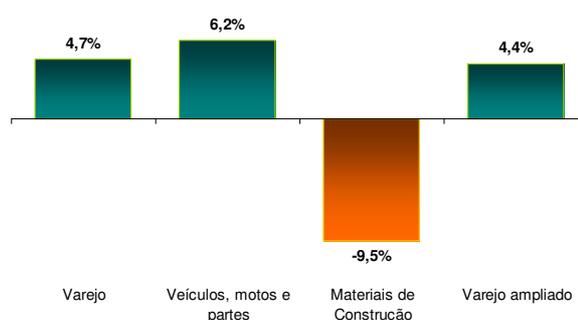
Desempenho do comércio (var. %)

Gráfico 2.9. Acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE. Comércio varejista.

Gráfico 2.10. No ano por atividade



Fonte: IBGE (jan-set09).

De fato, os incentivos tributários fornecidos ao segmento de automóveis, contribuíram para manter as vendas aquecidas. No ano, é possível verificar uma expansão de 6,2% nas vendas de veículos no comércio nacional, com reflexos positivos na cadeia produtiva. Mas, mesmo nesse segmento, é possível ver uma desaceleração. No acumulado em 12 meses terminados em setembro do ano passado, as vendas de veículos cresciam 21%. Em setembro último essa taxa estava em 2%.

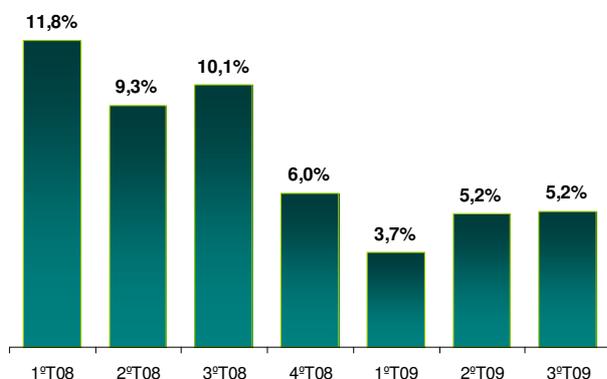
Comparando os trimestres relativamente ao mesmo período do ano anterior, as vendas do comércio varejista se estabilizaram em um patamar de 5%. Por outro lado, as vendas de veículos, após uma forte queda no último trimestre do ano passado, cresceram por três trimestres consecutivos. Em que pese a diferença de taxa relativamente ao verificado durante o ano de 2008, em especial no período pré-crise, vale destacar que o ambiente econômico foi muito diferente.

A desaceleração no comércio dá mostras que não deve cessar, a despeito da melhora dos números do mercado de trabalho desde outubro último. Uma prova disso é o resultado para os nove primeiros meses de 2009. Comparativamente ao mesmo período do ano passado, as vendas do comércio varejista crescem apenas 1,1%. Dessa forma, ao término do ano, a taxa desse setor deve ficar entre esse valor e o crescimento de 5% observado até então.

Vendas do comércio

(var. % sobre o mesmo trimestre do ano anterior)

Gráfico 2.11. Comércio varejista



Fonte: IBGE.

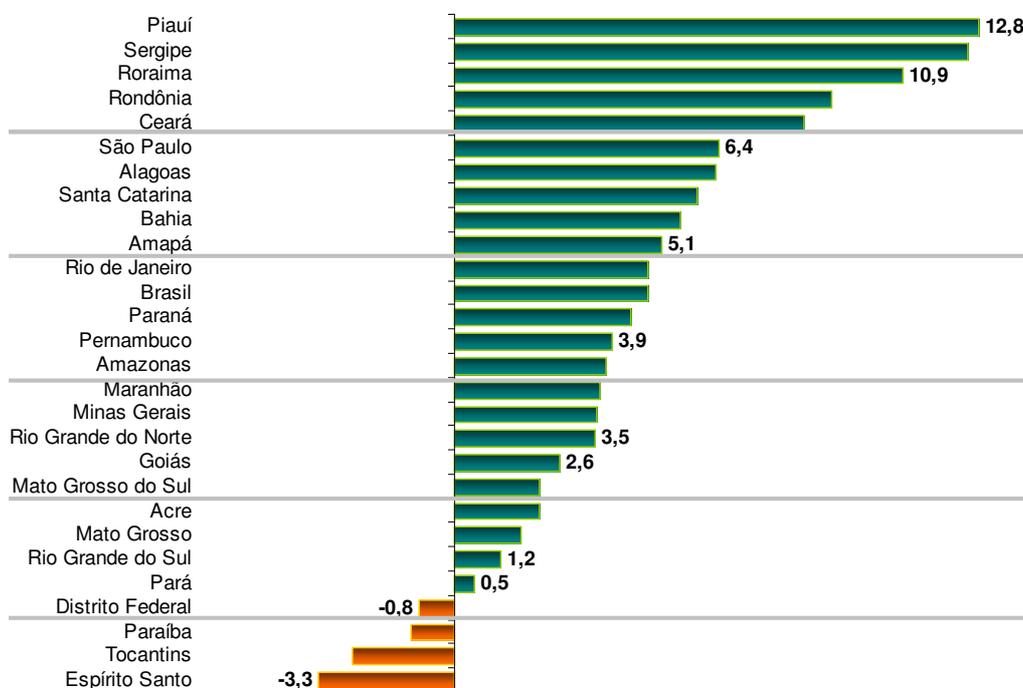
Gráfico 2.12. Veículos, motos e partes



Fonte: IBGE.

É importante deixar claro que, mesmo o número de vendas do comércio se desacelerando entre outubro e dezembro, quando se mede o acumulado em 12 meses, o mesmo não irá espelhar uma realidade de recuperação na economia. Ou seja, teremos, no quarto trimestre de 2009, muito mais um ajuste estatístico da taxa de crescimento, do que um resultado que corresponda ao movimento de retomada da economia.

Gráfico 2.13. Vendas do comércio por Unidade da Federação
(var.% jan-set09)



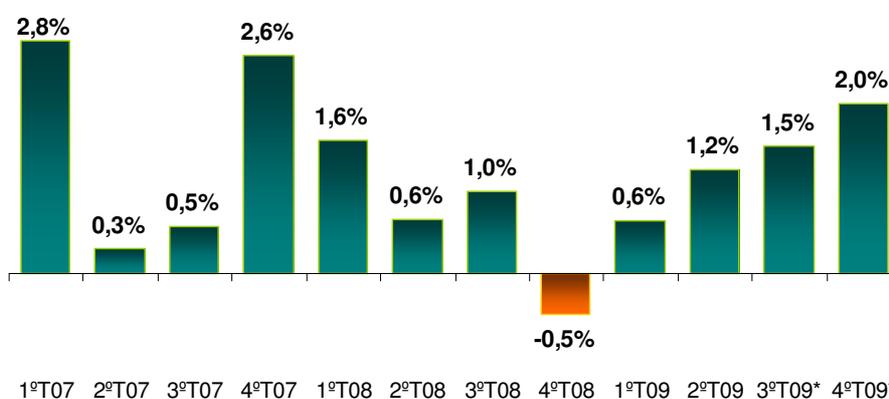
Fonte: IBGE. Comércio varejista

Em termos regionais, os resultados salientam as muitas diferenças de dinâmica no processo de formação de renda. Por exemplo, os Estados onde é possível ver uma

elevada taxa de crescimento das vendas do comércio estão localizados, prioritariamente, nas regiões Norte e Nordeste. Esse comportamento reflete: (i) os elevados reajustes do salário mínimo com impactos significativos sobre os pagamentos do INSS; (ii) as transferências de renda no âmbito de programas federais como o bolsa família; (iii) os investimentos públicos; (iv) a menor dependência da renda gerada com exportações⁴.

Até o momento em que esse texto estava sendo elaborado, as informações do PIB estavam disponíveis somente para o primeiro semestre do ano. Nesse caso, já era possível notar uma mudança de comportamento na tendência do setor, após uma queda de 0,5% no último trimestre de 2008. Pelos números preliminares das atividades que compõem o PIB de serviços, a expectativa é que o terceiro e o quarto trimestre mantenham essa linha de expansão. De acordo com a evolução do mercado de trabalho e da massa de rendimentos, o setor de serviços pode, inclusive, se expandir a uma taxa maior nesse segundo semestre. A se concretizar esse cenário, o ano deve se encerrar com o PIB do setor de serviços aumentando em 3,1%.

Gráfico 2.14. Evolução do PIB dos serviços
(var.% sobre o trimestre imediatamente anterior)



Fonte: IBGE. * Estimativa UEE/FIERGS.

PIB total

O cenário econômico avaliado nos permite inferir que o primeiro semestre do ano foi caracterizado por um processo de ajuste da economia. Ainda no segundo trimestre de 2009 a indústria já apresentava taxa de crescimento, após dois trimestres seguidos de queda. Por outro lado, o setor de serviços passou por um ajuste ao final de 2008 e, já no primeiro trimestre de 2009 iniciou uma trajetória de crescimento. Essa contribuição positiva, principalmente do setor de serviços, contribuiu para que o PIB interrompesse um ciclo de duas quedas consecutivas.

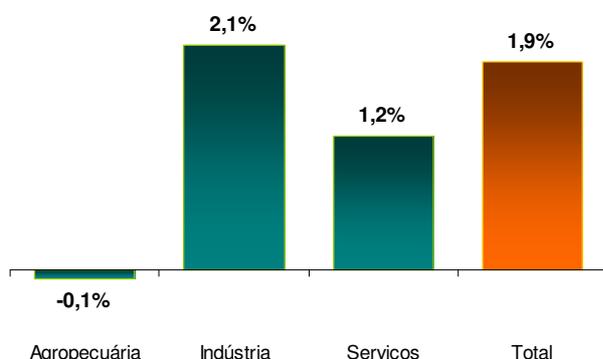
A análise pela ótica da demanda contribui para complementar esse cenário. Apesar das exportações se expandirem a uma taxa de 14% no segundo trimestre de 2009, a maior contribuição veio pelo consumo das famílias. Com um peso de 62% sobre o PIB total, o crescimento de 2,1% no trimestre representa uma contribuição de 1,3 pontos percentuais em uma taxa de 1,91%. Ou seja, é o mercado interno que continua a ditar a dinâmica de expansão da economia brasileira.

⁴ Esse resultado é particularmente negativo nos Estados onde a renda de exportações se torna mais importante, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Desempenho do PIB no 2º trimestre

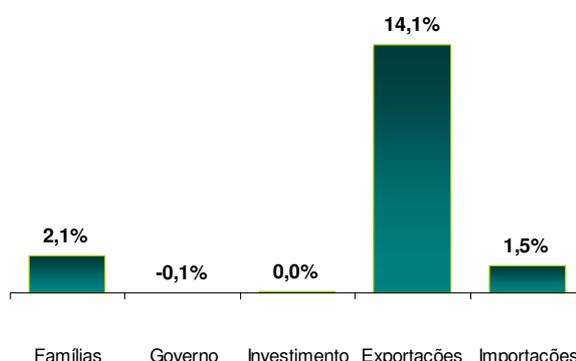
(var. % sobre o trimestre anterior)

Gráfico 2.15. Pela ótica da oferta



Fonte: SCN/IBGE.

Gráfico 2.16. Pela ótica da demanda



Fonte: SCN/IBGE.

As perspectivas de encerramento do ano devem surpreender positivamente. Tanto quanto se comparam essas com a expectativa passada, quanto frente ao resultado presente. Enquanto que a agropecuária e a indústria devem encerrar o ano com taxas negativas, o setor de serviços deve contrabalancear esse cenário. Assim, não se descarta que o PIB em 2009 se encerre com aumento de 0,8% sobre 2008. Nesse caso, a indústria, com uma queda projetada de 4,2%, deve dar a maior contribuição negativa. Mesmo o processo de recuperação em curso não será suficiente para reverter as perdas com o ajuste implementado no ambiente recessivo. Por outro lado, o setor de serviços, com crescimento de 3,1%, deve ser o fiel da balança.

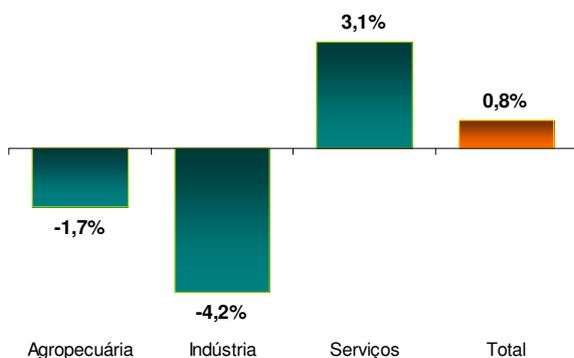
O mais interessante nessa análise é o confronto das expectativas. No período pré-crise, a pesquisa de mercado do Banco Central apontava que a mediana das expectativas para 2009 situavam-se em um patamar de 3,7% para o PIB. Desde então, a reversão dessa percepção tem sido rápida, atingindo seu ponto mais baixo na pesquisa de junho de 2009, quando o mercado ainda esperava uma retração para o ano da ordem de 0,7%.

Os bons indicadores de mercado de trabalho e, em especial, o processo de retomada da indústria, foram determinantes para modificar essa expectativa. Na última pesquisa, a mediana de mercado apontava um PIB cerca de 0,2% maior em 2009, relativamente a 2008.

Desempenho do PIB em 2009

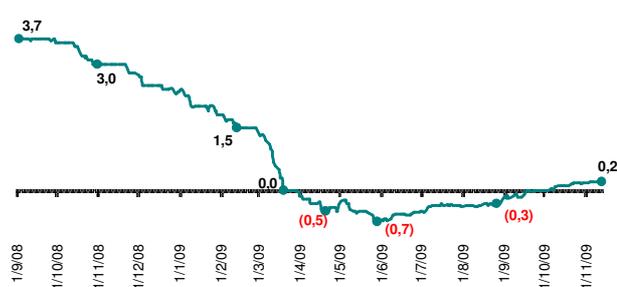
(var. %)

Gráfico 2.17. Setores*



*Estimativa UEE/FIERGS

Gráfico 2.18. Expectativa de mercado



Fonte: Relatório Focus/BCB. Mediana de mercado.

Perspectivas para 2010

No cenário internacional, a questão que se coloca como mais importante é o momento em que se inicia a retirada dos benefícios fiscais e monetários concedidos nos últimos doze meses. Alguns países já iniciaram o processo de aumento dos juros, ao passo que outros estão, aos poucos, eliminando os benefícios fiscais concedidos na modalidade de subsídios ou redução de tributos.

Porém, dada a baixa base de comparação e a perspectiva de crescimento sobre o ano de 2009, seja para o mercado interno ou para outros países, será natural esperar que o PIB em 2010 no Brasil seja positivo. A maior questão passa a ser sobre a magnitude desse resultado. Dessa forma, os três cenários traçados levam em conta uma diferenciação de performance setorial de acordo com as perspectivas macroeconômicas.

O segundo levantamento da safra de grãos, feito pela Conab, projeta uma expansão dessa sobre 2009 entre 2,9% e 4,9%. Destaca-se que a maior parte dessa projeção é sustentada pela perspectiva de bons resultados da soja. Culturas importantes, como o arroz e o trigo, devem ter queda. Assim, nesse momento, apostar em uma expansão da agricultura brasileira para a safra 2009/10, é apostar todas as fichas no bom desempenho da soja. Apesar da fragilidade desse cenário, as perspectivas para o mercado da pecuária são melhores. Com a estabilidade econômica internacional, a demanda por carne bovina e aves pode voltar. No total, a projeção é que a agropecuária cresça, no cenário moderado, 3,9%.

Tabela 2.3. Previsão de safra de grãos 2009/2010
(em mil toneladas)

	2008/2009	2009/2010		Var. %		Var. absoluta	
		Limite inferior	Limite superior	Limite inferior	Limite superior	Limite inferior	Limite superior
Algodão - caroço	1.860	1760	1886	-5,4%	1,4%	(100)	26
Algodão - pluma	1.194	1129	1210	-5,4%	1,3%	(65)	16
Arroz	12.601	12061	12180	-4,3%	-3,3%	(540)	(421)
Feijão	3.503	3552	3597	1,4%	2,7%	49	94
Milho	50.981	50908	52170	-0,1%	2,3%	(73)	1.189
Soja	57.088	62502	63595	9,5%	11,4%	5.414	6.507
Trigo	5.884	5040	5040	-14,3%	-14,3%	(844)	(844)
Demais produtos	3.072	3211	3220	4,5%	4,8%	139	148
Brasil	136.182	140.163	142.898	2,9%	4,9%	3.981	6.716

Fonte: Conab.

No cenário moderado, a projeção de um crescimento mais tímido por parte dos países desenvolvidos deve limitar a demanda por exportações de produtos manufaturados. Porém, da mesma forma que o mercado interno foi o principal vetor do crescimento econômico do país nos últimos anos, o mesmo se espera para 2010. Há vários elementos que justificam um forte aumento da demanda interna: (i) crescimento do mercado de trabalho, principalmente o formal, com a possibilidade de se criar quase dois milhões de empregos; (ii) estabilidade de preços, o que implica em maior salário real; (iii) juros reais baixos, com implicações positivas sobre a demanda por bens de consumo duráveis, e na construção civil; (iv) ambiente propício para expansão do crédito ao consumidor; (v) aumento do salário mínimo, que deve impactar positivamente na

economia, em especial nos municípios e nas regiões mais pobres do Brasil⁵; (vi) aumento dos gastos correntes do setor público federal; (vii) volta dos investimentos da indústria; (viii) ano eleitoral, onde pode-se ter maior nível de investimento do setor público. Assim posto, no cenário moderado, a expectativa é que a indústria brasileira cresça cerca de 7,7% e o setor de serviços 5,7%, ambos superando os bons resultados de 2008.

Um ponto importante deve ser considerado nessa avaliação que é o efeito carregamento⁶. Considerando as projeções de encerramento do ano de 2009, a indústria “carrega” um crescimento da ordem de 4,7% e os serviços de 2,5%. Ou seja, se durante os quatro trimestres de 2010, esses dois setores repetirem o nível de produção do último trimestre de 2009 então, essas seriam as taxas de crescimento esperadas.

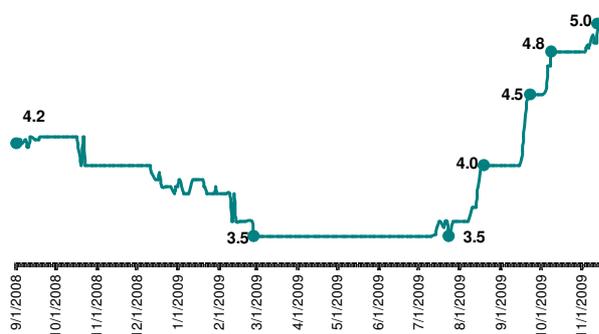
Assim, consideradas essas questões, o PIB total pode crescer, no cenário moderado, 6,1%. Destaca-se que essa é uma taxa elevada, tanto para os padrões históricos no Brasil quanto para a capacidade de financiar a mesma sem termos pressões inflacionárias.

Um ponto interessante a notar nessas projeções é a evolução das expectativas de mercado coletadas pelo relatório Focus do Banco Central. Desde o início do ano, na esteira dos bons indicadores da economia brasileira, as projeções do PIB para 2010 foram sendo revistas para cima, até atingir, na última pesquisa, o patamar de 5%. Vale também ressaltar que as projeções aqui feitas para os setores, estão em linha com as constantes no relatório Focus de 20 de novembro de 2009.

Expectativas de crescimento do PIB para 2010

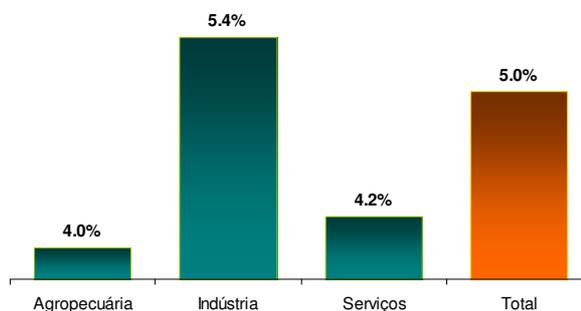
(var. % - mediana de mercado)

Gráfico 2.19. PIB total



Fonte: Relatório Focus/BCB.

Gráfico 2.20. Setores



Fonte: Relatório Focus/BCB. Em 20/11/09

Em um cenário pessimista, novas surpresas no mercado de crédito limitam a capacidade de recuperação do sistema financeiro e, com isso, o PIB dos países desenvolvidos não cresce. No Brasil, mesmo o mercado interno ditando o crescimento da economia, a perspectiva é que o PIB cresça a uma velocidade menor, também como forma de ajuste a uma nova realidade internacional.

Por fim, no cenário otimista, o crescimento mais forte da economia brasileira é ditado pela melhora marginal no cenário internacional. Porém, vale destacar, há muito

⁵ Essa análise desconsidera os custos de ajustes constantes do salário mínimo acima da inflação. Se, de um lado, sabe-se que reajustes do salário mínimo implicam em aumentos da demanda no mercado interno, por outro, isso tem custos que podem se traduzir em aumento dos juros, limitando essa capacidade de expansão.

⁶ Esse é calculado a partir da repetição do resultado do último trimestre para os quatro trimestres seguintes, considerando dados dessazonalizados. Ou seja, se considerar crescimento “zero” em cada trimestre, o efeito carregamento pode ser entendido como um resultado estatístico.

pouco espaço para se ter uma recuperação superior à que se projeta no cenário moderado. A questão do nível de poupança interna será determinante para que se reverta esse quadro no médio prazo.

Tabela 2.4. Previsão para o PIB em 2010
(var.%)

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	5.9%	-1.7%	2.5%	3.9%	5.0%
Indústria Total	4.3%	-4.2%	6.2%	7.7%	8.2%
Serviços	4.7%	3.1%	4.2%	5.7%	6.5%
PIB total**	5.1%	0.8%	4.6%	6.1%	6.9%

Fonte: IBGE. *Estimativas UEE/FIERGS. Previsão UEE/FIERGS.

INFLAÇÃO CONTROLADA E JUROS EM QUEDA

Em 2009, a diminuição da atividade econômica provocou a desaceleração dos preços, o que propiciou que os Bancos Centrais do mundo inteiro, inclusive do Brasil, adotassem uma política de afrouxamento monetário.

O ano de 2009 foi marcado por uma forte desaceleração da inflação nos âmbitos nacional quanto internacional. A crise econômica deflagrada em agosto de 2008, diferentemente do que se temia em um primeiro momento, não foi acompanhada pelo aumento de preços. Em praticamente nenhum país do mundo se vivenciou um cenário de estagflação, que nada mais é do que a alta dos preços seguida pela diminuição da atividade econômica. Muito pelo contrário, em países como os Estados Unidos, presenciou-se um cenário deflacionário, que apesar de todos os prejuízos decorrentes, contribuiu para amenizar os efeitos da crise sobre a renda real das famílias, abrandando os impactos gerados pelo desemprego sobre a economia. A inflação sob controle, por sua vez, possibilitou que os Bancos Centrais mundo a fora adotassem uma política monetária altamente flexível, levando a taxa de juros, na maioria das economias desenvolvidas, a zero ou valores muito próximos disso.

No Brasil, ainda que se verificasse deflação nos índices gerais de preços, fortemente influenciados pelos índices industriais, nos preços ao consumidor percebeu-se apenas uma forte desaceleração. A inflação que registrava 5,9% a.a. em dez/08 (IPCA), representou em out/09 4,18% a.a. no acumulado em 12 meses. Essa tendência de queda apresentou-se persistente durante todo o ano, possibilitando que o Banco Central reduzisse consecutivamente a taxa de juros básica da economia de 13,75% (dez/08) para 8,75% a.a. (jul/09), valor que permanece constante desde então. A inflação controlada fez com que o Banco Central brasileiro enfatizasse mais a questão da atividade econômica no seu balanço de decisão, e, assim, afrouxasse a política monetária. Atualmente (nov/09), o País opera com a menor taxa de juros real⁷ básica de sua história recente, cerca de 4,2% a.a., valor significativamente menor do que se estima que seja a taxa de juros real de equilíbrio para a economia brasileira (6% a.a.). Essa conjuntura de juros reais abaixo do equilíbrio associada a um movimento de recuperação econômica desenha um cenário de baixíssimas possibilidades técnicas de novas reduções. No mercado, a curva de juros já assinala a tendência altista que deverá se verificar em 2010. No entanto, é preciso lembrar que o próximo ano é de eleições (presidencial e estadual) e pode contribuir para testar (novamente) a autonomia do Banco Central quanto à aplicação de seus instrumentos.

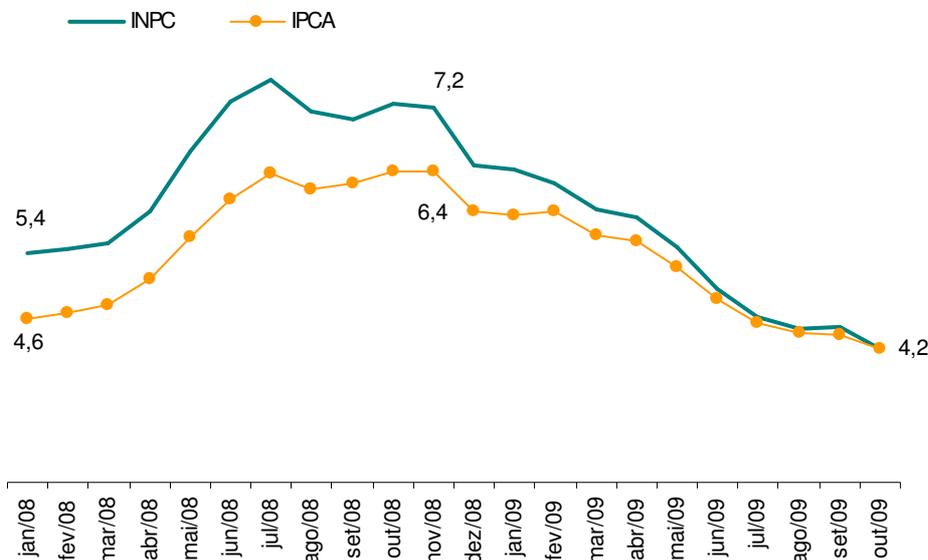
Preços

Ao longo de 2009, como comentado anteriormente, os preços sofreram um processo de desaceleração que tenderão a se consolidar numa inflação levemente inferior

⁷ Calculada a partir do deflacionamento da Taxa Selic Meta pela expectativa de inflação acumulada nos próximos 12 meses (IPCA), de acordo com as expectativas de mercado contidas no Relatório de Mercado (BCB) de 27/11/2009.

ao centro da meta (4,5% a.a.). Dessa forma, tanto o IPCA quanto o INPC deverão fechar o ano em 4,2% a.a.

Gráfico 3.1. Evolução da inflação
(% - acumulada em 12 meses)



Fonte: IBGE

Dentre os seus componentes, destaque para o comportamento do grupamento “Alimentos e Bebidas” que nos anos anteriores, apresentava-se como o principal elemento de determinação da inflação crescente, seja pelas variações alcançadas, ou pela importância. No acumulado até out/09, esse grupo registrou alta de 2,33%, sendo responsável por reduzir o valor do índice geral dado que outros grupamentos importantes, como “Habitação”, apresentam alta acima do centro da meta esperada para o índice cheio - até out/09, esse grupamento registrou alta de 5,29%. Outros grupos que registraram aumento superior ao valor do índice geral (IPCA) foram “Saúde e Cuidados Pessoais” e “Educação”, ambos estimulados pelo aumento significativo dos IGP’s em 2008, e “Despesas Pessoais”. Por outro lado, grupos como “Comunicação” e “Transportes” apontaram crescimentos bastante tímidos.

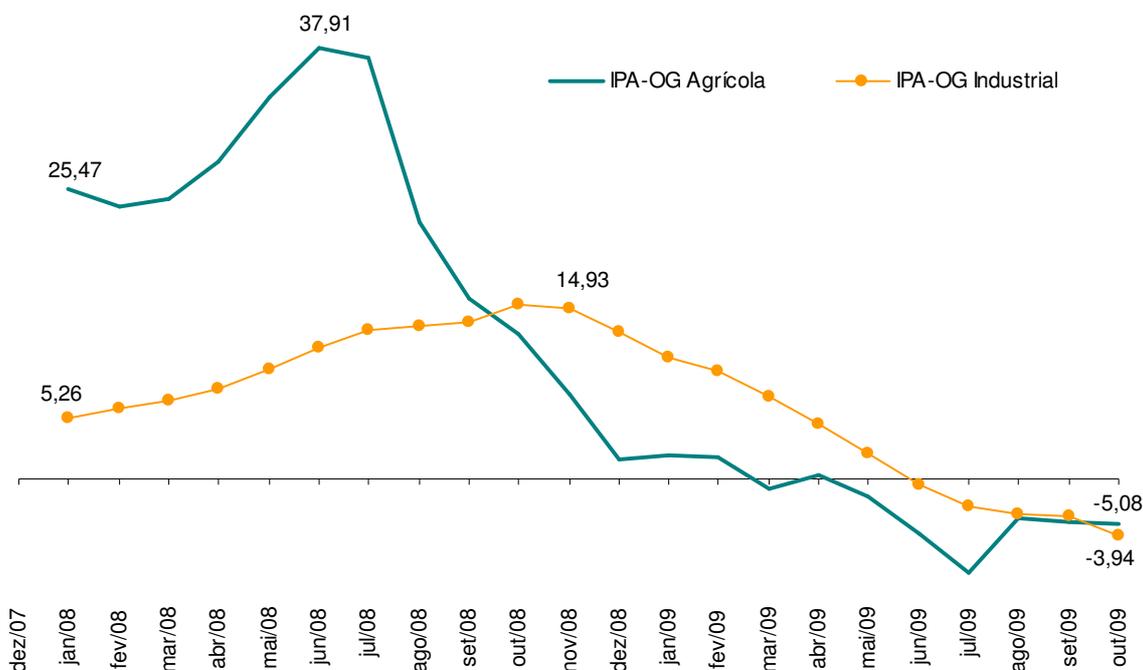
Tabela 3.1. Inflação medida pelo IPCA por grupo
(% - jan-out/09)

Grupos	IPCA
Alimentação e Bebidas	2,33
Habitação	5,29
Artigos de Residência	2,08
Vestuário	4,70
Transportes	0,96
Saúde e Cuidados Pessoais	4,86
Despesas Pessoais	6,94
Educação	6,02
Comunicação	1,18
Índice Geral	3,50

Fonte: IBGE

Nos IGP's registrou-se deflação entre jan-out/2009, o que provavelmente deverá se concretizar nos números do fechamento do ano. Nos IGP's, o principal elemento a explicar esse comportamento do índice cheio foi o IPA, em especial o IPA-industrial que refletiu a forte desaceleração da atividade no mercado internacional, e que, já a partir do meio do ano, capturou também as quedas de cotação da moeda americana.

Gráfico 3.2 - Evolução IPA-OG agrícola e industrial
(% - acumulada em 12 meses)



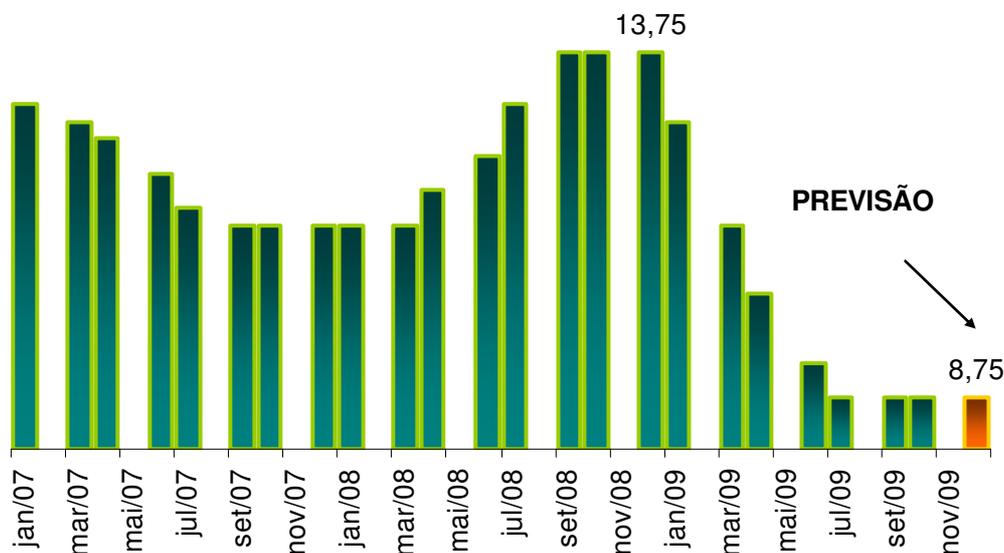
Fonte: Ipeadata

Juros

Conforme dito anteriormente, a inflação em queda deu espaço para o Banco Central atuar de maneira mais flexível quanto à dinâmica da taxa de juros. A redução da Selic levou a taxa de juros básica brasileira a patamares bastante inferiores àqueles estimados, até mesmo pelos mais otimistas, para o final de 2009. No entanto, a política de afrouxamento monetário parece ter alcançado o seu limite e, no exterior, já apresenta sinais de reversão (vide o exemplo da Austrália). Já no cenário doméstico, um conjunto de argumentos dá sustentação para que não haja nova alteração da taxa de juros na última reunião do ano. Há alguns meses já é possível perceber nas atas do Copom o prenúncio de um cenário de maior atenção à evolução inflacionária, ainda que as expectativas não denotem motivação para uma preocupação excessiva.

Entre os elementos que sustentam a manutenção da taxa de juros estão basicamente 3 itens fundamentais: i) a normalização do volume de concessão de crédito nos níveis pré-crise, especialmente para pessoa física; ii) a política econômica expansionista, principalmente porque do lado fiscal se tem percebido um grande estímulo à atividade; e, por fim, iii) os próprios efeitos retardatários da política de afrouxamento monetário implementada pelo Copom, uma vez que dessa sucede risco de um estímulo demasiado à economia, com o desenvolvimento de pressões inflacionárias. Com isso, consolida-se a taxa de juros em 2009 em 8,75% a.a. no final do ano, registrando, assim, uma média de 9,81% a.a.

Gráfico 3.3. Evolução da meta da taxa de Selic
(% a.a.)



Fonte: BCB

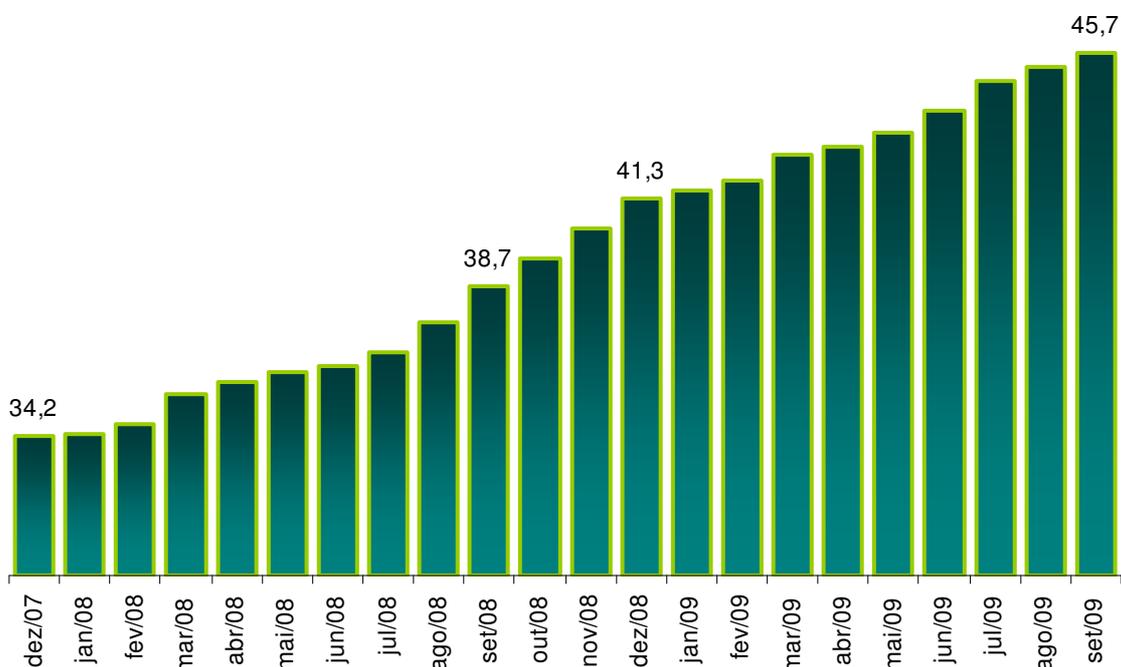
Crédito

Não há dúvidas de que o crédito foi a figura-chave na dinâmica da crise internacional, e de que a sua recuperação está altamente correlacionada à retomada da dinâmica das economias. Nesse sentido, vale ressaltar que o Brasil está sendo um dos primeiros países do mundo a recuperar os patamares pré-crise, principalmente, no que condiz ao crédito ao consumidor.

O excesso de regulamentação bancária que fez com que o País ficasse de fora da “festa do crédito” nos anos anteriores, limitando assim o crescimento, serviu depois de uma espécie de proteção contra a contaminação externa a partir de títulos podres. Mas apesar dessas limitações, o Brasil experimentou nos últimos anos uma expansão considerável do crédito, ainda que esse seja significativamente menor do que o verificado na maioria das economias desenvolvidas (e em desenvolvimento também). O crédito passou de um patamar da ordem de 34,2% do PIB em dez/07 para nada menos do que 45,7% do PIB em set/09 – uma alta de 11,5 p.p. Ainda que o baixo desempenho do PIB brasileiro em 2009 contribua para esse resultado, é inegável que o crédito teve um avanço significativo no nosso passado recente. O único ponto negativo a ressaltar preserva-se na conformação do crédito.

No Brasil, ainda é muito grande a participação dos recursos direcionados no total - cerca de 30%. Essa composição tende a tornar o crédito mais caro, pois acaba obrigando as instituições financeiras a estabelecerem subsídios cruzados entre os vários tomadores. Isto é, se uma menor porção do crédito fosse do tipo direcionado, a porção com recursos livres tenderia a ser mais barata pois não teria que arcar com parte do ônus contido no subsídio ao crédito direcionado. Por outro lado, essa configuração do crédito na economia brasileira também colabora para que os níveis de risco associados sejam relativamente baixos, o que também se manteve praticamente constante ao longo de todo o ano de 2009.

**Gráfico 3.4. Estoque de crédito na economia brasileira
(% do PIB)**



Fonte: BCB

A média de concessões diárias de crédito no País, aos poucos, retorna ao patamar pré-crise. No crédito ao consumidor, isso já se verifica desde meados do ano. Em termos nominais, as concessões de set/09 já superaram em cerca de 13% os valores de set/08. No entanto, o crédito para a pessoa jurídica diminuiu, também em termos nominais, em cerca de 8%. Diferentemente do que ocorreu no último trimestre de 2008, quando as empresas buscavam crédito e encontravam um mercado “fechado a novos negócios”, ao longo de 2009, o que se verificou foi a disponibilidade (oferta) de crédito, sem demanda pelo mesmo. Apesar do crédito estar mais barato, as condições das empresas mudaram, e isso serve como um freio natural a esse tipo de negócio. Vale ressaltar o comportamento do crédito tipo Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC). Essa modalidade vem apresentando quedas significantes na comparação com o mesmo período do ano passado. Inicialmente a limitação do ACC vinha do lado bancário, por ora o que se verifica é uma baixa na demanda.

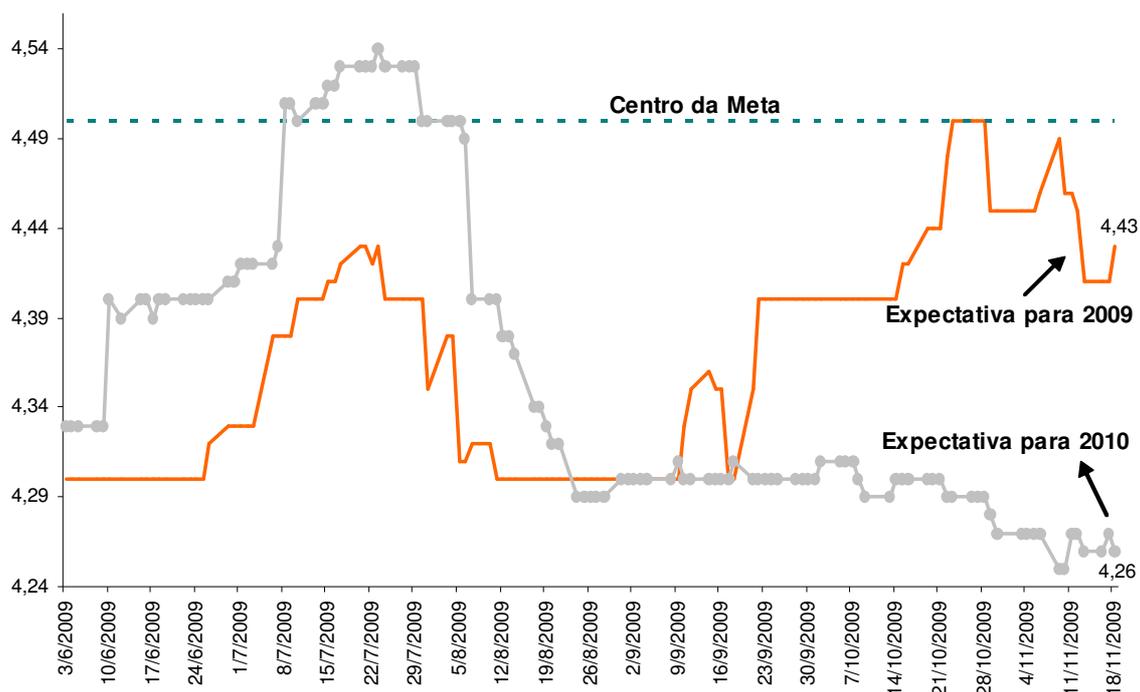
Perspectivas para 2010

Quando se analisa o cenário macroeconômico para 2010 é possível perceber alguns pontos convergentes entre as avaliações da maior parte dos economistas. O primeiro, e principal ponto, é a perspectiva do fim do afrouxamento monetário, tanto no ambiente externo quanto interno. No mundo desenvolvido, as taxas já chegaram a patamares tão baixos que é quase matematicamente inviável a realização de novos cortes. Além disso, os primeiros passos de recuperação da atividade econômica podem reacender o fenômeno inflacionário, o que num pós-crise poderia ser potencialmente danoso. Por outro lado, a decisão de aumentar os juros tende a esbarrar numa forte

dúvida: será que ainda não é cedo demais para iniciar o processo de retirada dos elementos de incentivo ao aumento da atividade econômica? Se realmente o for, representará um represamento da recuperação da produção, do emprego e da renda. Nesse sentido, voltar atrás (e reduzir novamente os juros), apesar de ser a coisa certa a fazer, pode causar perturbações que exigirão maior esforço posterior para provocar o ajuste.

No cenário interno, a avaliação é menos nebulosa. Os sinais da volta da atividade econômica e os alertas do Copom vêm deixando claro que cada vez mais a preocupação com a atividade econômica vem perdendo força no balanço de riscos do comitê, enquanto a preocupação com o movimento inflacionário começa a ganhar destaque. A aceleração da retomada das concessões de crédito, especialmente à pessoa física e a expansão da massa de salário (em termos reais) garante uma dinâmica à economia capaz de sobrepor as dificuldades que ainda deverão permanecer devido a falta de demanda no mercado externo. Assim, apesar das expectativas de inflação estarem bem comportadas para 2010, o câmbio em trajetória de valorização impulsiona a inflação para baixo e de certamente se observar um componente inercial quase inexpressivo nos preços, devido ao movimento do IGP-M ao longo de 2009, é bastante provável que o BACEN já venha a elevar a Selic ainda nos primeiros meses do ano. Obviamente, existem alternativas ao aumento da taxa de juros, como por exemplo, o aumento do compulsório que pode ser utilizado como forma de controlar a inflação.

Gráfico 3.5. Expectativas de mercado
(IPCA % a.a. - Mediana)

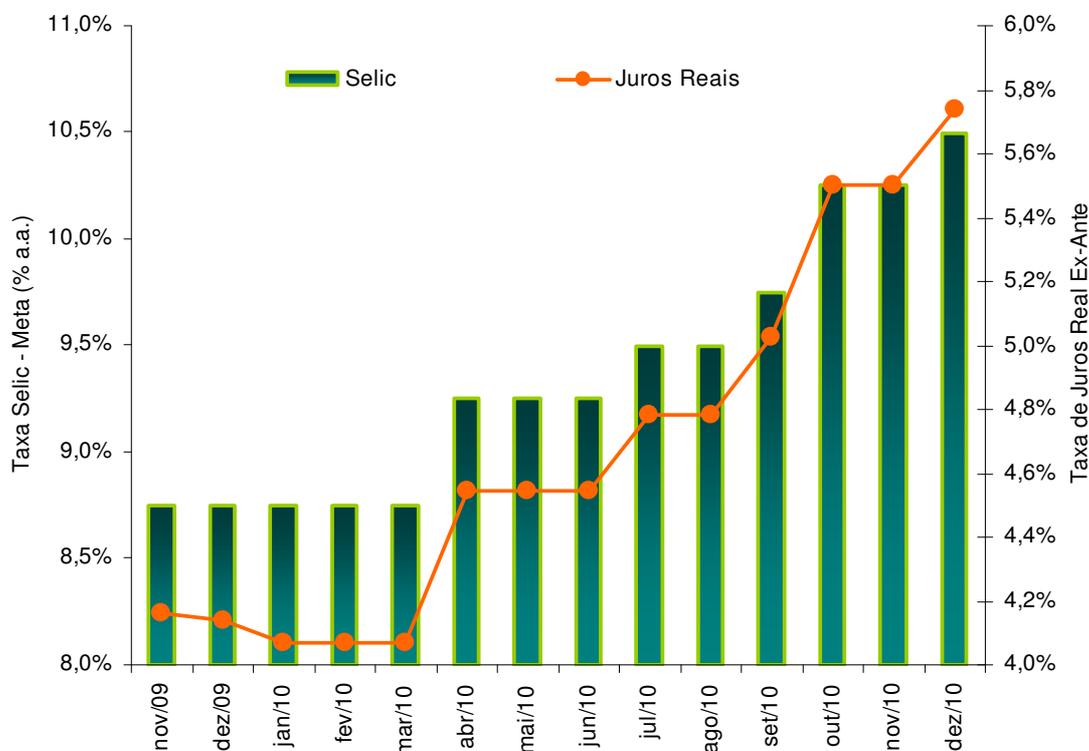


Fonte: BCB. Atualizado até o Relatório de Mercado de 27/11/2009.

Todavia, é importante ressaltar que, apesar da autonomia do Banco Central, não se pode negar as influências que um ano eleitoral exercem sobre as políticas macroeconômicas. Dessa forma, seria razoável supor que o Copom viesse a surpreender o mercado não na sua dinâmica de elevação dos juros, mas sim na intensidade dos aumentos. Com isso somado aos demais elementos da conjuntura econômica, é

totalmente factível supor que o ano de 2010 não tenderá a fazer com que a Selic retorne aos patamares pré-crise, mas certamente levará a taxa de juros real a patamares mais próximos da taxa de equilíbrio (6% a.a.).

Gráfico 3.6. Taxa Selic-meta e taxa de juros real
(% a.a.)



Fonte: BCB. * Estimativas. Previsões: UEE / FIERGS

Com base nessa conjuntura, foi possível traçar 3 cenários. Em todos eles, o Banco Central não deverá encontrar problemas na manutenção da inflação dentro da banda prevista pelo Sistema de Metas de Inflação de 2,5 p.p. para baixo e para cima, a partir do centro da meta de 4,5% já definido para 2010. No entanto, no cenário pessimista, com a atividade econômica evoluindo com uma trajetória menos acentuada do que a originalmente esperada, faz com que o Copom venha a decidir por manter a taxa de juros real nos patamares atuais (ou ainda mais baixos). Isso faz com que a Selic praticamente permaneça estável ao longo do ano, ainda que haja uma pequena desvalorização no câmbio.

Já nos cenários moderado e otimista, a diferença é muito tênue. Em ambos, o aumento da atividade econômica provoca uma maior inflação, ainda que essa fique longe de comprometer a meta. Todavia, nesses cenários, a diferença básica é a elevação da taxa Selic que se torna mais intensa no otimista, ainda que se perceba uma trajetória de valorização do câmbio.

Tabela 3.2. Perspectivas para os índices de inflação e taxa Selic
(% a.a.)

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
IPCA	5,90	4,20	4,20	4,50	4,90
INPC	6,48	4,20	4,30	4,75	5,30
IGP-DI	9,11	-0,90	4,40	4,50	4,70
IGP-M	9,81	-1,20	4,50	4,70	4,90
Selic-Over (Média do Período)	12,59	9,71	8,90	9,50	9,75
Selic-Meta (Fim de Período)	13,75	8,75	9,25	10,50	11,50

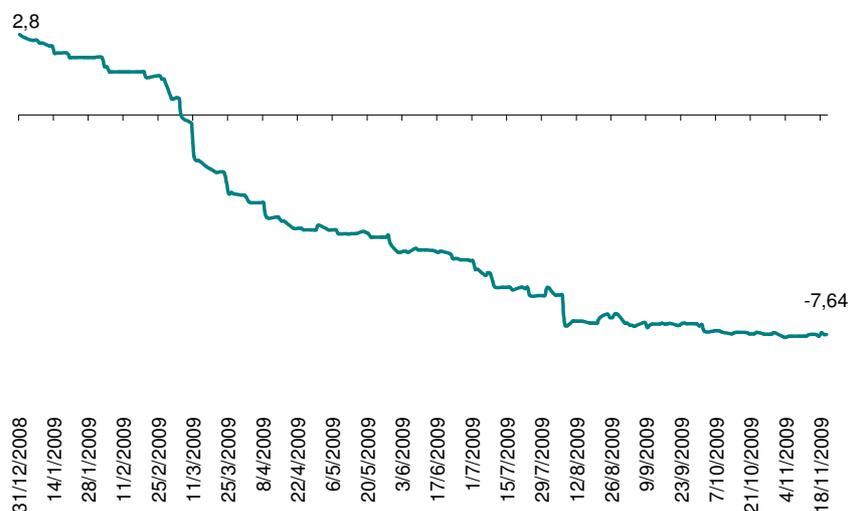
Fonte: IBGE, FGV e BCB. * Estimativas. Previsões: UEE / FIERGS

RECUPERAÇÃO NÃO IMPEDE QUEDA HISTÓRICA

Encerrando um ciclo de seis anos ininterruptos de expansão, na esteira de uma crise financeira mundial de proporção histórica, que afetou, principalmente, o comércio internacional e o crédito, o setor industrial brasileiro iniciou o ano de 2009 recuperando-se do enorme tombo ocorrido no último trimestre do ano passado. Esse processo, todavia, não impedirá a indústria nacional de registrar uma das maiores ou até mesmo a maior queda da série histórica. Para o ano que vem o cenário é um pouco mais benigno e indústria brasileira deverá registrar crescimento. Tendo o setor externo ainda pouco favorável, a demanda interna deverá determinar o ritmo dessa expansão.

A indústria foi o setor econômico brasileiro que mais acusou os efeitos da crise mundial que se alastrou rapidamente pela maioria dos segmentos no último trimestre de 2008. O cenário positivo, que se apresentava até então, foi invertido rapidamente e seus impactos se estenderam ao longo de 2009. Como consequência, após encerrar um ciclo de cinco anos de crescimento, a atividade industrial brasileira⁸ deverá registrar uma forte retração nesse ano, bem abaixo do que se esperava no final de 2009. Como ilustração, a expectativa de mercado (coletada por pesquisa do Banco Central em 31/12/2008) era de um crescimento de 2,8% para 2009.

Gráfico 4.1. Produção Industrial – Expectativas de Mercado para 2009



Fonte: BCB/FOCUS

⁸ A evolução da indústria brasileira em 2009, e no ano que vem, será analisada com base nas principais pesquisas conjunturais divulgadas pela CNI (Indicadores e Sondagem Industriais) e pelo IBGE (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física).

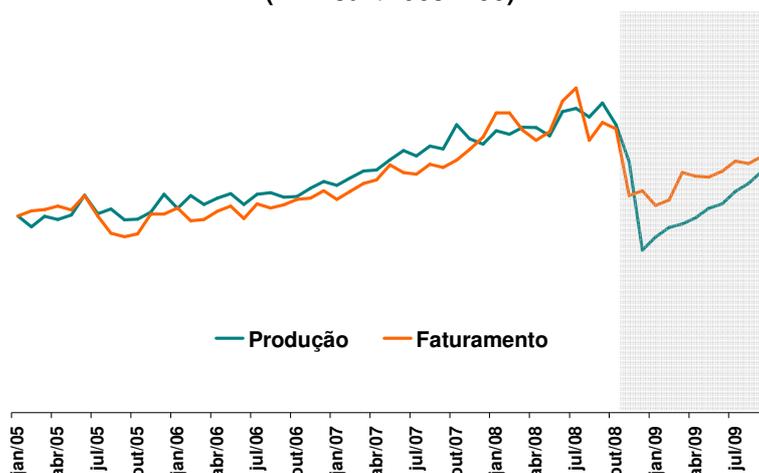
A indústria brasileira em 2009

Ainda em 2009, o atual processo de recuperação pode ser percebido nos resultados do faturamento e da produção, duas variáveis relevantes para determinar o desempenho econômico do setor, nos primeiros nove meses de 2009. No primeiro caso, o faturamento caiu quatro meses consecutivos (dados dessazonalizados) de outubro de 2008 a janeiro de 2009, queda essa que alcançou 11%. A partir de fevereiro, o indicador inverteu a tendência e passou a apresentar uma trajetória nitidamente positiva. Nesse período, o faturamento expandiu-se 7,4% recuperando grande parte da perda inicial. Portanto, ainda será preciso o indicador crescer, nessa base de comparação, 4,7% para retornar ao nível que possuía antes da eclosão da crise.

No mesmo sentido, a produção industrial, depois de recuar entre outubro e dezembro do ano passado nada menos do que 19,2%, entrou em rota da recuperação já no início de 2009. Porém, os altos níveis de estoques do setor impossibilitaram uma intensidade maior. Nesse sentido, embora tenha crescido entre janeiro e setembro 12,8%, deverá expandir 9,7% ainda para alcançar o padrão de produção do pré-crise. Esse padrão de comportamento é acompanhado pela indústria extrativa mineral e de transformação.

Em ambos os casos, faturamento e produção, sob a hipótese (otimista) de manutenção da atual tendência (taxa de crescimento média mensal de janeiro a setembro), podem retornar aos padrões pré-crise ainda no final do primeiro ou início do segundo trimestre de 2010.

Gráfico 4.2. Produção e faturamento – indústria de transformação
(IBF: Jan/2005=100)



Fonte: IBGE e CNI/Dessazonalizado

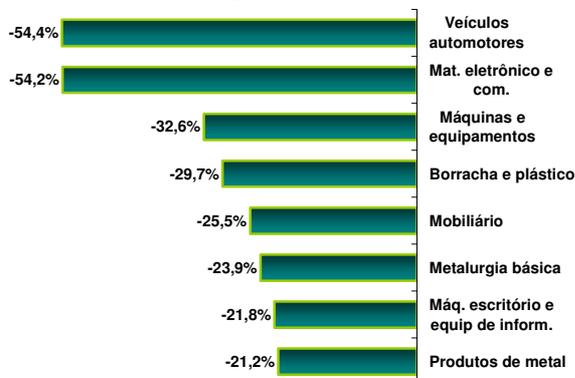
Os segmentos industriais

A retração intensa no final de 2008 atingiu principalmente os segmentos de bens de consumo duráveis afetados pela restrição ao crédito, especialmente, as atividades de veículos automotores e material eletrônico e de comunicação e bens de capital, em especial, as indústria de máquinas e equipamentos. Por outro lado, a recuperação mais rápida vem ocorrendo, em resposta às medidas de desoneração fiscais, da mesma forma, nos segmentos de bens de consumo duráveis, preponderantemente, nos produtos de

material eletrônico e de comunicação e nos veículos, com impactos positivos sobre a cadeia (borracha, plásticos e química).

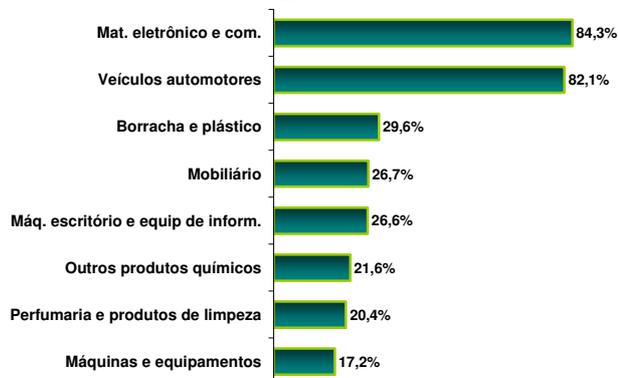
Produção industrial-setorial

Gráfico 4.3. Var. % outubro a dezembro 2008



Fonte: IBGE/Dessazonalizado

Gráfico 4.4. Var. % janeiro a outubro 2009



Fonte: IBGE/Dessazonalizado

Contudo, vale ressaltar que esses crescimentos marginais sucessivos (em relação ao mês anterior) não impediram e não impedirão quedas expressivas e generalizadas na comparação anual. A produção e o faturamento industriais, de janeiro a setembro de 2009 frente ao período análogo de 2008, caíram, respectivamente, 7,5% e 11,5%. Nunca na história desse país, a atividade industrial caiu de forma tão intensa.

Em termos setoriais, numa perspectiva anual, os números demonstram o elevado grau de disseminação da crise na indústria brasileira. De fato, apenas 4 de 26 setores pesquisados aumentaram a produção no acumulado do ano encerrado em setembro. No caso do faturamento a performance foi melhor: 7 em 19 setores pesquisados, o indicador aumentou. Essa diferença evidencia mais uma vez o nível elevado de estoque a que foi submetida à indústria brasileira, ao mesmo tempo em que, sugere um melhor desempenho assim que os mesmos retornarem ao nível normal. Vale citar também o câmbio desvalorizado, que dominou a maior parte do ano, como componente que ajudou o resultado do faturamento em reais, fator esse que deverá, a partir de agora, atuar no sentido contrário, com o atual cenário de valorização do cambial.

Os resultados demonstram que a crise atingiu mais intensamente, no ano, os setores da metalurgia básica, veículos automotores, máquinas e equipamentos e materiais eletrônicos. Em conjunto, o desempenho desses setores em conjunto explica a metade da queda da produção e 63% da redução do faturamento em 2009. Paradoxalmente, até mesmo setores suscetíveis à renda interna, como calçados, alimentos, têxteis e vestuário, não conseguiram superar os obstáculos impostos pela conjuntura.

Tabela 4.1. Produção e faturamento – setores - indústria de transformação
(var % jan-set09/08)

	Produção	Contribuição em p.p.	Faturamento	Contribuição em p.p.
Alimentos e bebidas	-	-	3,5%	0,7
Alimentos	-2,3%	-0,3	-	-
Bebidas	5,8%	0,2	-	-
Fumo	-0,8%	0,0	-	-
Têxtil	-9,5%	-0,3	0,1%	0,0
Vestuário e acessórios	-10,1%	-0,1	1,0%	0,0
Calçados e artigos de couro	-14,6%	-0,2	-0,2%	0,0
Madeira	-21,8%	-0,2	-25,8%	-0,2
Celulose, papel e produtos de papel	-3,4%	-0,1	2,1%	0,1
Edição, imp. e reprod. de gravações	-5,1%	-0,2	5,9%	0,1
Refino de petróleo e álcool	-2,6%	-0,2	-6,3%	-0,5
Produtos químicos	-	-	-9,4%	-1,4
Farmacêutica	8,3%	0,3	-	-
Perfumaria e prod de limpeza	2,9%	0,1	-	-
Outros produtos químicos	-9,5%	-0,7	-	-
Borracha e plástico	-16,4%	-0,6	-14,5%	-0,6
Minerais não metálicos	-7,0%	-0,3	2,5%	0,1
Metalurgia básica	-23,9%	-1,5	-32,2%	-2,8
Produtos de metal	-19,3%	-0,7	-7,8%	-0,2
Máquinas e equipamentos	-25,9%	-2,0	-16,9%	-1,1
Máq. para escritório e equip. de informáti	-12,7%	-0,2	-	-
Máq. aparelhos e materiais elétricos	-24,3%	-0,8	-10,3%	-0,2
Material eletrônico, apar. e equip. de com.	-33,1%	-1,1	-21,5%	-0,8
Equip. de instrum. médico-hospitalar, óptic	-12,1%	-0,1	-	-
Veículos automotores	-21,9%	-2,5	-8,6%	-1,0
Outros equipamentos de transporte	9,1%	0,2	22,4%	0,5
Mobiliário	-9,9%	-0,1	-5,6%	-0,1
Diversos	-11,8%	-0,1	-	-
Indústria de transformação	-11,5%	-11,5	-7,5%	-7,5

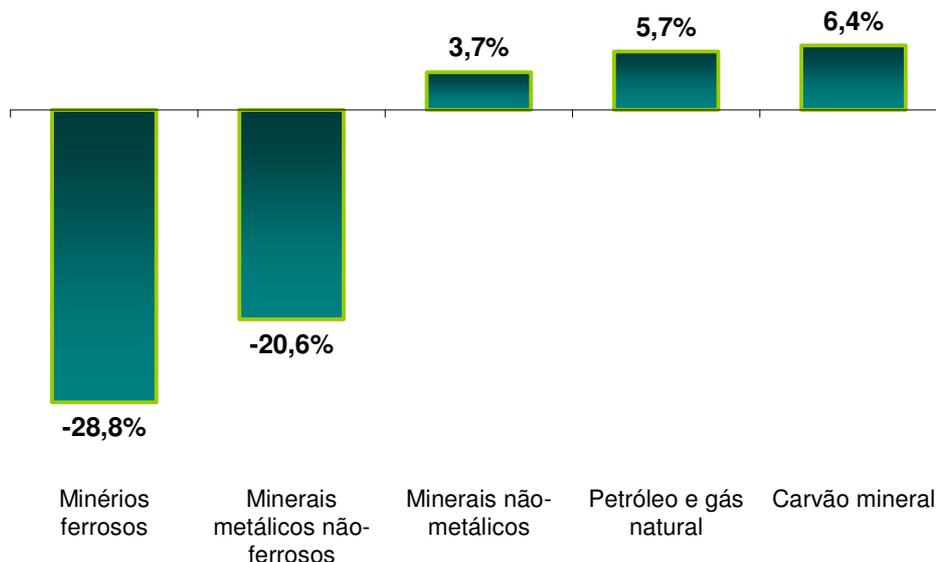
Fonte: IBGE e CNI

Os sub-setores industriais

No que se refere à produção industrial, é possível uma desagregação ainda maior, por 76 sub-setores, conforme definidos pelo IBGE. Mais uma vez, os resultados revelam a grande disseminação da crise internacional. Em apenas 14 sub-setores, foi possível identificar crescimento de janeiro a setembro de 2009 frente ao período análogo do ano passado. Entre eles, fundamentalmente, aqueles mais dependentes da renda interna e do crédito ou que receberam algum tipo de incentivo tributário. No ano passado, 55 sub-setores registravam crescimento no mesmo período.

A extrativa mineral, no período de janeiro a setembro desse ano frente ao mesmo período do ano passado, caiu -12,4%, repercutindo a forte redução da extração de minérios ferrosos e minerais metálicos não ferrosos. Isso, por sua vez, expressa a queda da demanda externa e a menor demanda da cadeia produtiva no mercado interno, como no complexo metal-mecânico. Por outro lado, a extração de carvão mineral, petróleo e gás natural e minerais não metálicos cresceram no período.

Gráfico 4.5. Produção industrial – sub-setores - extrativa
(var. % jan-set09/08)

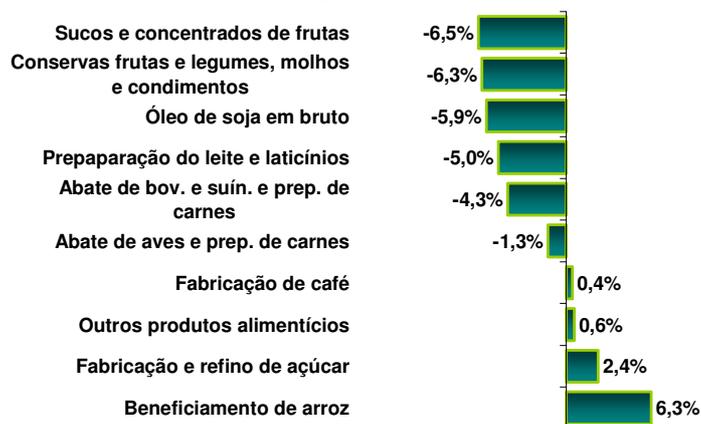


Fonte: IBGE

A indústria de alimentos e bebidas é uma das mais importantes para a composição do PIB setorial, representando 17% desse e empregando cerca de 1,5 milhão de trabalhadores. Portanto, a sua análise é importante para entender a dinâmica do agregado. A produção de alimentos caiu no ano, ao passo que, na produção de bebidas foi possível registrar crescimento. Esse comportamento chama atenção, pois a demanda por alimentos, em geral, tem forte ligação com a evolução do emprego e renda, sendo menos dependente do crédito. Porém, a retração das exportações do setor impactou diretamente a atividade de segmentos ligados ao mercado externo, além das barreiras comerciais impostas por alguns países, em especial na Europa. Os produtos que mais contribuíram para esse resultado foram leite em pó, blocos ou grânulos e preparações utilizadas na alimentação animal (rações, suplemento vitamínico, etc.).

O crescimento do setor de bebidas, essencialmente ligado ao mercado interno, foi devido ao maior consumo de chope, cervejas e refrigerantes, refletindo a maior renda doméstica.

Gráfico 4.6. Produção industrial – sub-setores- alimentos
(var % jan-set09/08)

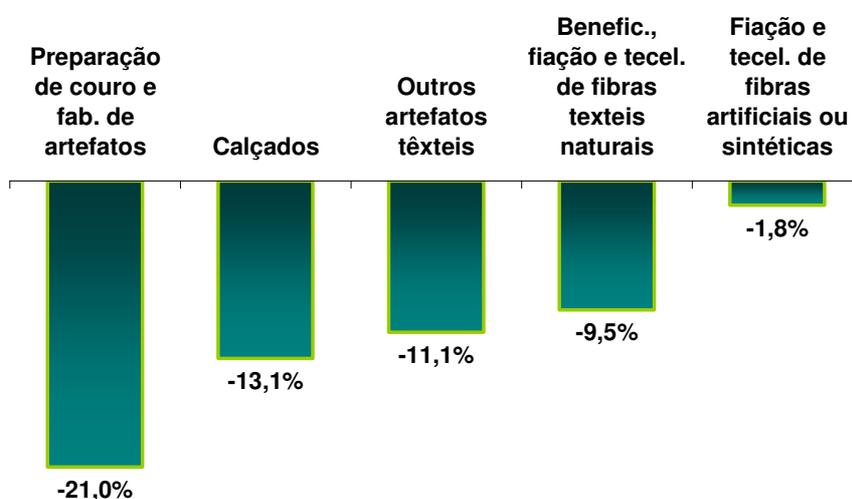


Fonte: IBGE

Outro conjunto de sub-setores que também é muito sensível à renda é aquele composto por empresas têxteis, vestuário e acessórios e calçados. Porém, mesmo diante do aumento do emprego e da massa de salários real presenciado no Brasil, ocorreu queda na produção destes sub-setores de janeiro a setembro de 2009, comparativamente ao mesmo período do ano passado. As razões desse aparente paradoxo são os mesmos: queda da demanda externa, mas também são mercados que possuem uma concorrência extremamente acirrada com os produtos importados, concorrência ilegal e a pirataria.

Os produtos que tiveram suas quantidades reduzidas com mais intensidade e foram determinantes para a queda da produção de cada sub-setor foram tecidos de algodão, camisas masculinas, calças compridas, calçados de couros e couros e peles bovinas.

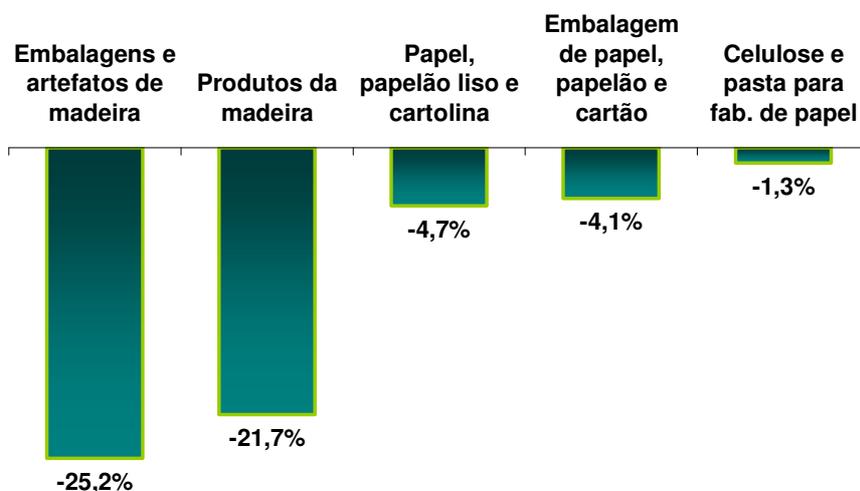
Gráfico 4.7. Produção industrial – sub-setores - têxteis, vestuário e calçados
(var% jan-set09/08)



Fonte: IBGE

Um grupo de sub-setores, útil para antever o comportamento da economia, são aqueles associados ao setor madeireiro e celulose e papel, pois são tipicamente produtores de bens intermediários, inclusive, embalagens. Novamente, repercutindo a redução das exportações e, conseqüentemente, da atividade industrial, todos sub-setores registraram quedas no período de janeiro a setembro na comparação com o mesmo período de 2008, com destaque para embalagens, artefatos e produtos de madeira. Vale destacar que, refletindo o atual momento de recuperação, as embalagens de papel e papelão já esboçam uma reação, com variações positivas nos meses de agosto e setembro nas comparações anuais (mesmo mês do ano anterior). Painéis de madeira, madeira serrada, papel e celulose são os produtos que impactam com mais força os resultados negativos desse grupo no resultado.

Gráfico 4.8. Produção industrial – setores - madeira e papel
(var % jan-set09/08)



Fonte: IBGE

Ainda entre os sub-setores produtores importantes de bens intermediários – insumo e matérias-primas há aqueles relacionados à indústria química e petroquímica que representam, em conjunto, 24% do PIB setorial. O desempenho desses sub-setores refletiu a redução da atividade industrial no país e da demanda externa. Adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas, da mesma forma, repercutem a queda das exportações, assim como a produção de derivados de petróleo e álcool, uma das mais importantes indústrias do País. Porém, o setor de adubos e fertilizantes e defensivos agrícolas, nos últimos dois meses, já apresentaram crescimento nas comparações anuais (mesmo mês do ano passado).

Apenas os sub-setores de sabões, sabonetes e produtos de limpeza e perfumaria cresceram em 2009, impulsionados pela maior renda doméstica.

Gráfico 4.9. Produção industrial – sub-setores - refino e químicos
(variação acumulada no ano (%))



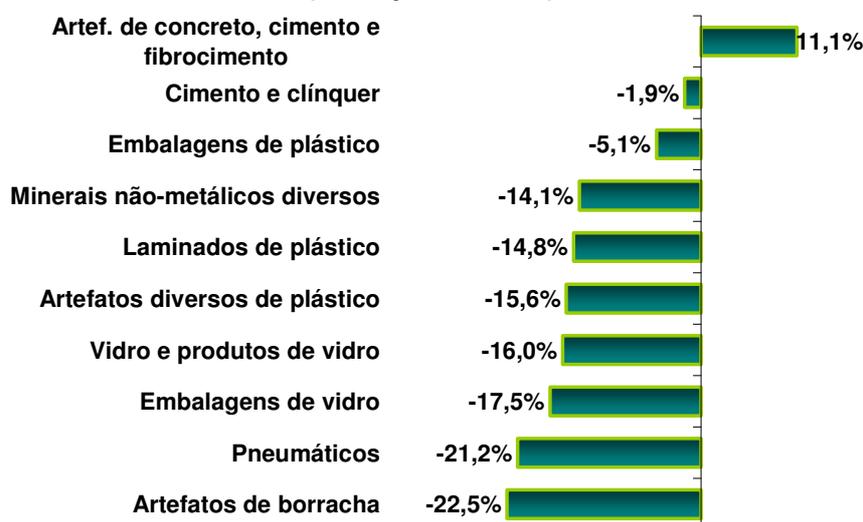
Fonte: IBGE

Também considerados fabricantes de bens intermediários, os segmentos de borracha, plásticos e minerais não-metálicos seguem de perto, a trajetória da cadeia produtiva os quais estão mais associados. Os artefatos de borracha, especialmente pneumáticos, estão diretamente relacionados à indústria de veículos e, da mesma forma, apresentam queda expressiva.

As indústrias de embalagens de plásticos e vidros seguem a trajetória de queda da atividade industrial brasileira, mas, já demonstram uma reação nos meses de agosto e setembro. Na mesma linha, o segmento de tintas e vernizes já apontou em setembro a primeira variação positiva na comparação anual (em relação a setembro de 2008), repercutindo a expansão da atividade da construção civil.

Por fim, a produção de artefatos de concreto, cimento e fibrocimento e cimento e clínquer, vinculados à construção civil, estão crescendo e repercutindo o desempenho positivo do setor, que também foi incentivado com reduções de impostos. De fato, os tijolos, ladrilhos e cerâmicas são os produtos que mais estimulam a expansão do setor.

Gráfico 4.10. Produção industrial – sub-setores borracha, plásticos e minerais não metálicos
(var % jan-set09/08)

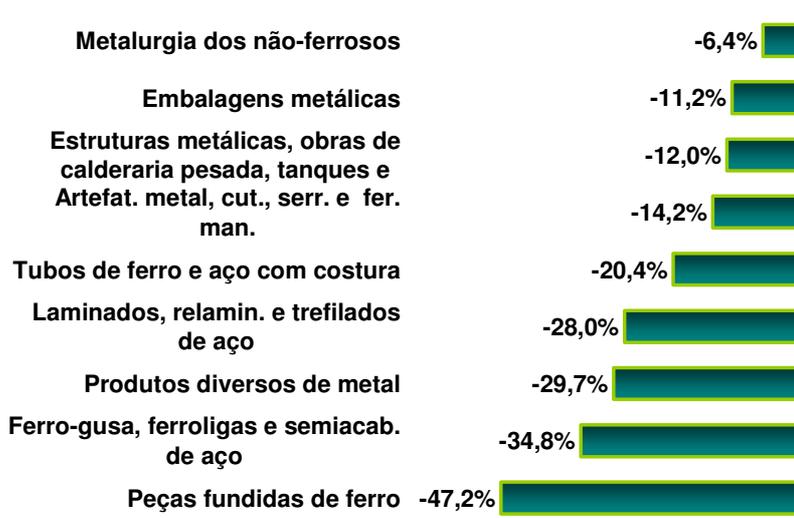


Fonte: IBGE

Outra indústria importante no segmento de produtos intermediários é a metalurgia básica e a fabricação de produtos de metal que, em conjunto, representam 12% do PIB setorial. Ambos estão entre os setores que mais sofreram com a retração da demanda externa. Os resultados verificados para o ano de 2009 apontam uma redução em todos os seus sub-setores, em especial, para a fabricação de peças fundidas de aço e ferro-gusa, ferro liga e semi-acabados de aço. Como produtores de bens intermediários, a forte retração deriva, além da queda das exportações, do fraco desempenho de máquinas e equipamentos e veículos automotores.

Repercutindo a forte redução da demanda externa e do investimento no país, as indústrias de máquinas e equipamentos forneceram a segunda maior contribuição setorial para a redução da produção nacional em 2009. Todos os sub-setores pesquisados caíram de forma expressiva, principalmente, a produção de máquinas e equipamentos para extração mineral e construção, tratores e máquinas agrícolas.

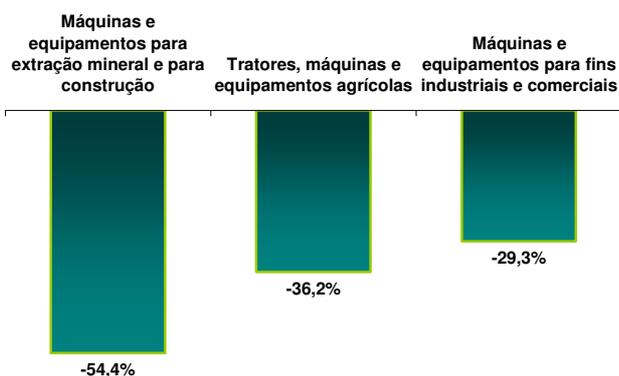
Gráfico 4.11. Produção industrial – sub-setores - metalurgia
(var % jan-set09/08)



Fonte: IBGE

No caso dos produtores de material elétrico-eletrônico, com exceção de eletrodomésticos da linha branca (geladeira, fogão e máquina de lavar roupa) que contou com estímulos tributários, os demais apontaram quedas significativas na produção. Os eletrodomésticos da linha marrom (televisores, aparelhos de som e rádios), sem os incentivos, apresentaram performance bastante negativa. Além desses, vale destacar a expressiva queda nas indústrias de material eletrônico e de comunicação e equipamentos para produção, distribuição e controle de energia elétrica, que refletiram a menor produção, preponderantemente, de telefones celulares, transformadores e motores elétricos.

Produção industrial – sub-setores
Gráfico 4.12. Máquinas e equip.
(var % jan-set09/08)



Fonte: IBGE

Produção industrial – sub-setores
Gráfico 4.13. Elétrico-eletrônico
(var % jan-set09/08)



Fonte: IBGE

Por fim, com participação de 8,5% no PIB da indústria de transformação, a indústria de veículos automotores forneceu a maior contribuição negativa para o agregado do setor manufatureiro brasileiro.

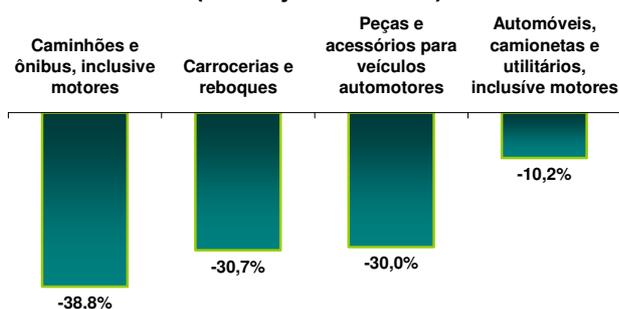
A redução da demanda externa e as maiores restrições ao crédito reduziram a produção de todos os sub-setores, especialmente, caminhões e ônibus. O segmento de

automóveis caiu “apenas” 10,2%, em resposta aos incentivos tributários, que, entretanto, não foram suficientes para neutralizar a queda da demanda externa e manter a produção nos mesmos níveis de 2008.

À exceção da construção de aeronaves, estimulada pela fabricação de aviões e vagões ferroviários, todos os demais sub-setores apresentaram retração quando se compara a produção acumulada de janeiro a setembro de 2009 com igual período do ano passado. Não há sinais de mudança no comportamento desses sub-setores industriais nos últimos meses.

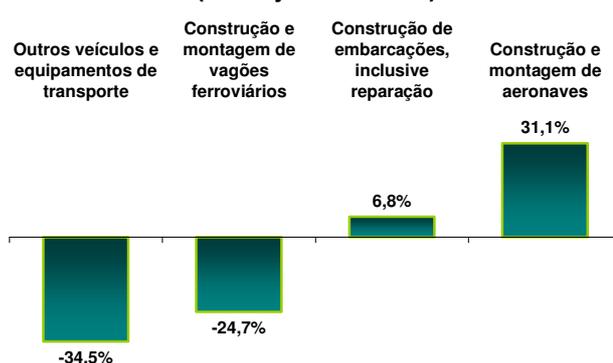
Produção industrial – sub-setores

Gráfico 4.14. Veículos
(var % jan-set09/08)



Fonte: IBGE

Gráfico 4.15. Outros equip. transporte.
(var% jan-set09/08)



Fonte: IBGE

Sondagem industrial

A percepção de que o setor já ultrapassou a fase mais aguda da crise e, atualmente, entra em um processo de recuperação, é reforçado pela evolução dos resultados da Sondagem Industrial⁹ durante 2009.

O indicador de condições atuais alcançou, em outubro, 61 pontos, um valor acima dos 50 pontos. Foi a primeira vez no ano que isso aconteceu, aumentando 13 pontos em relação a julho e 28 pontos na comparação com abril, quando registrou o valor mais baixo em dez anos de pesquisa. Em abril, nada menos do que 84% dos empresários afirmavam que as condições da economia brasileira haviam piorado. Além disso, 60% apontavam queda na produção e 46% das empresas haviam reduzido o número de funcionários. Em outubro passado, esses percentuais mudaram e “apenas” 21% dos empresários detectavam queda da produção e 18% do emprego.

No mesmo sentido, o valor do índice de expectativas para os próximos seis meses (69 pontos) revelou um grande otimismo entre os empresários. O último índice divulgado em outubro foi o mais alto desde o início da crise internacional. O otimismo do empresário cresceu, sobretudo, no que diz respeito à economia brasileira, quando 67% deles afirmavam esperar uma melhora para os próximos seis meses.

Portanto, a elevada confiança (o ICEI atingiu 66 pontos) corrobora a reversão das perspectivas negativas dos empresários e anuncia a expansão da atividade industrial. O sentimento dos empresários é de que a economia brasileira deverá continuar na atual

⁹ A Sondagem Industrial é uma pesquisa qualitativa realizada trimestralmente com empresários do setor. Entre outros indicadores, é divulgado o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI). Os índices variam de 0 a 100 pontos. Valores acima (abaixo) de 50 pontos indicam situação melhor (pior) ou expectativa otimista (pessimista).

tendência de recuperação. E o mais importante, no entanto, é o indicativo de que as empresas retomem investimentos e aumentem a produção.

Tabela 4.2. Índice de confiança do empresário industrial (ICEI)
(em pontos)

	out/08	jan/09	abr/09	jul/09	out/09
Condições atuais ¹	50,6	35,9	33,1	47,4	60,7
Economia Brasileira	47,0	28,1	27,0	45,7	62,8
Empresa	52,4	39,9	36,2	48,1	59,6
Expectativa ²	53,4	53,0	57,5	63,6	68,7
Economia Brasileira	46,7	46,2	52,4	60,6	67,2
Empresa	56,8	56,5	60,1	65,2	69,4
Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICE)	52,5	47,3	49,4	58,2	66,0

1- Em comparação com os últimos seis meses

2- Para os próximos seis meses

Fonte: CNI

Perspectivas para 2010

No final de 2008, diante de uma crise de intensidade ainda desconhecida, esperava-se para 2009, mesmo sob a hipótese mais pessimista, um desempenho bem melhor do que o concretizado. Mesmo diante do cenário atual de recuperação, não será possível neutralizar o carregamento estatístico negativo do final de 2008 e a atividade industrial brasileira deverá encerrar o ano com quedas históricas.

As perspectivas para 2010 são mais otimistas. A indústria brasileira deverá recuperar parte das perdas de 2009 e, possivelmente, atingir o patamar de atividade pré-crise ainda no primeiro semestre de 2010. O relativo bom desempenho baseia-se no seguinte cenário: demanda interna impulsionando e, o setor externo, restringindo. No primeiro caso, o emprego, os salários e o crédito em alta, bem como, o reajuste do salário mínimo devem contribuir para o aumento da renda das famílias. Vale lembrar, que em 2010 haverá eleições presidenciais, quando historicamente os gastos públicos tendem a aumentar. Além disso, o ajuste de estoque na economia parece ter chegado ao fim com uma taxa de juros menor a conjuntura torna-se favorável.

Por outro lado, o setor externo pouco favorável, principalmente, a fraca demanda nos países desenvolvidos, deverá funcionar como um elemento inibidor para uma recuperação mais rápida da indústria nacional, assim como, a taxa de câmbio valorizada. É importante lembrar que, a despeito do mercado interno estar ganhando participação na economia, exportações seguem sendo um componente importante para o setor.

Em resumo, a indústria brasileira iniciou 2009 com uma trajetória de recuperação e deverá permanecer nessa tendência até o final do ano, fato que não evitará taxas negativas expressivas. Para 2010, possivelmente, o setor deverá continuar no mesmo processo, mas já deverá apresentar taxas positivas ao longo do ano.

Assim, em 2009, a produção industrial deverá recuar 7,5%, a maior queda da série.

Para o ano que vem, espera-se um crescimento da atividade do setor em qualquer dos cenários propostos. O que diferencia é a intensidade desse processo. Vale ressaltar, também, que mesmo com taxa positiva em 2010, o setor permanecerá com níveis de atividade, na média anual, inferiores a 2008.

No cenário moderado deverá ocorrer a continuidade do processo de recuperação e a retomada do nível pré-crise ao longo do primeiro semestre de 2010, terminando o ano com uma expansão de 6,9% na produção e 6,8% no faturamento.

No cenário mais otimista, tanto a produção na indústria quanto o faturamento, apresentam crescimento num ritmo mais intenso do que o proposto no cenário anterior, fazendo com que no primeiro caso para um valor próximo a 9,0% e no segundo, 8,5%.

No cenário mais pessimista, a produção crescerá 4,8%. No caso do faturamento real, 5,1%.

Tabela 4.3. Previsões para a produção industrial e faturamento

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Produção					
Indústria Extrativa Mineral	3,8%	-7,1%	4,4%	6,5%	8,6%
Indústria de Transformação	3,1%	-7,7%	5,1%	7,2%	9,3%
Indústria Total	3,1%	-7,5%	4,8%	6,9%	9,0%
Faturamento real					
Indústria de Transformação	5,7%	-4,7%	5,1%	6,8%	8,5%

Fonte: IBGE/CNI. * Estimativa UEE/FIERGS. Previsão UEE

MERCADO DE TRABALHO DA INDÚSTRIA É O MAIS AFETADO PELA CRISE

O mercado de trabalho dos diversos setores de atividade econômica foram afetados pela crise em diferentes magnitudes, sendo que, em alguns, já se conseguiu recuperar o nível de emprego anterior, enquanto que outros ainda amargam os maus resultados dos primeiros meses do ano. Contudo, os números observados para os dois últimos meses apontam para um cenário mais favorável em 2010.

O comportamento do mercado de trabalho no Brasil será analisado sob enfoque de seus principais componentes: taxa de desemprego, nível de emprego e rendimentos dos trabalhadores. A análise abrangeu a economia brasileira (no caso da taxa de desemprego, as principais regiões metropolitanas), dando maior ênfase à indústria de transformação. Para tal, foram utilizadas as informações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho (MTE) e do Emprego, através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), através dos Indicadores Industriais do Brasil; e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

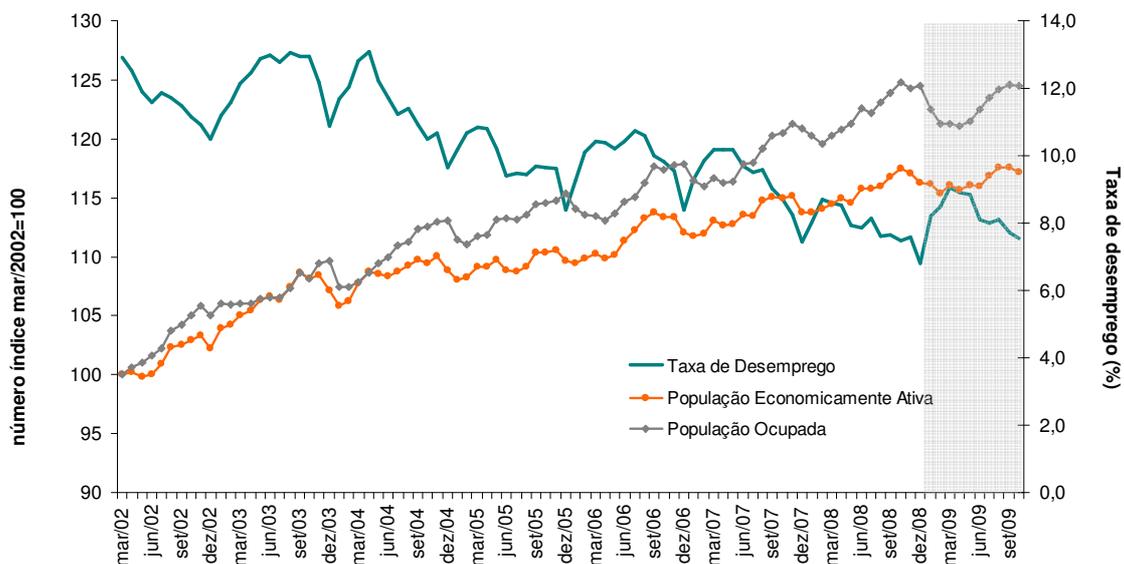
O mercado de trabalho brasileiro sentiu os impactos causados pela crise financeira pelo qual o mundo passou no ano de 2009, como reflexo da diminuição da atividade econômica. Alguns setores foram duramente afetados, não tendo ainda conseguido recuperar o nível de emprego no qual se encontravam antes da crise. Contudo, o mercado de trabalho vem acompanhando a recente recuperação da economia, tendo apresentado resultados positivos nos últimos meses.

Taxa de desemprego

Segundo os dados da PME, a taxa de desemprego para as seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa foi registrada em 7,5% no mês de outubro de 2009 – nível mais baixo desde dezembro/08 (6,8%). No ano de 2009, a taxa média de desemprego foi de 8,3%, estando 0,2 p.p. acima daquela registrada para o mesmo período do ano anterior. Nos meses de jan/09 a out/09 foi registrado um aumento de 732 mil no número de trabalhadores desempregados, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Embora este resultado não seja animador, as evidências mostram que poderia ser ainda pior. A população em idade ativa (PIA – pessoas acima de 10 anos de idade) aumentou 1,6% entre out/08 e out/09, o que não foge à sua média histórica (para os anos de 2002 e 2008, a média de crescimento foi de 1,7%). Por outro lado, a população economicamente ativa (PEA – aquelas pessoas que estão empregadas ou procurando por trabalho) cresceu apenas 0,6% no período de out/08 a out/09, sendo que sua média histórica de crescimento é de 2,2%. Assim, se a PEA tivesse crescido proporcionalmente a PIA entre os meses de jan/09 a out/09, pelas suas médias observadas entre os anos de 2002 e 2008, a taxa de desemprego deveria ter sido registrada em 8,2 % em out/09, com média de 9,5% para o ano.

Gráfico 5.1. Evolução da taxa de desemprego e seus componentes nas regiões metropolitanas



Fonte: PME/IBGE

Na comparação entre os resultados encontrados para 2008 e 2009, percebe-se que o aumento mais expressivo da taxa de desemprego foi na região metropolitana de São Paulo (+0,9 p.p.), o que se deve, provavelmente, à magnitude do impacto da crise sobre o segmento industrial. A região metropolitana de Recife também apresentou aumento do desemprego (+0,7%). Nas demais regiões o desemprego caiu, com destaque para o Rio de Janeiro (-0,6 p.p.).

Tabela 5.1. Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas (média de jan-out)

	2008	2009	Diferença
Recife	9,4	10,0	0,7
Salvador	11,7	11,4	-0,3
Belo Horizonte	6,7	6,6	-0,1
Rio de Janeiro	6,8	6,3	-0,6
São Paulo	8,6	9,5	0,9
Porto Alegre	6,1	5,8	-0,4
Total das Regiões	8,1	8,3	0,2

Fonte: PME/IBGE

Ainda, destaca-se que quando os dados são desagregados por atividade econômica, nota-se que em praticamente todos os segmentos houve reflexo da crise sobre a taxa de desemprego (que só não apresentou aumento nos serviços domésticos). O setor mais atingido foi a indústria, em que a média de desemprego foi registrada em 5% entre os meses de jan/09 e out/09, estando acima da média para o mesmo período do ano anterior em 1,4 p.p.

Tabela 5.2. Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas por grupamento de atividade
(média de jan-out)

	2008	2009	Varição p.p.
Ind extrativa e de transformação e prod e distr de eletric, gás e água	3,6	5,0	1,4
Construção	4,0	4,3	0,3
Comércio, reparação de veíc.automot. e de obj pessoais e domésticos	4,2	4,7	0,5
Serv. prestados à empresa, aluguéis, ativ. imobiliárias e interm. financ.	3,7	4,5	0,8
Adm. pública, defesa, seg. social, educação, saúde e serviços sociais	1,5	1,8	0,3
Serviços domésticos	4,0	3,7	-0,3
Outros serviços	3,6	4,2	0,6
Total	8,1	8,3	0,2

Fonte: PME/IBGE

Nível de emprego

Os dados disponíveis para as seis regiões metropolitanas mostram que em todas estas houve aumento da população ocupada (aquelas pessoas que estão trabalhando), com exceção da região de Porto Alegre, na qual se observa queda de 0,8%. O destaque foi a região de Salvador que, na média entre jan/09 e out/09, apresentou um aumento superior a 3% das pessoas ocupadas em comparação ao mesmo período do ano passado. No agregado, o aumento foi de 0,7% – valor bem abaixo da média da série histórica (2,9%) – representando o ingresso de 141 mil pessoas no mercado de trabalho.

Tabela 5.3. Nível de ocupação nas regiões metropolitanas
(em mil – média de jan-out)

	2008	2009	Diferença	Var(%)
Recife	1.344	1.376	32	2,4
Salvador	1.591	1.640	49	3,1
Belo Horizonte	2.339	2.357	19	0,8
Rio de Janeiro	5.067	5.068	1	0,0
São Paulo	8.923	8.977	54	0,6
Porto Alegre	1.786	1.772	-14	-0,8
Total das Regiões	21.049	21.190	141	0,7

Fonte: PME/IBGE

Como reflexo da crise, grande parte dos tipos de ocupação sofreram baixas. Neste sentido, destaca-se o mercado de trabalho informal, no qual se observa queda de 3,6% da população ocupada. Ainda, é importante ressaltar que, apesar do cenário adverso, foi registrado um aumento de 2,5% no número de empregados com carteira assinada.

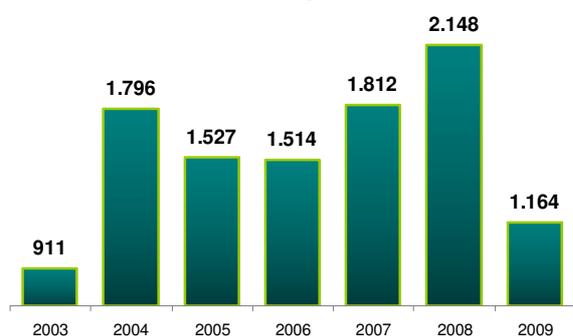
Tabela 5.4. Nível de ocupação por posição – total das RM's
(em mil – média de jan-out)

	2008	2009	Diferença	Var(%)
Empregados com carteira de trabalho assinada	10.211	10.468	257	2,5
Empregados sem carteira de trabalho assinada	4.157	4.009	-148	-3,6
Conta própria	3.968	3.974	6	0,1
Empregadoras	977	967	-10	-1,0
Militares ou funcionários públicos estatutários	1.588	1.633	45	2,9
Outros	148	139	-10	-6,5
Total	21.049	21.189	141	0,7

Fonte: PME/IBGE

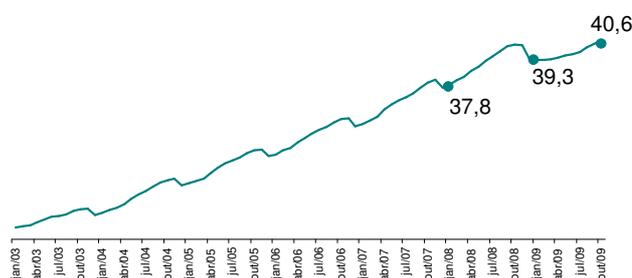
Os dados do Ministério de Trabalho mostram que, para o mercado de trabalho formal, os efeitos da crise foram moderados. O maior impacto foi sentido no mês de janeiro, quando o saldo de contratações líquidas teve uma acentuada queda (-101,7 mil). Entretanto, em todos os meses subsequentes o número de funcionários admitidos foi superior ao número de desligados. A grande diferença entre os saldos observados em 2008 e 2009 é devida, majoritariamente, à queda nas contratações (-5,5%) e, em menor escala, ao aumento dos desligamentos (+1,6%). O emprego formal apresentou, em out/09, o nível mais alto da série histórica (40,61 milhões), estando acima daquele observado em out/08 (40,32 milhões), antes de a crise eclodir no país.

Gráfico 5.2. Geração de empregos formais
(em mil – jan-out)



Fonte: CAGED/MTE

Gráfico 5.3. Estoque de empregados
(em milhões)



Fonte: RAIS e CAGED/MTE

Na comparação de out/09 sobre out/08 observa-se a criação de 850 mil empregos formais, o que representa um aumento de 2,1%. O segmento que apresentou maior aumento foi o de construção civil, no qual o número de trabalhadores passou de 1,9 milhões para 2,2 milhões – um aumento de 11%.

No agregado, o mercado de trabalho mostra sinais de recuperação. Contudo, em alguns setores, o nível de emprego ainda não conseguiu atingir o patamar em que se encontrava antes da crise, como são os casos da agropecuária e da indústria de transformação – nos quais o número de funcionários caiu em 3,5% e 2,5%, respectivamente, na comparação entre os meses de outubro de 2008 e 2009. Apesar do mercado de trabalho da indústria de transformação apresentar resultados positivos desde abr/09, estes ainda não foram suficientes para compensar os maus resultados verificados entre os meses de nov/08 a mar/09.

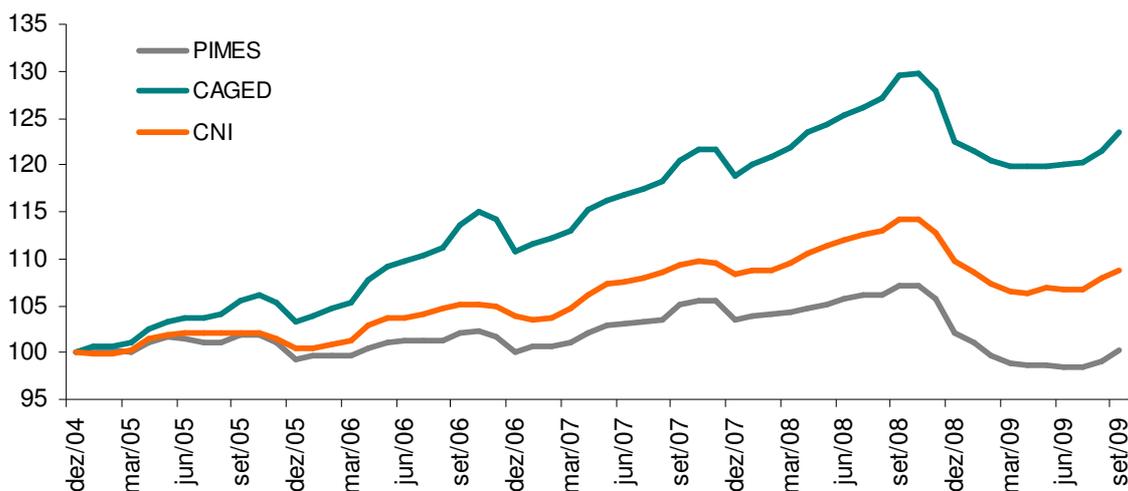
Tabela 5.5. Nível de emprego formal – setores
(em mil - outubro)

	2008	2009	Diferença absoluta	Var (%)
Agropecuária	1.636	1.580	-57	-3,5
Indústria Extrativa	200	208	8	3,8
Indústria de Transformação	7.217	7.034	-183	-2,5
SIUP	402	408	6	1,5
Construção Civil	1.993	2.211	219	11,0
Comércio	7.188	7.522	334	4,6
Serviços	21.119	21.642	523	2,5
Total	39.755	40.605	850	2,1

Fonte: RAIS e CAGED/MTE. Elaboração: UEE/FIERGS

O nível de emprego industrial no Brasil pode ser mensurado através de três fontes de dados: Ministério do Trabalho (RAIS e CAGED); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIMES – Pesquisa Industrial Mensal do Emprego e Salário); e Confederação Nacional da Indústria – CNI (pesquisa de Indicadores Industriais do Brasil). A evolução dessas três séries sinaliza a mesma tendência, diferindo apenas no nível, o que se deve, provavelmente, às suas metodologias distintas. Para efeito de análise serão considerados os dados do MTE e da CNI.

Gráfico 5.4. Nível de emprego industrial
(número índice – base dez/04)



Fonte: RAIS e CAGED/MTE. PIMES/IBGE. CNI

De acordo com os dados disponibilizados pelo MTE, a queda de 2,5% no número de trabalhadores da indústria de transformação implicou em menos 179,6 mil pessoas empregadas nesta atividade econômica. Embora a crise tenha atingido muitos segmentos industriais, alguns deles já conseguiram recuperar (e superar) o patamar pré-crise. Neste sentido, o destaque é o segmento do fumo que aumentou em 2.474 o número de funcionários, representando um crescimento de 14,8% de sua mão-de-obra. Os segmentos de fabricação de bebidas e de refino de petróleo, por sua vez, também tiveram um bom desempenho em 2009, com um aumento percentual do estoque de trabalhadores de 9,7% e 8,4%, respectivamente (na base de comparação out/08).

Por outro lado, os setores que contribuem significativamente para o resultado negativo da indústria de transformação são, principalmente, os do complexo metal-mecânico. A indústria de metalurgia básica é a que apresenta o pior desempenho na comparação de out/09 sobre out/08. Este segmento apresentou saldo negativo de contratações líquidas por nove meses consecutivos (de nov/08 a jul/09), somando no total -41,5 mil trabalhadores neste período. Os resultados positivos apresentados desde agosto/09 apontam para a recuperação do setor, mas ainda não são suficientes para superar os efeitos negativos causados pela crise.

Os segmentos de fabricação de veículos automotores e de máquinas e equipamentos também foram duramente afetados, apresentando uma redução de 8,2% e 7,8% no número de trabalhadores, respectivamente, entre out/08 e out/09. Desde outubro de 2008 estes setores apresentaram saldo negativo de contratações líquidas, tendo apenas nos últimos quatro meses mostrado sinais de recuperação.

Tabela 5.6. Nível de emprego formal – indústria de transformação
(em mil - outubro)

	2008	2009	Diferença absoluta	Var (%)
Alimentos	1.390,6	1.369,9	-20,7	-1,5
Bebidas	114,9	126,1	11,2	9,7
Fumo	16,8	19,2	2,5	14,8
Têxteis	316,3	302,8	-13,5	-4,3
Vestuário e Acessórios	656,7	659,6	2,9	0,4
Couro e Calçados	422,1	413,9	-8,2	-2,0
Produtos de Madeira	218,0	206,9	-11,1	-5,1
Celulose e Papel	163,7	162,7	-1,1	-0,7
Impressão e Reprodução	113,1	114,1	1,1	1,0
Refino de Petróleo	149,3	161,8	12,5	8,4
Químicos	252,6	252,4	-0,2	-0,1
Farmacêuticos	90,0	96,4	6,4	7,1
Borracha e Plástico	425,2	413,7	-11,5	-2,7
Minerais não Metálicos	363,4	366,9	3,5	1,0
Metalurgia	268,4	232,2	-36,2	-13,5
Produtos de Metal	492,5	471,3	-21,2	-4,3
Equipos de Informática e Eletrônicos	166,4	154,9	-11,6	-7,0
Material Elétrico	206,0	192,1	-14,0	-6,8
Máquinas e Equipamentos	363,1	334,9	-28,2	-7,8
Veículos Automotores	472,2	433,2	-38,9	-8,2
Outros Equipos de Transporte	87,4	84,7	-2,7	-3,1
Móveis	234,8	230,3	-4,6	-1,9
Produtos Diversos	123,4	126,0	2,6	2,1
Manutenção e Reparação de Máq e Equipos	106,8	108,2	1,4	1,3
Total	7.213,8	7.034,1	-179,6	-2,5

Fonte: RAIS e CAGED/MTE

Os dados da CNI indicam a mesma direção. Na variação percentual acumulada no ano (até setembro), o emprego na indústria de transformação apresentou queda de 3,5%. Um fato interessante é que, quando o mesmo cálculo é feito para 12 meses, o resultado é bastante diferenciado, apontando para uma queda no número de trabalhadores da ordem de 1,9%. Esta tendência se repete para todos os segmentos industriais abrangidos pela pesquisa, o que indica que o mercado de trabalho industrial brasileiro sentiu os impactos da crise mais fortemente em 2009.

Na comparação entre os meses de jan-set09/08, nota-se que, segundo os dados da CNI, foi no segmento de fabricação de produtos de madeira que o número de empregados apresentou maior queda (-18,9%). Neste sentido (e mantendo-se a mesma base de comparação) destacam-se também os segmentos de material eletrônico e de comunicação (-14,5%) e de fabricação de veículos automotores (-9,1%).

Tabela 5.7. Emprego na indústria de transformação
(média de jan-set/09)

	Varição acumulada no ano (%)	Varição acumulada em 12 meses (%)
Alimentos e bebidas	3,0	3,6
Produtos têxteis	-4,4	-2,7
Conf. art. vestuário e acessórios	-7,0	-6,5
Prep. couro, fab. art. couro e calçados	-8,7	-7,6
Produtos de madeira	-18,9	-17,2
Edição, impr. e reprodu. gravações	-1,5	-0,4
Coque, refino comb. nuclear, álcool	0,0	1,0
Produtos químicos	0,0	0,7
Artigos borracha e plástico	-5,6	-4,0
Prod. minerais não-metálicos	0,8	2,3
Metalurgia básica	-7,4	-4,3
Prod. metálicos - excl. máquinas	-2,6	-0,7
Máquinas e equipamentos	-8,3	-5,0
Máq., aparelhos e mat. elétricos	-3,8	-2,3
Mat. eletrônico e equip. comunic.	-14,5	-12,2
Veículos automotores	-9,1	-6,1
Outros equipamentos de transporte	-6,2	-2,3
Móveis, indústrias diversas	-2,0	-0,9
Indústria de Transformação	-3,5	-1,9

Fonte: CNI

Rendimento dos trabalhadores

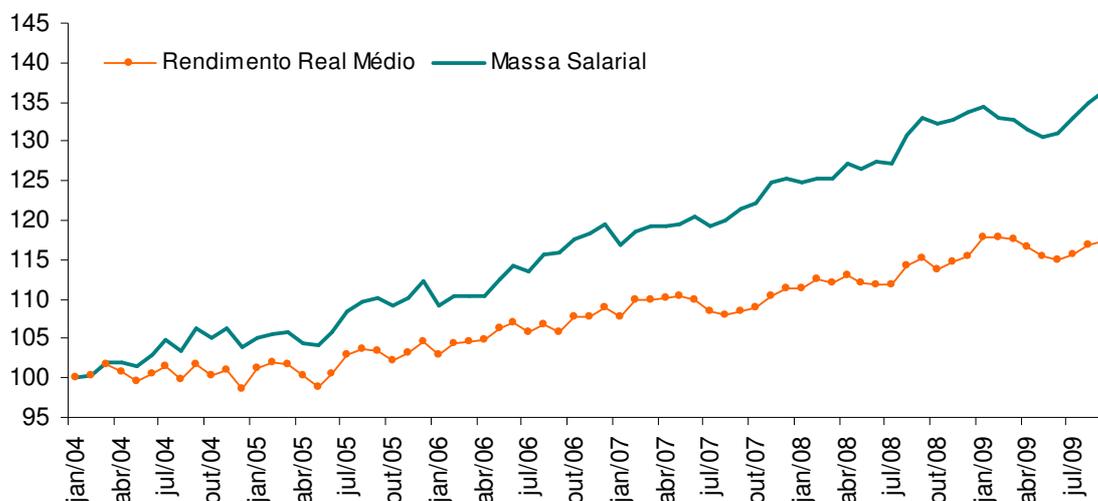
A análise dos rendimentos dos trabalhadores e da massa de salários foi feita com base nos dados disponibilizados pelo IBGE, através da Pesquisa Mensal do Emprego, e pela CNI, através dos Indicadores Industriais do Brasil.

O rendimento real médio do trabalhador situado nas regiões abrangidas pela PME, em out/09, é de R\$ 1.349,7. Cabe destacar que, mesmo com a crise que atingiu a economia brasileira, este valor ainda é ligeiramente maior do que o observado no mesmo mês do ano anterior, de R\$ 1.308,3. Assim, o aumento desta variável, na comparação entre os meses de outubro de 2008 e 2009, é de 3,16%. Ainda, é importante ressaltar que, apesar das adversidades causadas pela crise, o aumento no rendimento real médio está acima da média observada nos últimos cinco anos (entre 2003 e 2008), que é de 2,8%.

No acumulado do ano (até outubro), o aumento no rendimento real habitualmente recebido foi de 3,5%. Ainda que em magnitudes bastante diferentes, cinco das seis regiões metropolitanas apresentam alta, enquanto que Recife teve um resultado marginalmente negativo.

Considerados por posição na ocupação, os maiores ganhos – em termos de salários reais – se deram entre os trabalhadores do setor público, que, entre jan-out/09, tiveram um aumento de R\$ 114,5 reais na comparação com o mesmo período em 2008 (+5,7%). Por outro lado, o menor aumento registrado nos rendimentos foi para aquelas pessoas que trabalham com carteira assinada, (+3,1%).

Gráfico 5.5. Rendimento real habitualmente recebido e massa de salário nas regiões metropolitanas (número índice – dezembro/04=100)



Fonte: PME/IBGE

Como reflexo do crescimento da quantidade de trabalhadores empregados e dos salários recebidos por estes, houve um aumento de 2,9% na massa de salários (na comparação dos meses de out09/08), que foi registrada em R\$ 29 bilhões em out/09 no agregado das regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa. Assim, entre janeiro e outubro de 2009 foram injetados, na forma de massa de salários, R\$ 11,5 bilhões a mais na economia (na comparação com o mesmo período do ano passado).

Tabela 5.8. Rendimento real habitualmente recebido (var. (%) – jan-out)

	No ano	Em 12 meses
Recife	-0,3	-0,3
Salvador	4,3	4,8
Belo Horizonte	5,2	5,6
Rio de Janeiro	3,5	3,9
São Paulo	3,4	3,2
Porto Alegre	4,2	3,5
Total	3,5	3,6

Fonte: PME/IBGE

Tabela 5.9. Massa real de salário (var. % – jan-out)

	No ano	Em 12 meses
Recife	2,2	2,2
Salvador	7,5	7,6
Belo Horizonte	6,0	7,7
Rio de Janeiro	3,5	5,0
São Paulo	4,0	4,6
Porto Alegre	3,5	3,8
Total	4,2	5,0

Fonte: PME/IBGE

No acumulado do ano até outubro, a massa de salário real habitualmente recebida nas regiões metropolitanas subiu 4,2% – o que se deve, majoritariamente, ao aumento nos rendimentos médios. Neste sentido, o movimento foi acompanhado por todas as regiões metropolitanas – mesmo Recife, na qual o aumento da população ocupada foi suficiente para compensar a queda nos salários reais. Para o acumulado em 12 meses, percebe-se que o aumento na massa salarial é ainda maior (5%), o que aponta para os efeitos negativos da diminuição do ritmo de crescimento da população ocupada.

Os dados da CNI para a indústria de transformação mostram resultados menos favoráveis. No acumulado do ano até setembro, embora tenha havido um aumento nos

salários médios (+1,4%), a forte queda no nível de emprego conduziu a uma diminuição da massa de salários (-2,1%).

Tabela 5.10. Rendimentos reais por posição na ocupação
(em R\$ - média de jan-out)

	2008	2009	Diferença	Var (%)
Contra-própria	1.089,5	1.124,8	35,3	3,2
Setor privado com carteira	1.240,6	1.279,6	39,0	3,1
Setor privado sem carteira	852,5	886,0	33,5	3,9
Setor Público	2.021,2	2.135,7	114,5	5,7
Total	1.296,6	1.342,2	45,7	3,5

Fonte: PME/IBGE

Desagregando para os segmentos abrangidos pela pesquisa, percebe-se que, no acumulado do ano (até setembro), houve redução nos salários médios em alguns destes, como são os casos da fabricação de artigos de borracha e plástico (-1%), máquinas e equipamentos (-2,9%) e produtos elétricos (-3,2%). Por outro lado, setores como produtos de madeira (+11,8%), outros equipamentos de transporte (+9,5) e material eletrônico e de comunicação (+7,6%), contribuíram largamente para o resultado positivo.

Destaca-se que o expressivo aumento de salários médios em determinados setores não é, necessariamente, um indicativo de boas condições econômicas. Nota-se que os segmentos industriais com maior aumento dos salários médios também são aqueles com os maiores cortes no número de funcionários. Assim, se a maioria dos trabalhadores demitidos se encontrarem na “base da pirâmide salarial”, isto pode se refletir em um aumento dos salários médios.

Ainda, embora os salários tenham apresentado aumento real na maior parte dos setores, ocorreu diminuição da massa de salários em grande parte destes, devido à queda do emprego. Neste sentido, destaca-se o segmento de produtos de madeira e dos materiais eletrônicos e de comunicação que, apesar do grande aumento nos rendimentos médios, apresentaram queda de 9,4% e 8%, respectivamente, na massa de salários.

Tabela 5.11. Salários médios e massa de salário na indústria de transformação
(var. % acumulada – jan-set)

	Salários Médios Var (%)	Massa Salarial Var (%)
Alimentos e bebidas	1,8	4,9
Produtos têxteis	3,9	-0,8
Prep. couro, fab. art. couro e calçados	1,3	-7,5
Produtos de madeira	11,8	-9,4
Edição, impr. e reprod. gravações	5,4	3,8
Coque, refino comb. nuclear, álcool	2,1	2,4
Produtos químicos	2,5	2,6
Artigos borracha e plástico	-1,0	-6,5
Prod. minerais não-metálicos	0,2	1,0
Metalurgia básica	2,4	-5,0
Prod. metálicos - excl. máquinas	1,8	-0,9
Máquinas e equipamentos	-2,9	-10,9
Máq., aparelhos e mat. elétricos	-3,2	-6,9
Mat. eletrônico e equip. comunic.	7,6	-8,0
Veículos automotores	3,9	-5,5
Outros equipamentos de transporte	9,5	3,2
Móveis, indústrias diversas	5,7	3,5
Indústria de Transformação	1,4	-2,1

Fonte: CNI

Perspectivas para 2010

Como visto anteriormente, o saldo de contratações em 2009, até outubro, é de 1,16 milhões de trabalhadores. De acordo com as estimativas da Unidade de Estudos Econômicos, é esperado que ao final de 2009 o saldo registrado seja de 860 mil trabalhadores, dada a característica sazonal de maiores desligamentos no mês de dezembro. A indústria deve fechar o ano com uma geração líquida de 5,1 mil trabalhadores – o mais baixo desde 1999. Por outro lado, o comércio e os serviços foram os segmentos que mais contribuíram positivamente com o saldo de 2009, embora tenham apresentado desempenho abaixo da média dos últimos 5 anos.

Para 2010 é esperada aceleração da atividade econômica e, como consequência, aquecimento no mercado de trabalho. Espera-se que a indústria de transformação apresente desempenho similar aos encontrados em seus melhores anos (2004 e 2007), criando vagas para cerca de 450 mil trabalhadores e impulsionando o saldo total para cima. O comércio e os serviços devem contribuir positivamente com o resultado de 2010, seguindo a tendência de saldos observada antes da crise. Uma vez que o estoque de trabalhadores está em um nível relativamente baixo, espera-se que a geração de empregos em 2010 seja a maior da série histórica.

Devido aos bons resultados dos últimos meses, é esperado que – mesmo que o cenário pessimista se concretize – a geração de emprego em 2010 deve ser superior àquela observada para 2009. No cenário otimista, espera-se que o ritmo de atividade econômica crie condições para a geração de quase 1,8 milhões de vagas no mercado de trabalho.

Tabela 5.12. Geração de postos de trabalho formais
(em mil)

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Indústria extrativa	8,7	1,1	8,6	9,6	10,0
Indústria de transformação	178,7	5,1	202,2	449,6	514,7
SIUP	8,0	4,4	6,1	6,8	7,9
Construção civil	197,9	160,6	122,9	141,8	180,3
Comércio	382,2	246,9	333,7	397,1	413,2
Serviços	648,3	454,4	500,0	568,5	598,8
Administração pública	10,3	19,6	9,3	12,8	15,6
Agropecuária	18,2	-32,1	11,5	39,5	41,4
Total	1.452,2	860,0	1.194,2	1.625,6	1.781,8

Fonte: CAGED/MTE. Projeções: UEE/FIERGS. *estimativa

Tabela 5.13. Estoque de trabalhadores formais
(var. %)

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Indústria extrativa	10,5	0,5	4,2	4,7	4,8
Indústria de transformação	3,2	0,1	2,8	6,1	7,0
SIUP	2,9	1,2	1,6	1,8	2,1
Construção civil	18,3	8,4	5,9	6,8	8,7
Comércio	7,1	3,4	4,4	5,2	5,5
Serviços	5,4	3,6	3,8	4,4	4,6
Administração pública	1,4	0,2	0,1	0,2	0,2
Agropecuária	2,8	-2,3	0,8	2,8	3,0
Total	4,9	2,2	3,0	4,0	4,4

Fonte: CAGED/MTE. Projeções: UEE/FIERGS. *estimativa

INGRESSO DE CAPITAIS MANTÉM-SE ELEVADO APESAR DA CRISE, E PRESSIONOU A VALORIZAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO

Apesar da crise a economia brasileira manteve-se sólida e com alto grau de confiança externa. As contas externas refletiram a ótima perspectiva que há para o País no médio e longo prazo por meio da entrada de investimentos. A consequência desse fluxo financeiro foi uma forte valorização da taxa de câmbio a partir de março. Contudo, a crise se fez sentir mais intensamente pelo lado do comércio externo, principalmente dos produtos industriais. Destaca-se que a demanda chinesa por commodities evitou uma queda ainda mais acentuada nas exportações nacionais.

O cenário de incerteza no mercado mundial, e de maior aversão ao risco dos investidores internacionais, não impediu que o Balanço de pagamentos brasileiro registrasse uma forte entrada de investimentos. A situação relativamente melhor da economia brasileira em relação a maioria dos países materializou-se no ingresso de capitais. Pelo lado da balança comercial, observou-se uma diminuição das transações comerciais com o exterior tanto pelo lado das exportações, quanto das importações. A despeito dessa menor corrente de comércio, o saldo comercial gerado foi ligeiramente maior que 2008.

Por outro lado, o déficit na Balança de Serviços e Rendas foi menor em relação a 2008. Esse movimento foi consequência do abrandamento da crise financeira, que se traduziu num menor volume de rendas (líquidas) enviadas para o exterior. As transações de Serviços e transferências unilaterais permaneceram em patamar semelhante ao do ano passado. Dessa forma, com um maior saldo comercial e de rendas foi gerado um menor déficit das transações correntes, que ficou em 1,3% do PIB no acumulado em 12 meses até outubro de 2009, cerca de 0,5 p.p. a menos que em 2008.

**Tabela 6.1. Balanço de pagamentos
(US\$ bilhões)**

	Jan-Out 2008	Jan-Out 2009	Var. (%)	US\$ Bilhões
TRANSAÇÕES CORRENTES	-24,1	-14,8	38,7%	9,3
Balança comercial (FOB)	20,9	22,6	7,6%	1,7
Exportação de bens	169,4	125,9	-25,7%	-43,5
Importação de bens	-148,5	-103,2	-30,5%	45,2
Serviços e Rendas	-48,4	-40,1	17,2%	8,3
Serviços	-13,7	-15,2	-11,0%	-1,5
Rendas	-34,7	-24,9	28,3%	9,8
Renda de investimento direto	-22,8	-13,9	39,3%	9,0
Renda de investimento em carteira	-7,3	-7,1	3,1%	0,2
Transferências unilaterais correntes	3,4	2,7	-26,8%	-0,7
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	45,0	52,2	13,7%	7,2
Conta Capital	0,9	0,9	0,0%	0,0
Conta Financeira	44,1	51,3	14,0%	7,2
Investimento Estrangeiro Direto	34,8	19,3	-80,6%	-15,5
Investimento Estrangeiro em Carteira	9,1	39,8	77,2%	30,7
Outros Investimentos	15,8	-12,5	-179,3%	-28,2
RESULTADO DO BALANÇO	15,4	38,3	149,5%	22,9

Fonte: BCB. Elaboração: UEE/FIERGS

A Conta Capital e Financeira registrou uma entrada líquida de recursos 14% maior do que no ano passado. Os investimentos externos apresentaram um comportamento muito favorável, principalmente, os recursos destinados aos investimentos em ações negociados na bolsa brasileira. Já os investimentos diretos externos devem ficar próximos da previsão realizada no ano passado, cerca de US\$ 25 bilhões. Por sua vez, esse grande fluxo de recursos para a economia desencadeou uma forte valorização do real frente ao dólar. Se por um lado o financiamento do déficit em transações correntes torna-se um problema menor, por outro lado exigiu que o Banco Central entrasse no mercado para comprar dólares e compor reservas, afim de evitar uma valorização ainda maior da moeda brasileira.

O cenário externo no para 2010 será, possivelmente, composto de um déficit em transações correntes maior. Esse resultado será construído a partir de um saldo comercial menor, impulsionado por um crescimento nas importações maior do que nas exportações; e, no caso da balança de rendas e serviços, espera-se deterioração no saldo em relação a 2009, visto que o movimento de envio de renda ao exterior tende a se acentuar com a maior atividade no mercado interno. Por outro lado, espera-se um saldo maior na conta financeira. Assim, a tendência é de continuidade no fluxo de investimentos diretos para o País. Quanto aos investimentos em carteira, um maior fluxo que em 2009 ocorrerá se não houver uma recuperação mais robusta das economias envolvidas e se o diferencial de juros, interno e externo, continuar atrativo.

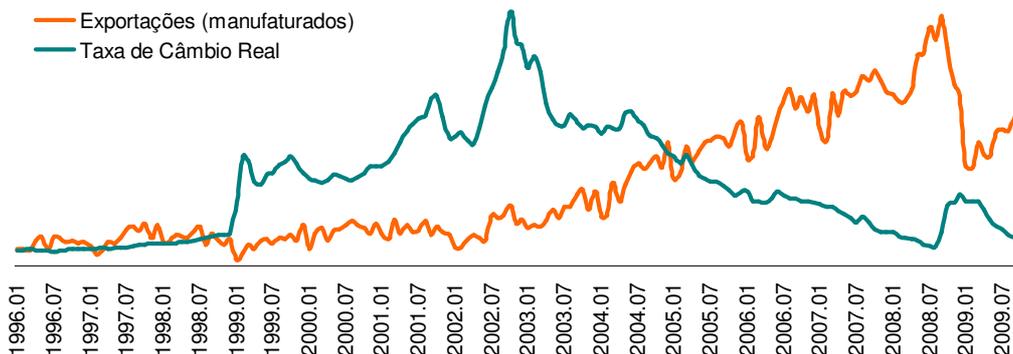
***T*ransações correntes**

As exportações brasileiras nos dez primeiros meses de 2009 apresentaram retração de 26% ante o mesmo período de 2008. Sendo que as exportações de produtos industrializados, com uma queda de 28%, foram os mais afetados, enquanto as exportações de produtos básicos cresceram 2% no mesmo período. Pelo lado das importações, a retração nas compras foi de 30% ante ao mesmo período de 2008. As categorias de matérias primas e produtos intermediários (46% de participação da pauta) e de combustíveis e lubrificantes (14%) foram as mais afetadas, com queda de 32% e de 51% no período, respectivamente.

O resultado da Balança Comercial é reflexo de uma conjuntura em que se destacam três características: (i) os preços dos produtos transacionados ainda estão em patamares mais baixos, por isso a queda tão acentuada nos fluxos de comércio; (ii) os parceiros comerciais que se recuperaram mais rápido da crise são aqueles que demandam produtos com baixo grau de elaboração, o que resulta numa queda mais forte nas vendas da indústria; (iii) a atividade econômica interna, principalmente na indústria, sofreu um forte arrefecimento, explicando a retração nas importações de insumos.

Pelo gráfico 6.1 percebe-se que mesmo com uma taxa de câmbio real em valorização, no período 2003 até 2008, as exportações de produtos manufaturados apresentaram forte crescimento. A retração nas exportações de manufaturados veio com a crise e retração na renda externa. Esse último fator parece ser o mais relevante para explicar os movimentos nas exportações da indústria. A taxa de câmbio valorizada, por sua vez, afeta a rentabilidade dos exportadores, bem como, sua capacidade de fazer novos investimentos e manter-se no mercado. Em outras palavras, os movimentos de curto-prazo nas exportações de manufaturados são guiados pelo comportamento da renda externa. Por outro lado, períodos longos de taxa de câmbio valorizada podem afetar as exportações desses produtos no longo prazo.

Gráfico 6.1. Taxa de câmbio real e exportações industriais
(janeiro de 2006 = 100)

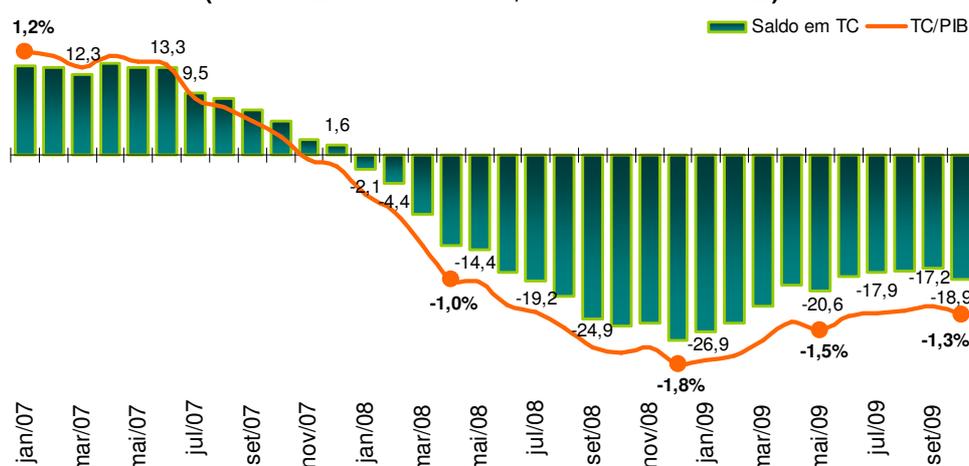


Fonte: BCB. Elaboração: UEE/FIERGS

Por outro lado, a Balança de Serviços e Rendas registrou um saldo deficitário de US\$ 40 bilhões no acumulado do ano até outubro. O envio líquido de rendas (tais como lucros, dividendo, juros, etc.) de investimentos diretos para o exterior atingiu US\$ 14 bilhões, tendo como principais destinos: Holanda, Estados Unidos e Espanha. Os principais setores em volume de envio foram: veículos automotores, reboques e carrocerias, fumageiro, metalurgia e químicos, que juntos representaram 35% dos recursos mandados para o exterior.

Por fim, o resultado das Transações Correntes (TC) no acumulado em 12 meses mostrou saldo negativo de US\$ 18,9 bilhões, representando 1,34% do PIB. O déficit das TC subtraído os investimentos externos diretos (US\$ 29,5 bilhões em 12 meses), obtém-se a Necessidade de Financiamento Externo (NFE), que no acumulado dos 12 meses atingiu -10,6 bilhões, ou menos 0,75% como proporção do PIB. Esse resultado demonstra que o Brasil permanece como credor externo, o que é um sinal de solidez econômica num momento de retração no comércio mundial e ainda elevado grau de aversão ao risco por parte dos investidores.

Gráfico 6.2. Saldo em transações correntes
(acum. 12 meses em US\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: BCB. Elaboração: UEE/FIERGS

No que se refere à sustentabilidade das contas externas, a perspectiva é bastante positiva. O pior da crise passou e não houve uma deterioração muito forte das transações

correntes, e a expectativa para os próximos anos é de que o País mantenha-se como um destino para investimentos, principalmente aqueles destinados a obras de infra-estrutura.

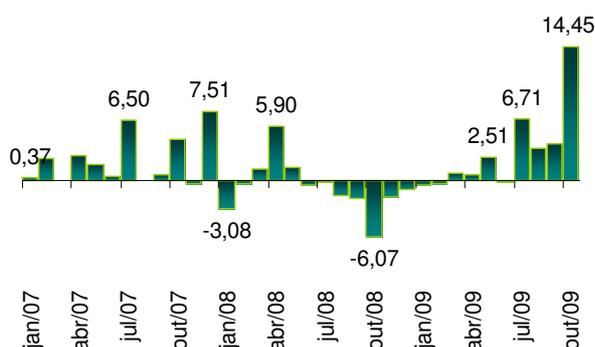
Conta capital e financeira

Os investimentos líquidos em carteira, que tem como característica uma maior volatilidade, registraram, nos primeiros dez meses do ano uma entrada líquida de US\$ 39 bilhões, sendo que somente em outubro entraram US\$ 14 bilhões de investimentos em ações. Este resultado foi proporcionado pelo crescimento das aplicações de não-residentes em ações e títulos no país, que foram mais do que suficientes para compensar as saídas líquidas registradas na conta “títulos emitidos no exterior”. Dessa forma, pode-se verificar que os investidores estrangeiros iniciaram um movimento, ainda que tímido, de retorno para o mercado financeiro brasileiro. Isso se deu possivelmente pelo diferencial entre os juros internos e externos, pelos ativos mais baratos (como ações), e pelo desempenho mais favorável da Bovespa, em 2009, relativamente a outras bolsas de valores de países emergentes.

Ingressos mensais de investimentos

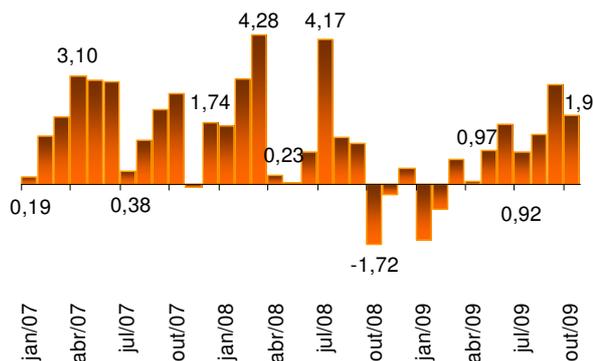
(US\$ bilhões)

Gráfico 6.3. Ações



Fonte: BCB. Elaboração: UEE/FIERGS

Gráfico 6.4. Renda fixa



Fonte: BCB. Elaboração: UEE/FIERGS

Em relação ao ano passado, houve uma alteração no perfil desse investimento, que foi mais voltado aos investimentos em ações de empresas brasileiras do que em títulos de renda fixa. Esse comportamento pode ser em decorrência de uma alteração de portfólio dos investidores, estimulado pelo retorno da Bovespa no ano e pela menor taxa de juros pagos pelos títulos públicos.

O Investimento Externo Direto (IED) líquido, cujos recursos vão para o setor produtivo, totalizou US\$ 19 bilhões, 45% a menos que o verificado no mesmo período do ano passado. Esses investimentos originam-se em mais de 38 países, cujos principais são Holanda (25,1%), EUA (14,1%), Alemanha (12,6%), França (8,5%) e Espanha (7,8%). O destino do IED no País ocorreu na seguinte proporção: indústria (52,2%), Serviços (36,9%) e Agricultura e Extrativa Mineral (10,9%). Na indústria destacam-se os segmentos de metalurgia, veículos automotores, químicos, farmacêuticos e derivados de petróleo e biocombustíveis; e na Agricultura e Extrativa, as inversões são para os segmentos de extração de petróleo e minerais metálicos.

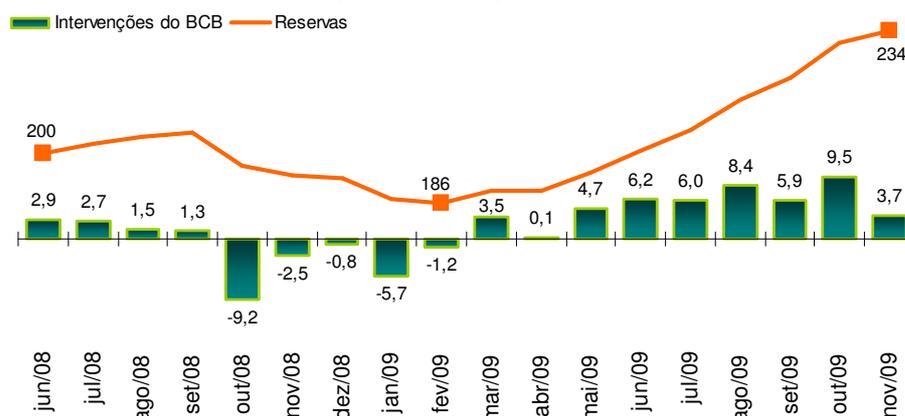
Quando se observa o elevado volume de investimentos que ingressaram na economia brasileira nesse ano, lembra-se da frase utilizada por muitos analistas de que “o Brasil foi o último a entrar e um dos primeiros a sair da crise”. Nessa visão mais otimista, o País estaria pronto para decolar tornando-se o mais promissor dos membros do BRIC,

por unir um parque industrial diversificado e abundância de recursos naturais; além de uma população pacífica (sem conflitos étnicos e religiosos) e governo democrático.

Dívida externa e reservas internacionais

A dívida externa brasileira, que num passado recente tirava o sono dos formuladores de políticas, analistas e empresários, hoje foi relegada ao segundo plano dentre as preocupações nacionais. O valor estimado para a dívida externa total em outubro atingiu US\$ 204 bilhões, representando menos US\$ 11 bilhões do que registrado em dezembro de 2008. Sendo que 16% é composta de dívida de curto prazo, que vencem em menos de 360 dias, e 84% em dívida de médio e longo prazo. Analisando os indicadores de endividamento externo, não se observam elementos que indiquem um problema de financiamento externo para os próximos meses. Destaca-se a relação entre reservas e dívida total, que supera a proporção de 100% e o serviço da dívida sobre exportações de bens e serviços que representa 17%. Permanecendo essa conjuntura, pode-se inferir que uma nova onda de depreciação cambial somente irá acontecer se houver uma nova rodada de deterioração do cenário financeiro mundial, visto que, de acordo com as contas externas brasileiras, a solvência está assegurada.

Gráfico 6.5. Evolução das reservas internacionais e intervenções do Banco Central (US\$ bilhões)



Fonte: BCB. Elaboração: UEE/FIERGS

As reservas internacionais no conceito de liquidez, que incluem as linhas de recompra e operações de empréstimos em moeda estrangeira, atingiram US\$ 233, superando em US\$ 28 bilhões o valor da dívida externa brasileira ou representam 22 meses de importações de bens. O acréscimo de US\$ 26 bilhões nesse ano deve-se as intervenções da autoridade monetária, que entraram no mercado comprando moeda estrangeira para evitar uma valorização mais abrupta da taxa de câmbio.

De maneira geral, a situação externa brasileira é confortável comparativamente a outros países emergentes e ao próprio Brasil de outrora. A última crise em que a confiança externa do País esteve em xeque ocorreu em 2002. Desde então, a manutenção de uma política econômica consistente possibilitou que o País alcançasse uma condição qualitativamente superior em suas contas externas. O principal avanço foi o aumento da participação do Investimento Estrangeiro Direto como forma de financiamento externo, uma fonte mais estável de recursos. Contudo, se por um lado, não se espera que 2009 repita o resultado de 2008, que apresentou entrada líquida de US\$ 45 bilhões nessa

modalidade de investimento, por outro lado a sustentabilidade externa não está ameaçada no médio prazo.

Taxa de câmbio

A dinâmica de ajuste externo numa economia que adota o regime de câmbio flutuante implica que a taxa seja o fator que equilibra a oferta e demanda por divisas. Dessa forma, quando a oferta de dólares no mercado cresce em relação à moeda nacional, o preço da última tende a aumentar, resultando numa taxa de câmbio R\$/US\$ mais valorizada. Outro fator importante na determinação da taxa de câmbio, refere-se às expectativas, tanto em relação ao desempenho futuro da economia, quanto do próprio comportamento do dólar.

Desse modo, os movimentos do dólar explicam parte dessa valorização do real. A moeda norte-americana novamente começou a se desvalorizar ante as demais moedas no mundo. A aversão ao risco que tomou conta do comportamento dos investidores no final do terceiro trimestre de 2008 deu lugar a um maior apetite por risco por parte dos investidores. Assim, as operações de *carry trade*, em que o investidor se financia em uma moeda de juros mais baixos, como a dos EUA e do Japão, e aplicam os recursos em países que pagam uma taxa de juros mais alta, voltam com força. O resultado dessa operação é uma desvalorização da moeda de origem do financiamento. Esse cenário apresentará sinais de reversão apenas quando a economia dos EUA começar a mostrar um crescimento mais robusto, de modo que o FED tenha que retomar o processo de aperto monetário.

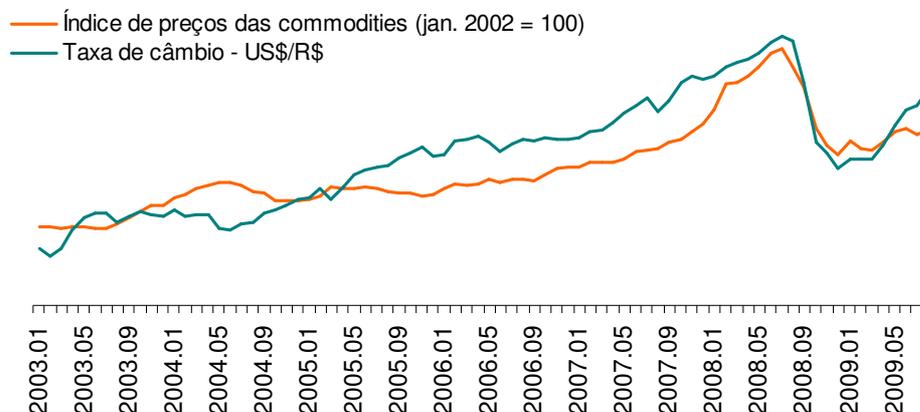
Pelo lado da Balança Comercial brasileira, as importações diminuíram fortemente em virtude da menor atividade industrial e do menor preço dos insumos, matérias primas e bens de capital, principais itens da pauta de importações. E, se por um lado, as exportações de manufaturados sofreram queda recorde, as vendas de *commodities* mantiveram mais aquecidas. O resultado disso é um saldo comercial maior em 2009 do que o verificado em 2008, que por sua vez aumenta a oferta de dólares na economia e pressiona a valorização do câmbio. Por traz desse resultado, está uma forte recuperação do preço das *commodities*, que tende a apresentar uma alta correlação com a taxa de câmbio. Embora correlação não implique em causalidade, não é difícil perceber que o desempenho do preço dessas mercadorias influencia a oferta de dólares na economia brasileira e pressiona a taxa de câmbio, em especial pela via comercial. É importante ter em mente que a moeda dólar e os ativos "*commodities*" competem no mercado internacional. Assim, quando os investidores decidem diversificar as aplicações em dólares para outros ativos, acaba por ocorrer uma valorização desses ativos.

Além disso, destaca-se que esse movimento não ocorre somente via Balança Comercial, mas também através dos ingressos de financeiros na Conta Capital e Financeira, visto que as empresas mais líquidas da bolsa brasileira estão diretamente atreladas à venda dessas mercadorias. Em 2009, cerca de um quarto dos ingressos de investimentos externos diretos estão relacionados às atividades de extração de petróleo, gás natural, minerais metálicos e indústria de metalurgia. Observa-se que a opção pelo Brasil deixou de ser apenas pela maior taxa de juros e passou a ser motivada por questões mais complexas, tal como a expectativa de desempenho futuro da economia e, até mesmo, pela falta de mercados mais rentáveis. O fato é que a relação risco-retorno está favorável ao Brasil.

A alternativa mais indicada nesse momento para evitar a apreciação ainda maior da taxa de câmbio seria um forte ajuste nos gastos do governo para pressionar uma redução maior das taxas de juros. Porém, o caminho tomado foi o do controle de capitais.

Esses, no curto prazo podem ter algum efeito sobre o câmbio, mas também afeta todas as empresas que buscam financiamento via bolsa de valores, visto que a entrada de recursos é menor.

Gráfico 6.6. Índices de preços das *commodities* exportadas e da taxa de câmbio
(taxa de câmbio invertida. janeiro de 2006 = 100)



Fonte: BCB; IPEADATA. Elaboração: UEE/FIERGS

Perspectivas para 2010

A recuperação da economia mundial está em curso e é consenso entre os analistas que 2010 será melhor que 2009. Contudo, os países desenvolvidos ainda apresentarão resultados tímidos, abaixo do desempenho dos emergentes. Nesse ambiente, a tendência é que os investidores diminuam sua aversão ao risco e o fluxo de capitais para as economias emergentes (ativos com maior relação risco-retorno) apresente crescimento. Além disso, a retomada na atividade econômica representará um crescimento nos fluxos de comércio, principalmente nas *commodities* metálicas e agrícolas.

No caso específico do Brasil, há grande expectativa de entrada de recursos em investimentos diretos nas áreas de infra-estrutura, automobilística e indústria extrativa, principalmente para construção dos complexos esportivos para a copa do mundo de futebol e olimpíadas. Além desses fatores, os bons resultados esperados para a economia, em especial os setores voltados para o mercado interno, fará com que cresçam os investimentos em ações de companhias brasileiras.

Pelo lado da balança comercial, a retomada da atividade industrial nos mercados mais desenvolvidos, bem como, um maior consumo das famílias resultará no crescimento das exportações de bens manufaturados. Os produtos básicos também serão beneficiados em virtude do forte crescimento esperado para a economia chinesa. No caso das importações, espera-se um crescimento ainda mais forte que o das exportações. Destaca-se que as importações apresentam movimento pró-cíclico, ou seja, quando a economia está crescendo seguem a mesma tendência, principalmente, as compras de matérias primas, bens intermediários e de capital.

Pelo acima exposto, espera-se uma forte entrada de capitais na economia, o que irá fazer com a taxa de câmbio permaneça num patamar próximo ao atual, com viés de valorização de acordo com o desempenho mais favorável da economia. O menor saldo da balança comercial e de serviços impulsionará um maior déficit nas Transações Correntes, que será plenamente financiado pela entrada de capitais.

Há dois riscos, um interno e o outro externo, facilmente identificáveis para o cenário projetado. Primeiro, a economia mundial pode recuperar-se num ritmo mais lento do que o

esperado, nesse caso o volume de ingressos de capitais pode ser menor, bem como a corrente de comércio, porém o saldo comercial permanecerá como em 2009. Dessa forma, pode haver uma tendência de desvalorização da taxa de câmbio. O outro risco refere-se à própria economia brasileira, e as incertezas relacionadas ao processo eleitoral. Mesmo que não haja a expectativa de uma ruptura na política macroeconômica, se o processo sucessório não for bem conduzido, e os nomes indicados para o Banco Central não forem bem aceitos pelo mercado, pode haver um crescimento da aversão ao risco dos investidores em relação à economia brasileira.

Tabela 6.2. Perspectivas para o setor externo brasileiro
(em US\$ Bilhões)

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Exportações	197,9	154,0	160,4	174,6	185,0
Importações	173,1	128,7	145,0	160,0	170,0
Saldo	24,8	25,3	15,4	14,6	15,0
Saldo em Transações Correntes	-28,2	-17,5	-30,0	-36,0	-41,0
Investimento Estrangeiro Direto	45,1	25,0	30,0	35,0	40,0

Elaboração: UEE/FIERGS. *Estimativa: UEE/FIERGS.

Tabela 6.3. Perspectivas para a taxa de câmbio

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%)**	6,46	8,7	(4,5)	(13,0)	(17,0)
Taxa de Câmbio – Média do Ano	1,83	1,99	1,90	1,74	1,65

Elaboração: UEE/FIERGS. *Estimativa: UEE/FIERGS. **Variação em relação à média do período anterior.

ARRECADAÇÃO EM QUEDA, SUPERÁVIT PRIMÁRIO TAMBÉM

A arrecadação do País caiu em 2009 motivada tanto pela diminuição da atividade econômica quanto pelas medidas de desoneração aplicadas pelo governo federal, no âmbito da política anti-crise. O impacto mais imediato foi a redução do superávit primário, que deverá registrar, nesse ano, o menor valor da história recente.

O ano fiscal de 2009 começou já sob o impacto das medidas de desoneração anunciadas em dezembro de 2008. Entre as boas novas estavam a revisão da tabela do imposto de renda, que ganhou duas novas faixas inferiores ao limite de 27,5% e a isenção de IPI para automóveis, entre outras de menor relevância em termos de renúncia fiscal. No entanto, as medidas de desoneração, associadas à redução da atividade econômica, acabaram refletindo em queda da arrecadação. Essa, por sua vez, combinada com gastos que permanecem em sua trajetória de ascensão acabaram se traduzindo numa redução do superávit primário, elevação do déficit nominal e, conseqüente, aumento da razão dívida/PIB. Já a previdência social, apesar dos incrementos de receita, preservou seu *status* de estruturalmente deficitária, tendendo a finalizar o ano com um déficit próximo de R\$ 40 bilhões – valor este que tende a se conservar (ou crescer) no próximo ano dado o aumento estimado para o salário mínimo e a possibilidade de elevação dos demais salários na mesma medida.

Arrecadação

A arrecadação no acumulado de jan-out/09 caiu o equivalente a 2,2%, em termos nominais, e 6,8%, em termos reais (IPCA), em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 552,5 bilhões. Porém, nesse valor estão contabilizadas além da receita administrada pela Receita Federal, as contribuições previdenciárias e as demais receitas. Assim, quando se observa apenas a arrecadação administrada pela Receita Federal essa redução é mais intensa, sendo de 5,13%, nominalmente, e de 9,67% (IPCA), o que resultou numa diminuição equivalente a R\$ 23,5 bilhões. As quedas, além de significativas, rompem com uma tendência persistente de elevação das receitas tributárias do governo federal que financiaram a expansão dos gastos públicos nos últimos anos.

Arrecadação das receitas federais

Tabela 7.1. Nominal (R\$ bilhões)

	2008	2009	variação	
	jan -out	jan -out	%	R\$ (Bilhões)
Imposto de Renda	159,3	156,7	-1,6%	(2,6)
IPI	32,7	24,3	-25,6%	(8,4)
IOF	16,7	14,9	-11,2%	(1,9)
Imp. de Importação	13,8	13,1	-5,2%	(0,7)
Cofins	100,5	93,4	-7,1%	(7,1)
PIS/PASEP	26,3	25,6	-2,7%	(0,7)
CSLL	38,3	37,7	-1,4%	(0,5)
CIDE	5,2	3,6	-31,3%	(1,6)
SUB TOTAL	392,9	369,3	-6,0%	(23,6)
TOTAL	564,7	552,5	-2,2%	(12,2)

Fonte: SRF

Tabela 7.2. Real (R\$ bilhões)

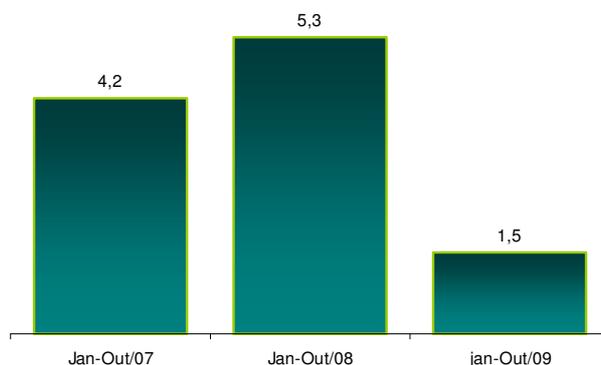
	2008	2009	variação	
	jan -out	jan -out	%	R\$ (Bilhões)
Imposto de Renda	169,8	159,0	-6,3%	(10,8)
IPI	34,9	24,7	-29,2%	(10,2)
IOF	17,8	15,1	-15,4%	(2,7)
Imp. de Importação	14,7	13,3	-9,5%	(1,4)
Cofins	107,0	94,7	-11,5%	(12,3)
PIS/PASEP	28,0	25,9	-7,3%	(2,1)
CSLL	40,8	38,3	-6,1%	(2,5)
CIDE	5,5	3,6	-35,2%	(1,9)
SUB TOTAL	418,5	374,7	-10,5%	(43,9)
TOTAL	600,6	559,6	-6,8%	(41,1)

Fonte: SRF. Deflator: IPCA (set/09)

O imposto de renda (IR), maior tributo federal, depois das contribuições previdenciárias, reflete a diminuição dos lucros apurados, em especial na pessoa jurídica. A mesma justificativa serve para o comportamento da CSLL, apesar do aumento da arrecadação sobre instituições financeiras em decorrência do aumento da alíquota de 9% para 15% ainda em meados no ano passado. Outro fator que colabora para a queda do resultado do imposto de renda é a redução do imposto de renda de pessoa física apurado a partir dos ganhos em operações em bolsa. Já no imposto de renda retido na fonte (rendimentos do trabalho), os impactos da revisão da tabela providenciadas pela Lei 11.945/09 resultaram numa redução, ainda que pequena, dessa receita. Serviu nesse caso de atenuante a expansão da massa de salários, conforme se verifica através do aumento da massa de salário habitual da PME/IBGE. No total, a arrecadação do IR passou de R\$ 159,3 bilhões para R\$ 156,7 bilhões, uma queda de R\$ 2,6 bilhões.

O comportamento da Cofins, devido à sua importância relativa na composição das receitas da União, também merece destaque. A contribuição sofreu uma queda de arrecadação de cerca de R\$ 7 bilhões, decréscimo apenas inferior à verificada no IPI. Segundo o Relatório da Receita Federal, o resultado da Cofins pode ser explicado pelas compensações decorrentes do pagamento indevido (ou a maior), além das desonerações decorrentes das Leis 11.774/08, 11.787/08, 11.945/09 e 12.024/09, e da Medida Provisória 465/09. A queda da receita do IOF, por sua vez, decorre das modificações nas alíquotas do imposto promovidas por uma série de decretos ainda em 2008.

**Gráfico 7.1. Arrecadação do IPI-automóveis
(R\$ bilhões)**



Fonte: Ipeadata.

No IPI se observou a maior queda isolada da arrecadação na comparação entre jan-out/09 e o mesmo período do ano anterior. O IPI total apresentou uma queda de R\$ 8,4 bilhões, em termos nominais, o equivalente a uma redução de 25,6% que, quando corrigida pelo IPCA, passa a ser de 29,2%. A maior redução foi verificada no IPI-automóveis. As quedas verificadas nessa rubrica foram de 72,4% (IPCA), resultantes da redução das alíquotas de IPI- Automóveis ao longo de 2009, bem como a implementação do mecanismo que permitiu que a nova alíquota fosse aplicada aos automóveis não negociados até 12 de dezembro de 08.

A questão da previdência

Os números da Previdência Social em 2009 refletem a dinâmica de uma estrutura que, sem reformas, e com a continuidade da política de aumentos sucessivos do salário

mínimo acima da inflação tende apenas a consolidar um déficit estrutural. Apesar da diminuição do déficit primário nos últimos anos, os valores acumulados (em termos reais) continuam muito elevados, e de difícil (para não dizer impossível) reversão.

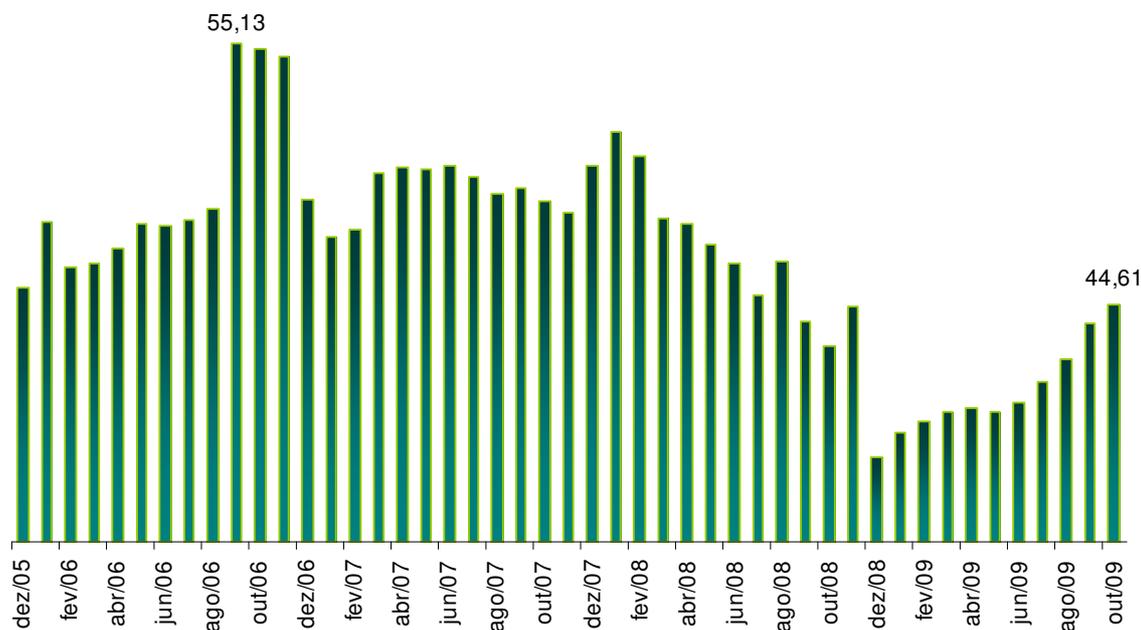
No período de jan-out/09, a arrecadação líquida da previdência social totalizou R\$ 139,6 bilhões, um incremento nominal de 10,1% em relação ao mesmo período do ano passado. A explicação para essa expansão das receitas vem do aumento da massa de salários, o que acaba por ter impactos sobre as contribuições calculadas sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios cresceram no mesmo período 12,8%, implicando em um aumento do déficit da ordem de aproximadamente R\$ 7,8 bilhões em relação ao mesmo período de 2008 (nominal).

Segundo o Relatório do Tesouro Nacional de set/09, basicamente são três os elementos que explicam a expansão das despesas no período:

- i) o aumento de R\$ 60,41 no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, em decorrência da política de reajustes implementada;
- ii) a elevação da quantidade média mensal de benefícios pagos (acréscimo de 736 mil benefícios);
- iii) a expansão do pagamento de precatórios em R\$ 989,3 milhões.

Até set/09, o déficit da previdência foi de R\$ 38,7 bilhões, valor equivalente a 1,74% do PIB. A tendência é que até o final de 2009 esse valor se aproxime dos R\$ 41 bilhões.

Gráfico 7.2. Déficit primário da previdência social
(R\$ bilhões - acumulado em 12 meses)



Fonte: Ipedata. Deflator: IPCA (out/09)

Os resultados do governo

O resultado primário do setor público consolidado sofreu uma forte redução em 2009. No acumulado do ano até out/09, o superávit primário ficou em R\$ 51,5 bilhões, valor bastante inferior ao verificado no mesmo período do ano passado. Enquanto que em 2008, nesse mesmo período, o superávit primário registrava 5,33% do PIB, em 2009 esse valor alcança os parcos 2,06% do PIB, o que provavelmente torna impossível o alcance

da meta de 2,5% do PIB definida para o ano. Apesar da queda ser generalizada em praticamente todas as esferas do governo, a maior redução foi verificada no Governo Central que apresentou queda de 2,78 p.p. do PIB. A redução do superávit é sustentada a partir de basicamente dois elementos: a queda das receitas associada ao aumento das despesas.

Quando se avalia o acumulado em 12 meses, é possível perceber a magnitude da deterioração do resultado primário. Desde o início do primeiro mandato do atual governo, o resultado atualmente verificado é o menor (1% do PIB), com constante decréscimo desde o final de 2008. Em 2009, a justificativa utilizada pelo Brasil para obtenção desse resultado “ralo” pode ser a mesma utilizada pela maior parte das economias do mundo: a combinação da queda da arrecadação com o aumento dos gastos motivados pela crise, apesar disso, no caso brasileiro, ser uma “meia-verdade”. O problema é que se essa trajetória se mantiver em 2010, o ajuste fiscal promovido nos últimos anos pode estar sendo abandonado, com conseqüências de longo prazo extremamente danosas para a economia nacional, entre as quais se destacam a impossibilidade de reduzir os juros e o permanente estímulo à inflação via política fiscal.

Gráfico 7.3. Resultado primário do setor público consolidado
(% do PIB - acumulado em 12 meses)



Fonte: BCB

Ainda que a apuração dos resultados do Banco Central e do Tesouro Nacional sejam diferentes, somente é possível apurar o comportamento da evolução das receitas e despesas desagregadas através do Relatório do Tesouro Nacional. Assim, de acordo com os dados divulgados, no período de jan-out/09, houve um incremento nominal das despesas de 16,5% enquanto as receitas líquidas apresentaram um decréscimo de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude da queda da arrecadação.

O decréscimo na receita líquida em termos percentuais, no entanto, foi menor do que o das receitas totais (-1,1% ou R\$ 6,5 bilhões) em virtude da redução acentuada das “Transferências a Estados e Municípios” (-2,6% ou R\$ 2,7 bilhões), em decorrência das desonerações ocorrerem justamente em impostos que são fundamentais para a composição das transferências.

No lado das despesas, os acréscimos mais relevantes vieram nas rubricas “Pessoal e Encargos Sociais” (18,4% ou R\$ 18,8 bilhões), em grande parte justificados pela reestruturação de carreiras e remuneração dos servidores, e “Outras Despesas de Custeio” (18,4% ou R\$ 13,1 bilhões). A mudança dos gastos com “Pessoal e Encargos

Sociais” elevam as despesas de uma forma permanente, uma vez que mudam o patamar dos gastos obrigatórios, tornando a máquina pública mais cara e de difícil ajuste no curto prazo.

Tabela 7.3. Resultado do governo
(R\$ bilhões)

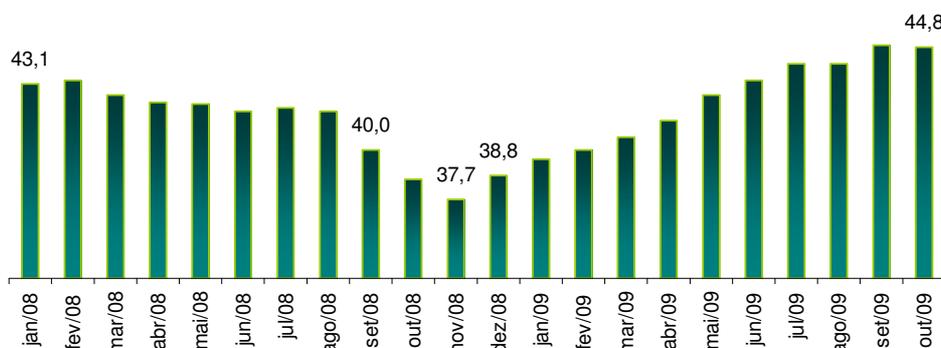
	2008 jan-out	% PIB	2009 jan-out	% PIB	Varição (R\$ bilhões)
Governo Central	95,34	3,97%	29,90	1,19%	65,45
Estados	26,55	1,10%	19,24	0,77%	7,31
Municípios	2,41	0,10%	1,72	0,07%	0,69
Estatais	3,90	0,16%	0,67	0,03%	3,23
Resultado Primário	128,20	5,33%	51,53	2,06%	76,67
Governo Central	(77,01)	3,20%	(125,03)	4,99%	48,02
Estados	(48,97)	2,04%	(11,00)	0,44%	(37,97)
Municípios	(8,62)	0,36%	(3,39)	0,14%	(5,24)
Estatais	(1,18)	0,05%	(0,38)	0,02%	0,79
Juros Nominais	(135,77)	5,65%	(139,80)	5,58%	4,02
Governo Central	18,34	0,76%	(95,13)	3,80%	113,47
Estados	(22,42)	0,93%	8,24	0,33%	(30,66)
Municípios	(6,21)	0,26%	(1,67)	0,07%	(4,55)
Estatais	2,73	0,11%	0,29	0,01%	2,44
Resultado Nominal	(7,57)	0,32%	(88,27)	3,53%	80,70

Fonte: BCB.

A evolução da dívida pública

A dívida líquida do setor público (DLSP) registrou um aumento significativo ao longo de 2009, fruto, em especial, da queda do superávit primário que resultou em déficits nominais crescentes. A DLSP alcançou a marca de 44,8% do PIB em outubro/09, valor 6 p.p. superior ao verificado em dez/08. Apesar da qualidade da dívida ainda ser boa, com grande parte concentrada em pagamentos de médio e longo prazo, é inegável que 2009 marca um retrocesso na dinâmica da razão dívida/PIB.

Gráfico 7.4. Evolução da dívida pública
(% do PIB)



Fonte: Ipeadata

Perspectivas para 2010

Uma das peças mais importantes para se entender a dinâmica fiscal de um país é o seu orçamento. No caso brasileiro, isso perde um pouco o sentido dado o grande engessamento desse instrumento pela Constituição de 1988 que estabeleceu um excessivo número de vinculações orçamentárias, que associadas a gastos obrigatórios muito elevados permitem uma liberdade orçamentária muito pequena. Para se ter uma idéia disso basta verificar a divisão das despesas: Obrigatórias (90,03%) e Discricionárias (9,97%).

Tabela 7.4. Orçamento fiscal e da seguridade social para 2010

	R\$ Bilhões
Total de Receitas	1738,4
Receitas Primárias	853,6
Receitas Financeiras	884,8
Refinanciamento da Dívida	588,9
Total da Despesa	1738,4
Despesas Primárias	802,4
Despesas Financeiras	936
Juros e Encargos da Dívida	110,4
Amortização da Dívida	757,2
Outras	68,5

Fonte: Ministério do Planejamento

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2010 totaliza R\$ 1,73 trilhões, sendo R\$ 588 bilhões destinados para o refinanciamento da dívida. Na peça orçamentária de 2010, as receitas primárias (não-financeiras) representam R\$ 853,6 bilhões e as Receitas Financeiras, R\$ 884 bilhões. A LOA 2009, por sua vez, havia previsto uma receita primária de R\$ 802 bilhões, mas esse valor teve que ser reprogramado para R\$ 743 bilhões em virtude da crise e das medidas anti-crise aplicadas pelo governo. Assim, as receitas primárias apresentam um aumento de R\$ 110 bilhões, em relação à reprogramação orçamentária para 2009, o que pode ser entendido como uma previsão “batante positiva”.

A estimativa das receitas prevê uma elevação significativa nos impostos e contribuições sociais em relação à reprogramação de 2009. No caso dos impostos, a previsão é de um incremento de R\$ 35 bilhões (o que é levemente inferior à arrecadação total do PIS/PASEP somado à CIDE de 2008). No caso das contribuições, o incremento estimado é de R\$ 39 bilhões (equivalente à arrecadação total do IPI em 2008). Ainda que seja razoável se esperar a elevação da receita do governo em virtude do fim de algumas medidas anti-crise e da própria recuperação da atividade econômica, sem dúvida, os números são demasiadamente otimistas. É razoável esperar que, em períodos de expansão econômica, a arrecadação cresça mais que o PIB em virtude da diminuição da sonegação, porém isso não é razoável para um período pós-crise tão recente. As contribuições para o RGPS também tendem a sofrer, segundo o PLOA 2010, uma elevação de cerca de R\$ 22 bilhões, alicerçado na expectativa da expansão do emprego formal na economia.

O aumento previsto na arrecadação tende a repercutir nas Transferências para os Estados e Municípios, que devem aumentar R\$ 20 bilhões. Se isso acontecer, o resultado deve amenizar a situação dos Estados e Municípios que tem apresentado fortes dificuldades financeiras em virtude da queda desse tipo de transferência.

Tabela 7.5. Composição das Receitas Primárias
(R\$ bilhões)

	Reprog. 2009	PLOA 2010
Receita total	743,3	853,6
Receita administrada pela RFB	465,8	545,1
Impostos	250,0	285,8
Contribuições sociais	201,1	240,4
Outros	14,7	18,9
Contribuição para o RGPS	182,3	204,3
Demais	95,2	104,2
Transferências para Estados e Municípios	123,5	143,9
Receita Líquida	619,8	709,7

Fonte: Ministério do Planejamento

No lado das despesas, as primárias, por sua vez, estão previstas em R\$ 802 bilhões, e as Financeiras em R\$ 936 bilhões, sendo R\$ 110,4 bilhões em juros e encargos da dívida. Em 2010, as despesas primárias vão sofrer uma expansão de cerca de R\$ 92 bilhões, sendo R\$ 11 bilhões de incremento nas despesas discricionárias, e o demais nas despesas obrigatórias. Na última, destaque para as despesas com pessoal que deverão crescer em R\$ 14,2 bilhões. Na peça orçamentária, o gasto com pessoal (incluindo encargos) como percentual do PIB passou de 4,66% em 2008 para 5,11% em 2009, para cerca de 5,09% em 2010. Entretanto, a maior parcela do incremento dos gastos vem das despesas com benefícios previdenciários e assistências, cerca de R\$ 27 bilhões a mais do que o previsto na reprogramação de 2009.

Quanto às despesas discricionárias, as mesmas somam R\$ 173,39 bilhões, cerca de R\$ 28 bilhões a mais do que a reprogramação de 2009. A saúde deverá ficar com a maior fatia, cerca de R\$ 49,8 bilhões. Quanto ao PAC, o mesmo deverá receber cerca de R\$ 23 bilhões, sendo R\$ 13,8 para a infra-estrutura logística e R\$ 9,3 para a infra-estrutura social e urbana. Para infra-estrutura energética serão destinados R\$ 439 milhões. No país, o investimento deverá totalizar R\$ 140,4 bilhões, sendo R\$ 46 bilhões do orçamento fiscal e R\$ 96,4 do orçamento das estatais. Esses valores, porém, dificilmente se concretizam, sendo, na maioria das vezes, sujeitos a contingenciamentos. No caso do bolsa-família, os gastos passarão de R\$11,4 bilhões (2009) para R\$ 13, 1 bilhões (2010), totalizando 12, 7 milhões de famílias.

Tabela 7.6. Despesas Primárias Obrigatórias
(R\$ bilhões)

	Reprog. 2009	PLOA 2010
Pessoal e encargos sociais	153,8	168,0
Benefícios previdenciários e assistenciais	267,8	294,4
Demais despesas obrigatórias	25,9	25,0
Total	447,5	487,4

Fonte: Ministério do Planejamento

O PLOA prevê a criação de 77.782 novas vagas nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público da União – superando o dobro dos 33.667 cargos novos previstos para 2009. Do total autorizado, pelo menos 56.861 contratações serão feitas no ano que vem, a custo estimado de R\$ 2,173 bilhões. Desse total, 47.335 vagas são para cargos no Executivo (cerca de 40.188 vagas serão

preenchidas por meio de concurso público). Aproximadamente 15.040 dos selecionados serão contratados para substituir terceirizados.

Quanto à questão previdenciária, o PLOA prevê que o salário mínimo passe de R\$ 465 para R\$ 505,90, um incremento de 8,79%. Esse aumento deverá ter como impacto uma elevação de cerca de R\$ 8 bilhões nos gastos previdenciários. O déficit previdenciário deverá atingir cerca de R\$ 40,8 bilhões em 2009, depois de verificar um déficit de R\$ 38,1 bilhões em 2008. Segundo as estimativas do governo, esse resultado deverá ficar em R\$ 38,9 bilhões (um valor otimista, reduzido pela previsão positiva de incrementos significativos das receitas previdenciárias).

Com base no orçamento e nas demais variáveis que compõem a dinâmica fiscal do País foi possível estabelecer três cenários sobre o comportamento das finanças públicas em 2010. No cenário pessimista, o crescimento mais brando da economia faz com que a arrecadação evolua com uma tendência muito mais tênue do que a esperada, o que numa conjuntura de gastos crescentes faz com que o superávit primário tenha um resultado baixo, ainda que melhor do que o verificado em 2009. Nos cenários moderado e otimista, o crescimento da atividade econômica volta a impulsionar a arrecadação, estimulando, assim, o aumento do superávit primário, que, porém, não volta aos patamares pré-crise.

Tabela 7.7. Perspectivas para indicadores fiscais
(% do PIB)

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Resultado Primário	3,68	1,70	2,30	2,70	2,90
Resultado Nominal	-1,98	-2,92	-2,20	-1,90	-1,95
Pagamento de Juros Nominais	-5,66	-4,62	-4,50	-4,60	-4,85
Dívida Líquida do Setor Público	38,80	44,60	44,00	42,20	42,40

Fonte: STN *Estimativas. Previsões: UEE / FIERGS

FIERGS
CIERGS
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

PARTE III

RIO GRANDE DO SUL

SESI

RECUPERAÇÃO EM CURSO

A crise internacional representou um duro choque para a economia do Rio Grande do Sul, na medida em que atingiu diretamente a atividade industrial e o segmento exportador. Apenas o segmento agrícola, com uma boa safra, apresentou números satisfatórios. Assim, entender as principais implicações dessa crise passa pela divisão da análise entre segmentos. Além disso, os resultados do segundo semestre de 2009 sinalizam uma retomada que deve se estender para 2010.

O pano de fundo da análise do ano de 2009 é, sem dúvida, o cenário recessivo no ambiente externo. O canal de transmissão dessa crise para a economia do Rio Grande do Sul deu-se de duas formas. Na primeira, via efeito-renda. Nesse caso, a menor atividade econômica resultou em queda da demanda por produtos exportados, afetando, em especial, a atividade industrial com esse perfil. O segundo canal de impacto foi o efeito-preço. Porém, como uma consequência do primeiro motivo. Com o enfraquecimento do mercado de trabalho e o aumento da taxa de desemprego, em especial nas economias desenvolvidas, o novo ponto de equilíbrio com a oferta se deu em um patamar de preços mais baixos, prejudicando a composição da renda local, em especial dos exportadores do Rio Grande do Sul.

A correta avaliação dos impactos que esses vetores da crise tiveram sobre a economia gaúcha depende de duas divisões. A primeira é considerar uma análise por semestre. Ou seja, o período que vai de janeiro a junho teve uma conformação diferente do segundo semestre do ano. E, a outra consideração, diz respeito aos segmentos. A principal característica dessa crise foi afetar de forma direta a produção industrial. A rápida queda das vendas contribuiu para gerar um acúmulo de estoques, que ficaram acima do desejado. A queda de preços resultante, acabou por disseminar seus impactos para outras atividades, como por exemplo, no setor de serviços.

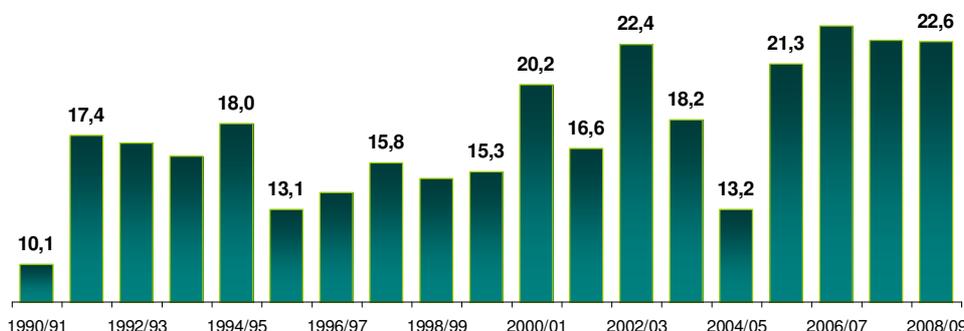
Agropecuária

No que diz respeito à agricultura, a safra de grãos de 2009 no Rio Grande do Sul foi particularmente interessante, praticamente mantendo a quantidade produzida obtida no ano anterior. O volume de 22,6 milhões de toneladas, se não bate o recorde da safra de 2006/07, contou com uma boa colheita para o arroz e a soja, cada um com cerca de 7,9 milhões de toneladas e milho, com 4,2 milhões de toneladas. Um ponto positivo nesse cenário é que, com o resultado da safra 2008/09, o Rio Grande do Sul completa um ciclo de quatro anos de bons resultados nesse segmento.

Com a quantidade produzida praticamente constante em relação à safra de 2008, o diferencial na geração de renda fica por conta dos preços obtidos pelo produtor. Dentre as três principais culturas do Estado, o arroz é o que teve a melhor remuneração para o produtor nos primeiros nove meses do ano. Em média, esse recebeu cerca de 6,9% a mais por quilo do produto em relação ao preço médio do ano passado. Em setembro de 2009, o preço recebido era de R\$ 0,63 por quilo. No caso da soja ocorreu uma estabilidade para o período em análise, apesar do preço, em dólar, ter aumentado. Assim, a receita do exportador de grão de soja, com um câmbio no primeiro semestre melhor,

relativamente a 2008, injetou cerca de R\$ 4 bilhões, beneficiando, em especial, a região Noroeste, a maior produtora do Rio Grande do Sul.

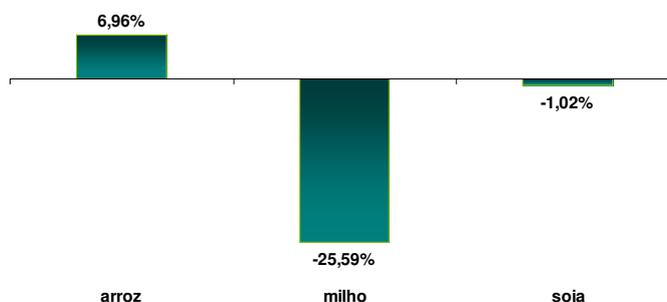
Gráfico 8.1. Evolução da produção de grãos
(em milhões de toneladas)



Fonte: Conab. 2º levantamento da Safra 2009/10. Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, trigo e triticale.

Porém, para o milho, o retorno não foi tão bom. Em média, o produtor recebeu cerca de 25,5% menos por quilo do produto entre janeiro e setembro desse ano, relativamente ao mesmo período do ano passado. Destaca-se que essa queda tem sido sistemática ao longo dos últimos meses. Considerando em valor presente, em janeiro de 2008 o produtor recebia, em média, R\$ 0,50 por quilo de milho. Em setembro de 2009, esse preço era de R\$ 0,29.

Gráfico 8.2. Preço médio recebido pelo produtor
(var. % - jan-set 2009/2008)



Fonte: Ipeadata. Deflator IPCA (set/09).

Outras duas culturas importantes para o estado são: produção de folhas de fumo e uva. Destaca-se que ambas respondem por pouco mais da metade da quantidade produzida no Brasil. Comparando a safra de 2009 com a obtida em 2008, podemos verificar que ocorreu uma certa estabilidade na quantidade produzida, o que contribuiu para beneficiar tanto a região Central, no caso do fumo e da indústria relacionada, quanto a região Nordeste, para a uva e a produção de derivados.

Em relação aos preços, o produtor recebeu, nos últimos meses, um valor médio por folha de fumo um pouco acima de uma média histórica mas, abaixo do verificado no ano passado. Em março de 2008, esse preço estava em R\$ 6,28/kg e, em setembro último, em R\$ 5,91/kg.

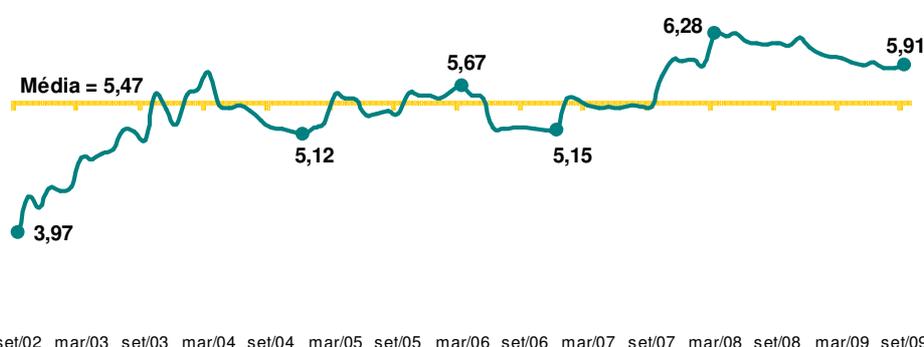
**Tabela 8.1. Produção de uva e folha de fumo
(em 1.000 toneladas)**

	Fumo		Uva	
	2008	2009	2008	2009
Brasil	850	859	1.403	1.346
Rio Grande do Sul	446	444	776	737
Part.(%)	52,4%	51,7%	55,3%	54,8%

Fonte: IBGE

Quando analisamos o comportamento das exportações do produto, o ano de 2009 foi excepcionalmente positivo. Com uma receita de R\$ 3,4 bilhões entre janeiro e outubro¹⁰ desse ano, o segmento teve um acréscimo de 4% sobre o mesmo período do ano passado. Isso representou um adicional de cerca de R\$ 136 milhões injetado na economia.

**Gráfico 8.3. Preço médio recebido pelo produtor de fumo em folha
(R\$ por quilo)**



Fonte: Ipeadata. Deflator IPCA (set/09).

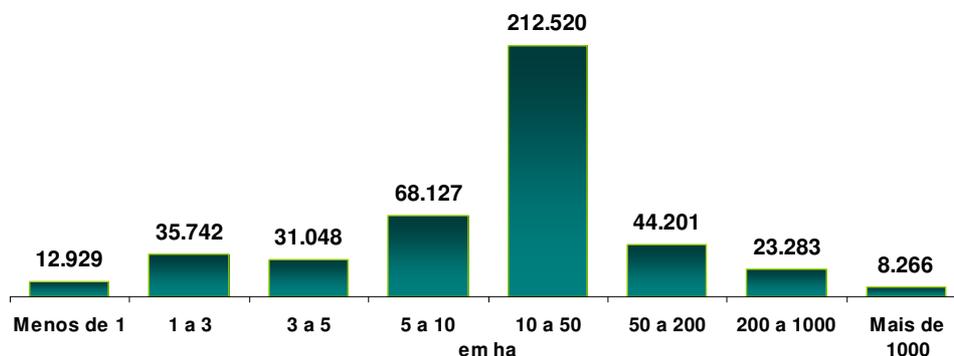
Como pode ser visto, tanto do ponto de vista da quantidade, quanto da renda auferida pelo produtor, o ano de 2009 parece não refletir por completo os impactos da crise internacional na agricultura do Rio Grande do Sul. De um lado, itens de destaque na safra de grãos, como arroz, soja e milho, tiveram boa performance na quantidade produzida. Ou, pelo menos, mantiveram o nível de produção, como é o caso do fumo e da uva. De outro lado, os preços, à exceção do milho, mantiveram patamares próximos ao ano passado.

Destaca-se que, para o cálculo do PIB, o que importa são as quantidades. Nesse sentido, as variações devem ser pequenas. Porém, em uma perspectiva de formação de renda para o produtor, os impactos devem ser mais positivos, e isso se refletirá na demanda por insumos para a próxima safra, bem como na aquisição de bens, seja para investimento, como máquinas e equipamentos, ou então de consumo durável.

Por outro lado, na pecuária o cenário não foi tão promissor. No total, são cerca de 443 mil pessoas empregadas nessa atividade, com destaque para a região Noroeste, onde estão 193 mil trabalhadores, cerca de 43% do Estado. Destaca-se que a maior parte desses trabalhadores está localizada em propriedades pequenas, com tamanho que varia de 10 a 50 ha. Apesar da diversidade do segmento pecuário no Rio Grande do Sul, o destaque são as atividades de abate de bovinos e de aves, que apresentaram resultados distintos durante o ano.

¹⁰ Os valores das exportações em reais são obtidos a partir da conversão, em cada mês, pelo câmbio do período e trazido a valor presente pelo IPCA.

Gráfico 8.4. Número de pessoas empregadas na atividade pecuária por porte de propriedade

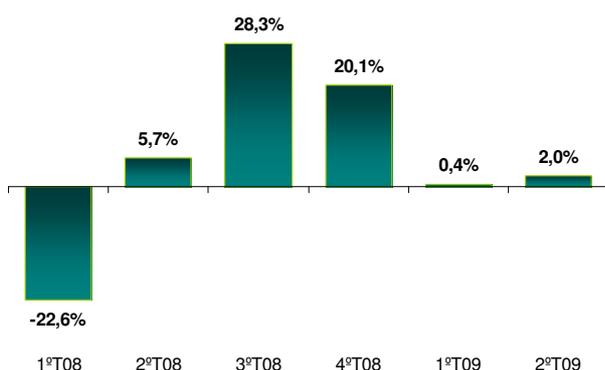


Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006.

A quantidade de bovinos abatidos apresenta uma trajetória ascendente, após ter caído cerca de 35% nos 12 meses terminados em março de 2008. Desde então, o segmento se recuperou e, no ano de 2009, de janeiro a junho, cresceu 1,2%. Isso representou um adicional de 8,6 mil animais. Quando se comparam os resultados desse ano com 2008, tanto o primeiro quanto o segundo trimestre tiveram performance positiva. Por outro lado, os abates de aves tiveram seu pico de crescimento em fevereiro de 2008, quando, em 12 meses, expandiam em 17,9%. Àquele momento, o cenário internacional era favorável, e o setor teve boa performance nas exportações. Mas os números de 2009 não estão favoráveis, com queda nos abates de aves nos dois primeiros trimestres desse ano relativamente ao mesmo período do ano passado. No acumulado de 2009, até junho, a retração chega a 8%, o que representa cerca de 31 milhões de aves a menos.

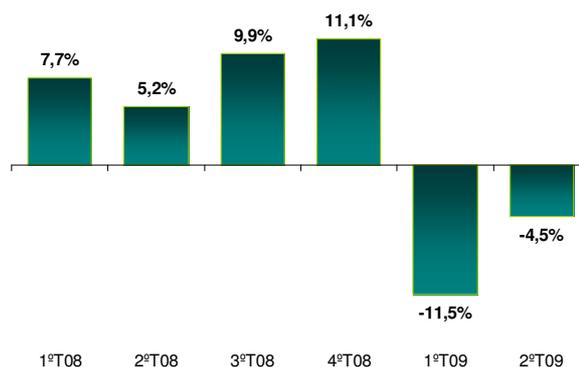
Taxa de crescimento de animais abatidos (var.% sobre trimestre anterior)

Gráfico 8.5. Bovinos



Fonte: IBGE

Gráfico 8.6. Aves

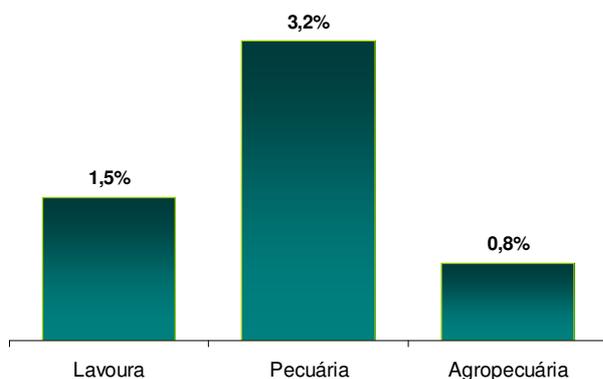


Fonte: IBGE

Em resumo, se por um lado, a agricultura deve dar uma contribuição positiva para o PIB do setor, com aumento da quantidade, a pecuária deve limitar esse resultado. Enquanto o abate de aves terá um resultado negativo, a expectativa é que o abate de bovinos mantenha a trajetória de recuperação verificada no segundo trimestre de 2009. Assim, na composição final, a expectativa é que a agropecuária não cresça de forma significativa durante o ano de 2009. Os últimos dados disponíveis ajudam a compreender

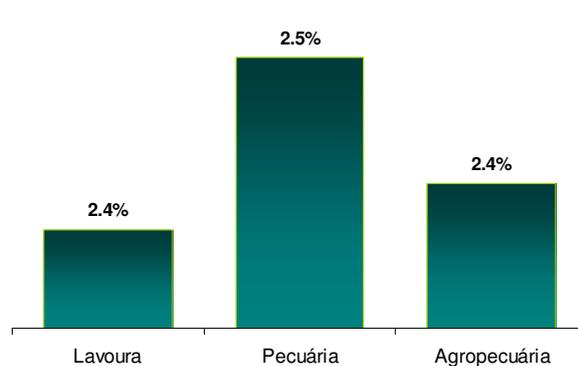
o comportamento do primeiro semestre do ano, quando o setor cresceu somente 0,8% sobre o mesmo período do ano passado. Em uma perspectiva para os meses de julho a dezembro, as lavouras devem elevar seu desempenho de 1,5%, entre janeiro de junho, para cerca de 2,4% no ano. Por outro lado, a pecuária deve reduzir seu resultado do primeiro semestre, de 3,2% para 2,5%. No total, o segmento pode encerrar o ano em torno de 2,4%.

Taxa de crescimento do PIB da agropecuária
Gráfico 8.7. 1º semestre de 2009



Fonte: ITAP/FEE

Gráfico 8.8. No ano de 2009*



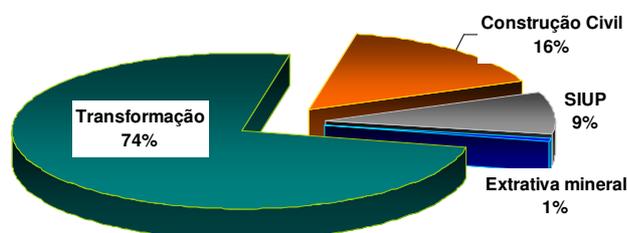
Fonte: ITAP/FEE. * Estimativas UEE/FIERGS.

Indústria

Se a agropecuária sentiu menos os efeitos da crise, o mesmo não se pode dizer sobre a indústria¹¹. Esse foi o setor que mais absorveu os impactos da retração na demanda externa e, também, no mercado brasileiro. A menor disponibilidade de crédito e a queda da renda, em especial no cenário internacional, bem como os menores preços praticados pelo setor, são os fatores que ajudam a explicar a queda histórica que a indústria enfrentou nos últimos meses, em especial a de transformação.

Na composição do PIB do setor no Rio Grande do Sul, essa é a mais importante, representando 74% do total do PIB industrial, seguida da construção civil, com 16%. A atividade extrativa mineral tem pouca participação, apenas 1%, assim como os serviços industriais de utilidade pública¹², com apenas 9%.

Gráfico 8.9. Participação das atividades no PIB industrial



Fonte: FEE.

¹¹ Um capítulo especial foi reservado para a análise da indústria brasileira e do Rio Grande do Sul.

¹² Dada essa pequena participação esses dois segmentos não serão analisados aqui.

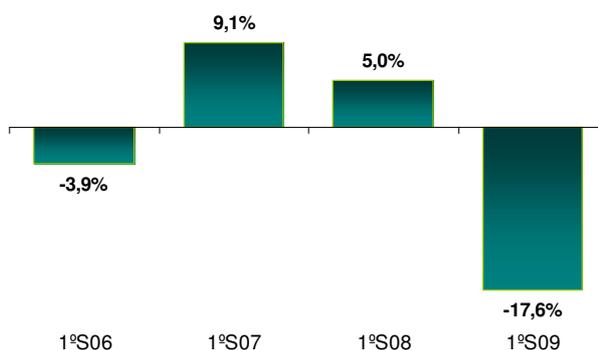
Um correto diagnóstico sobre o comportamento da indústria do Rio Grande do Sul deve levar em consideração as diferenças entre os segmentos e os mercados de atuação. No primeiro caso, as maiores retrações na produção foram verificadas nas empresas do complexo metal-mecânico. Mesmo em um ambiente de taxa de juros baixa, a queda da demanda mais que compensou a elasticidade juro na contenção dos investimentos. Como a incerteza foi predominante durante o ultimo trimestre de 2008 e durante todo o primeiro semestre de 2009 e, além disso, havia elevado grau de ociosidade, os pedidos para as indústrias de bens de capital retraíram-se de forma intensa, disseminando a crise para toda a cadeia produtiva.

Por mais que o Governo Federal tenha contribuído para reduzir os impactos da crise no ambiente nacional, via incentivos tributários como a redução do IPI, a conformação desses não foi o suficiente para impulsionar a atividade industrial no Rio Grande do Sul. Destaca-se que o ponto principal reside na matriz industrial gaúcha, pouco intensiva em bens de consumo duráveis, estando presente com maior intensidade nos estados de São Paulo e Amazonas.

Em termos de mercado de atuação, as empresas mais atingidas foram as que exportam e, em especial, na venda de bens de consumo duráveis e de capital. Com o aumento da taxa de desemprego nas economias desenvolvidas, a massa de salários foi determinante para a queda da demanda por produtos como calçados, automóveis, caminhões, ônibus, tratores e móveis. Nesse ponto, novamente o segmento no Rio Grande do Sul sofreu mais que a média nacional, uma vez que a indústria local possui um elevado grau de abertura para o mercado internacional¹³, concentrado nesses produtos.

A magnitude dessa retração pode ser visualizada a partir de uma medida próxima ao PIB, que é o ITAP – índice trimestral de atividade produtiva, medido pela Fundação de Economia e Estatística. A queda de 17% no primeiro semestre de 2009 é de longe a maior já verificada para o setor e, por mais que se tenha um processo de recuperação no segundo semestre, como de fato indicam os dados de produção industrial, não é de se esperar que esses sejam suficientes para reverter o resultado negativo até o momento.

Gráfico 8.10. Taxa de crescimento do PIB da indústria de transformação (var.%)



Fonte: ITAP/FEE.

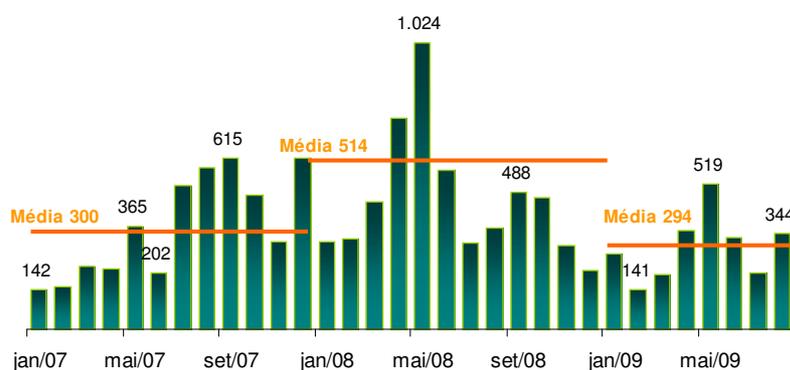
No caso da indústria da construção civil, o indicador que mede o comportamento das vendas de imóveis da cidade de Porto Alegre sinaliza uma queda, na média dos oito

¹³ Para detalhes sobre o comportamento das exportações industriais, ver seção especial sobre o setor externo no Rio Grande do Sul.

primeiros meses de 2009, relativamente ao verificado em 2008, de cerca de 43%. Porém, vale destacar que o ano de 2008 foi excepcional, com média mensal de vendas de 514 unidades. Como ilustração, apenas no mês de maio de 2008, foram vendidas 1.024 unidades, um recorde para um único mês. Por outro lado, o melhor mês de venda de 2009, foi equivalente à média do ano passado.

As explicações para essa forte retração nas vendas de imóveis residem na menor dinâmica do mercado de trabalho durante esses primeiros oito meses do ano, bem como com as incertezas no ambiente prospectivo. É provável que esses fatores mais do que compensaram uma média de taxa de juros baixa e o aumento da liquidez no sistema financeiro.

Gráfico 8.11. Vendas de imóveis no mês em Porto Alegre (em unidades)



Fonte: CBIC/SindusconRS. Média dos oito primeiros meses do ano.

Em direção oposta, o volume de recursos concedidos no âmbito do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, para financiamento imobiliário, tanto no que diz respeito a construção quanto para aquisição¹⁴, cresceram significativamente no período. De janeiro a junho de 2009 o volume de recursos concedido foi da ordem de R\$ 901 milhões, um aumento de 24% sobre o montante verificado no mesmo período do ano passado. Desse total, a maior parte, R\$ 577 milhões, foi no âmbito das aquisições, com expansão de 35% sobre 2008. Outros R\$ 324 milhões foram direcionados para a construção.

Em termos de unidades financiadas, o maior avanço também foi verificado no segmento de aquisição, com aumento de 12,7% sobre o primeiro semestre de 2008, o que representa 669 unidades adicionais. Por outro lado, ocorreu uma queda de 2,1% no total de unidades financiadas no segmento de construção. No geral, a expansão de 5,7% no primeiro semestre pode ser entendida como significativa, em especial diante de um ambiente de dificuldades sob um cenário de crise.

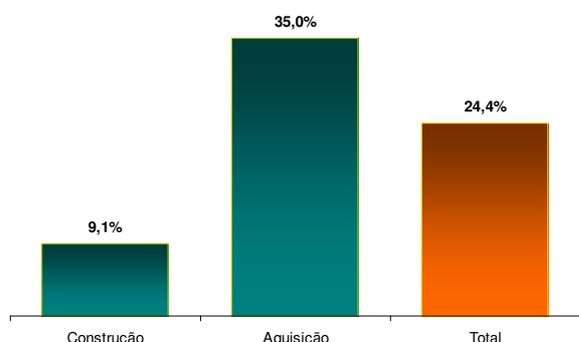
A sinalização para o segundo semestre do ano não deixa dúvidas sobre o processo de recuperação no setor. De um lado tem-se a manutenção de juros baixos conjugado com uma maior liquidez no sistema financeiro. De outro, há a retomada do mercado de trabalho que traz, consigo, um maior nível de massa de salários e a redução das incertezas dos consumidores. Os financiamentos estão voltando ao setor, da mesma forma que há uma maior propensão das famílias a adquirirem imóveis. Assim, a expectativa é que, entre julho e dezembro, os números na construção civil do Rio Grande

¹⁴ Destaca-se que esses valores contemplam a aquisição de imóveis residenciais e comerciais, bem como, na parte de construção, também estão as estatísticas para materiais de construção e reformas.

do Sul sejam melhores que os apresentados até o momento, o que deve contribuir para melhorar o número de unidades financiadas e comercializadas no ano.

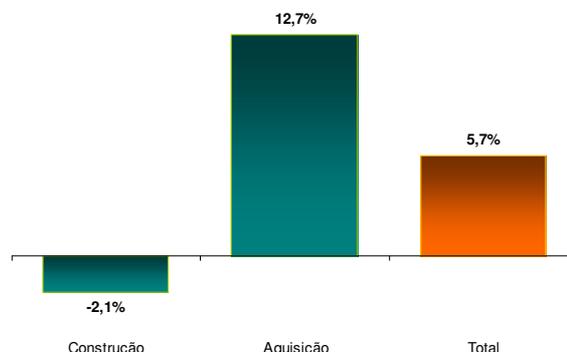
Atividades do SBPE (var. % jan-jun 09/08)

Gráfico 8.12. Volume em reais concedido



Fonte: CBIC. SindusconRS.

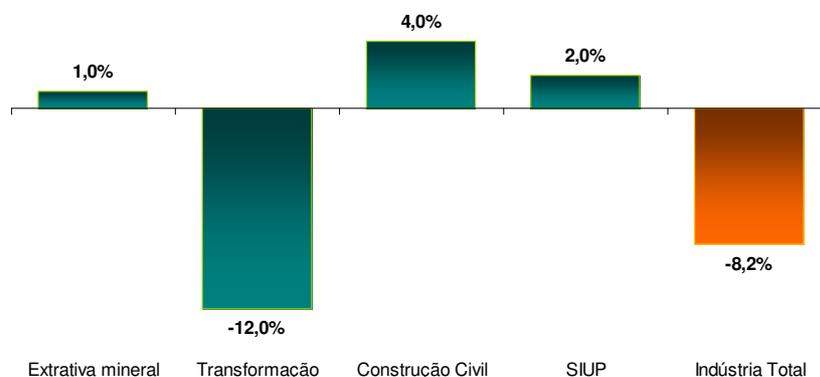
Gráfico 8.13. Unidades financiadas



Fonte: CBIC. SindusconRS.

Diante do exposto, à exceção da indústria de transformação, que deve apresentar uma retração recorde em 2009, todas as demais atividades do setor devem ter crescimento na margem. Porém, como a indústria de transformação tem o maior peso na composição do PIB, a expectativa é que o agregado da indústria se retraia cerca de 8,2% em 2009.

Gráfico 8.14. Taxa de crescimento do PIB da indústria
(var.% 2009/08)*



Fonte: *Estimativas UEE/FIERGS.

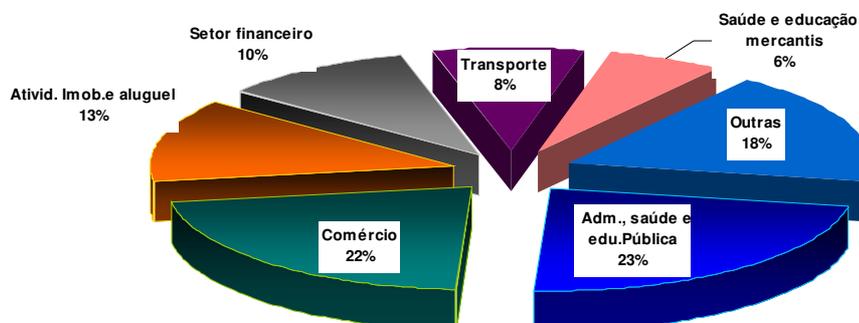
Serviços

O setor de serviços é bastante diversificado, possuindo várias atividades. Porém, quatro delas representam cerca de 68% de todo o PIB do setor: (i) administração, saúde e educação pública; (ii) comércio e serviços de manutenção e reparação; (iii) atividades imobiliárias e aluguel; (iv) intermediação financeira, seguros e previdência complementar. Assim, a partir da análise desses quatro segmentos, é possível ter uma dimensão de como se comportará o PIB do setor no Rio Grande do Sul.

A atividade do setor público apresenta uma dinâmica muito diferente das demais, mostrando-se mais estável ao longo do tempo. Essa é uma realidade em qualquer

economia, e uma característica intrínseca desse segmento. Independente dos ciclos econômicos, que costumam ser muito pronunciados na agropecuária e na indústria, a atividade de saúde, educação e administração pública permanecem com pouca oscilação.

Gráfico 8.15. Participação das atividades no PIB de serviços



Fonte: FEE.

No Rio Grande do Sul, o comportamento cíclico desse setor não é diferente da média nacional. A metodologia do IBGE indica que, para o cálculo do PIB desse setor, deve-se considerar a remuneração dos servidores, medida como a variação do número de funcionários, os gastos de custeio e o consumo de capital fixo. Na saúde pública é usada a variação de dias de internação, fornecido pelo Ministério da Saúde e, por fim, na educação, usa-se como medida a quantidade de matrículas nos ensinos públicos.

Como são estatísticas de difícil acesso, sendo muitas vezes estimadas para os estados, fica difícil avaliar o comportamento das mesmas durante o ano de 2009. Principalmente se o objetivo é fazer uma análise trimestral. Porém, analisando o boletim de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado, podemos ver que, até julho desse ano, o número de pessoal na administração direta avançou 0,16% sobre o estoque de dezembro de 2008. Isso representa um adicional de 466 empregados. Portanto, não estaríamos longe da realidade estimar que, para o ano de 2009, o PIB do setor público avance em uma magnitude próxima à média dos últimos quatro anos.

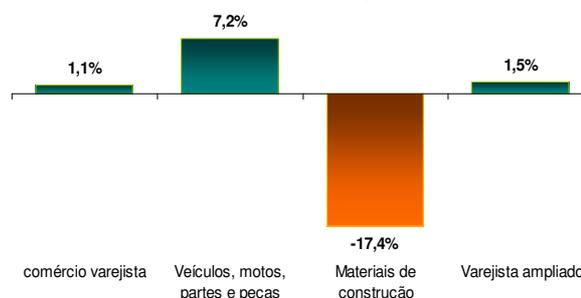
Desempenho do comércio
(var. %)

Gráfico 8.16. Acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE.

Gráfico 8.17. No ano por atividade



Fonte: IBGE.

Diferentemente da administração pública, o PIB do comércio, manutenção e serviços de reparação, possui um ciclo de atividade que costuma acompanhar os

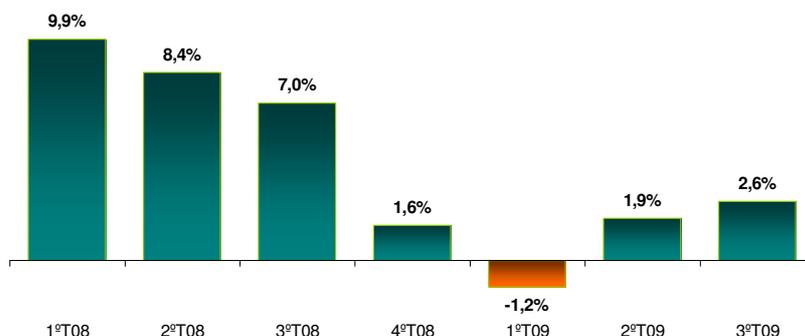
movimentos de renda e produção de toda a economia. Essa percepção pode ser comprovada a partir do comportamento das vendas do comércio varejista acumulado em doze meses. Quando eclodiu a crise internacional no Brasil, mais precisamente em outubro de 2008, as vendas do comércio no Estado gaúcho cresciam 8,6%. Essa performance ainda se manteve pelo trimestre seguinte, na esteira de um mercado de trabalho que continuava aquecido, com um bom nível de emprego e também de baixa inflação, que contribuía para manter a renda real dos consumidores.

Porém, desde então, o enfraquecimento do mercado de trabalho fez com que rapidamente as vendas do comércio começassem a desacelerar, encerrando um período acumulado de doze meses, terminados em setembro último, em 1,3%. Essa forte queda nas vendas no varejo esteve presente em todas as atividades. As vendas de combustíveis, por exemplo, que cresciam 9% em outubro de 2008, despencou em setembro de 2009 para -6%. Na mesma linha, as vendas de móveis reduziram sua dinâmica de crescimento, para o mesmo período, de 14% para 2,7%.

Porém, dada a proximidade dos resultados no acumulado em 12 meses, de 1,3%, com o verificado no período acumulado do ano, de 1,1%, podemos inferir que o processo de desaceleração está chegando ao fim. Nesse caso, a taxa para 2009 deve ficar entre esses dois resultados ou, poderá reverter essa tendência, caso se tenha uma retomada mais forte no último trimestre.

A “tortura” dos números pode ajudar a entender melhor esse cenário. A avaliação de cada trimestre sobre o mesmo período de 2009 para as vendas do comércio varejista sinaliza apenas um movimento de queda no 1º trimestre de 2009. Desde então, é possível verificar uma aceleração das vendas no segmento que, se em nível estão bem aquém da média dos últimos dois anos, pelo menos, suas taxas de crescimento apontam uma tendência de alta.

Gráfico 8.18. Vendas do comércio varejista
(var. % sobre mesmo trimestre do ano anterior)



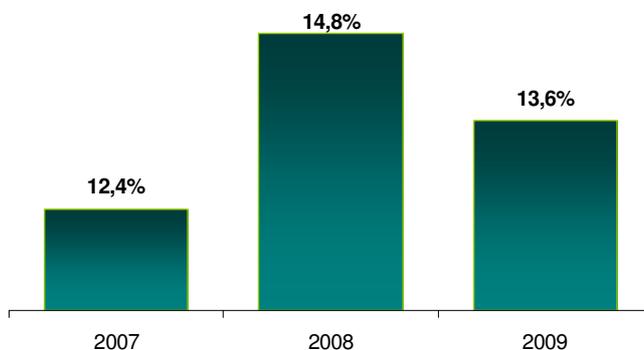
Fonte: IBGE.

Na intermediação financeira, a medida de PIB utilizada são as movimentações bancárias, ativo e passivo, obtidas para cada estado e também os de prêmios pagos nos seguros. Entre janeiro e setembro de 2009, os prêmios de seguros pagos no Estado tiveram um aumento de 13,6% sobre o mesmo período de 2008, indicando que o setor deve ter boa performance nesse ano.

Diante do exposto para os segmentos da atividade de serviços, podemos concluir que há uma heterogeneidade nos resultados. Enquanto que a atividade imobiliária está aquecida, as vendas do comércio se desaceleraram de maneira acentuada. Porém, apresentam uma tendência de recuperação pelos próximos meses. O segmento da

administração pública mostra estabilidade, ao passo que a atividade de intermediação financeira continua a evoluir de maneira satisfatória.

Gráfico 8.19. Intermediação financeira e atividade de seguros
(var. % - Prêmios pagos)

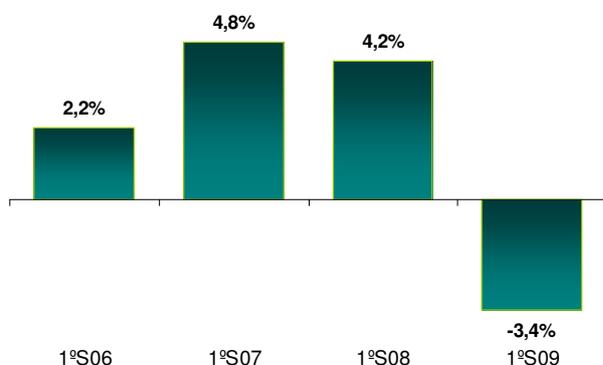


Fonte: Susep (até set/09).

Os resultados preliminares do ITAP, calculado pela FEE, sinalizam que o primeiro semestre do ano foi particularmente ruim para o setor, com queda de 3,4% sobre o mesmo período do ano passado. Como a perspectiva é de melhora nesse resultado, em especial no segmento do comércio, o ano de 2009 deve se encerrar, para o setor de serviços como um todo, com uma expansão da ordem de 1,6%.

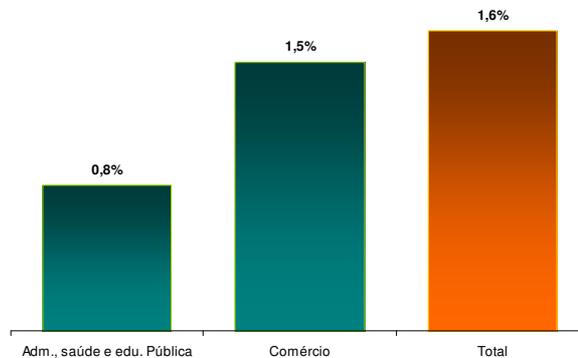
Desempenho do setor de serviços
(var. %)

Gráfico 8.20. Acumulado no 1º semestre



Fonte: ITAP/FEE.

Gráfico 8.21. No ano de 2009*



Fonte: ITAP/FEE. *Estimativas UEE/FIERGS.

PIB total

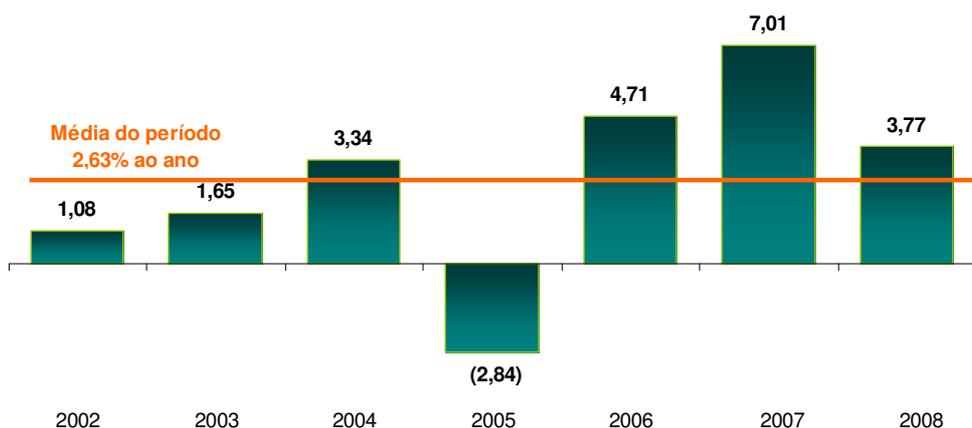
Nos últimos sete anos, o PIB do Rio Grande do Sul tem apresentado uma dinâmica de crescimento média da ordem de 2,6% ao ano. Não só essa taxa pode ser interpretada como pequena em relação à performance histórica da economia gaúcha, como também é pequena frente à média verificada para o Brasil que, no mesmo período, cresceu a uma taxa média de 3,85% ao ano.

Alguns fatores ajudam a explicar esse comportamento. Em primeiro lugar, o fato de que, entre 2002 e 2008, a atividade econômica no Rio Grande do Sul enfrentou três importantes choques externos: (i) uma forte seca, que resultou em uma taxa negativa

para o PIB no ano de 2005; (ii) a crise do subprime, que reduziu sobremaneira a dinâmica de 2008; (iii) o processo de valorização da taxa de câmbio. Pode-se imaginar que, como apenas o primeiro pode ser creditado ao estado gaúcho, esse seria o única a ter o poder de gerar a diferença de crescimento entre o Rio Grande do Sul e o Brasil.

Porém, é importante destacar que, como há um maior grau de abertura da economia gaúcha, relativamente a média do Brasil, a crise internacional de 2008, e o constante processo de valorização do câmbio que se desenhou a partir de 2004, impactaram mais o estado gaúcho que o resto da economia brasileira.

Gráfico 8.22. Crescimento do PIB total
(var.% anual)

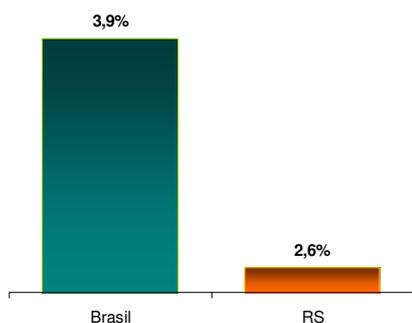


Fonte: FEE.

O segundo fator de desequilíbrio está relacionado ao modelo de política econômica nacional adotada nesse período. O aumento dos gastos públicos, os impulsos no crédito, a estabilidade de preços e o aumento do emprego formal, foram importantes fatores a alavancarem o mercado interno. Com isso, diversos consumidores puderam ter acesso a bens que antes não podiam consumir, seja, de um lado, pela falta de renda ou, de outro, pela carência de crédito. Dessa forma, pôde-se observar uma forte expansão da demanda por diversos produtos industriais dos segmentos de bens de consumo durável, em especial a linha branca e marrom. Outros também tiveram boa performance na esteira dos juros baixos e aumento dos prazos de financiamento, como por exemplo, as vendas de veículos e motos.

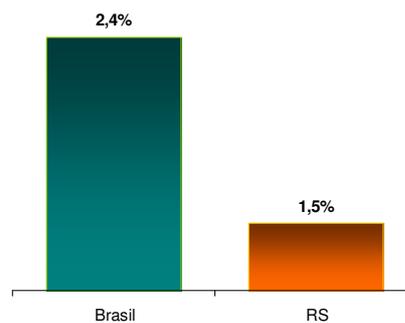
Média de crescimento do PIB entre 2002 e 2008
(var. %)

Gráfico 8.23. PIB total



Fonte: FEE. IBGE.

Gráfico 8.24. PIB per capita



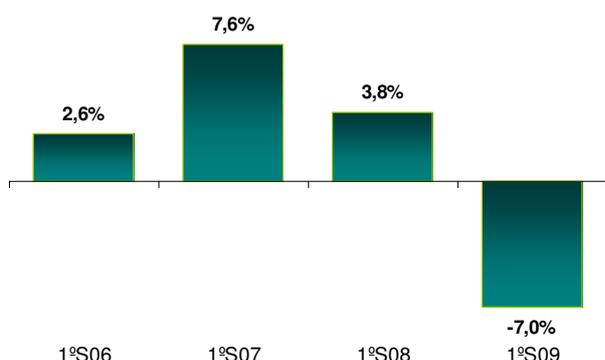
Fonte: FEE. IBGE.

Como se sabe, a indústria do Rio Grande do Sul não tem na sua composição uma presença forte na produção desse tipo de bem. A matriz industrial gaúcha conta, em especial, com a participação de bens de capital e produtos intermediários. Sendo assim, o resultado imediato desse processo foi uma taxa de crescimento do produto menor que a média do Brasil e, ao mesmo tempo, uma menor expansão da renda per capita.

A avaliação aqui conduzida do ano de 2009 para a economia do Rio Grande do Sul, chamou atenção para a diferença de performance que se verificou no 1º semestre e os números preliminares do segundo semestre. Um ponto claro é que, enquanto entre janeiro e junho verificou-se uma forte desaceleração da atividade agregada, entre julho e dezembro, observou-se um processo de reversão desse quadro. De fato, os números fornecidos pelo ITAP da FEE, indicam uma retração de 7% no primeiro semestre desse ano, relativamente ao mesmo período de 2008. Nesse caso, o setor que mais contribuiu para esse resultado negativo foi a indústria, cuja queda para o mesmo período foi da ordem de 17%.

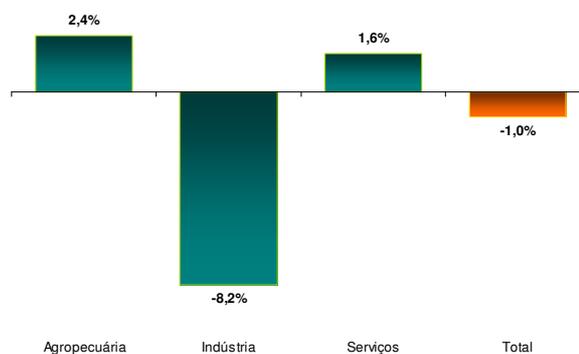
Desempenho do PIB (var. %)

Gráfico 8.25. Acumulado no 1º semestre



Fonte: ITAP/FEE.

Gráfico 8.26. No ano de 2009*



Fonte: ITAP/FEE. *Estimativas UEE/FIERGS.

A reversão desse quadro parece iminente. Como o calendário da agricultura no Estado praticamente já encerrou a sua contribuição do ano, estando concentrada no primeiro semestre, com destaque para a soja, milho e o arroz, os maiores impactos para o segundo semestre devem vir da pecuária. Nesse ponto, a expectativa é que o abate de bovinos encerre o ano com expansão de 2,8% e, o de aves, com uma queda de 2,5%.

Na indústria de transformação, o processo de reversão já está em curso, tanto no que diz respeito à produção quanto no faturamento. Com a boa contribuição que deve vir do segmento de construção civil, a queda de 17% do primeiro semestre deve ceder para próximo de 8%. Mesmo com essa correção, o resultado de 2009 deve ser um dos mais negativos dos últimos anos. Por fim, o setor de serviços deve dar a maior contribuição para o resultado do PIB no ano. De uma queda 3,4% no primeiro semestre, a recuperação das vendas do comércio, da atividade imobiliária e transportes e os bons números da intermediação financeira devem resultar em uma expansão de 1,6% em 2009.

Apesar da melhora no cenário econômico, a queda do primeiro semestre no PIB total foi muito intensa para se revertida em tão curto espaço de tempo. Sendo assim, a expectativa é que os 7% de queda de janeiro a junho ceda lugar a um resultado menos intenso no ano, cerca de -1%. A justificativa para um valor tão baixo é o desempenho da indústria.

Perspectivas para 2010

A partir do segundo levantamento feito pela Conab, a safra prevista para 2009/10 dá conta de que a quantidade produzida de grãos em solo gaúcho possa aumentar entre 0,4% e 2,2%, com destaque para o aumento na soja e no milho. A se concretizar esse cenário, as perspectivas para o PIB do setor serão positivas.

Tabela 8.2. Estimativa da produção da safra de grãos 2009/10
(Em milhões de toneladas)

	2008 / 2009	Produção 2009/2010		Variação			
		Limite inferior	Limite superior	Percentual		Absoluta	
				Limite inferior	Limite superior	Limite inferior	Limite superior
Arroz	7.905	7.387	7.462	-6,6%	-5,6%	(518)	(443)
Feijão	125	127	130	1,0%	3,8%	1,2	4,8
Milho	4.249	4.839	5.002	13,9%	17,7%	590	753
Soja	7.913	8.188	8.348	3,5%	5,5%	275	436
Aveia	141	153	153	8,5%	8,5%	12	12
Trigo	2.058	1.764	1.764	-14,3%	-14,3%	(294)	(294)
Demais produtos	187	216	216	15,4%	15,2%	29	28
Total	22.578	22.673	23.075	0,4%	2,2%	95	497

Fonte: Conab. 2º levantamento da Safra 2009/10. Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, trigo e triticale.

Com a estimativa de safra, em um cenário moderado, o crescimento para o PIB da agropecuária deve ficar em 2,3%. Nesse caso, projeta-se que tanto o abate de aves quanto de bovinos apresente resultado positivo, e revertam os números de 2009. Nesse cenário, a projeção é de que o ambiente de recuperação econômica internacional ocorra de maneira lenta e gradual, iniciando entre os países emergentes e, aos poucos, se consolidando nos desenvolvidos.

Com a perspectiva de juros reais baixos no Brasil, em um ambiente inflacionário sob controle e aumento da massa de salários, o cenário moderado projeta uma retomada da demanda por produtos industriais gaúchos. Além disso, espera-se que o ano de 2010 também seja favorável para a construção civil, seja com obras públicas ou, então, em projetos residenciais. Com isso, o PIB para a indústria do Rio Grande do Sul pode crescer 8,1%.

Os elementos que ajudam a explicar parte da recuperação da indústria, ajudam a projetar o aumento de demanda no setor de serviços. Com a expansão da renda real e do nível de empregos, as expectativas dos consumidores serão positivas, o que deve ter efeitos sobre o resultado do comércio, serviços prestados às famílias e atividades imobiliárias. Além disso, os juros baixos e a renda real em crescimento devem impulsionar a demanda por crédito, com reflexos sobre a atividade de intermediação financeira. Por fim, a projeção de aquecimento da demanda interna, resultará em maior movimentação de produtos, se refletindo nas projeções para o segmento de transporte. E, apesar de ser um ano eleitoral, o setor público deve crescer de acordo com a média dos últimos anos. Assim, o segmento de serviços deve apresentar uma performance satisfatória, atingindo os 3,9%. Ressalta-se que, ao contrário da indústria, os serviços possuem um efeito carregamento menor, uma vez que, em 2009, devem apresentar crescimento de 1,6%. No geral, no cenário moderado, o PIB do Rio Grande do Sul deve crescer cerca de 4,9%.

No cenário pessimista, tanto a produção agrícola quanto as vendas da pecuária, acabam por limitar a expansão do setor, que cresce apenas 1,1%. Nesse caso, ao invés de um crescimento, projeta-se uma estagnação econômica nos países desenvolvidos e novas deteriorações no mercado de crédito. Essa perspectiva deve se refletir no desempenho da economia brasileira, que cresce menos que o cenário moderado e, com isso, acaba por refletir no desempenho da indústria do Rio Grande do Sul. O mesmo pode-se dizer sobre os efeitos no segmento de serviços, com menor expansão das atividades de crédito, consumo, e movimentação nas demais atividades. Sendo assim, nesse cenário, a projeção é de uma expansão de apenas 3,6% para o PIB do Rio Grande do Sul.

Por fim, no cenário mais otimista, as economias desenvolvidas se recuperam mais rapidamente, já apresentando resultados mais satisfatórios ao longo do ano de 2010. O mercado de crédito se recupera juntamente com o mercado de trabalho. Os impactos sobre o Brasil e também sobre o Rio Grande do Sul são positivos e, a economia do estado pode crescer perto de 5,6%.

Tabela 8.3. Previsões para 2010

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	-8.4%	2.4%	1.1%	2.3%	2.8%
Indústria Total	6.7%	-8.2%	6.2%	8.1%	8.9%
Serviços	4.6%	1.6%	2.8%	3.9%	4.6%
PIB total**	3.8%	-1.0%	3.6%	4.9%	5.6%

Fonte: ITAP/FEE, IBGE, FIERGS. *Previsão UEE/FIERGS.

CHOQUE MAIOR QUE O ESPERADO

Depois de dois anos seguidos de crescimento, a atividade industrial gaúcha não conseguiu superar as adversidades da crise financeira mundial. Em 2009, o setor registrará a maior queda da história, superando as expectativas mais pessimistas do início do ano. A intensidade desse cenário se propagou por todos setores industriais, principalmente, metal-mecânico. Para o próximo ano, as perspectivas são melhores, mas nada que justifique grande euforia. Tendo o setor externo como limitador e o mercado interno como propulsor, a atividade manufatureira deverá manter-se na trajetória de recuperação iniciada no primeiro semestre de 2009.

Não é novidade que a indústria, em qualquer país, vem sendo o setor que mais sentiu os efeitos da crise mundial. No estado do Rio Grande do Sul não foi diferente. Após o ciclo de expansão observado de 2007 até o terceiro trimestre de 2008, a atividade industrial no Estado foi marcada por uma forte contração em 2009. O desempenho do setor, sob o impacto de uma das maiores crises econômicas da história moderna, deverá encerrar o ano muito abaixo do que se imaginava em 2008¹⁵.

A indústria gaúcha em 2009

Os reflexos da crise mundial começaram a ser percebidos com intensidade no final do ano passado e determinou que o ano 2008 fosse dividido em dois períodos distintos: os três primeiros trimestres com um ritmo acelerado de crescimento e o quarto trimestre em queda rápida devido aos desdobramentos da crise. Em 2009, o comportamento da atividade industrial gaúcha também pode ser dividido em dois momentos: um de baixa que perdurou até o primeiro trimestre de 2009 e outro de recuperação, a partir do segundo trimestre e que ainda está em curso.

De acordo com os dados da UEE/FIERGS, o Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS)¹⁶ caiu sete meses seguidos (dados dessazonalizados) de outubro de 2008 a abril de 2009 alcançando 16,2% de retração. A partir de maio, o IDI/RS inverteu a tendência e passou a registrar taxas positivas - cinco em seis meses - recuperando parte (3,6%) daquela perda. Portanto, embora a recuperação ocorrida na margem, há ainda uma grande distância a percorrer, 13,2%, para que o indicador retorne ao nível que possuía antes da eclosão da crise.

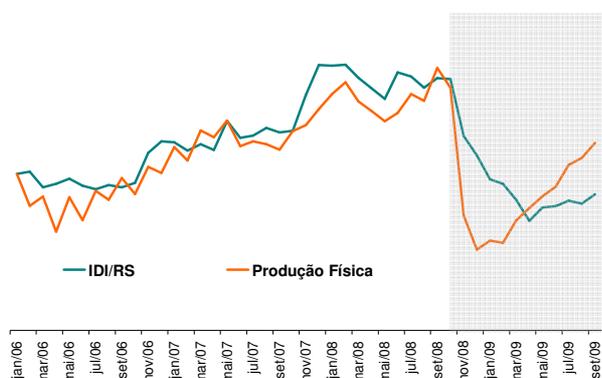
O exame da composição do IDI/RS evidencia o mesmo comportamento para as variáveis. O faturamento, que caiu sistematicamente entre novembro e janeiro (-23%) quando passou a apresentar uma trajetória oscilante, começou a se recuperar efetivamente a partir de junho, quando cresceu 12% até setembro. As horas trabalhadas

¹⁵ O comportamento da indústria de transformação gaúcha será examinado observando os resultados das principais pesquisas conjunturais divulgadas pela FIERGS (Indicadores e Sondagem Industriais) e pelo IBGE (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – regional).

¹⁶ O objetivo do IDI/RS é medir o nível da atividade da indústria de transformação. O indicador é calculado a partir do comportamento conjunto das variáveis Faturamento, Horas trabalhadas na produção, Utilização da capacidade instalada, Compras totais, Emprego e Massa salarial que são coletadas mensalmente de uma amostra das indústrias gaúchas.

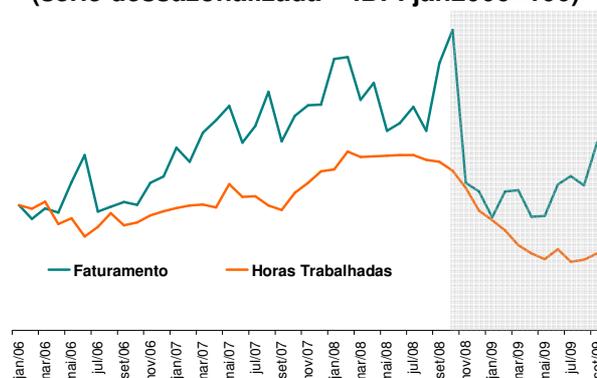
na produção, repercutindo a retração do emprego e da produção, caíram sucessivamente entre outubro de 2008 e maio desse ano, quando acumulou 14,9% de redução e passou a se recuperar apenas a partir de agosto (+1,5%).

Gráfico 9.1. IDI /RS e produção industrial
(IBF: jan2006=100)



Fonte: UEE/FIERGS – IBGE - Dessazonalizado

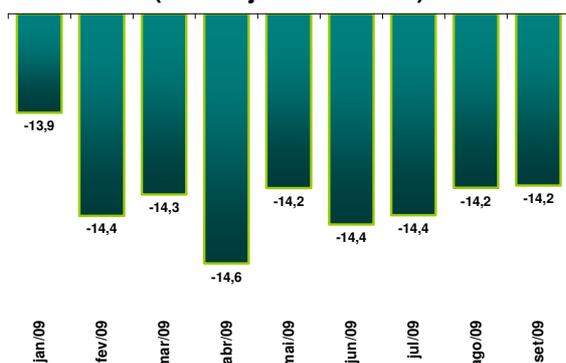
Gráfico 9.2. Faturamento e horas trabalhadas
(série dessazonalizada - IBF: jan2006=100)



Fonte: UEE/FIERGS - Dessazonalizado

Apesar do recente crescimento marginal (em relação ao mês anterior), quedas intensas nas comparações anuais têm caracterizado o comportamento da indústria gaúcha ao longo do ano. Muitos recordes negativos foram batidos. Isso se deve ao fato de que o efeito carregamento negativo do final de 2008 para 2009, em todos os indicadores, industriais foi bastante expressivo. No acumulado de janeiro a setembro frente a igual período do ano passado, a retração do IDI/RS é a maior já registrada na série histórica: -14,2%.

Gráfico 9.3. Índice de Desempenho Industrial
(var. % jan-mês09/08)



Fonte: UEE/FIERGS

Tabela 9.1. Indicadores industriais
(var. % jan-set09/08)

	Varição
Faturamento	-12,8%
Compras	-28,2%
UCI	-9,6%
UCI (Grau médio)	79,2%
Emprego	-7,1%
Massa salarial	-9,0%
Horas Trabalhadas na Produção	-14,1%
Índice de Desempenho Industrial	-14,2%

Fonte: UEE/FIERGS

Os segmentos industriais

A crise financeira internacional se alastrou pela economia real trazendo dificuldades para praticamente todos os segmentos industriais. De fato, a análise da evolução da atividade setorial, medida pelo respectivo IDI, revela que não apenas a intensidade chama atenção, mas também o alcance dos números negativos: em todos os dezessete segmentos pesquisados a atividade industrial caiu no ano encerrado em

setembro, comparativamente ao período correspondente do ano passado. Destacam-se a significância dos resultados apresentados pelos setores de Metalurgia básica, de Máquinas e equipamentos e de Químicos.

Na mesma base de comparação, o faturamento reduziu-se 12,8% em termos reais, a maior queda da série. A abertura por gêneros industriais demonstra que a variável vem caindo em 15 dos 17 setores pesquisados. Apenas Fumo e Couros e calçados registraram crescimento, devido, em boa parte, ao impacto da desvalorização cambial sobre as receitas em reais durante o primeiro semestre de 2009 em relação a 2008. Entre as quedas, destaque pela contribuição fornecida ao resultado agregado para Químicos, Máquinas e equipamentos e Alimentos e bebidas. Apenas esses três setores foram responsáveis por 70% da redução total do faturamento anual da indústria gaúcha.

Registrando a pior taxa da história, as horas trabalhadas na produção caíram 14,1% nos meses de janeiro a setembro de 2009, relativamente, ao período análogo do ano passado. Esse foi o resultado determinado, em especial, pela queda no emprego e na produção, preponderantemente, nos setores de Máquinas e equipamentos, Montagem de veículos automotores e Couros e calçados.

O nível da utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria gaúcha é outra evidência da forte retração da atividade manufatureira gaúcha em 2009, devendo contribuir para o adiamento das decisões de investimentos no Estado. O grau médio da UCI situou-se em 78,9%, 7,8 pontos percentuais abaixo do verificado no ano passado, e se configura no maior nível de ociosidade desde 1992. Os setores com níveis de UCI mais baixos em 2009 foram Material eletrônico e de comunicação, Metalurgia básica e Madeira.

É evidente que tais circunstâncias afetariam o mercado de trabalho do setor. O nível de emprego na indústria gaúcha registrou em setembro, no acumulado no ano, 7,1% de retração na comparação com o mesmo período do ano passado. Com isso teve-se uma redução de 9,0% na massa de salários paga pelo setor. Destaca-se que o desempenho do mercado de trabalho é motivado, preponderantemente, pela intensa redução do emprego nos segmentos coureiro-calçadista e metal-mecânico.

Tabela 9.2. Indicadores industriais selecionados - setores
(var. % jan-set09/08)

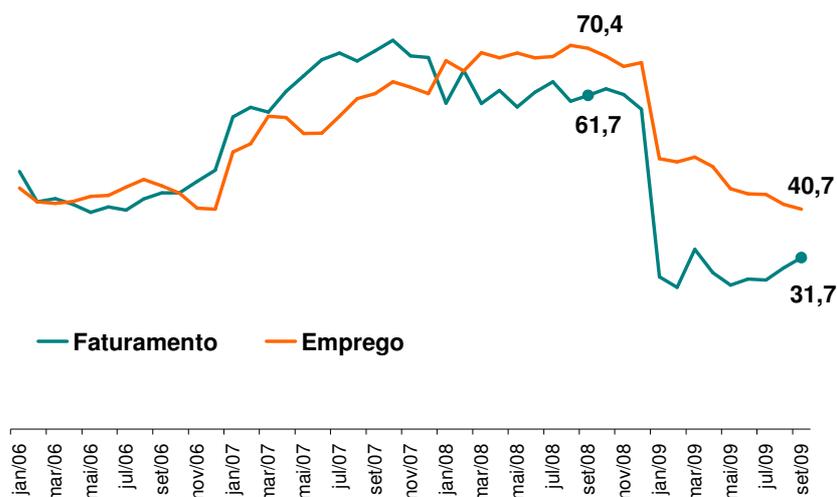
	Faturamento	Compras	UCI	Horas trabalhadas	IDI
Alimentos e bebidas	-8,8%	-18,6%	79,5%	-2,7%	-6,9%
Alimentos	-15,7%	-22,1%	81,5%	-3,3%	-9,0%
Bebidas	4,7%	3,1%	56,4%	9,7%	6,2%
Fumo	17,6%	-18,4%	-	-15,1%	-10,4%
Têxtil	-8,7%	-18,4%	76,6%	2,4%	-1,4%
Vestuário e acessórios	-15,2%	-12,4%	69,8%	-14,1%	-9,2%
Couros e Calçados	2,4%	-7,2%	87,1%	-14,7%	-7,2%
Couros	-15,3%	-21,4%	77,9%	-12,2%	-11,8%
Calçados	4,4%	-4,9%	88,2%	-15,1%	-6,5%
Madeira	-21,1%	-35,8%	62,1%	-7,2%	-15,3%
Edição e impressão	-4,1%	1,1%	74,9%	-6,7%	-4,0%
Refino de petróleo	-8,0%	-26,6%	80,6%	-2,0%	-4,9%
Química	-29,5%	-40,8%	81,5%	-7,3%	-20,0%
Borracha e plásticos	-16,6%	-32,9%	70,6%	-12,9%	-14,8%
Metalurgia básica	-35,7%	-54,4%	50,1%	-20,5%	-34,9%
Produtos metálicos	-20,4%	-42,2%	75,9%	-16,2%	-21,1%
Máquinas e equipamentos	-22,1%	-41,6%	80,9%	-30,2%	-25,6%
Máquinas agrícolas	-23,0%	-44,3%	67,3%	-24,1%	-23,7%
Máquinas, apar. mat. elét	-3,1%	-9,4%	73,3%	-11,7%	-7,7%
Material eletrônico e com.	-15,2%	-35,1%	39,5%	-26,5%	-20,0%
Veículos automotores	-10,9%	-30,6%	79,4%	-24,0%	-20,8%
Móveis e diversos	-4,8%	-19,1%	74,9%	-8,2%	-6,2%
Móveis	-3,5%	-14,6%	81,0%	-6,8%	-5,0%

Fonte: UEE/FIERGS

Índice de difusão

Confirmando a abrangência do atual cenário econômico restritivo, o índice de difusão¹⁷ do faturamento registrou 29,8 pontos em setembro, o que significa que menos de 30% das empresas apontam expansão no seu faturamento em 2009. No mesmo mês no ano passado, o índice alcançava 60,6 pontos. No caso do emprego, o indicador alcançou 41,5 pontos em setembro de 2009. Ou seja, quase 60% das indústrias estão com o quadro funcional abaixo do verificado no ano passado. Esse resultado rivaliza com os 71 pontos no mesmo mês de 2009. Em ambos os casos, os valores são os mais baixos da série.

Gráfico 9.4. Índice de difusão – faturamento e emprego no ano



Fonte: UEE/FIERGS

Intensidade exportadora

A situação delicada da demanda externa é evidenciada pelo desempenho das empresas exportadoras intensivas¹⁸, medido pelo indicador de atividade (IDI) específico para esse grupo. De fato, o segmento registrou uma queda de 21,0% na atividade no ano, 7 p.p. abaixo do resultado global e exercendo impacto relevante do comportamento do setor industrial gaúcho em 2009. A recente valorização da taxa de câmbio é mais uma razão de preocupação para o segmento, devido à perda de competitividade no mercado externo.

¹⁷ O índice de difusão é definido como a proporção do número de empresas com variação positiva sobre o total de empresas participantes. Esse indicador é elaborado pela Unidade de Estudos Econômicos da FIERGS, com base na amostra dos Indicadores Industriais e calculados para variáveis faturamento e emprego.

¹⁸ Os resultados para o segmento industrial intensivo exportador são estimados com base em uma amostra de empresas da pesquisa Indicadores Industriais que se caracterizam por possuírem uma relação exportações/faturamento acima de 22%, média da amostra total, dados de 2003.

Tabela 9.3. Indicadores industriais – segmento intensivo exportador
(var. % jan-set09/08)

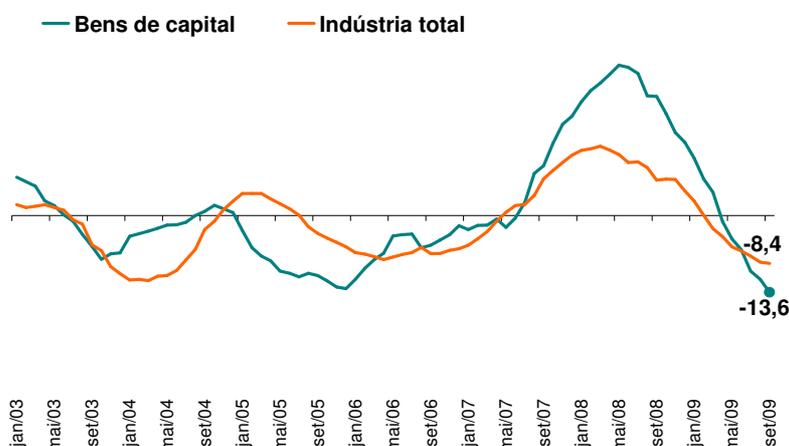
	Intensivas em exportação	Indústria Total
Faturamento	-10,5%	-12,8%
Compras Totais	-33,9%	-28,2%
Emprego	-12,7%	-7,1%
Massa salarial	-12,5%	-9,0%
Horas Trab. na Produção	-21,6%	-14,1%
UCI (Variação %)	-7,2%	-9,6%
U.C.I (Grau médio)	81,7%	78,9%
Índice de Desempenho Industrial	-21,0%	-9,6%

Fonte: UEE/FIERGS

Categorias de uso e metal-mecânica

A segmentação da indústria gaúcha relativa à categoria de uso¹⁹ revela também o peso das empresas produtoras de bens de capital, atingida pela queda das exportações e pela redução dos investimentos no país. De fato, todos os indicadores desse segmento apontaram taxas muito aquém dos valores médios apresentados pelo setor no ano. Destaques para a retração de 19% no faturamento, de 36,8% nas compras de matérias-primas e insumos e 28,5% nas horas trabalhadas na produção. Por outro lado, o emprego caiu 11,1% no ano.

Gráfico 9.5. Evolução do faturamento – bens de capital
(var. % acumulada em 12 meses)



Fonte: UEE/FIERGS

Ainda em termos de segmentação, não há como dissociar o desempenho da indústria gaúcha em 2009 dos resultados apresentados pelo complexo metal-mecânico²⁰. As empresas que compõem esse segmento são responsáveis por 47% da queda do

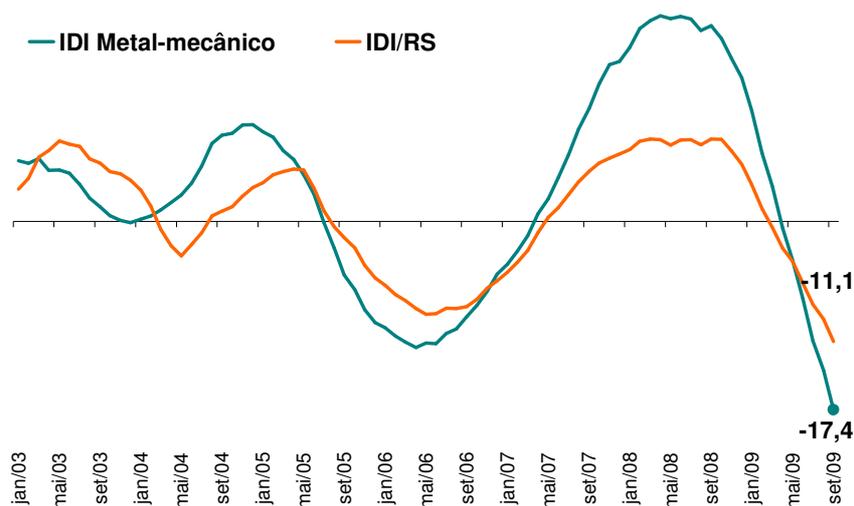
¹⁹ Os resultados por categorias de uso foram produzidos classificando-se cada empresa participante da Pesquisa Indicadores Industriais, com base nos seus principais produtos. Essa classificação seguiu os critérios adotados pelo IBGE.

²⁰ Os resultados para o complexo metal-mecânico foram produzidos a partir da média ponderada dos setores de atividade metalurgia básica, produtos de metal, máquinas e equipamentos, material elétrico, material eletrônico e montagem de veículos.

faturamento industrial e 42% do emprego. O faturamento desse segmento industrial caiu 18,3% e as horas trabalhadas na produção, 23,6%, no ano. Esse cenário desfavorável, como já referido, é reflexo da queda no investimento e das exportações.

O resultado do Índice de Desempenho Industrial para o complexo metal-mecânico evidencia o ritmo intenso de queda e revela a importância na determinação da trajetória da indústria do Estado.

Gráfico 9.6. Evolução do Índice de desempenho industrial
(variação acumulada em 12 meses)



Fonte: UEE/FIERGS

Produção industrial

O momento difícil que atravessa a atividade industrial gaúcha é confirmado por outra pesquisa conjuntural, só que realizada pelo IBGE. A pesquisa industrial mensal (PIM/PF) que avalia o desempenho da produção física do Estado, aponta um comportamento semelhante ao apresentado pelos demais indicadores apresentados: queda abrupta e disseminada no último trimestre e recuperação no início de 2009. Entre outubro e dezembro do ano passado a produção industrial gaúcha caiu 20,5%. Essa retração levou para 2009 um efeito estatístico (carregamento) negativo muito significativo. Entre janeiro e setembro de 2009, a produção industrial recuperou boa parte da perda (15% em termos mensais dessazonalizados), porém, faltando ainda expandir 8,5% para alcançar o padrão registrado em outubro de 2008.

Esse desempenho positivo recente (marginal), entretanto, não foi suficiente para impedir que a produção industrial gaúcha recuasse à taxa recorde de 11,5%, quando comparado os meses de janeiro a setembro de 2009 ante o mesmo período do ano passado. Em termos setoriais, 11 dos 14 gêneros pesquisados registraram variações negativas. Mais uma vez, confirma-se a importância do complexo metal-mecânico no desempenho global: foi responsável por 75% do total da redução agregada.

Os setores industriais que registraram as quedas mais expressivas na produção em 2009 foram Máquinas e equipamentos, Veículos automotores e Calçados e artigos de couro. Apenas as indústrias de bebidas, celulose, papel e produtos de papel e de refino de petróleo aumentaram a produção.

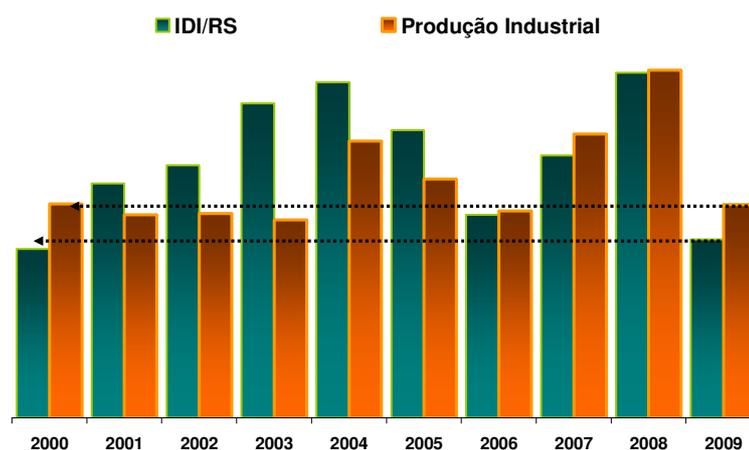
Tabela 9.4. Produção industrial
(var. % jan-set09/08 e composição da taxa em pontos percentuais)

	Jan-set09/08	Composição da taxa
Alimentos	-5,6%	-0,94
Bebidas	2,8%	0,08
Fumo	-0,7%	-0,04
Calçados e artigos de couro	-24,7%	-2,30
Celulose, papel e produtos de	6,4%	0,25
Edição, impr. e repr. de gravações	-9,4%	-0,23
Refino de petróleo e álcool	13,7%	1,42
Outros produtos químicos	-1,3%	-0,13
Borracha e Plástico	-20,3%	-0,85
Metalurgia Básica	-30,6%	-1,08
Produtos de metal - excl. máq. e	-19,8%	-1,04
Máquinas e equipamentos	-31,9%	-3,61
Veículos automotores	-25,8%	-2,85
Mobiliário	-5,2%	-0,14
Indústria de Transformação	-11,5%	-11,5

Fonte: IBGE

Para se ter uma idéia do alcance da contração ocorrida na indústria gaúcha em 2009, compara-se o nível médio do IDI/RS e da produção industrial no período de janeiro a setembro de cada ano desde 2000. Essa análise tem importância, na medida, que é possível posicionar historicamente o patamar anual de cada indicador. Dessa forma, conclui-se que, a atividade (IDI/RS) e a produção industriais, em 2009, encontram-se nos mesmos níveis de 2006, que já eram historicamente baixos, e muito próximos dos respectivos volumes de 2000. Ou seja, a crise impôs um elevado ônus para o setor, fazendo a produção e o faturamento recuarem para os patamares de três anos atrás.

Gráfico 9.7. Produção industrial e Índice de desempenho industrial
(média anual - janeiro a setembro)



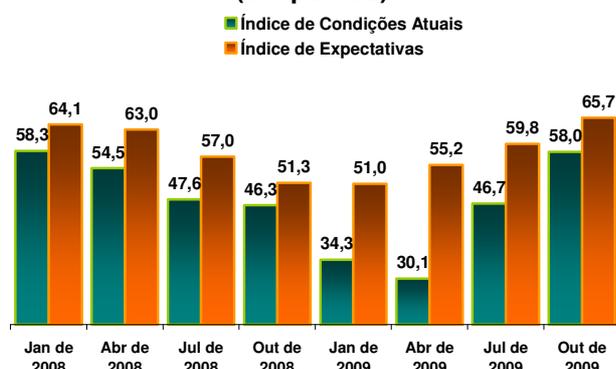
Fonte: UEE/FIERGS e IBGE/índice

Os resultados da Sondagem industrial²¹ ao longo de 2009 reforçam claramente a força da crise, ao mesmo tempo, em que confirmam, na visão empresarial, as evidências de que o setor já passou pela pior fase da mesma no primeiro semestre e encontra-se atualmente em um processo de recuperação.

De fato, o aumento da confiança do empresário industrial gaúcho, medido pelo ICEI/RS, consolida a percepção do setor na retomada do crescimento industrial. O indicador de outubro alcançou 63 pontos, o mais alto desde abril de 2001. De julho passado, quando o empresário gaúcho retomou a confiança, para outubro de 2009 o índice cresceu 8 pontos e acumula alta de 18 pontos desde que encontrou seu piso em janeiro de 2009, quando então refletia os efeitos mais intensos da crise internacional.

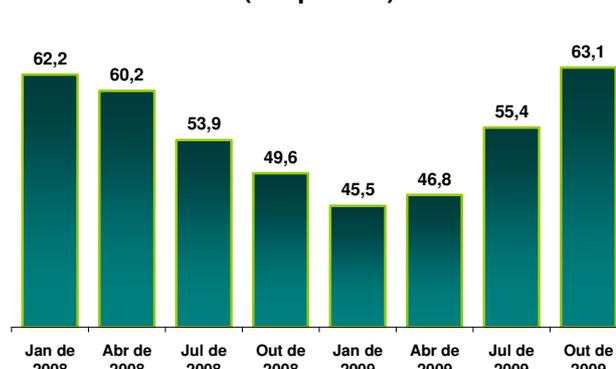
O indicador de condições atuais, em janeiro de 2009, atingiu o nível mais baixo da série histórica (30,1 pontos). Naquele mês, nada menos do que 93% dos empresários afirmavam que as condições da economia brasileira haviam piorado, 74%, apontavam queda na produção e 56% das empresas haviam reduzido o número de funcionários. Diante da conjuntura extremamente severa, a falta de demanda era o principal problema enfrentado pelas empresas, desbancando, a tradicional liderança da alta carga tributária. Em outubro passado, o indicador de produção inverteu a tendência enquanto o emprego parou de cair. No mesmo mês, 41% dos empresários já detectavam expansão da produção. No mesmo sentido, o índice de condições atuais alcançava 58 pontos atingindo valores pré-crise. Como decorrência, o problema da falta de demanda perdia importância relativa e caía para terceiro lugar, enquanto ressurgia a carga tributária e a competição acirrada como os problemas mais proeminentes.

Gráfico 9.8. Índice de condições atuais e expectativas (em pontos)



Fonte: UEE/FIERGS - PONTOS

Gráfico 9.9. Índice de confiança do empresário industrial – ICEI/RS (em pontos)



Fonte: UEE/FIERGS - PONTOS

No mesmo sentido, o índice de expectativas para os próximos seis meses denota um grande otimismo entre os empresários. Na pesquisa de outubro, esse aumentou, atingindo 65,7 pontos, o mais alto valor desde abril de 2007. Destaca-se que o otimismo do empresário cresceu, sobretudo, no que diz respeito à economia brasileira para os próximos seis meses: crescimento de 16 pontos na comparação com janeiro – centro da

²¹ A Sondagem Industrial é uma pesquisa qualitativa realizada trimestralmente com empresários do setor. Entre outros indicadores, é divulgado o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI/RS). Os índices variam de 0 a 100 pontos. Valores acima (abaixo) de 50 pontos indicam situação melhor (pior) ou expectativa otimista (pessimista).

crise - e foi o maior valor atingido desde janeiro de 2001. Esse resultado repercutiu a alta proporção (58%) de empresários que estão confiantes com o desempenho futuro da economia brasileira.

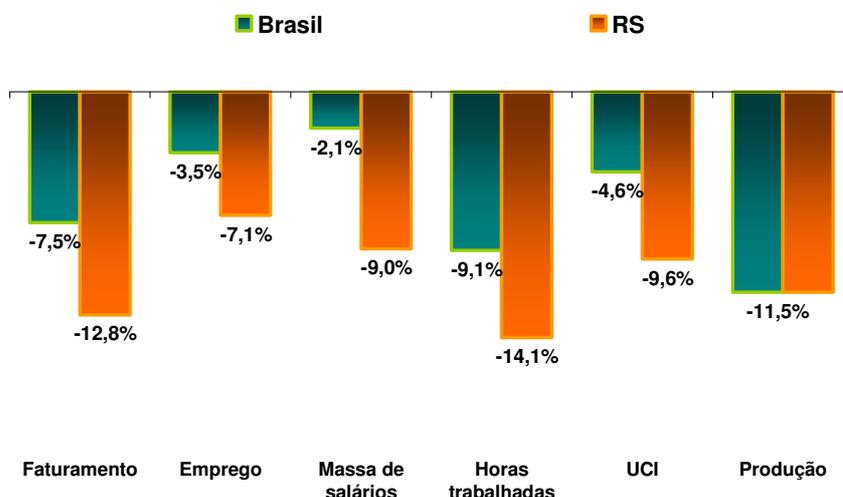
A elevada confiança corrobora a reversão das perspectivas negativas dos empresários e anuncia a expansão da atividade industrial. Para os próximos meses o mais importante é o indicativo de que as empresas retomem investimentos e aumentem a produção, em sintonia com a expectativa de maior demanda e diminuição dos estoques.

Vale destacar, entretanto, que, embora os índices alcancem os valores pré-crise em outubro (assim como de seus componentes), não significa que a conjuntura econômica já retornou à normalidade. Isso ocorre porque a atividade industrial estava muito fraca e disseminada, sendo, portanto, diferente de uma situação onde o otimismo se dá sobre um cenário anterior já favorável, como ocorria em 2008.

Comparação com o Brasil

Por fim, vale destacar um padrão de comportamento da indústria gaúcha que se repete: desempenho inferior à média nacional. De fato, o ano de 2009 se encerra e, mais uma vez, com um resultado da indústria gaúcha abaixo do alcançado pela nacional. Em todos os indicadores de conjuntura associados à indústria isso ocorreu. No melhor dos casos, na produção industrial, o Rio Grande do Sul vem registrando uma queda na mesma intensidade. Nas demais variáveis, contudo, o desempenho da indústria gaúcha supera bastante, para baixo, o comportamento nacional.

Gráfico 9.10. Indicadores selecionados – Brasil e Rio Grande do Sul
(var. % jan-set09/08)



Fonte: UEE/FIERGS, PAD/CNI E PIMPF/IBGE

Essa dinâmica é frustrante porque não é um caso isolado. Não apenas pelo fato que crescemos menos que o Brasil na maioria nos anos, como essa está aumentando com o tempo. De fato, no intervalo entre os anos de 1992 e 2008, a produção da indústria gaúcha cresceu a uma média anual de 2,8%, acima da média nacional que era 2,5%. A partir de então, a medida de esse intervalo diminui, o diferencial aumenta. Entre 1994 e 2008, a indústria nacional cresceu um ponto percentual a mais que produção gaúcha por ano. Essa disparidade aumentou para 1,3 ponto percentual entre 1999 e 2008, ano da

desvalorização cambial e atingiu seu máximo entre 2003 e 2008 (2,5 p.p.), quando a indústria nacional cresce mais do que o dobro da indústria gaúcha.

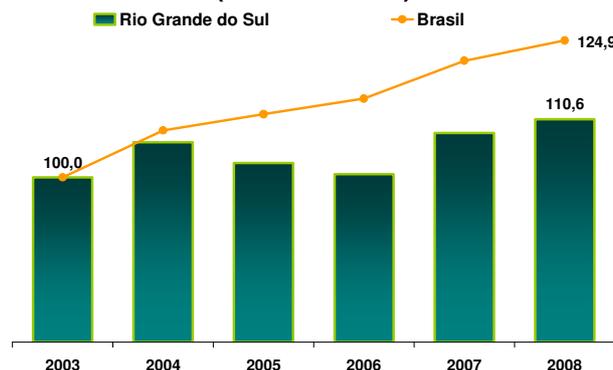
Nesse último intervalo, em especial, que coincide com o último ciclo de crescimento da economia brasileira, a diferença é muito grande. Entre 2003 e 2008, o faturamento industrial gaúcho cresceu 5,2% (1% ao ano) contra 19,7% (3,7% ao ano) para a indústria nacional. Além disso, a produção regional crescia 10,6% (2% ao ano) e no Brasil 24,8% (4,6% ao ano).

Gráfico 9.11. Faturamento industrial Brasil e Rio Grande do Sul (IBF: 2003=100)



Fonte: UEE/FIERGS e CNI

Gráfico 9.12. Produção industrial Brasil e Rio Grande do Sul (IBF: 2003=100)

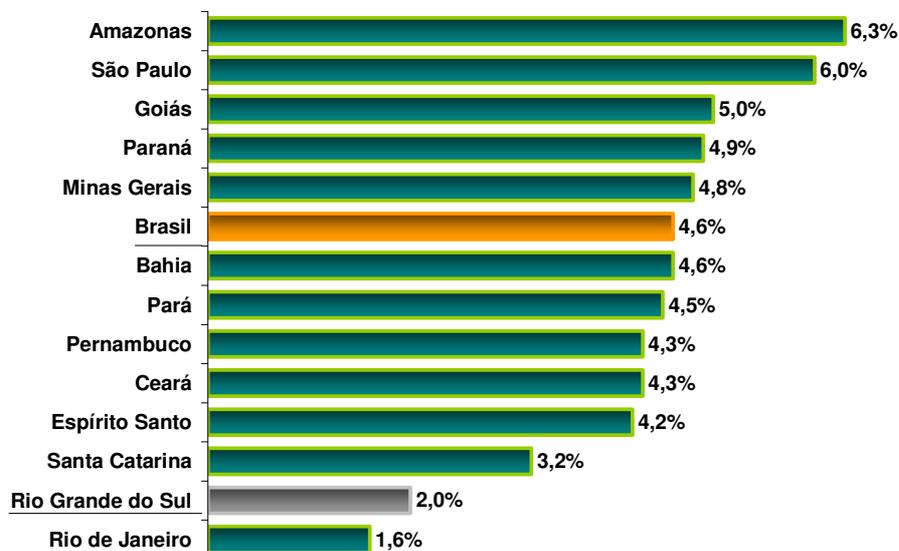


Fonte: PIMPF/IBGE

Entre os Estados, fica evidente o desempenho decepcionante da indústria regional frente aos seus co-irmãos. A produção industrial do Rio Grande do Sul, entre 2003 e 2008, não conseguiu aproveitar os bons ventos da economia nacional e mundial e registrou a segunda pior taxa de crescimento.

O estado do Amazonas, São Paulo e Goiás lideraram o ranking entre as indústrias que mais cresceram nesse período. Nossos vizinhos mais próximos, da mesma forma, expandiram a taxas maiores. O Paraná, no período, apresentou o dobro do percentual do Rio Grande do Sul.

Gráfico 9.13. Produção industrial - estados (var. % média de crescimento anual – 2003/2008)



Fonte: IBGE

Esse cenário deverá resultar, inexoravelmente, no declínio da participação da indústria do Rio Grande do Sul na produção nacional. Entre os motivos que justificam tal panorama, além da forte seca que atingiu o Estado em 2005 e produziu efeitos no ano seguinte, destaca-se a maior participação das exportações no PIB gaúcho frente à média nacional, num período em que predominou a valorização cambial e em que o mercado interno determinou as diretrizes da expansão da economia nacional.

Estimulado pela expansão do crédito e da renda, o padrão de crescimento da indústria brasileira, nos últimos anos, foi no segmento de bens de consumo duráveis pouco produzidos pelo Estado. O setor de bens de capital nacional foi impulsionado pelos investimentos. Porém, a característica de produção dessa categoria no RS é, em especial, composta de ônibus e máquinas agrícolas.

Outros fatores como o aumento de custos de produção ao longo dos anos, questões tributárias (ICMS) e custos logísticos vêm contribuindo para esse cenário.

Perspectivas para 2010

Por tudo o que foi referido, não há dúvidas: a atividade industrial gaúcha em 2009 foi bem pior do que se imaginava no final de 2008. Naquele momento, diante de um choque de proporções ainda desconhecidas, imaginava-se uma forte desaceleração no crescimento ou até mesmo uma retração bem menor do que efetivamente ocorreria. Perante tamanhas adversidades, especialmente, a queda da demanda externa, a indústria gaúcha mais uma vez pagou o preço de seu perfil exportador e da forte presença de indústrias de bens de capital, especialmente máquinas agrícolas e ônibus. Assim em 2009, o indicador de atividade (IDI/RS) e a produção industrial do Estado deverão encerrar o ano com quedas históricas de 12% e 7,9%, respectivamente.

As perspectivas para 2010 são mais animadoras. Não há como repetir o desempenho de 2009. As expectativas dos empresários de um futuro mais promissor para a economia e para as empresas são indícios relevantes que sugerem uma recuperação da atividade industrial no Estado, ainda difícil de precisar, por estar ainda muito carregada de incertezas. Em um cenário externo ainda pouco favorável, a atividade industrial no ano que vem será determinada, preponderantemente, por fatores internos. O final do ajuste de estoques, a melhora das condições de crédito, emprego e renda, associados com a menor taxa de juros deverão funcionar como elementos de um cenário incentivador para uma recuperação um pouco mais acentuada. Nada que justifique grande euforia. Mesmo que a demanda interna venha aumentando sua contribuição, as exportações seguem sendo um elemento fundamental para o desempenho da indústria gaúcha. Outro problema deverá dificultar essa retomada: a taxa de câmbio valorizada.

Em resumo, a indústria gaúcha, que iniciou, em meados de 2009, um processo de recuperação do tombo do final do ano passado, deverá permanecer nessa tendência para, possivelmente, voltar aos níveis pré-crise no segundo semestre de 2010.

Para 2010, foram traçados três cenários, em todos eles as perspectivas são melhores do que as registradas em 2009.

No cenário moderado, com maior probabilidade de ocorrência, a perspectiva é que ocorra um crescimento na atividade industrial de 7,6%, recuperando boa parte a perda de 2009. Já a produção industrial gaúcha deverá crescer 8,2%, superando a estimativa feia para o Brasil.

Ressalta-se que, com as dificuldades de vendas no mercado externo, diante da valorização do câmbio e a menor demanda, algumas empresas produtoras de calçados e

móveis deverão redirecionar os negócios para o mercado interno. Vale a pena mencionar ainda para 2010, a possível recuperação do setor metal-mecânico do Estado, fato que será fundamental para o bom desempenho industrial no ano que vem.

No cenário pessimista, as perspectivas são de um crescimento menor na atividade industrial do Estado, em linha com desempenho econômico mais modesto no Brasil e no mundo. Nesse cenário, o ambiente externo se não é tão favorável quanto o moderado, levando a indústria gaúcha a um crescimento menor do IDI/RS(-5,3%) e da produção industrial (-5,7%).

Por fim, em uma perspectiva mais otimista, com uma recuperação mais intensa nos países desenvolvidos. Nesse caso, o IDI/RS poderá alcançar a marca de 9,8% e a produção da indústria gaúcha, 10,4%.

É importante lembrar, que, em qualquer cenário proposto, o setor permanecerá com nível, na média de 2010, inferior a 2008, na maioria de seus indicadores.

Tabela 9.5. Perspectivas para a indústria – indicadores e produção industriais

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Índice de Desempenho Industrial	5,3%	-12,0%	5,3%	7,6%	9,8%
Faturamento real	2,6%	-8,6%	6,6%	10,3%	13,0%
Compras	7,5%	-23,3%	9,2%	13,5%	17,1%
Utilização da capacidade instalada	1,3%	-7,8%	3,6%	5,6%	7,1%
Massa salarial	8,2%	-7,6%	3,8%	6,3%	8,0%
Emprego	4,5%	-7,0%	2,3%	3,4%	4,4%
Horas trabalhadas na produção	5,9%	-12,6%	3,5%	5,6%	7,1%
Produção industrial	2,4%	-7,9%	5,7%	8,2%	10,4%

Fonte: UEE/FIERGS. * Previsão. Estimativa: UEE/FIERGS

É POSSÍVEL QUE O MERCADO DE TRABALHO DE ALGUNS SETORES NÃO SE RECUPERE EM 2009

No ano de 2009 observou-se no Estado uma diminuição nos níveis de emprego, o que se deveu principalmente ao menor número de trabalhadores contratados. Como reflexo da acentuada queda da produção industrial, o mercado de trabalho da indústria de transformação gaúcha foi duramente atingido, sendo que alguns setores não conseguiram recuperar – até outubro – o nível de emprego no qual se encontravam antes da crise.

Essa seção acompanha a evolução do mercado de trabalho gaúcho no ano de 2009, o que será feito através de seus principais componentes: desemprego, nível de emprego e rendimento dos trabalhadores. A análise abrange o Estado do Rio Grande do Sul (com exceção da taxa de desemprego, que engloba somente a região metropolitana de Porto Alegre), com destaque para a indústria de transformação. As fontes de dados foram a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ambos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), e a pesquisa dos Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul, realizada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS).

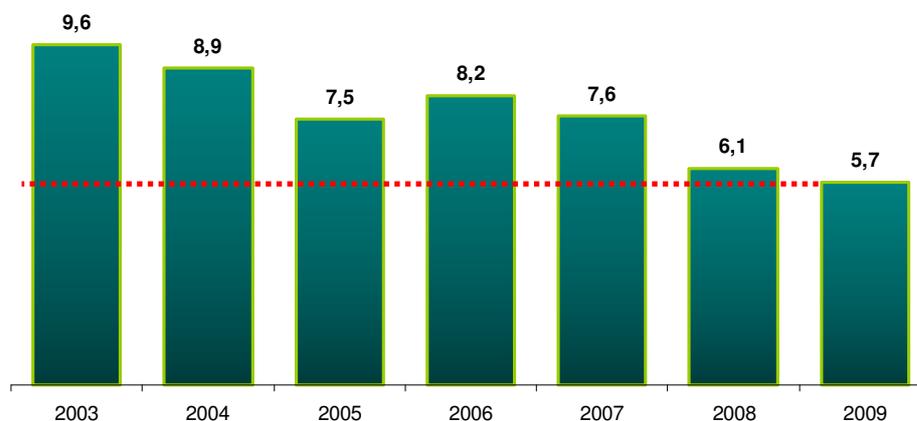
A retração do nível de atividade econômica teve fortes impactos sobre o mercado de trabalho gaúcho. O número de empregados formais em out/09 já se recuperou (na comparação com out/08), contudo ainda existem setores para os quais os resultados permanecem negativos. Embora a recente retomada da produção esteja surtindo efeitos positivos, é possível que alguns segmentos não consigam se recuperar da crise ainda no ano de 2009.

Taxa de desemprego

A taxa média de desemprego na região metropolitana de Porto Alegre entre os meses de janeiro e outubro apresenta decréscimo nos últimos três anos e em 2009, apesar da forte crise que atingiu a economia, atingiu o nível mais baixo da série histórica (5,7%), ficando 0,4 pontos percentuais abaixo da observada para o mesmo período em 2008. Este fato é, no mínimo, curioso. Quando uma crise atinge o País, o esperado é que haja queda nos níveis de consumo, de produção e, conseqüentemente, aumento na taxa de desemprego. Então, quais fatores podem explicar este comportamento?

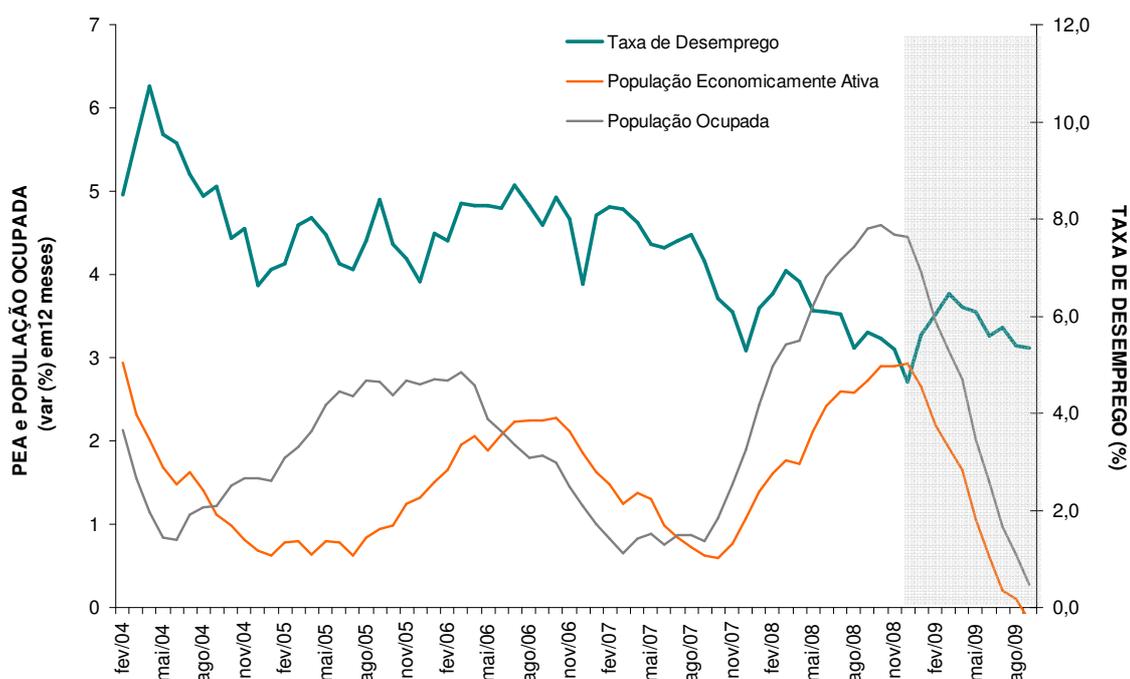
Analisando os dados mais cuidadosamente, observa-se que este resultado não é devido a condições econômicas favoráveis, mas sim a uma mudança no comportamento da população. Em média, a população em idade ativa (acima de 10 anos de idade) entre janeiro/09 e outubro/09 cresceu 1,3% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Contudo, a população economicamente ativa (aquelas pessoas que estão trabalhando ou procurando por emprego) apresentou queda de 1,1% para o mesmo período, o que representa -20,9 mil pessoas nesta condição. Logo, se existe uma quantidade menor de pessoas dispostas a ingressar no mercado de trabalho, é natural que a taxa de desemprego apresente queda.

Gráfico 10.1. Taxa de desemprego na RM de Porto Alegre
(média de jan-out, em %)



Fonte: PME/IBGE

Gráfico 10.2. Evolução da taxa de desemprego e seus componentes na RM de Porto Alegre



Fonte: PME/IBGE

Conforme esperado, este movimento foi acompanhado pelo expressivo aumento na população não economicamente ativa, que cresceu 4,4% (62,7 mil) entre os anos de 2008 e 2009. Alguns fatores que possivelmente explicam este comportamento são os crescimentos observados nos rendimentos dos trabalhadores e na quantidade de benefícios sociais concedidos pelo governo. O aumento no número de seguros desempregos concedidos no período da crise, por exemplo, pode levar a quantidade de pessoas que buscam por emprego a diminuir (ver Box no final da seção). Ainda, os efeitos da crise foram sentidos pela população ocupada, que apresentou redução de 0,8%,

implicando em menos 13,9 mil trabalhadores empregados na região metropolitana de Porto Alegre.

Tabela 10.1. Indicadores do mercado de trabalho na RM de Porto Alegre
(em mil – média de jan-out)

	2008	2009	Diferença	Var (%)
População em idade ativa	3.316	3.357	41,5	1,3
População não economicamente ativa	1.414	1.477	62,7	4,4
População economicamente ativa	1.902	1.881	-20,9	-1,1
População ocupada	1.786	1.772	-13,9	-0,8
População desempregada	116	108	-7,9	-6,8

Fonte: PME/IBGE

Comparando os dados da população em idade ativa (PIA) e economicamente ativa (PEA) para os meses de outubro ao longo dos anos, é possível observar que o comportamento desta segunda variável em 2009 é absolutamente atípico. A taxa média de crescimento da PIA nos últimos seis anos foi de 1,5%, ou seja, o crescimento observado em 2009 não destoa grandemente da tendência. Por outro lado, a PEA cresceu – entre os anos de 2002 e 2008 – à taxa média de 1,6% e é a primeira vez na série histórica que apresenta queda, nesta base de comparação.

Se a PEA tivesse crescido proporcionalmente a PIA entre janeiro e setembro de 2009 (pelas taxas médias dos últimos seis anos para estes meses), a taxa média de desemprego para o ano seria de 8%, um resultado bem menos otimista do que o atual, contudo, mais razoável em um cenário de crise.

Evolução da PEA e da taxa de desemprego na RM de Porto Alegre
(observada e simulada)

Gráfico 10.3. PEA
(em mil)

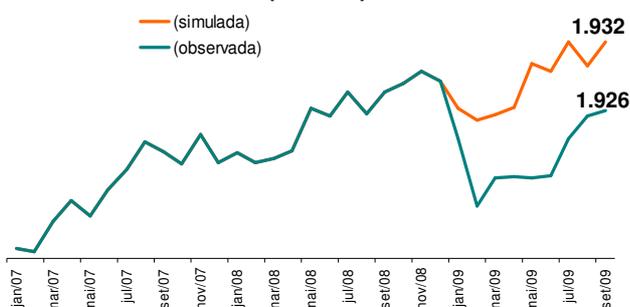
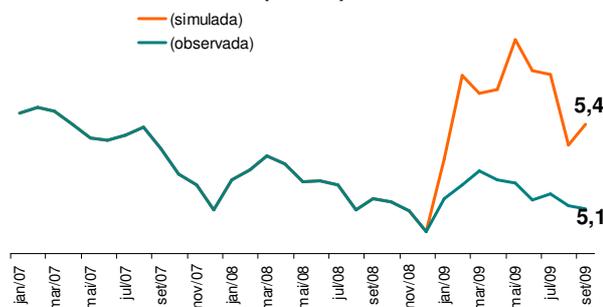


Gráfico 10.4. Taxa de Desemprego
(em %)



Fonte: PME/IBGE. Estimativas: UEE/FIERGS

Fonte: PME/IBGE. Estimativas: UEE/FIERGS

É importante destacar que, embora o desemprego tenha caído em 2009, isso não se deu de maneira uniforme em todos os segmentos da economia. A forte retração da produção industrial se refletiu sobre o mercado de trabalho deste setor, que apresentou o maior aumento na taxa de desemprego (0,9 p.p.). Outro segmento afetado pela crise foi o de construção civil, no qual se observa crescimento de 0,7 p.p. na taxa de desemprego. A retração é devida ao movimento observado nas atividades ligadas ao comércio e serviços domésticos, com -0,5 e -1,2 p.p., respectivamente.

**Tabela 10. 2. Taxa de desemprego na RM de POA por grupamento de atividade
(em % – média de jan-out)**

	2008	2009	Varição p.p.
Ind extrativa e de transformação e prod e distr de eletríc, gás e água	3,7	4,6	0,9
Construção	2,6	3,4	0,7
Comércio, reparação de veíc.automot. e de obj pessoais e domésticos	4,0	3,4	-0,6
Serv. prestados à empresa, aluguéis, ativ. imobiliárias e interm. financ.	3,3	3,5	0,1
Adm. pública, defesa, seg. social, educação, saúde e serviços sociais	1,3	1,3	0,0
Serviços domésticos	3,7	2,6	-1,1
Outros serviços	3,1	3,2	0,1
Total	6,1	5,7	-0,4

Fonte: PME/IBGE.

Aumentam os gastos com Seguro-Desemprego

Devido ao cenário desfavorável, é esperado que os gastos com o Seguro-Desemprego sejam 40% maiores em 2009.

Em vários países, o Seguro-Desemprego tem por finalidade promover, por determinado tempo, uma renda mínima ao trabalhador dispensado involuntariamente, até que o mesmo consiga se realocar no mercado de trabalho. Do ponto de vista macro, essa ferramenta ajuda a suavizar impactos negativos sobre a atividade econômica. No Brasil, não é diferente.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e do Emprego, a taxa média anual de crescimento do número de requerentes do Seguro Desemprego entre 2000 e 2008 foi de aproximadamente 5,6% e houve uma expansão superior a 60% no número de trabalhadores que solicitaram o benefício (que passou de 4,3 milhões para 6,9 milhões). A taxa de habilitação – proporção dos trabalhadores que solicitaram o seguro desemprego e comprovaram o direito de recebê-lo – é alta, mantendo-se em torno de 98% nos últimos oito anos. Desta forma, o número de beneficiários também vem aumentando e em 2008 o governo assistiu a 6,7 milhões de trabalhadores. Em valores de ago/2009, em 2000 pagava-se em média R\$ 418 ao beneficiário, enquanto que em 2008 este valor médio era de R\$ 553. Ainda, cabe destacar que no ano de 2008, R\$ 14,9 bilhões de reais foram destinados ao pagamento das parcelas do Seguro-Desemprego.

Os dados para o Rio Grande do Sul seguem a tendência dos observados para o Brasil. Entretanto, a taxa média de crescimento anual entre os anos de 2000 e 2008 é menor (4,1%). Em 2008, cerca de 450 mil trabalhadores requereram o benefício do Seguro-Desemprego e a taxa de habilitação foi de 98,4%, implicando em um montante de R\$ 1 bilhão de reais destinados ao programa (em valores de ago/09).

O movimento registrado até o momento para o ano de 2009 é atípico – o que se deve, em grande parte, à desfavorável conjuntura. Para os dados agregados do Brasil, observa-se que, entre os meses de janeiro e agosto, um total de 5 milhões de trabalhadores foram beneficiados pelo programa. Isto representa um expressivo aumento frente ao mesmo período do ano passado (12,5%) – quando o total de beneficiários era de 4,4 milhões – e é quase duas vezes maior que o crescimento observado no mesmo período nos últimos dois anos. Outro indicativo da expansão no número de beneficiários é a taxa de variação acumulada em 12 meses, que em junho de 2009 foi de 15,6% – maior valor desde o início da série, em janeiro de 2000. Para o Rio Grande do Sul, o movimento não é diferente. Até agosto de 2009 foram registrados 322,6 mil trabalhadores

beneficiados, um aumento de 12% frente ao mesmo período do ano passado – valor três vezes maior do que o observado entre os anos de 2007 e 2008.

Cabe destacar que o expressivo aumento no número de beneficiados no ano de 2009, se deve principalmente ao grande número de trabalhadores que recorreram ao Seguro-Desemprego entre os meses de janeiro e abril, período no qual a economia brasileira sentiu fortemente os impactos da crise. Dada a recente recuperação, observa-se que, desde março/2009, esse número vem decrescendo marginalmente e é esperado que se estabilize, devido ao maior número de contratações formais ocorridas desde junho/2009 e à estabilização da taxa de desemprego.

Em 2009 – até o mês de agosto – foram direcionados cerca de R\$ 13,1 bilhões para o pagamento das parcelas do Seguro-Desemprego no Brasil. Logo, as despesas com o programa nos primeiros oito meses do ano já representam 88% do total gasto em 2008. Considerando que nos próximos meses o valor médio do benefício seja igual ao valor médio observado para os primeiros oito meses do ano, e que o número de beneficiários cresça à taxa média de 2008, espera-se que mais R\$ 7,7 bilhões sejam direcionados ao programa, totalizando R\$ 20,8 bilhões ao fim de 2009 – um aumento de 40% frente a 2008.

Os resultados para o RS caminham na mesma direção. Até agosto/2009 os gastos com o seguro desemprego foram de R\$ 845 milhões e, adotando o mesmo método de cálculo utilizado para o Brasil, é esperado que entre set/09 e dez/09 sejam destinados ao programa mais R\$ 532 milhões. Portanto, os gastos com seguro desemprego em 2009 no RS devem ficar em torno de R\$ 1,4 bilhões – 37% maiores do que os observados no ano passado.

Assim, é possível ver que apesar de o pior da crise ter ficado para trás, a conta ainda não está paga – os dados do Seguro-Desemprego dão um bom exemplo disso. Durante o período de crise, essa ferramenta se mostrou útil para suavizar os impactos negativos sobre a renda dos consumidores. Mas, seguindo seu objetivo, deve ser uma medida de caráter temporário.

Publicado no Informe Econômico N° 43 de 03/11/2009

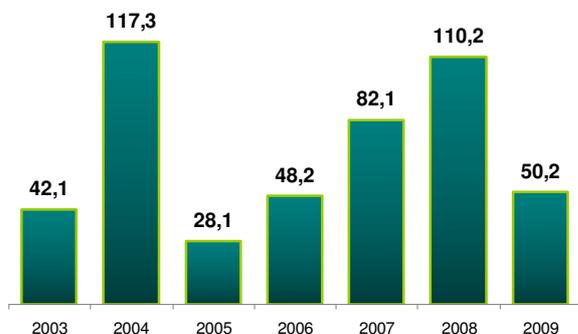
Nível de emprego

Os dados trazidos pelo Ministério do Trabalho apontam para a recuperação do emprego formal. O saldo de trabalhadores contratados em 2009, até outubro, soma 50,2 mil. Embora este número seja pequeno, não é o pior resultado da série histórica. Em 2005, por exemplo, quando a economia gaúcha sofreu com a combinação de uma acentuada valorização cambial, elevadas taxas de juros e estiagem, o saldo foi de apenas 28,1 mil. Entretanto, a tendência dos últimos três anos era de aumento deste saldo e, quando comparado a 2008, nota-se que em 2009 a contratação líquida é mais de duas vezes menor. Essa brusca diminuição se deve aos maus resultados dos meses de maio (-4.076), junho (-1.394) e julho (-481). Desta forma, o número de empregados cresceu 1,9% de janeiro a outubro, passando de 2,52 milhões para 2,57 milhões, contra um crescimento de 3,9% em 2008 para o mesmo período. Cabe destacar que o estoque de trabalhadores está no nível mais alto da série histórica, mas muito próximo do observado em novembro/08.

A acentuada queda observada no saldo de trabalhadores contratados é devida ao menor número de admissões. O total de trabalhadores admitidos entre janeiro e outubro

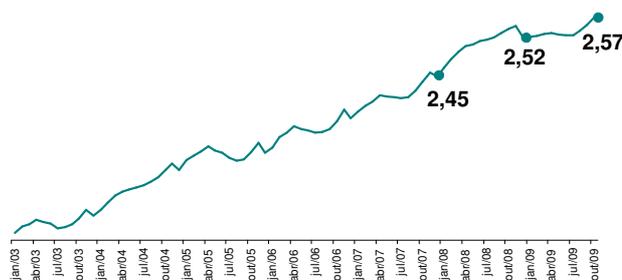
de 2009 caiu 7,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Por outro lado, o número de trabalhadores desligados também caiu, ainda que em proporções menores (-1,6%), tornando os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho mais amenos do que potencialmente se esperaria verificar.

Gráfico 10.5. Geração de empregos formais
(em mil – jan-out)



Fonte: CAGED/MTE

Gráfico 10.6. Estoque de empregados
(em milhões)



Fonte: RAIS e CAGED/MTE

A desagregação desses números para os grandes setores da economia mostra que os serviços são os principais responsáveis pelo saldo positivo (30,8 mil), enquanto que a agropecuária e a indústria colaboram negativamente (-727 e -1.146, respectivamente). Na indústria – o setor mais atingido – os resultados mais críticos foram nos meses de janeiro (-3.752), maio (-4.893) e junho (-2.466), parcialmente compensados pelos meses de setembro e outubro, quando o saldo líquido de contratações foi de 5.062 e 5.124, respectivamente.

Aspectos históricos, geográficos, e econômicos levam a uma distribuição bastante desigual dos empregos ao longo do Estado, onde três das sete meso-regiões concentram mais de 80% dos trabalhadores. Sendo assim, a economia gaúcha não reage homogeneamente aos choques, provocando diferentes impactos sobre o mercado de trabalho.

A análise para as meso-regiões mostra que, em todas elas, houve meses nos quais o número de trabalhadores desligados foi maior do que de admitidos. No entanto, o ritmo de recuperação tem sido bastante diferenciado entre as regiões. Enquanto algumas começaram a apresentar saldos positivos desde maio, em outras, esse movimento foi registrado somente a partir de setembro. Na avaliação da evolução do estoque de trabalhadores, a comparação entre out/08 e out/09 mostra que somente a região nordeste apresenta queda (de 0,7%) no estoque de empregados.

Tabela 10.3. Nível de emprego formal – regiões
(em mil - outubro)

	2008	2009	Diferença absoluta	Var (%)
Noroeste	346,7	351,6	4,8	1,4
Nordeste	329,8	327,7	-2,2	-0,7
Centro Ocidental	84,4	86,5	2,1	2,5
Centro Oriental	164,8	166,0	1,3	0,8
Metropolitana de Porto Alegre	1.368,5	1.393,8	25,2	1,8
Sudoeste	100,5	103,1	2,7	2,7
Sudeste	141,3	142,8	1,6	1,1
Total	2.536,0	2.571,5	35,5	1,4

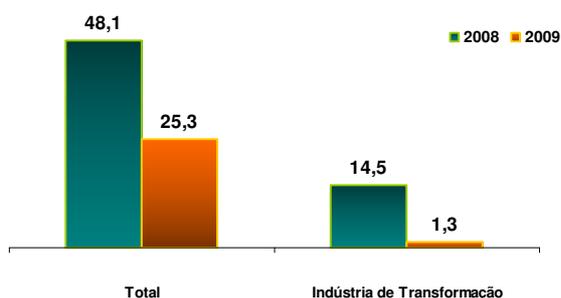
Fonte: RAIS e CAGED/MTE

Como é esperado, a maior parte dos empregados estão situados na região metropolitana de Porto Alegre, que conta com aproximadamente 1,4 milhões de trabalhadores formais. O saldo líquido de trabalhadores entre janeiro e outubro de 2009 (25,3 mil) foi quase duas vezes menor do que o observado para o mesmo período em 2008 (48,1 mil). Seguindo a tendência do comportamento observado para o Estado, o número de trabalhadores desligados entre jan-out/09 diminuiu (-2,2%), quando comparado ao mesmo período em 2008. Contudo, a queda nas admissões (-6,5%) foi superior à queda nos desligamentos, e daí a explicação para a diminuição no saldo líquido. A indústria de transformação – que é o segundo setor em número de trabalhadores (24%) – apresenta saldo líquido de contratações de 1,3 mil. O fraco desempenho no setor deve-se ao fato de que o número de funcionários desligados superou o de contratados nos primeiros seis meses do ano. O complexo metal-mecânico, que sofreu com a queda nas exportações e com a diminuição dos investimentos, contribuiu amplamente para os maus resultados, apresentando, no acumulado do ano até outubro, um saldo negativo superior a 2 mil trabalhadores na região.

A segunda meso-região em termos de número de trabalhadores é a noroeste, que concentra 351,6 mil empregos (13,7% do total). Nesta região, o saldo líquido de trabalhadores contratados em 2009 até outubro foi de 11 mil – resultado inferior ao encontrado no ano de 2008 para o mesmo período (22 mil). A indústria de transformação contribuiu consideravelmente para esta queda: até setembro de 2009 o saldo era negativo em aproximadamente 700 trabalhadores. Dado o resultado de outubro, a indústria passa a apresentar, no acumulado do ano, um saldo líquido de contratações de 310 trabalhadores. Cabe destacar que estes resultados são devidos, em grande parte, à indústria de máquinas e equipamentos. Este segmento, que emprega aproximadamente 52 mil trabalhadores no Estado e concentra cerca de 18% de suas unidades industriais e de 32% de seus funcionários na região noroeste, sentiu fortemente os efeitos da crise – apresentou (em todo Estado) saldo líquido de contratações de -3,1 mil entre os meses de janeiro e outubro de 2009, sendo -1,1 mil o saldo do segmento na região noroeste.

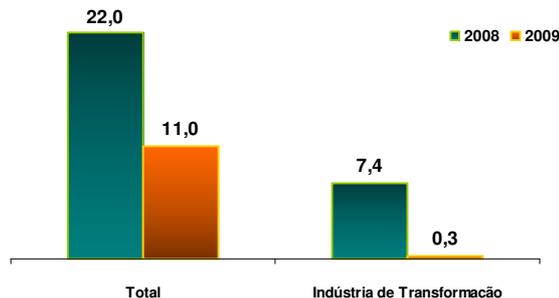
Geração de empregos formais por região (em mil – jan-out)

Gráfico 10.7. Metropolitana de POA



Fonte: CAGED/ MTE

Gráfico 10.8. Noroeste



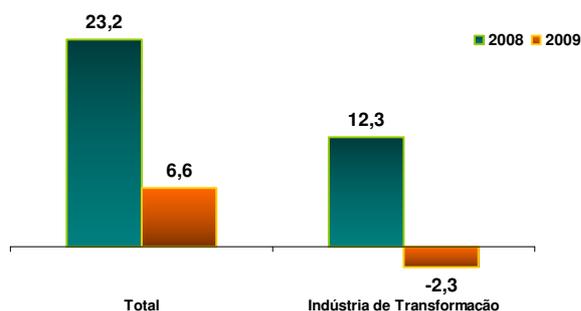
Fonte: CAGED/ MTE

O mercado de trabalho da região nordeste também é bastante representativo e, em termos absolutos, foi o mais afetado pela crise. Nesta região, há um estoque de 327,7 mil trabalhadores formais, o que corresponde a 12,7% do total do Estado. Entre os meses de janeiro e outubro de 2009, o saldo líquido de contratações foi de 6,6 mil, quase 4 vezes inferior ao encontrado para o mesmo período de 2008 (23,2 mil). A justificativa para tal resultado é o fraco desempenho da indústria, somado à sua representatividade para o nível de emprego. Mais de 48% dos trabalhadores da região estão empregados no setor

industrial, que apresentou saldo de contratações de 2,3 mil. Semelhante ao ocorrido na região metropolitana, o complexo metal-mecânico também teve forte contribuição para os resultados negativos. Dois segmentos industriais bastante prejudicados foram os de fabricação de produtos de metal e de fabricação de veículos automotores. A indústria de produtos de metal emprega cerca de 13% da mão-de-obra da região e teve um saldo líquido de contratações de -679 no acumulado do ano (até outubro), enquanto que a indústria de veículos – responsável por 18,4% dos trabalhadores da região – teve um saldo negativo de 2.775.

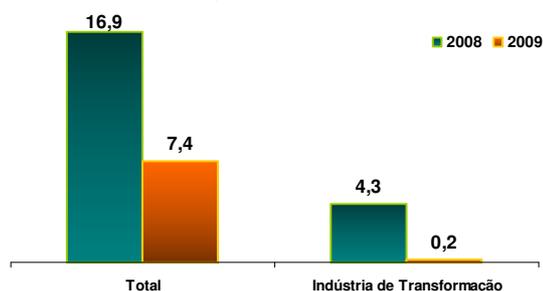
Geração de empregos formais por região (em mil – jan-out)

Gráfico 10.9. Nordeste



Fonte: CAGED/ MTE

Gráfico 10.10. Centro-Ocidental, Centro-Ocidental, Sudeste e Sudoeste



Fonte: CAGED/ MTE

As regiões centro oriental, sudoeste, centro ocidental e sudeste concentram os 498,5 mil trabalhadores restantes. O saldo de contratações em 2009 até setembro foi de 7,4 mil. Nas três primeiras, a indústria de transformação apresentou sinais positivos, somando um saldo de 1,9 mil trabalhadores, com destaques para soja, arroz e fumo. Já na região sudeste, o resultado da indústria de transformação (no acumulado do ano – até outubro) ainda segue negativo, e os setores mais afetados são os de produtos alimentícios e de madeira.

Quando a análise é feita para os setores da economia, é possível observar que alguns segmentos apresentam queda do nível de emprego em 2009, na comparação com 2008. Como visto pelos saldos, a indústria e a agropecuária foram os setores mais atingidos. A queda na geração de emprego líquido resultou em uma diminuição de 0,9% no número de funcionários no setor agrícola. Contudo, é na indústria que se observam as maiores diminuições. Na indústria de transformação, a variação do estoque de funcionários entre out09/08 foi de -4%, enquanto que na indústria extrativa este número chega a -7,6%.

**Tabela 10.4. Nível de emprego formal – setores
(em mil - outubro)**

	2008	2009	Diferença absoluta	Var (%)
Agropecuária	81,5	80,7	-0,8	-0,9
Indústria Extrativa	6,7	6,2	-0,5	-7,6
Indústria de Transformação	663,8	637,0	-26,8	-4,0
SIUP	25,8	27,1	1,3	5,1
Construção Civil	95,9	108,3	12,4	12,9
Comércio	484,7	509,4	24,7	5,1
Serviços	1.177,6	1.202,9	25,2	2,1
Total	2.536,0	2.571,5	35,5	1,4

Fonte: RAIS e CAGED/MTE. Elaboração: UEE/FIERGS

Dando enfoque para a indústria de transformação, nota-se que esta variação de -4% corresponde a -26,8 mil trabalhadores formais no mercado de trabalho. Contudo, há setores que se recuperaram mais rapidamente, apresentando aumento no estoque de emprego (na comparação entre os meses de outubro de 2008 e 2009). Entre estes, destacam-se os de refino de petróleo e fumo (ambos com +7,7%).

Por outro lado, a maior parte dos setores foi duramente afetada, e ainda não conseguiu voltar ao nível de emprego observado em outubro de 2008. Os segmentos que têm puxado a variação média do estoque de empregados para baixo são, principalmente, aqueles do complexo metal-mecânico (metalurgia, veículos automotores, máquinas e equipamentos, material elétrico) e a produção de artigos de couro e calçados, que vêm sofrendo não somente com a crise, mas também com a perda de competitividade no cenário internacional.

Tabela 10.5. Nível de emprego formal – indústria de transformação
(em mil - outubro)

	2008	2009	Diferença absoluta	Var (%)
Alimentos	103,3	103,8	1	0,5
Bebidas	8,6	8,7	0	1,0
Fumo	6,7	7,2	1	7,7
Têxteis	9,8	9,4	0	-3,4
Vestuário e Acessórios	23,0	23,7	1	3,0
Couro e Calçados	143,0	133,2	-10	-6,8
Produtos de Madeira	17,0	16,8	0	-0,9
Celulose e Papel	10,2	9,9	0	-2,9
Impressão e Reprodução	8,6	8,6	0	0,2
Refino de Petróleo	1,7	1,8	0	7,7
Químicos	15,0	14,5	-1	-3,6
Farmacêuticos	2,7	2,4	0	-9,8
Borracha e Plástico	41,1	38,4	-3	-6,8
Minerais não Metálicos	16,8	17,8	1	5,8
Metalurgia	16,5	13,8	-3	-16,1
Produtos de Metal	58,4	55,4	-3	-5,1
Equipos de Informática e Eletrônicos	11,9	11,5	0	-3,3
Material Elétrico	13,1	12,0	-1	-8,2
Máquinas e Equipamentos	53,9	48,9	-5	-9,2
Veículos Automotores	46,3	41,6	-5	-10,3
Outros Equipos de Transporte	1,1	1,2	0	4,0
Móveis	34,7	34,8	0	0,4
Produtos Diversos	11,0	11,5	1	5,1
Manutenção e Reparação de Máq e Equipos	9,6	10,0	0	4,4
Total	663,8	637,0	-26,8	-4,0

Fonte: RAIS e CAGED/MTE

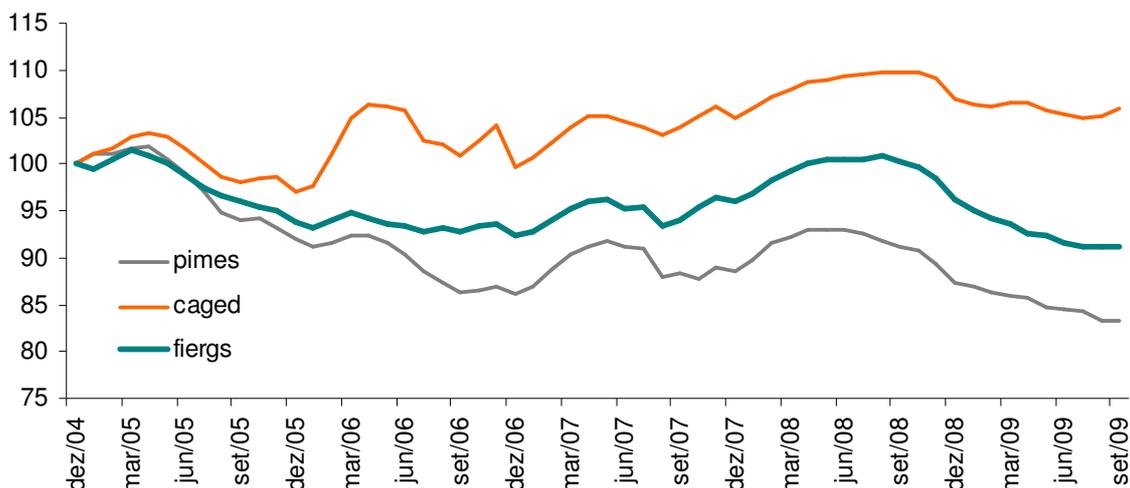
A indústria metalúrgica vem sentindo fortemente as adversidades desde outubro de 2008. Apresentou saldo negativo por 10 meses consecutivos, e apesar dos resultados positivos para os últimos três meses, ainda apresenta no acumulado do ano um saldo líquido de contratações de -1,5 mil, com o estoque de outubro/09 sendo 16,1% inferior àquele observado no mesmo mês do ano anterior. Na mesma tendência segue a fabricação de máquinas e equipamentos que, no acumulado do ano, tem saldo negativo de -3,1 mil trabalhadores e teve o número de funcionários reduzido em quase 9,8% frente

a 2008. O setor de fabricação de veículos automotores apresentou recuperação mais tardia. Somente a partir de setembro/09 houve mais trabalhadores admitidos do que desligados, depois de seis meses apresentando saldo negativo.

No segmento de couros e calçados, embora o saldo de contratações tenha sido positivo nos últimos quatro meses – demonstrando uma recuperação da atividade – não foi suficiente para compensar os meses entre março e junho (2009), quando a soma do saldo foi de -4,3 mil empregados. Esses dados indicam que, apesar da recente recuperação, é provável que alguns setores não recuperem as perdas até o final de 2009.

A evolução do emprego industrial do Rio Grande do Sul pode ser inferida a partir de três fontes de dados: Ministério do Trabalho e do Emprego (RAIS e CAGED); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIMES – Pesquisa Industrial Mensal do Emprego e Salário) e FIERGS (pesquisa dos Indicadores Industriais). Independente da fonte de dados utilizada, percebe-se que as três séries seguem uma mesma tendência, com queda a partir do último trimestre de 2008. As diferenças em magnitudes se devem, possivelmente, as distintas metodologias utilizadas para cálculo.

Gráfico 10.11. Nível de emprego industrial
(número índice – base dez/04)



Fonte: RAIS e CAGED/MTE. PIMES/IBGE. UEE/FIERGS

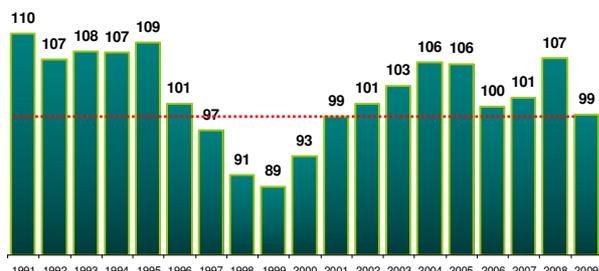
Assim, os Indicadores Industriais da FIERGS para o Rio Grande do Sul trazem os dados para o mercado de trabalho industrial²², cuja tendência corrobora com os resultados já apresentados. A série do nível de emprego da indústria gaúcha não está historicamente em seu valor mais baixo. Contudo, na comparação da média entre os meses de janeiro e setembro, observa-se a maior queda desde 1996. Entre 2008 e 2009 houve uma variação negativa de 7,1% das pessoas ocupadas no setor industrial gaúcho, colocando o nível de emprego do setor no mesmo patamar de 2001.

A desagregação setorial mostra que a maior parte dos segmentos teve variação negativa no emprego para o acumulado do ano. Os dados apurados pela UEE/FIERGS corroboram com as demais pesquisas, que apontam para o mau desempenho do setor metal-mecânico, sendo a metalurgia básica o segmento mais afetado, com uma queda de 16,6% da ocupação. Para a variação acumulada em 12 meses, os resultados são ligeiramente melhores, indicando que a crise, que começou a atingir a produção industrial em outubro de 2008, teve impactos mais fortes sobre o mercado de trabalho em 2009. Em

²² Dados dessazonalizados.

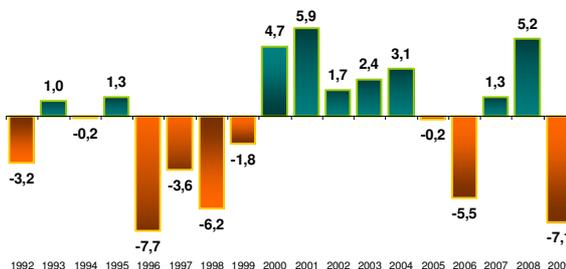
outras palavras, devido ao grau de rigidez intrínseco do mercado de trabalho, os fatores que interferem sobre a produção o atingem com alguma defasagem.

Gráfico 10.12. Emprego industrial
(número índice – média de jan-set)



Fonte: UEE/FIERGS

Gráfico 10.13. Emprego industrial
(var. % – média de jan-set)



Fonte: UEE/FIERGS

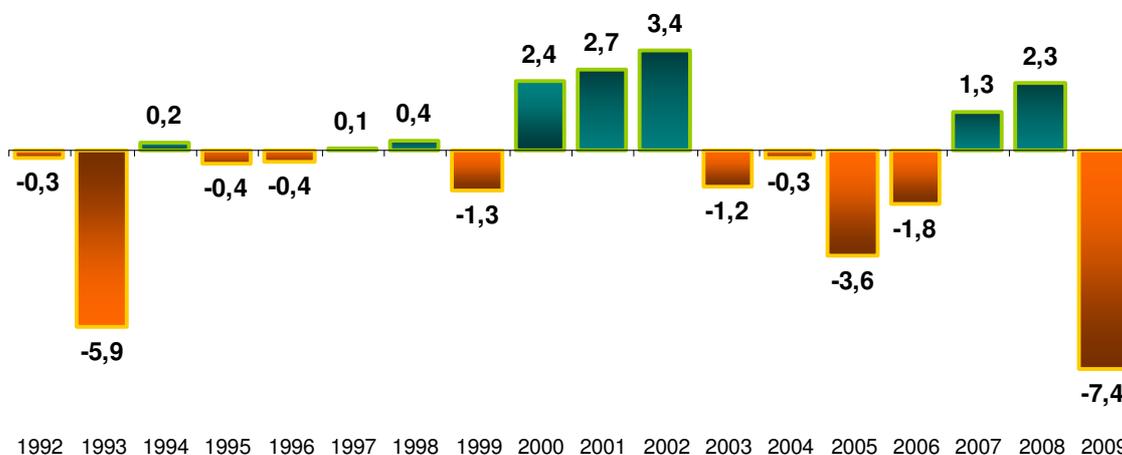
Tabela 10.6. Emprego na indústria de transformação
(média de jan-set/09)

	Variação acumulada no ano (%)	Variação acumulada em 12 meses (%)
Alimentos	1,9	4,1
Bebidas	5,6	4,3
Fumo	-14,7	-13,4
Têxteis	4,8	6,6
Vestuário e acessórios	-3,6	-2,2
Couros e calçados	-11,9	-10,2
Madeira	-8,7	-7,8
Edição e impressão	-5,0	-3,9
Refino de Petróleo	9,7	9,9
Química	-5,6	-4,1
Borracha e plásticos	-6,8	-5,4
Metalurgia Básica	-16,6	-12,2
Produtos de Metal	-6,8	-3,5
Máquinas e equipamentos	-13,6	-9,0
Máq. aparelhos e material elétrico	0,3	2,8
Material eletrônico e de comunicação	-11,4	-7,9
Veículos automotores	-8,0	-4,0
Móveis e indústrias diversas	-1,9	-2,1
Indústria de Transformação	-7,1	-4,8

Fonte: UEE/FIERGS.

Na pesquisa dos Indicadores Industriais do RS são mensuradas as horas totais trabalhadas e a quantidade de empregos. Assim, é possível mensurar as horas médias trabalhadas por empregados. A comparação das médias entre os meses de janeiro e setembro, mostra que entre 2008 e 2009 as horas médias trabalhadas caíram 7,4%, a maior queda da série histórica. Desta forma, o impacto da crise sobre o emprego industrial foi de tal magnitude que não só o nível de ocupação caiu consideravelmente, mas os trabalhadores que seguem empregados estão trabalhando relativamente menos.

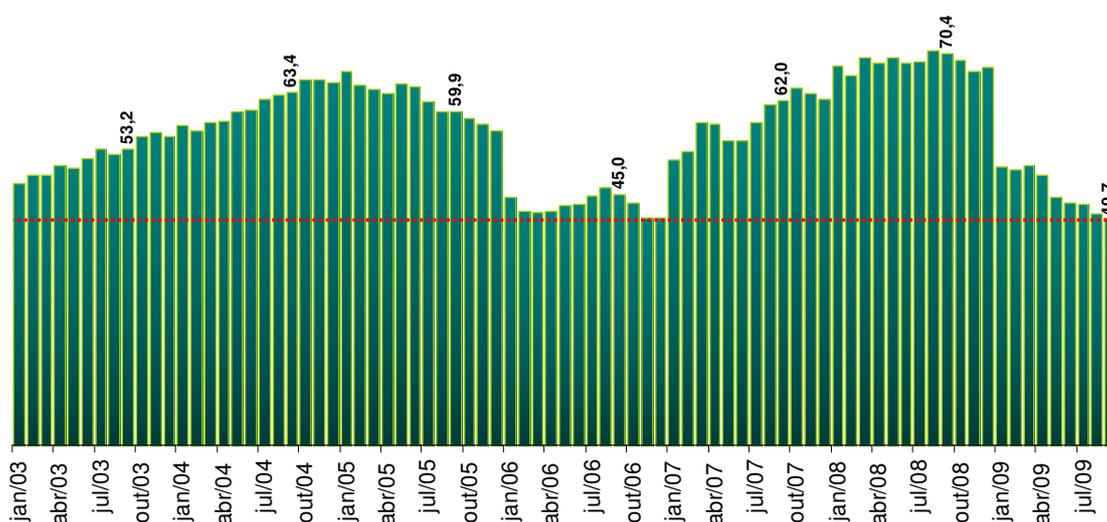
Gráfico 10.14. Horas médias trabalhadas na indústria de transformação
(variação (%) – média de jan-set)



Fonte: UEE/FIERGS.

A retração do emprego também é mostrada pelo índice de difusão – proporção de empresas da amostra dos Indicadores Industriais da FIERGS que aumentaram o quadro de funcionários no ano. Em setembro deste ano, atingiu o menor valor da série histórica (o mesmo valor foi observado em nov/06). Apenas 40,7% das empresas entrevistadas tiveram aumento no número de trabalhadores, ou seja, somente 4 em cada 10. Em setembro de 2008, essa proporção era superior a 70%.

Gráfico 10.15. Índice de difusão



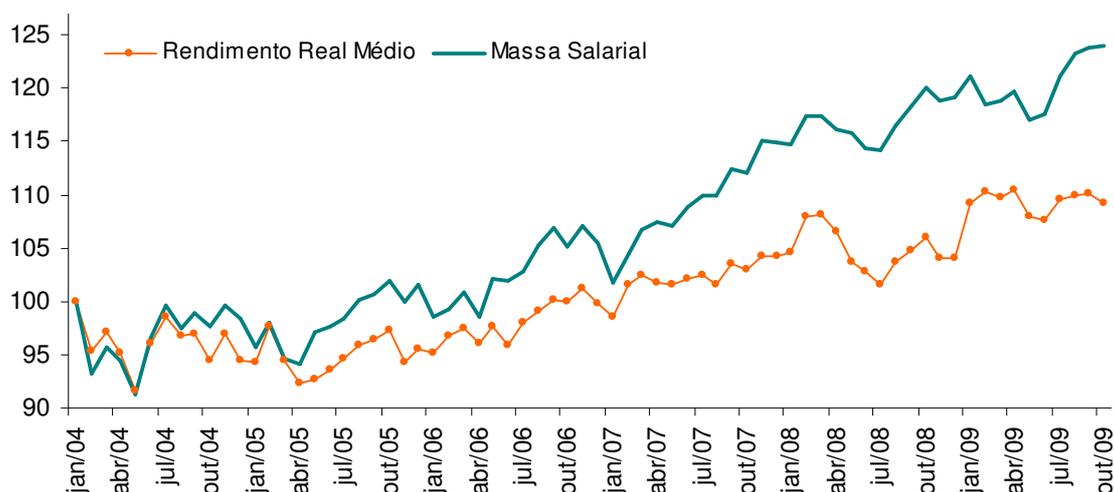
Fonte: UEE/FIERGS.

Rendimento dos trabalhadores

Para a análise dos rendimentos recebidos pelos trabalhadores gaúchos, são utilizadas duas fontes de dados: a Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE), que abrange somente a região metropolitana de Porto Alegre, e a pesquisa dos Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul, realizada pela FIERGS, que engloba o setor industrial do Estado.

Os resultados para o rendimento real médio entre janeiro e outubro são positivos – aumentaram 4,2% na comparação com 2008. Cabe destacar que a média da massa de salários da região metropolitana subiu em 3,5%, na mesma base de comparação, atingindo o montante de R\$ 2,35 bilhões em out/09. Assim, apesar da queda na população ocupada (-0,8%), o aumento nos rendimentos foi suficiente para produzir um aumento na massa de salários, criando condições para a manutenção do nível demanda dos consumidores gaúchos.

Gráfico 10.16. Rendimento real habitualmente recebido e massa de salário na RM de Porto Alegre (número índice – dezembro/04=100)



Fonte: PME/IBGE.

A remuneração real média entre janeiro e outubro de 2009 na região metropolitana de Porto Alegre foi de R\$ 1.289/mês por trabalhador – superior em R\$ 52,5 àquela registrada em 2008. Isso implicou, em média, um acréscimo de R\$ 76,3 milhões/mês na massa de salário.

O maior aumento nos rendimentos se deu para os empregados do setor público, que ganharam, em média, por mês, R\$ 173 a mais em 2009, um acréscimo de 7,8% em relação a 2008. Em seguida, estão os trabalhadores por conta-própria, com aumento relativo de 6,2%. Por outro lado, o menor aumento foi no setor privado com carteira assinada, onde os trabalhadores tiveram seus rendimentos acrescidos em R\$ 20/mês, superior em apenas 1,8% àquela observada em 2008.

Os dados dos Indicadores Industriais do RS, por sua vez, mostram que os salários médios da indústria de transformação do Estado caíram em 2009 (-2% entre jan-set/09/08). O setor no qual os salários foram mais atingidos foi o de veículos automotores, que apresentou variação negativa superior a 20%, seguido pelos segmentos de refino de petróleo e de produtos químicos, com queda de 7,2% e 6,6%, respectivamente. Contudo,

esses maus resultados são, em parte, compensados pelos segmentos de fabricação de produtos de madeira (+23,5%); fumo e material eletrônico (ambos com +11,7%); e móveis e indústrias diversas (+6,5%).

Tabela 10.7. Rendimento real habitualmente recebido na RM de Porto Alegre
(em R\$ - média de jan-out)

	2008	2009	Diferença	Var (%)
Contra-própria	1.089,1	1.156,9	68	6,2
Setor privado com carteira	1.104,9	1.124,5	20	1,8
Setor privado sem carteira	780,1	802,7	23	2,9
Setor Público	2.206,2	2.378,8	173	7,8
Total	1.236,7	1.289,2	53	4,2

Fonte: PME/IBGE.

Consequentemente, a massa de salários para a indústria de transformação caiu acentuadamente, em 9%, dada a diminuição tanto do nível de empregos quanto dos salários, sendo a principal contribuição (no caso negativo) do complexo metal-mecânico. Importante notar que a massa de salários do segmento de couro e calçado caiu consideravelmente, o que se deve a queda na ocupação, uma vez que os salários do setor se mantiveram estáveis.

Tabela 10.8. Salários médios e massa de salário na indústria de transformação
(variação (%) acumulada – jan-set)

	Salários Médios Var (%)	Massa Salarial Var (%)
Alimentos	-4,5	-2,8
Bebidas	5,6	11,6
Fumo	11,7	-4,5
Têxteis	-4,2	0,4
Vestuário e acessórios	4,8	0,9
Couros e calçados	0,0	-11,9
Madeira	23,5	13,0
Edição e impressão	-0,5	-5,4
Refino de Petróleo	-7,2	1,9
Química	-6,6	-11,8
Borracha e plásticos	2,3	-4,7
Metalurgia Básica	17,3	-2,1
Produtos de Metal	-1,2	-8,0
Máquinas e equipamentos	1,0	-12,6
Máq. Apar. e material elétrico	-1,7	-1,4
Material eletrônico e de comunicação	11,7	-0,9
Veículos automotores	-21,2	-27,2
Móveis e indústrias diversas	6,5	4,4
Indústria de Transformação	-2,0	-9,0

Fonte: UEE/FIERGS.

Perspectivas para 2010

De acordo com as estimativas da Unidade de Estudos Econômicos, o mercado de trabalho formal gaúcho deve encerrar o ano de 2009 com a geração de 50 mil novas vagas, sendo a indústria extrativa, a de transformação e a agropecuária os setores com

maior contribuição para o fraco resultado, com variação percentual no estoque de funcionários de -9,1% no primeiro e -1,1% nos dois últimos. Na indústria de transformação (segmento mais atingido em termos absolutos), nota-se que, apesar de o saldo vir se apresentando positivos nos últimos meses, o comportamento habitualmente observado no mês de dezembro deverá fazer com que o saldo feche em aproximadamente -7,1 mil trabalhadores.

Para 2010, as projeções em todos os cenários remetem a melhores resultados do que aqueles encontrados para 2009. Dada a expectativa de retomada, principalmente das atividades industriais e agropecuária, são criadas condições para a geração de 112,5 mil postos de trabalho, um aumento de 4,3%. Nota-se que o significativo aumento esperado para o próximo ano deve-se, em grande parte, ao baixo saldo encontrado em 2009. Uma vez que o estoque de trabalhadores está relativamente baixo, para que se retome a produção será necessário um volume maior de contratações do que o habitualmente observado.

No cenário pessimista, o ritmo de retomada da atividade econômica deve se dar de maneira menos intensa, requerendo, por sua vez, menor volume de mão-de-obra. Contudo, o saldo ainda deverá ficar acima do observado em 2009. No cenário otimista, é esperado que o aquecimento da economia conduza o saldo de geração de empregos a níveis recordes.

Tabela 10.9. Geração de postos de trabalho formais

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Indústria extrativa	1.280	-614	454	534	669
Indústria de transformação	15.042	-7.089	27.067	38.205	54.319
SIUP	477	499	324	515	560
Construção civil	7.756	6.284	3.778	7.129	7.896
Comércio	29.137	20.482	23.604	29.405	29.702
Serviços	36.552	31.358	26.398	33.630	33.955
Administração pública	-82	-17	-539	-6	494
Agropecuária	392	-860	93	1.950	2.623
Total	90.554	50.045	81.179	111.364	130.218

Fonte: CAGED/MTE. Projeções: UEE/FIERGS. *estimativa

**Tabela 10.10. Estoque de trabalhadores formais
(var (%))**

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Indústria extrativa	25,2	-9,1	7,4	8,7	10,8
Indústria de transformação	1,8	-1,1	4,1	5,8	8,2
SIUP	5,3	2,0	1,3	2,0	2,2
Construção civil	17,0	6,6	3,7	7,1	7,8
Comércio	7,3	4,1	4,6	5,7	5,8
Serviços	-7,3	4,2	3,4	4,4	4,4
Administração pública	27,1	0,0	-0,1	0,0	0,1
Agropecuária	3,8	-1,1	0,1	2,5	3,4
Total	3,9	2,0	3,2	4,3	5,1

Fonte: CAGED/MTE. Projeções: UEE/FIERGS. *estimativa

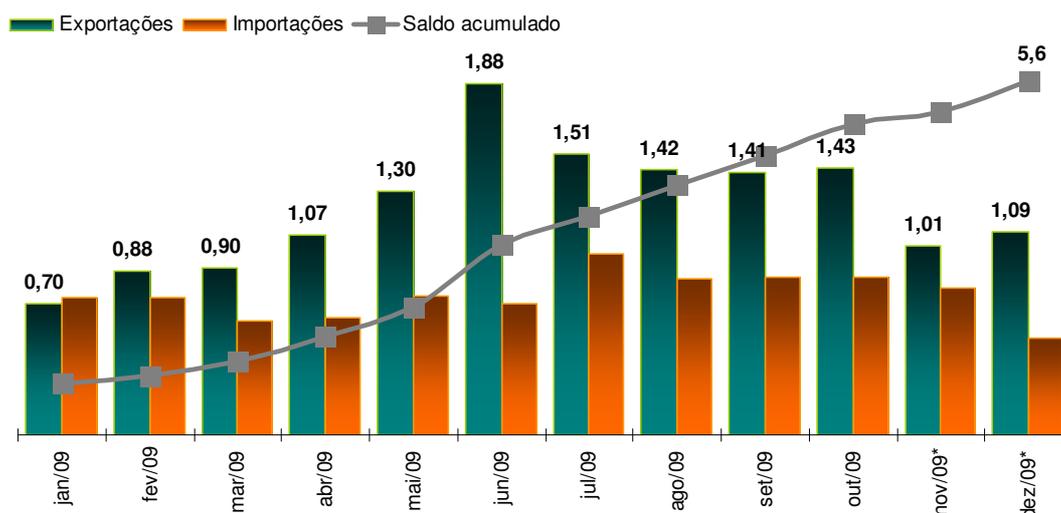
EXPORTADORES FORAM OS MAIS AFETADOS PELA CRISE

Com a retração na atividade econômica internacional em 2009, a demanda por exportações do Rio Grande do Sul foi fortemente afetada. Para 2010, o cenário esperado é diferente, acredita-se numa recuperação mais disseminada da economia mundial. Porém, a taxa de câmbio será um empecilho para a competitividade e rentabilidade dos exportadores do Estado.

É fato que o setor externo do Rio Grande do Sul sofreu mais intensamente os impactos da retração na atividade econômica internacional do que os demais segmentos da economia gaúcha. Se por um lado, as atividades voltadas para a economia interna se mostraram mais resistentes aos impactos da crise, por outro, o setor externo foi intensamente afetado por ela.

De forma resumida, o cenário macro apresentado ao exportador no ano de 2009 foi o seguinte: (i) preços baixos para as exportações, em nível inferior ao ano de 2008; (ii) demanda externa deprimida, principalmente para os produtos industrializados; (iii) elevada concorrência, principalmente nos mercados desenvolvidos; e, (iv) alta volatilidade cambial, juntamente com uma forte valorização do real a partir da metade do ano. Esse cenário deixa claro que foi uma conjunção de fatores que fizeram com que as exportações gaúchas (o resto do Brasil seguiu a mesma tendência) voltassem a um patamar abaixo de 2007. Contudo, esse resultado não foi homogêneo entre os setores e empresas, houve segmentos que mantiveram as vendas aquecidas e até expandiram em relação a 2008. Porém, o cenário geral é de forte retração nas vendas externas.

Gráfico 11.1. Balança comercial do Rio Grande do Sul
(em US\$ bilhões)



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: UEE/FIERGS. *Estimativas: UEE/FIERGS.

Como resultado dessa conjuntura, as exportações do Rio Grande do Sul²³ em 2009 apresentarão queda de aproximadamente 21% em relação a 2008. O valor exportado pelo Estado, que foi de US\$ 18,5 bilhões em 2008, estima-se que ficará em US\$ 14,6 bilhões em 2009. Nesse contexto, o setor industrial será relativamente mais afetado que os demais. A retração estimada para esse ano nas exportações da indústria de transformação será de cerca de 25%. De modo que a participação das vendas da indústria sobre o total das exportações do Estado passará de 87% para 82%.

Três fatores compuseram a consolidação desse cenário, dois deles externos e outro relacionado à economia brasileira. Em primeiro lugar, a retração na renda e na atividade econômica mundial implicou numa menor quantidade demandada de investimentos, insumos e bens finais, resultando num chamado efeito-quantidade. Nesse caso, é estabelecido que a retração nas receitas de exportações foi devido a uma quantidade embarcada em 2009 menor do que em 2008. Em segundo lugar, houve um efeito-preço, os preços dos produtos exportados caíram no mercado internacional para ajustar a oferta ao novo nível da demanda. Assim, a receita de exportações caiu, também, devido ao menor preço dos produtos no mercado internacional. A exceção foi no mercado de algumas *commodities*, onde as cotações recuperaram-se em função da maior demanda, principalmente chinesa. De qualquer modo, até mesmo para esses bens, se observou um preço de venda das exportações menor do que o ano passado. O terceiro fator refere-se à rentabilidade do produto vendido. Com a rápida retomada do processo de valorização do real, as receitas das exportações na moeda nacional são menores, juntamente, com custos e mão de obra relativamente maiores.

Para 2010, o cenário esperado é diferente, acredita-se numa recuperação mais sólida da economia mundial. Porém, não é descartada alguma volatilidade na taxa de crescimento das economias desenvolvidas. O fato é que a condição de demanda e de preços das exportações para 2010 será melhor que a que vigorou em 2009. Cabe lembrar que a base de comparação deprimida favorecerá um crescimento, mas o valor absoluto exportado não deve superar o atingido no ano de 2008.

Valor, preço e quantidade das exportações

A análise dos índices de preços, volume (quantidade) e valor torna mais fácil de entender, e comparar, a dinâmica de crescimento das exportações em 2008 e 2009. No ano passado, o fator preço foi o vetor do crescimento das vendas externas do Estado, com uma expansão de mais de 30% em relação a 2007. Nesse ano, ao contrário, o recuo no nível de preço das exportações foi próximo de 10% na comparação com 2008, reflexo de um cenário totalmente diferente. Por outro lado, a queda no volume exportado foi bastante semelhante ao do ano anterior. Assim, é possível afirmar que a retração na atividade econômica internacional atingiu o setor exportador do RS mais fortemente através da retração no preço dos produtos exportados do que na quantidade, apesar desse recuo também ter sido significativo.

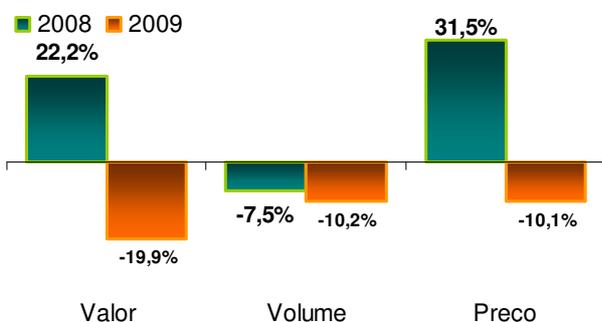
A análise dos índices para cada um dos setores – produtos básicos e industriais – identificam as semelhanças e diferenças de conjuntura enfrentada por eles. Em ambos os casos houve uma retração no nível de preços. No caso dos básicos, a retração nos preços dos produtos de lavoura permanente (-30%) e temporária (-16%) foram os que determinaram o desempenho do setor. Quanto à indústria, três segmentos com grande

²³ Os valores de exportações para os meses de novembro e dezembro são estimativa. Para as demais análises foram utilizados os dados disponíveis até outubro.

participação na pauta influenciaram o desempenho da indústria: alimentos e bebidas, (-17%); químicos (-35%) e material de transporte (-38%).

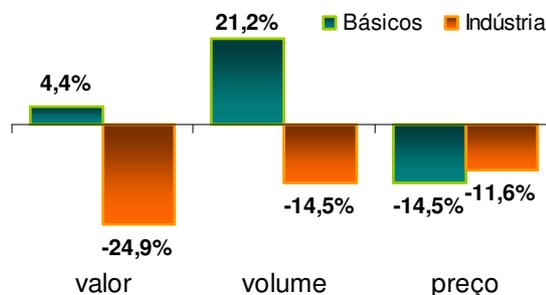
Números índice das exportações (var. % acum. 12 meses até outubro)

Gráfico 11.2. Total do RS 2008/09



Fonte: FEE

Gráfico 11.3. Setores



Fonte: FEE

Por outro lado, houve significativa diferença nos índices de volumes exportados pelos setores. Os produtos básicos contaram com a vigorosa demanda dos chineses por alimentos e insumos e apresentaram uma expansão acima de 20% em relação a 2008. No caso dos produtos industriais, a situação foi diferente, o volume exportado diminuiu, reflexo da menor demanda dos países desenvolvidos, o que ocasionou numa menor produção industrial e utilização da capacidade instalada. Destaca-se a retração nos volumes embarcados pelos segmentos de máquinas e equipamentos (-33%); couro e calçados (-27%); e, artigos de borracha e plástico (-22%).

A expectativa para o próximo ano é de uma recuperação dos preços dos produtos industriais no mercado internacional. Acredita-se que, por haver ainda um alto grau de ociosidade da indústria, essa recuperação será lenta e sem pressões inflacionárias no mercado mundial. Assim, não será observado o mesmo crescimento significativo de preços que se observou em 2008, resultando na chamada inflação de custos. O aumento das quantidades estará atrelado à rentabilidade das exportações. Observa-se que desde a retomada do crescimento orientado pelo mercado interno, a partir de 2007, e o posterior processo de valorização cambial, muitas empresas optaram por voltar-se para o mercado interno, assim a atividade de exportação deixou de ser prioritária.

Rentabilidade em reais

O cenário é igualmente preocupante quando se observa o comportamento das exportações em moeda nacional, ou seja, quando as vendas em dólares são convertidas para reais²⁴. Nesse caso, a queda das receitas em reais será de cerca de 18% na comparação com 2008, isso representa menos R\$ 6,4 bilhões para as empresas exportadoras do Estado. A taxa de câmbio desvalorizada tornou os produtos brasileiros mais competitivos e ajudou a mitigar os efeitos da crise até abril, sendo que a partir daí, a taxa de câmbio entrou numa trajetória de valorização, de modo que agravou os efeitos da crise.

Além disso, o cenário de câmbio valorizado torna os custos para o exportador relativamente mais altos. Destaca-se que essa situação é mais grave nas empresas de menor porte, visto que são as que encontram mais dificuldades para se proteger das

²⁴ Também são retirados os efeitos inflacionários via IPCA, a preços de nov/09.

variações cambiais, pois têm menor acesso aos mercados financeiros, poder limitado de negociação com compradores e fornecedores e são as que proporcionalmente mais internalizam as receitas de exportação. Não por isso, os segmentos de móveis, produtos de metal, calçados e produtos de plásticos, que se caracterizam por um grande número de empresas de menor porte, foram bastante atingidos pela crise.

As expectativas em relação à rentabilidade das exportações em 2010 não são muito animadoras. Não se espera um movimento no sentido de desvalorização cambial, muito pelo contrário, a expectativa é que o volume de investimentos para o país cresça em 2010 pressionando a valorização do real. Obviamente, conta-se com a possibilidade de intervenções do governo nesse mercado, porém não se vislumbra nenhuma medida interna que indique que o câmbio se desvalorizará. Além disso, também não há em pauta nenhuma discussão profunda dos fundamentos econômicos que afetam a competitividade e rentabilidade dos exportadores, como é o caso das reformas microeconômicas ou de uma política nacional voltada para o incremento da participação do país no comércio internacional.

Segmentos da indústria

A característica da pauta de exportações do RS também fez com que a crise fosse mais intensa na indústria do Estado. As exportações de bens de consumo duráveis e não duráveis representam 39% da pauta. Por outro lado, as categorias de matérias primas, insumos, bens de capital e combustíveis e lubrificantes participam, juntos, com 60% das vendas externas.

Num cenário em que a indústria dos diversos países está com baixo nível da capacidade instalada, ou seja, produzindo menos, a demanda por bens intermediários ou por novos investimentos em bens de capital sofre forte retração. E, por conseqüência, os preços também se deprimem, além da concorrência tornar-se mais acirrada. Uma saída para o exportador foi voltar-se para o mercado interno, relativamente menos afetado, e tentar suprir a lacuna deixada pela fraca demanda externa. Porém, os números que medem o desempenho industrial (IDI) e produção industrial confirmam que essa medida não foi suficiente para manter o nível de atividade da indústria.

Tabela 11.1. Exportações por categorias de uso
(US\$ milhões)

Categorias de Uso	Jan-Out 2008	Part. (%)	Jan-Out 2009	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Bens de Capital	2.572	16%	987	8%	-62%	-1.585
Mat Primas e Prod Intermediários	7.108	44%	5.757	46%	-19%	-1.351
Bens de Consumo Não Duráveis	5.242	33%	4.437	36%	-15%	-805
Bens de Consumo Duráveis	529	3%	426	3%	-19%	-103
Combustíveis e Lubrificantes	408	3%	794	6%	95%	386
Transações Especiais	190	1%	89	1%	-53%	-101
Total Geral	16.025	100%	12.472	100%	-22%	-3.553

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: UEE/FIERGS

Diante dos menores investimentos internacionais, a categoria de bens de capital foi a que apresentou a maior queda em relação a 2008. Sendo que, máquinas e implementos agrícolas estão entre os mais afetados. Já na categoria das matérias primas e bens intermediários, a queda não foi tão intensa devido a demanda chinesa por grãos de soja e a boa safra de arroz (mais 7,3% em relação a 2008). A retração foi mais intensa no caso dos bens intermediários do setor de químicos. Por outro lado, as vendas de combustíveis e lubrificantes apresentaram um desempenho favorável impulsionado pela maior

quantidade embarcada de óleo diesel, cerca de 600 mil m³ a mais em relação ao ano passado, totalizando US\$ 356 milhões. Esse crescimento é consequência da fraca demanda interna nos primeiros meses do ano. Outro destaque na categoria de combustíveis e lubrificantes foi a exportação de energia elétrica pra Argentina, no total de US\$ 280 milhões.

Tabela 11.2. Exportações por segmentos da indústria
(US\$ milhões)

Gênero da Indústria	Jan-Out 2008	Part. (%)	Jan-Out 2009	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Alimentos e Bebidas	3.994	25%	2.916	23%	-27%	-1.078
Fumo	1.670	10%	1.912	15%	15%	242
Química	1.605	10%	1.148	9%	-28%	-457
Couros, Artefatos e Calçados	1.494	9%	967	8%	-35%	-527
Máquinas e Equipamentos	1.386	9%	853	7%	-38%	-533
Refino de Petróleo	399	2%	495	4%	24%	96
Indústrias diversas	219	1%	470	4%	114%	251
Material de Transporte	1.664	10%	427	3%	-74%	-1.237
Borracha e Plástico	231	1%	183	1%	-21%	-48
Material Elet. e de Comunic.	216	1%	180	1%	-17%	-36
Produtos de Metal	231	1%	179	1%	-22%	-52
Móveis	250	2%	166	1%	-34%	-84
Celulose e Papel	162	1%	120	1%	-26%	-42
Madeira	127	1%	87	1%	-31%	-40
Têxteis	104	1%	87	1%	-16%	-17
Metalurgia Básica	77	0%	32	0%	-58%	-45
Vestuário e Acessórios	33	0%	26	0%	-22%	-7
Extrativa Mineral	22	0%	13	0%	-41%	-9
Total da Indústria	13.885	87%	10.261	82%	-26%	-3.624
Básicos	1.950	12%	2.122	17%	9%	172
Transações Especiais	190	1%	89	1%	-53%	-101
Total Geral	16.025	100%	12.472	100%	-22%	-3.553

Fonte: Secex / MDIC. Elaboração: UEE/FIERGS

Na análise por segmentos da indústria do RS, a retração da demanda externa afetou aqueles que, tradicionalmente, embarcam grandes volumes de mercadorias e, por isso, apresentam as maiores quedas em valor absoluto, como é o caso de Alimentos e Bebidas, Couro e Calçados, Químicos e Máquinas e Equipamentos. Esses segmentos participam com 57% da pauta de exportações do Estado e juntos respondem por 70% da queda nas exportações da indústria até outubro. Houve também setores que conseguiram crescer apesar do cenário externo pouco favorável, esse foi o caso do Fumageiro, Refino de Petróleo e Indústria Diversa. Este último impulsionado, prioritariamente, pelas vendas de energia elétrica para a Argentina e Uruguai.

O segmento de Alimentos e Bebidas permanece como a maior participação na pauta de exportações do Estado. As vendas estão concentradas no complexo de carnes (frango, suína e bovina) e no complexo da soja (óleo e farelo), esses dois grupos representam 80% das exportações do setor. Assim, a retração de 27% observado nas exportações do setor pode ser explicada pela dinâmica dos produtos citados acima. A menor venda de óleo de soja está associada ao menor preço do produto no mercado externo e a menor quantidade embarcada. Nesse ano, foram vendidas menos 155 mil toneladas que no ano passado, o preço médio de venda também caiu de US\$ 1.128 para US\$ 737 por tonelada. Destaca-se que, conforme o levantamento sistemático da produção agrícola, realizado mensalmente pelo IBGE, a safra de soja em 2009 foi 1,8% menor do que 2008.

No caso do complexo de carnes, a demanda de compradores tradicionais como a Rússia, Holanda ditou o desempenho do setor nesse ano. No caso da carne suína, item

com maior queda no grupo, o gripe H1N1 fez com que o preço e a demanda do produto se retraíssem ainda mais.

Tabela 11.3. Exportações do agronegócio

	Jan-Out 2008	Part. (%)	Jan-Out 2009	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Complexo Soja	2.747	31%	2.816	36%	3%	69
Soja (Grão)	1.554	18%	1.935	25%	24%	381
Óleo de Soja	604	7%	273	4%	-55%	-331
Farelo de Soja	589	7%	608	8%	3%	19
Milho (Grão)	86	1%	28	0%	-67%	-58
Trigo	204	2%	48	1%	-77%	-156
Complexo Carnes	2.039	23%	1.471	19%	-28%	-568
Carne de Frango in natura	1.112	13%	831	11%	-25%	-281
Carne de Frango Ind.	78	1%	82	1%	6%	4
Carne Suína in natura	614	7%	376	5%	-39%	-238
Carne Bovina in natura	97	1%	62	1%	-36%	-35
Carne Bovina Industrializada	137	2%	118	2%	-14%	-19
Demais Prod. Agron.	4.067	46%	3.468	45%	-15%	-599
Agronegócio	8.853	100%	7.754	100%	-12%	-1.099
Total Geral	16.025		12.472		-22%	-3.553

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: FIERGS

A exportação da indústria do fumo foi uma das poucas que mostrou crescimento em 2009. O desempenho favorável esteve atrelado a um novo mercado agregado pelo setor, a Bélgica. As vendas de fumo em folhas para esse País aumentaram 103% no ano, mais US\$ na comparação com o mesmo período do ano passado. Além disso, mesmo com a crise, os EUA continuaram como principal mercado do segmento.

A retração de 28% nas exportações da indústria de Químicos foi resultado do menor nível dos setores industrial e agrícola nos parceiros comerciais do Estado, principalmente da América do Sul. As exportações de Adubos e Fertilizantes, apresentaram queda de 60% ante ao mesmo período do ano passado. Os dois principais mercados de destino foram o Paraguai, com 70% de participação, e a Argentina, com 20%. Destaca-se que em ambos os países 2009 foi um ano de estiagem.

Outro importante setor para a dinâmica da economia gaúcha, artefatos de couro e calçados, há alguns anos vem apresentando queda nos valores de exportação. Observa-se também a substituição de produtos mais simples por produtos mais elaborados. O resultado desse movimento é uma menor quantidade de pares de calçado embarcados mas com um preço médio por par maior. Por exemplo, no primeiro semestre de 2008 foram embarcados para os EUA cerca de 8,8 milhões de pares de calçado ao preço médio de US\$ 19,9 o par. Neste ano, os embarques foram de cerca de 5,7 milhões de pares, ao preço médio de US\$ 19,6. Assim, perda de rentabilidade é consequência de uma maior diminuição das quantidades do que nos preços. Nessa conjuntura, a disputa de mercado com os produtos asiáticos ficou ainda mais acentuada. Destaca-se que devido ao elevado custo do trabalho no Brasil, os exportadores têm optado por fabricar um produto com maior grau de sofisticação, fazendo com que esses custos tenham um peso menor sobre o preço do produto final.

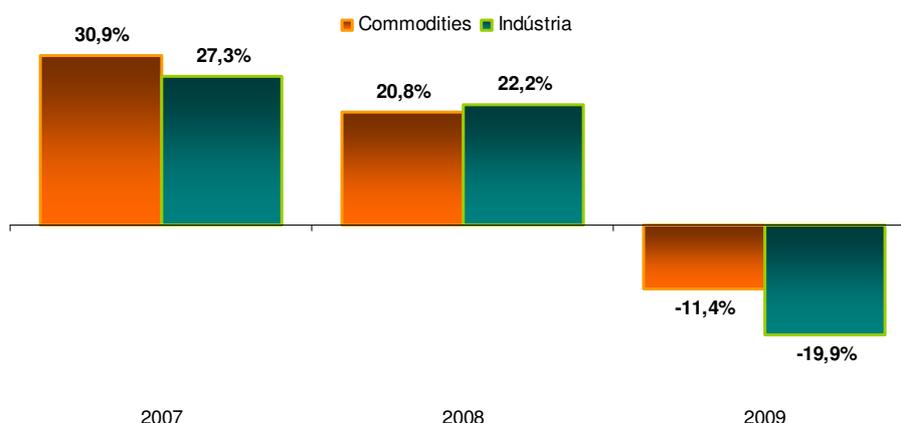
As vendas externas de máquinas e equipamentos foram particularmente atingidas pela retração de 40% nas exportações de tratores e de 59% nas exportações de máquinas e implementos agrícolas. Os embarques de colheitadeiras para a Argentina, principal comprador, mostraram diminuição de 92% em relação ao ano passado. O setor de máquinas e equipamentos esteve entre os primeiros a sentir os impactos da crise, devido à redução nos investimentos e à menor disponibilidade de crédito no mercado internacional.

Assim como no grupo de máquinas e equipamentos, as exportações dos segmentos de material de transporte, metalurgia básica, produtos de metal e materiais elétricos também sofreram com a interrupção dos investimentos em decorrência da crise. Destaca-se que o segmento metal-mecânico é composto por empresas desses cinco setores da indústria, que juntos respondem por 13% das exportações do Estado.

A retomada da atividade industrial na maioria dos países parceiros esperada para 2010 favorecerá, particularmente, as exportações do Rio Grande do Sul, devido à configuração da pauta de exportações. Espera-se também uma maior dinâmica nas exportações dos bens de capital, na medida em que ocorram novos investimentos, de os projetos adiados devido a crise sejam retomados já em 2009. No caso das exportações de bens de consumo, como calçados, vestuários e móveis, a recuperação pode ser mais lenta devido a elevada concorrência internacional e ao nível de consumo das famílias nos países desenvolvidos ainda abaixo da média histórica.

Nos últimos anos, observou-se um crescimento similar entre as exportações de produtos industrializados e *commodities*. Porém, em 2009 houve descolamento no entre o desempenho dos dois devido a fatores conjunturais. As exportações dos produtos denominados *commodities*, mostraram retração de 11,4% enquanto os industriais retraíram 20% em 2009. Esse resultado tem como principal fator explicativo o crescimento de 24% nas vendas de grãos de soja, principalmente para suprir a demanda chinesa. Destaca-se que a conjuntura de demanda e de preços internacionais para esses produtos esteve mais favorável do que para os produtos industriais durante o ano de 2009.

Gráfico 11.4. Exportações de *commodities* e de bens industriais (var % em 12 meses)



Fonte: UEE/FIERGS

Intensidade Tecnológica

Outro ponto importante a ser destacado na análise das exportações em 2009 são os produtos com maior grau de intensidade tecnológica, visto que são os que mais tem sofrido com a queda nas exportações. Enquanto as exportações totais do estado caíram 22% no ano, os produtos com intensidade tecnológica retraíram 34%, sendo que os não industriais mostraram crescimento de 19%.

Esse resultado deve-se a fatores como, (i) maior concorrência nos mercados internacionais, que se reflete em maiores barreiras comerciais; (ii) demanda está mais sujeita a variação na renda na comparado com os produtos básicos; (iii) num momento em que os investimentos estão em baixa, o RS é particularmente prejudicado por ser exportador de Bens de Capital, que possui um maior grau de intensidade tecnológica.

Diferentemente do que ocorrem com as *commodities*, os produtos industriais possuem um maior número de substitutos disponíveis no mercado.

Tabela 11.4. Exportações do RS por intensidade tecnológica
(US\$ milhões)

Tecnologia	Jan-Out 2008	Jan-Out 2009	Var. (%)	US\$ milhões
Alta	146	102	-30%	-44
Média-alta	3.921	2.543	-35%	-1.379
Média-baixa	2.086	1.059	-49%	-1.026
Baixa	6.242	4.433	-29%	-1.809
Intensidade tecnológica	12.395	8.137	-34%	-4.258
Produtos não industriais	3.630	4.335	19%	706
Total geral	16.025	12.472	-22%	-3.553

Fonte: MDIC

Elaboração: UEE/FIERGS

No grupo de alta tecnologia, as vendas de condensadores e controladores eletrônicos para Alemanha e EUA continuam sendo os principais itens exportados, mesmo com a retração de cerca de 30% nas vendas. No caso dos produtos com média-alta intensidade tecnológica, os destaques são tratores e produtos químicos embarcados para diversos países, principalmente, Argentina e Estados Unidos. Já no grupo com média-baixa tecnologia, os destaques são as vendas de óleo diesel, gasolina e pneus para os países do Mercosul, China e Tailândia. No grupo de produtos com baixa intensidade tecnológica, os principais itens foram Carnes *in natura* (bovina, suína e frango), para os países da zona do Euro e Rússia, e Óleo de Soja para China, principalmente.

Destinos das exportações

Com a crise na economia norte-americana em 2009, os EUA deixaram de ser o principal destino dos produtos do Rio Grande do Sul sendo ultrapassado pela China. As vendas para o país asiático cresceram 29% em relação a 2008, representando mais US\$ 516 milhões. Os principais produtos comprados pelos chineses foram grãos de soja, couros e químicos. A demanda chinesa por insumos e *commodities* foi mantida em 2009, na medida em que o país foi um dos menos afetados pela crise internacional. Esse fato decorreu de um crescimento mais voltado para o mercado interno. De modo que, a China saiu do cenário de crise já no segundo trimestre de 2009.

Por outro lado, as exportações para a Argentina retraíram-se 19% no período, que representa menos US\$ 264 milhões. Os embarques de óleo diesel, produtos químicos e tratores representaram 50% do total enviado para o país, e foram os que mais sofreram. A atividade econômica na Argentina foi bastante afetada pela estiagem, que resultou na quebra de cerca de 60% na safra de trigo, e pela redução no comércio internacional devido à crise internacional. Podemos lembrar o que aconteceu aqui no RS nos anos de 2005/2006, quando os efeitos da estiagem não foram sentidos apenas pelos segmentos ligados à Agricultura. Mas toda a economia, de uma forma ou de outra, foi afetada pela retração na renda de parte dos agentes da economia. Salienta-se que a participação das exportações argentinas no PIB é de 25%, o que torna a aquele país mais vulnerável a crises no comércio internacional (no Brasil a relação exportações/PIB é de apenas 12%). O destaque positivo nas vendas para a Argentina ficou por conta da exportação de Energia Elétrica, que apareceu pela primeira vez na pauta deste ano, no mês de julho, e já é o principal item comercializado, totalizando US\$ 96 milhões.

**Tabela 11.5. Exportações do RS por destinos
(US\$ milhões)**

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out 2008	Jan-Out 2009	%	US\$ milhões	Jan-Out 2008	Jan-Out 2009
CHINA	1.772	2.288	29%	516	11,1%	18,3%
ARGENTINA	1.368	1.104	-19%	-264	8,5%	8,9%
ESTADOS UNIDOS	2.162	1.009	-53%	-1.152	13,5%	8,1%
BELGICA	394	549	39%	155	2,5%	4,4%
ALEMANHA	550	490	-11%	-59	3,4%	3,9%
RUSSIA	772	380	-51%	-393	4,8%	3,0%
HOLANDA	537	359	-33%	-177	3,3%	2,9%
URUGUAI	330	334	1%	4	2,1%	2,7%
PARAGUAI	495	317	-36%	-177	3,1%	2,5%
REINO UNIDO	307	260	-15%	-47	1,9%	2,1%
TOTAL DO GRUPO	8.686	7.091	-18%	-1.595	54%	57%
TOTAL GERAL	16.025	12.472	-22%	-3.553	100%	100%

Fonte: MDIC

Elaboração: UEE/FIERGS

Até o ano passado, os Estados Unidos era o principal comprador de produtos do RS. Neste ano, as vendas para os norte-americanos foram as que apresentaram maior queda dentre os principais parceiros comerciais. O País, que foi o epicentro da crise, comprou menos 53% na comparação com 2008, o que subtraiu cerca de US\$ 1,2 bilhão da balança comercial do Estado. Os embarques dos segmentos de couro e calçados, máquinas e equipamentos e produtos de metal foram os mais afetados.

A Bélgica, pela primeira vez atingiu uma posição significativa dentre os destinos do RS, O crescimento de 39% das compras no acumulado do ano foi impulsionado por um crescimento de 103% nas importações fumo em folha e de 46% nas aquisições de plásticos e suas obras. No mesmo período do ano passado a Bélgica ocupava a décima posição.

Outro importante parceiro, a Alemanha, registrou queda de 11% nas compras no período. Destaca-se o aumento de 31% nas exportações de carne de frango e de 22% nas de fumo, principal item da pauta. Outros produtos importantes apresentaram retração nas vendas, como foi o caso de calçados, couros e materiais elétricos. Se por um lado a Alemanha se consolidou como compradora das carnes do Estado, as vendas desse produto para a Rússia caíram (84% da pauta), o que fez com que as vendas para a Rússia caíssem 51% no ano.

A recuperação da crise nos Países desenvolvidos tem sido bastante lenta, a pesar dos resultados do PIB do terceiro trimestre de 2009 já terem indicado crescimento, os números do emprego, da produção industrial e de vendas ainda estão bastante baixos. A recuperação tem se mostrado lenta, de modo que não pode se descartar uma recaída. Nesse contexto, a recuperação das exportações do Estado não ocorrerá de forma homogênea, os setores exportadores de bens de capital podem reagir mais tarde do que outros que exportam bens intermediários e de consumo.

Importações do Estado

A forte queda nas importações do Rio Grande do Sul em 2009 é consequência direta do menor nível de atividade econômica no Estado e dos menores preços internacionais. Destaca-se que a pauta de importações do RS é composta prioritariamente de insumos, matérias-primas e bens de capital, que representam quase 80% das compras.

Assim, o produtor foi favorecido pelo preço mais barato dos insumos importados, seja com a diminuição do preço em Dólares, ou pela valorização da taxa de câmbio ao longo do ano. Por exemplo, as importações dos insumos utilizados pelo setor agropecuário para a lavoura, como é o caso da Uréia e Cloreto de Potássio, reduziram 61% e 55% respectivamente. Assim como as compras de combustíveis e lubrificantes, que apresentaram redução de 36%, conseqüência do menor preço do Petróleo e seus derivados no mercado internacional. Outro importante insumo importado, o trigo, apresentou retração de 54% em relação ao ano passado devido ao choque de oferta proporcionado pela seca na Argentina.

Tabela 11.6. Importações por categoria de uso
(US\$ milhões)

Categorias de Uso	Jan-Out 2008	Part. (%)	Jan-Out 2009	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Bens de Capital	1.750	14%	1.451	19%	-17%	-299
Mat Primas e Prod Intermediários	4.661	36%	2.460	32%	-47%	-2.201
Bens de Consumo Não Duráveis	291	2%	271	4%	-7%	-20
Bens de Consumo Duráveis	971	8%	713	9%	-27%	-258
Combustíveis e Lubrificantes	5.224	41%	2.706	36%	-48%	-2.518
Transações Especiais	0	0%	0	0%	0%	0
Total Geral	12.882	100%	7.596	100%	-41%	-5.286

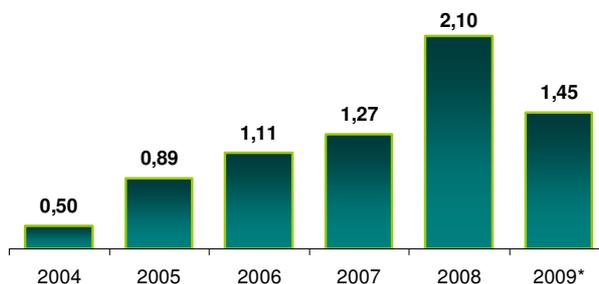
Fonte: MDIC

Elaboração: UEE/FIERGS

As compras de bens de consumo não duráveis, como é o caso de alimentos e produtos básicos foram beneficiadas pela retração nos preços internacionais. No caso das importações de bens de consumo duráveis, as compras de automóveis da Argentina continuaram sendo o principal item dessa categoria, apesar da queda de 6,4% em relação ao ano passado.

As importações de bens de capital mantiveram-se relativamente aquecidas, com queda de 17% no ano. Comparando com o histórico recente, os investimentos permanecem em patamar elevado, indicando um maior otimismo dos empresários em relação ao futuro da economia. Os produtos em destaque foram, máquinas e equipamentos (prensas), com origem da Alemanha e EUA, e material de transporte (veículos para carga), com origem da Argentina.

Gráfico 11.5. Importações de bens de capital
(US\$ bilhões)



Fonte: MDIC

Elaboração: UEE/FIERGS. *jan-out.

Para o próximo ano se espera uma aceleração mais forte nas importações do que nas exportações. As compras externas tendem a ser impulsionadas nos períodos em que o mercado interno está aquecido. A taxa de câmbio, que deve permanecer valorizada também cria um ambiente propício para o aumento das importações. No caso do Rio

Grande do Sul será observada uma maior importação de produtos químicos, fertilizantes, combustíveis e derivados do petróleo, bem como outros tipos de insumos. Além disso, é provável que a tendência de importação de bens de capital seja mantida.

Perspectivas para 2010

O cenário esperado para a economia brasileira é bastante animador. Fatores como a manutenção de um alto nível de emprego e herança deflacionária contidas nos IGP's resultará em maior consumo sem pressão inflacionária, evitando que as taxas de juros subam muito. Além disso, o ano de 2010 é de eleições o que significa que o governo empregará todas as suas energias para gerar boas notícias no campo econômico. Porém, a perspectiva para a economia internacional não é tão animadora assim. É consenso entre os analistas que o ano de 2010 terá um maior crescimento mundial e que 2009 foi o ano em que o lado real da economia refletiu a crise. Assim, espera-se que a dinâmica de expansão das economias desenvolvidas faça com que o cenário melhore sensivelmente.

O cenário moderado para as exportações conta com que a taxa de câmbio flutue em torno do patamar atual (R\$/US\$ 1,73) e que a renda externa cresça cerca de 3%. Espera-se também um crescimento dos preços das exportações de produtos manufaturados mais forte que a dos produtos básicos, sendo que ambos ficarão abaixo do nível de 2008. Uma variante pessimista desse cenário conta com uma taxa de câmbio mais valorizada, um crescimento mundial abaixo dos 3%, porém positivo. O cenário positivo contará com uma maior valorização das cotações dos produtos exportados e um crescimento econômico, principalmente da China, Argentina e EUA, acima do esperado. Nos três cenários, o crescimento das exportações é projetado, visto que, a base de comparação estatística de 2009 será muito baixa. Assim, mesmo um resultado tímido em 2010 poderá resultar num crescimento sobre 2009.

No caso das importações, a taxa de câmbio valorizada e o crescimento da indústria impulsionarão as compras de matérias-primas, produtos intermediários e de bens de capital. O cenário moderado também é composto da hipótese de que os preços das matérias-primas fiquem maiores e que a taxa de câmbio permaneça no patamar atual. No cenário otimista, em que o crescimento mundial e da economia brasileira é mais vigoroso, a aceleração no crescimento das importações será mais intenso.

Tabela 11.7. Perspectivas para o setor externo do Rio Grande do Sul (US\$ milhões)

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Exportações	18.460	14.600	15.600	16.500	18.000
Industriais	16.225	12.264	13.572	14.025	15.660
Total	18.460	14.600	15.600	16.500	18.000
Importações	14.736	9.118	11.000	12.000	13.500
Saldo	3.724	5.482	4.600	4.500	4.500

Fonte: UEE/FIERGS. *Estimativas

Tabela 11.8. Perspectivas para o setor externo do Rio Grande do Sul (var. % no ano)

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Exportações	22,9%	-20,9%	6,8%	13,0%	23,3%
Industriais	24,2%	-24,4%	10,7%	14,4%	27,7%
Total	22,9%	-20,9%	6,8%	13,0%	23,3%
Importações	45,0%	-38,1%	20,6%	31,6%	48,1%
Saldo	-22,1%	47,2%	-16,1%	-18,6%	-17,9%

BOM DESEMPENHO DO ICMS, MESMO EM TEMPO DE CRISE

Em 2009, a arrecadação de ICMS deverá apresentar o mesmo valor do ano passado. Dadas as dimensões da crise, esse resultado é muito positivo, ainda que seja menor do que a previsão inicial contida no orçamento de 2009. Já o déficit orçamentário zero deverá voltar a se repetir, mas será necessário o contingenciamento de despesas nos últimos dois bimestres.

A economia mundial mostrou claros sinais de recessão ao longo de 2009, o que certamente acabou refletindo nas economias do Brasil e, conseqüentemente, do Rio Grande do Sul. Entretanto, apesar dos reflexos sobre as finanças públicas de fato existirem, eles foram muito mais amenos do que se poderia inicialmente imaginar, sendo mais explicados pela diminuição do fluxo de transferências correntes do governo federal do que por queda de arrecadação própria.

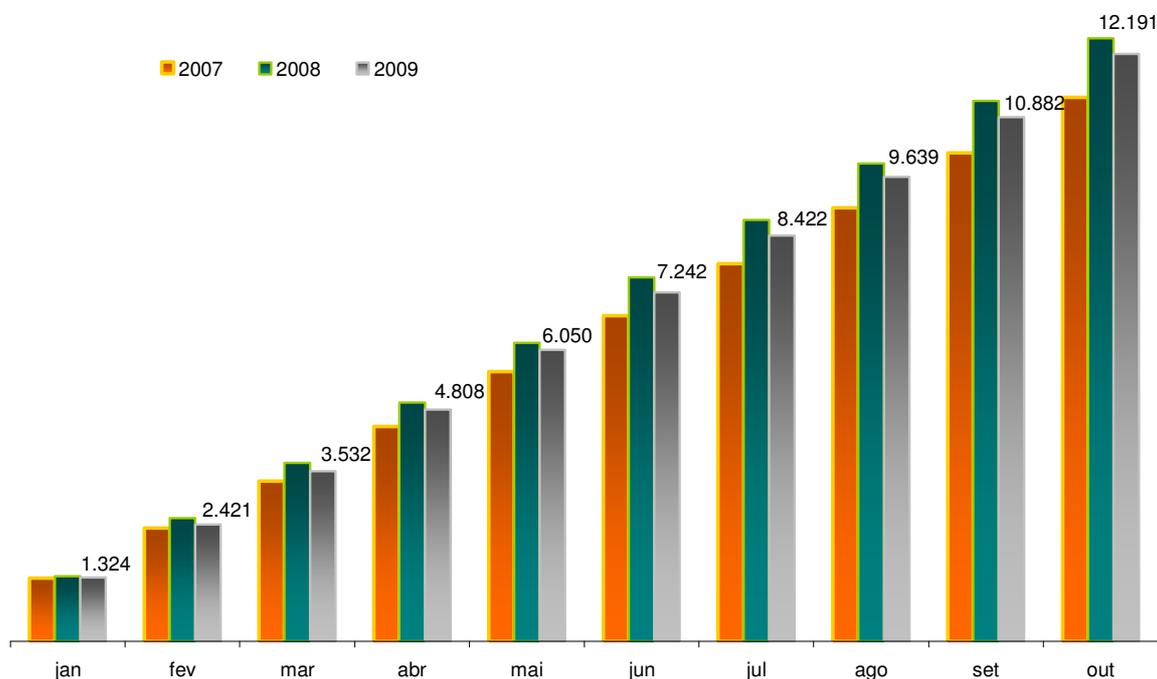
Todavia, a crise impediu a continuidade da trajetória de expansão vivenciada pela arrecadação de ICMS gaúcha. Ainda assim, acabou confirmando uma mudança de patamar nos volumes arrecadados pelo Estado. Em 2007, a arrecadação havia sido de R\$ 12,3 bilhões, enquanto em 2008 esse valor saltou para R\$ 14,8 bilhões, valor que deverá se repetir (aproximadamente) no ano de 2009, ajudado, em parte, pela expansão do mecanismo de Substituição Tributária. Em 2008, o valor surpreendeu até mesmo o próprio governo.

Arrecadação

A arrecadação de ICMS evoluiu em 2009 de uma maneira muito positiva, considerando o nível de atividade econômica do Rio Grande do Sul. Salvo em alguns meses em que a base de comparação com o ano anterior foi muito elevada, como foi o caso dos meses de jun/08 e set/08, nos demais foi possível observar crescimentos nominais, ainda que na maioria obteve-se quedas reais.

No acumulado entre jan-out/2009, a arrecadação de ICMS alcançou R\$ 12.242 milhões frente aos R\$ 12.264 milhões, recolhidos no mesmo período de 2008, o que representa uma queda marginal de R\$ 38 milhões (0,86%). Em termos reais, a redução da receitas se acentuou, passando a ser de 3%, quando o ajuste ocorre via IGP-DI. Todavia, os números frustraram as expectativas do governo que em seu orçamento para 2009 previa um incremento da arrecadação do imposto.

Gráfico 12.1. Arrecadação de ICMS
(R\$ milhões – nominal – acumulado no ano)



Fonte: Sefaz/RS

Tabela 12.1. Arrecadação de ICMS setorial
(R\$ milhões)

	jan-set/09	Crescimento Real (%)
Primário	76,1	-11,0%
Secundário	3.352,1	-1,1%
Terciário	3.985,6	-3,1%
Comunicações	1.189,5	1,4%
Energia Elétrica	1.120,9	1,5%
Derivados de Petróleo	2.016,3	-9,0%
Dívida	146,7	-6,6%
Outras	235,5	13,8%
Total	10.933	-3,0%

Fonte: COTEPE/CONFAZ. Deflator: IGP-DI (set/09)

Em termos setoriais, os dados disponíveis correspondem ao período de jan-set/09. Apesar de se observar uma perda nominal de 8,6% na arrecadação do setor primário em relação ao mesmo período do ano anterior, pela baixa representatividade desse setor na arrecadação total, essa queda apresenta uma redução marginal no imposto arrecadado. No entanto, a diminuição da arrecadação do setor de Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes chama a atenção. A queda da receita no período foi de 6,3% que, corrigida pela inflação, chega a 9%, se mostra coerente com um dos poucos indicadores a que se pode fazer referência direta (os dados da Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE, que apontam a redução das vendas nos postos de gasolina na região metropolitana de Porto Alegre). Esse setor apresenta uma importância relativa bastante grande para a arrecadação do Estado. Em 2008, o mesmo respondeu por 19,6% da arrecadação total. As outras duas *blue chips* da arrecadação, Comunicações e Energia Elétrica, tiveram

desempenho positivo, ambas registrando 4,6% de crescimento nominal, e 1,4% (Comunicações) e 1,5% (Energia Elétrica), em termos reais.

Enquanto que na economia real todos os indicadores apontam para a indústria como o principal setor atingido pela crise, com o registro de quedas significativas da produção, o comércio aparece como um setor que apenas sofreu uma desaceleração de suas taxas de crescimento. Por sua vez, a arrecadação dos setores secundário e terciário inverte os resultados evidenciados pela atividade econômica. A arrecadação do setor terciário apresenta queda, ainda que marginal (-0,1%) em termos nominais, enquanto a receita do imposto provinda do setor secundário apresenta crescimento de 2,8%. Em termos reais, as quedas são disseminadas, com registro de -1,1% para o setor secundário e -3,1% para o setor terciário. A falta de uma desagregação maior dos dados não permite uma análise mais apurada da razão que explica tal fato.

Resultado do setor público

A avaliação do resultado do setor público gaúcho se deu a partir da análise da Execução Orçamentária do Estado, que apresenta dados até o 4º bimestre/09. Os números apontam que efetivamente houve a necessidade de rever as despesas realizadas frente às previstas, dada a não-realização das receitas. O regime de caixa implementado desde o início do atual governo faz com que haja maior racionalidade na composição de despesas de acordo com a evolução das receitas.

Ainda que, como demonstrado anteriormente, a queda de arrecadação de ICMS tenha sido marginal perante ao ano passado, os valores dessa e das demais receitas sofreram reduções significativas frente aos valores orçados. Nas receitas correntes, é possível observar uma queda de aproximadamente R\$ 10 milhões, enquanto as receitas de capital observaram incremento de R\$ 13 milhões frente ao previsto na Lei Orçamentária Anual de 2009, o que resulta num total de receitas R\$ 3,4 milhões superior à previsão no acumulado até o 4º bimestre/09.

Até agosto/09, o Estado apurou R\$ 18,2 bilhões. No entanto, esse resultado deve ser avaliado com cuidado. Na composição das receitas é possível observar uma redução da receita tributária de R\$ 217,5 milhões e nas transferências correntes, uma diminuição de R\$ 256,9 milhões frente ao que foi orçado. Nos determinantes dessas quedas, sem dúvida, está a diminuição da atividade econômica, mas especialmente no caso das transferências está a diminuição da arrecadação federal, influenciada em parte pelas medidas de desoneração incidentes, em especial, sobre tributos determinantes das transferências constitucionais. Além disso, contabiliza-se nas receitas correntes, receitas de natureza intra-orçamentária (que por sua vez aparecem também como despesas) da ordem de R\$ 299 milhões. Assim, se excluirmos esse valor do montante total, seria possível verificar uma redução efetiva da receita de R\$ 296 milhões frente ao montante previsto.

No caso das despesas, as mesmas totalizaram no mesmo período o equivalente a R\$ 17,9 bilhões, frente aos R\$ 18,3 bilhões inicialmente previstos. No conjunto das despesas, à exceção das despesas com “Pessoal e Encargos Sociais” e “Amortização da Dívida”, observou-se gastos inferiores aos previstos. No entanto, o próprio Relatório da Execução Orçamentária alerta que os empenhos até o 4º bimestre/09 superaram as despesas liquidadas em R\$ 585 milhões, fazendo com que, ainda que se verifique um controle muito mais rígido da despesa do que se fizera em outras administrações, seja acirrada a prudência na realização das despesas.

Com base nos dados até o 4º bimestre/09, pode-se verificar que mais uma vez o Estado apresentará déficit zero, alcançando a meta prevista de superávit primário de

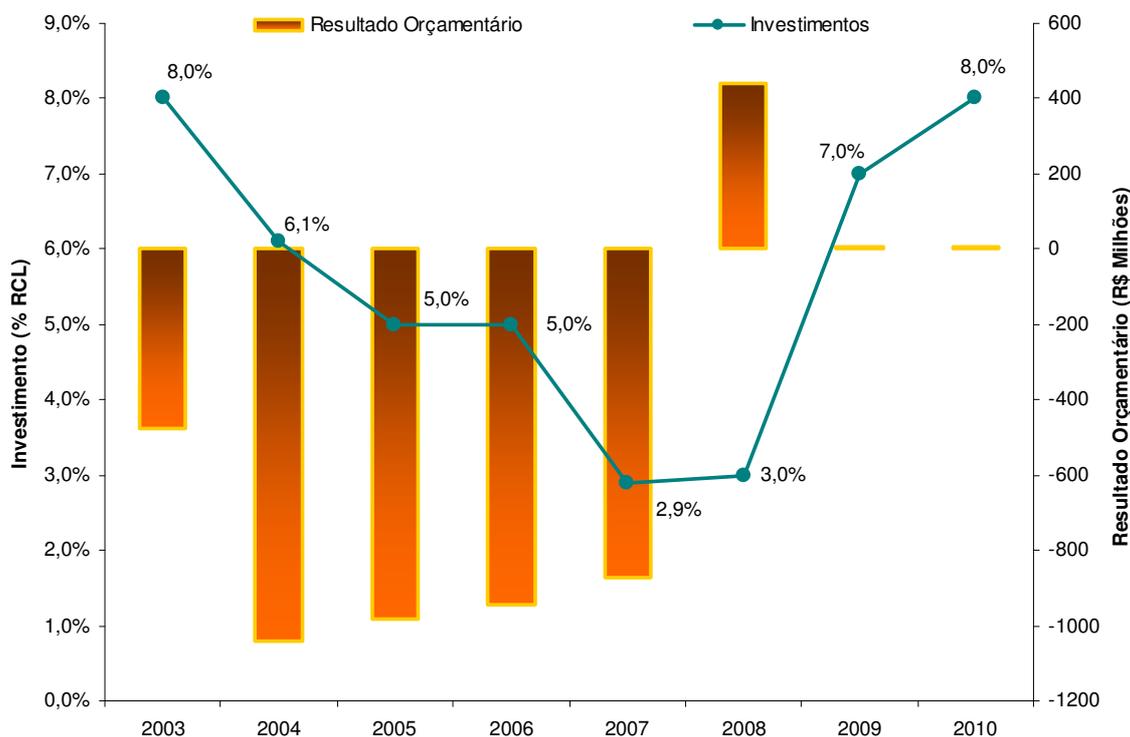
R\$1,8 bilhão, estipulada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009, porém valor inferior ao previsto no Orçamento de 2009 (Lei Estadual 13.092/08) que havia estimado o resultado primário em R\$1,9 bilhões (sem necessidade de contingenciamentos). Todavia, isso somente será realmente possível se os contingenciamentos forem cumpridos plenamente. Em decorrência da reprogramação bimestral tanto das receitas quanto das despesas, será necessária uma economia orçamentária, com a finalidade de preservar o resultado primário previamente estipulado. A reprogramação conta com um contingenciamento de R\$ 653,7 milhões no 5º bimestre/09 e R\$ 980 milhões no 6º bimestre/09. Por fim, destaca-se que não houve contingenciamento nos bimestres anteriores.

Perspectivas para 2010

O ano de 2010 nem começou, mas já recebe a pressão pelo aumento de gastos. Com a justificativa de dotação orçamentária insuficiente para o desempenho de suas funções ou com o pedido de reajustes que extravasam a capacidade de pagamento do Estado, os demais poderes reclamam maior participação no bolo orçamentário, ainda na discussão do orçamento, o que, certamente, atrasa uma série de definições a respeito do comportamento das finanças públicas estaduais. Além disso, o Estado segue na discussão a respeito da remodelação das carreiras e mudança na matriz salarial, inicialmente de dois grupamentos importantes do funcionalismo (profissionais da educação e segurança).

Apesar disso, o PLOA 2010 já foi enviado à Assembléia Legislativa e deverá ser apreciado até o final de dezembro. Para 2010, o governo espera arrecadar um total de R\$ 27,7 bilhões, o que resultaria numa Receita Corrente Líquida de R\$ 19,7 bilhões, um incremento de 8,5% em relação à LOA 2009. O ICMS, a principal receita do Estado, está orçada em R\$ 17 bilhões. No lado das despesas, o gasto com pessoal deverá ser de R\$ 12,3 bilhões, ou equivalente a 62,4% da RCL, o que indica que, apesar de estar abaixo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, há um forte comprometimento das receitas públicas com a folha de pagamentos, o que restringe a expansão dos investimentos. Ainda assim, se o orçamento vier a se realizar na íntegra, é provável que o Estado experimente uma forte expansão dos recursos ligados aos investimentos. O PLOA 2010 prevê recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão, um incremento de 28,6% perante o previsto na LOA 2009.

Gráfico 12.2. Resultado Orçamentário e Investimentos



Fonte: Seplag/RS

Avaliando os números atuais em termos gerais, é inegável a melhora nas finanças do Estado. O ajuste das contas públicas vem sendo acompanhado pela gradual elevação dos investimentos, o que indica uma perspectiva positiva para o futuro, associado a um maior gasto nas funções saúde, educação e segurança. Porém, se o orçamento de 2010 deixa claro que o comprometimento com o déficit zero continua como uma constante da atual gestão, sobre 2011 paira uma imensidão de dúvidas. Na mudança de governo ocorrem alterações dos paradigmas e, conseqüentemente, das prioridades.

Considerando os cenários desenvolvidos para 2010, traçou-se três possíveis resultados para a arrecadação de ICMS no próximo ano, todos eles bastante abaixo do previsto pelo orçamento do governo. Porém, em todos eles tem-se resultados, em termos nominais, superiores aos verificados em 2009. No cenário pessimista, o desempenho fraco da economia é capaz de estimular apenas um leve aumento da arrecadação, resultando num valor com ganho real muito próximo de zero. No cenário moderado, a arrecadação cresce acima da inflação, registrando um ganho de cerca de R\$ 1,2 bilhão frente ao arrecadado em 2009. Por fim, no cenário otimista, a arrecadação atinge R\$ 16,6 bilhões, resultado especialmente da recuperação da atividade industrial.

Tabela 12.2. Perspectivas para a arrecadação de ICMS/RS (R\$ bilhões - nominal)

	2008	2009*	Cenários 2010		
			Pessimista	Moderado	Otimista
ICMS	14,8	14,9	15,6	16,1	16,6
Var (%)	20,9%	0,7%	4,7%	8,1%	11,4%

Fonte: SEFAZ/RS. * Estimativas. Previsão: UEE / FIERGS

FIERGS
CIERGS
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

PARTE IV

TÓPICO ESPECIAL

SESI

É FÁCIL PERDER COMPETITIVIDADE

Através do custo unitário do trabalho é possível analisar como as economias brasileira e gaúcha estão inseridas no contexto mundial – em termos de competitividade. Os resultados não se mostram muito favoráveis, dado o lento progresso da produtividade no País.

Medidas de competitividade têm se tornado cada vez mais importantes no contexto econômico atual, em que são observados níveis crescentes de integração comercial entre os países. Quando um país é competitivo, ele consegue assegurar espaço no mercado internacional, alcançar maiores níveis de desenvolvimento econômico, criando, desta forma, ferramentas que possibilitam melhorar o bem estar da população.

Para analisar a evolução da competitividade de diversos países, institutos de pesquisa como o Bureau of Labor Statistics (BLS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) utilizam um indicador de competitividade-custo, conhecido como custo unitário do trabalho (ULC – Unit Labor Cost). Esse é usualmente mensurado em dólares e é usado para medir o custo da mão-de-obra para produzir uma unidade do produto. Um aumento do ULC indica redução da competitividade dos produtos nacionais comparativamente com os competidores externos. Existem diversas formas de calcular o ULC. Aqui, ele foi calculado como sendo a razão entre o salário médio em dólares e a produtividade de mão-de-obra, sendo possível, portanto, decompor sua variação entre estes dois fatores. Logo, um aumento no ULC pode ser reflexo de aumento no salário médio em dólares superior à variação na produtividade.

Comparação internacional

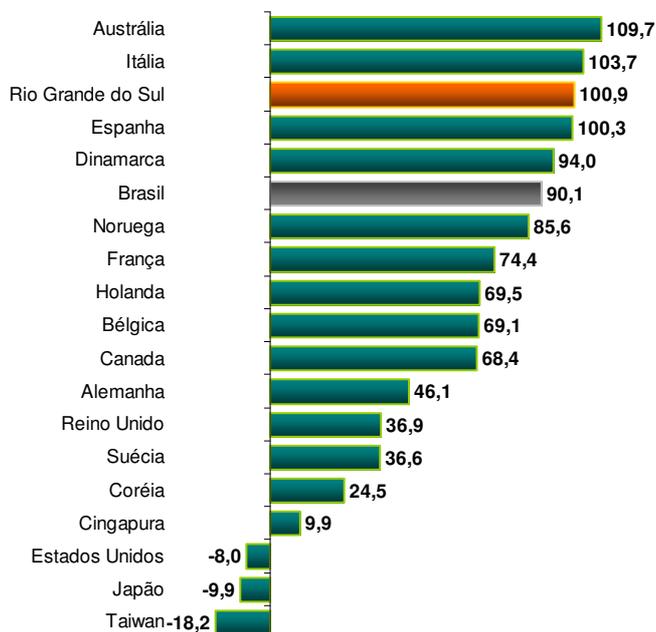
De acordo com os dados do BLS (Bureau of Labor Statistics), que calcula o custo unitário do trabalho na produção de manufaturados em 17 países, é possível observar que, entre 2001 e 2008, o valor deste indicador mais que dobrou em países como Austrália (+109,7%), Itália (+103,7%) e Espanha (+100,3%). Nos casos da Austrália e da Espanha, nota-se que, embora a produtividade tenha aumentado, não foi suficiente para compensar a valorização da taxa de câmbio e o aumento nos salários nominais, tendo impactos negativos sobre o ULC. Na Itália, este cenário é agravado, uma vez que, além do crescimento observado nos salários e no câmbio, houve redução da produtividade.

Naturalmente, dentro da região do Euro, os diferentes resultados refletem diferenças de salário nominal, índices de preços e evolução da produtividade entre os países. Por exemplo, a menor evolução do custo do trabalho na Alemanha, relativamente à França, reflete de diferenças no comportamento da produtividade destas duas economias.

A Coreia, que apresenta o maior aumento da produtividade para o período analisado (77,5%), tem sua competitividade prejudicada tanto pelo aumento do salário nominal quanto pela valorização da taxa de câmbio. Ainda, cabe destacar os bons resultados encontrados para os Estados Unidos, Japão e Taiwan – que se devem, majoritariamente, ao aumento da produtividade. Para o mesmo período de análise, o Brasil e o Rio Grande do Sul apresentaram grandes aumentos do ULC, quando

comparadas internacionalmente. A próxima seção aborda mais detalhadamente esta questão.

Gráfico 13.1. Comparação Internacional do Custo Unitário do Trabalho (var. % – 2001-2008)

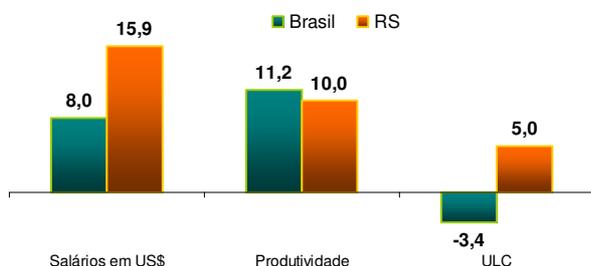


Fonte: BLS e PIMES/IBGE. Elaboração: UEE/FIERGS

Indústria de transformação – Brasil e Rio Grande do Sul

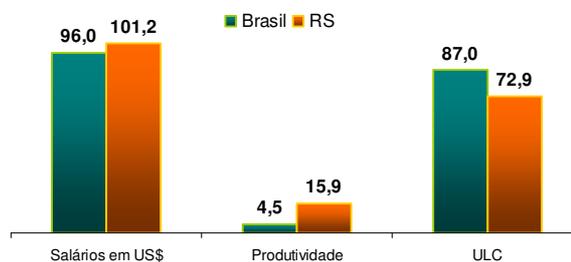
A análise dos dados do Brasil, a partir de 2001, indica a possibilidade de divisão dos resultados em dois sub-períodos. No primeiro, que vai de 2001 a 2004, o custo do trabalho permaneceu praticamente estável, sendo possível notar que a produtividade foi elevada o suficiente para compensar os aumentos do salário médio em dólar. Resultado similar é encontrado para o Rio Grande do Sul, onde, neste período o custo unitário do trabalho cresceu em apenas 5%.

Gráfico 13.2. Custo unitário do trabalho (var. % – 2001-2004)



Fonte: PIMES/IBGE. Elaboração: UEE/FIERGS

Gráfico 13.3. Custo unitário do trabalho (var. % – 2004-2009 (até setembro))



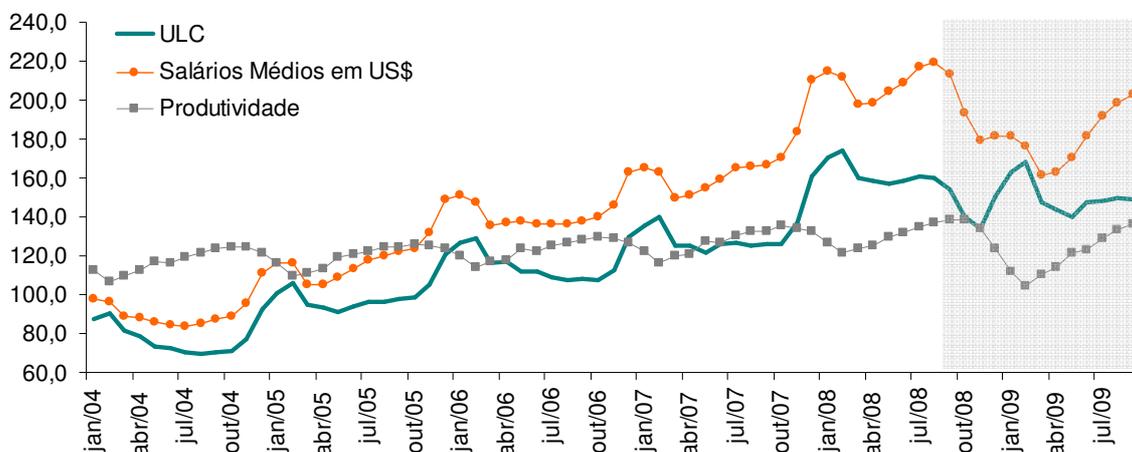
Fonte: PIMES/IBGE. Elaboração: UEE/FIERGS

Porém, entre 2004 e 2009, os dados para o Brasil mostram que a combinação do aumento do o salário real (10%) com a valorização da taxa de câmbio real (42%) e o baixo crescimento da produtividade, levou o custo unitário do trabalho a subir em 87%. Por outro lado, no Rio Grande do Sul, o resultado é marginalmente suavizado. Embora o aumento dos salários médios reais e a valorização da taxa de câmbio tenham sido

superiores àqueles observados no Brasil (13% e 45%, respectivamente), o crescimento mais intenso da produtividade implicou em resultado mais ameno para os custos do trabalho no Rio Grande do Sul.

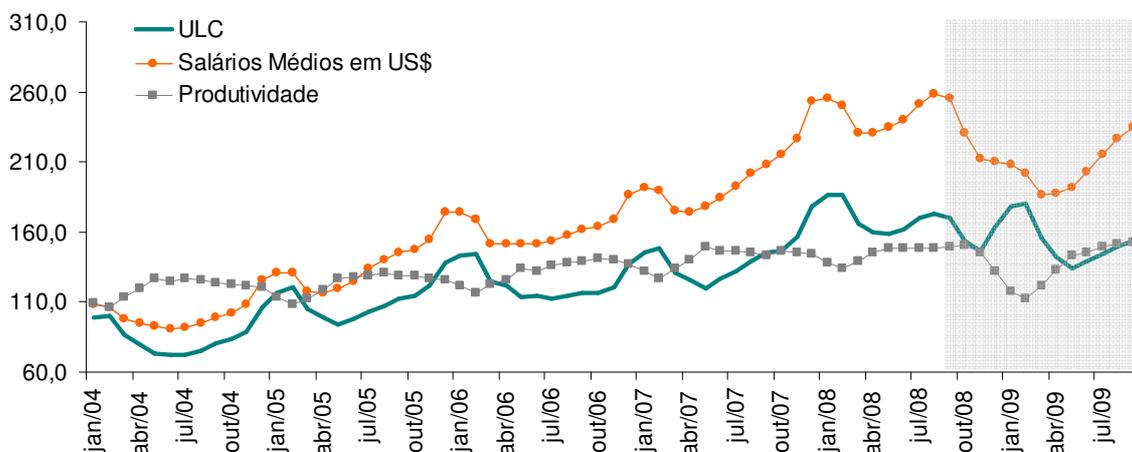
Analisando o período em que a crise atingiu mais severamente a economia, observa-se que, no Brasil, entre os meses de outubro de 2008 e fevereiro de 2009, houve um expressivo aumento no ULC (20,6%), o que se deve à acentuada retração na produtividade ocorrida no mesmo período (-24,4%) – que não foi compensada pela queda dos salários em dólar (-8,7%). O principal determinante para o movimento observado na produtividade é a rigidez do mercado de trabalho, que faz com que o emprego apresente decréscimo inferior àquele observado na produção. Desta forma, quando a produção cai mais acentuadamente do que o emprego, consequentemente a produtividade é reduzida. A partir de março de 2009, apesar da valorização cambial, o aumento da produtividade tem mantido o ULC estável.

Gráfico 13.4. Custo Unitário do Trabalho e seus componentes – Brasil
(média móvel – 3 meses – 01/2004-09/2009)



Fonte: PIMES/IBGE. PIM-PF/IBGE. BCB. Elaboração: UEE/FIERGS

Gráfico 13.5. Custo Unitário do Trabalho e seus componentes – Rio Grande do Sul
(média móvel – 3 meses – 01/2004-09/2009)



Fonte: PIMES/IBGE. PIM-PF/IBGE. BCB. Elaboração: UEE/FIERGS

No Rio Grande do Sul, movimento similar é observado no mesmo período. Entre os meses de outubro de 2008 a fevereiro de 2009, o ULC subiu em 17,7%. Tal como no Brasil, este movimento se deve à acentuada queda na produtividade (-25,6%), que não foi acompanhada por um decréscimo proporcional nos salários médios em dólares. A retração no ULC observada entre os meses de fevereiro de 2009 a maio de 2009 (-26%) é resultado do movimento inverso. Com o aumento da produção, a produtividade volta a crescer (28%), enquanto que os salários em dólar continuam a apresentar queda (-5,1%). Após esse período, a taxa de crescimento dos salários em dólar marginalmente acima da taxa de crescimento da produtividade, tem como resultado a estabilização do ULC.

Resultados setoriais: indústria de transformação (Brasil e RS)

A análise comparativa dos setores para os quais há dados disponíveis, entre os anos de 2004 e 2009, indica um cenário bastante diversificado. Os resultados mostrados em vermelho representam os segmentos nos quais o ULC no Rio Grande do Sul apresentou crescimento superior à média nacional. De um total de 11 possíveis comparações de segmentos, seis apresentaram aumento dos custos relativamente maior no Estado. Nesse caso, destaca-se a indústria de produtos de metal.

No Brasil, o setor que apresentou pior desempenho do ULC foi o de refino (+204,6%) – o que se deve tanto ao aumento dos salários médios em dólar (+100%) quanto à queda da produtividade (-34,9%). O ULC no Estado do Rio Grande do Sul neste setor também apresentou crescimento (+74%). Contudo, o resultado foi suavizado. Embora o aumento dos salários médios em dólar para este segmento tenha sido maior no Estado (+115,9%), foi parcialmente compensado pelo aumento da produtividade (+20,5%).

As diferenças existentes na comparação entre Brasil e RS devem-se, majoritariamente, a aumentos na produtividade. Assim, cabe destacar que quando uma economia cresce com base no aumento de produtividade garante crescimento sustentável, não gera grandes pressões sobre os índices de preços, determina ganhos de competitividade e permite que haja ganhos de renda tanto para os produtores quanto para os trabalhadores.

Tabela 13.1. Custo Unitário do Trabalho Setorial
(var. % – 2004-2009 (até setembro))

	Brasil	RS	Motivo da Diferença
Alimentos e Bebidas	112,5	83,2	Produtividade
Fumo	93,6	120,8	Salários e produtividade
Têxteis	105,4	-	
Vestuário e Acessórios	99,7	-	
Couro e Calçados	66,6	49,5	Produtividade
Produtos de Madeira	107,5	-	
Papel e Gráfica	64,6	-	
Produtos Químicos	118,6	155,3	Produtividade
Refino	204,6	74,0	Produtividade
Borracha e Plástico	75,3	71,1	Produtividade
Minerais não metálicos	87,3	-	
Metalurgia básica	149,8	89,8	Salários e produtividade
Produtos de Metal	156,7	302,2	Produtividade
Máquinas e equipamentos	73,3	165,0	Salários e produtividade
Material eletrônico e de comunicação	137,2	-	
Veículos	86,5	96,9	Produtividade
Mobiliário	18,2	63,8	Produtividade

Fonte: PIMES/IBGE. PIM-PF/IBGE. BCB. Elaboração: UEE/FIERGS

Por outro lado, a combinação perversa de valorização do câmbio, reajustes constantes de salário real e variação da produtividade que não compensa esse resultado, tem como consequência a perda de competitividade. Isso gera perdas para toda a sociedade.



BALANÇO ECONÔMICO

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. Este documento não constitui uma oferta ou convite para subscrever, comprar ou vender qualquer ativo e nem é base para qualquer tipo de contrato, comprometimento ou decisão de qualquer tipo.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas

Fonte:

**Unidade de Estudos Econômicos -
FIERGS**

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

Fax: (051) 3347.8795

Home page: <http://www.fiergs.org.br>

E-mail: economia@fiergs.org.br